

José Roberto Cabrera

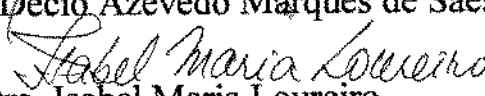
"Os Caminhos da rosa: um estudo sobre a social-democracia no Brasil".

(Dissertação de Mestrado) apresentada
ao Departamento de Ciência Política do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação do Prof. Dr.
Caio Navarro de Toledo.

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora em
20/12/95.

Banca:


Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes


Profa. Dra. Isabel Maria Loureiro.


Profa. Dra. Evelina Dagnino


Orientador
Caio N. Toledo.

dezembro/1995

UNIDADE	TBC
AL. CHAMADA:	IFCH - UNICAMP
C112c	
V.	Ex.
TIPO DE B.	20086
PROG.	663/96
C	D
PREÇO	R\$ 11,50
DATA	10/3/96
N.º CPD	

CM 000 84732-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Cabrera, José Roberto.

C112c Os caminhos da rosa: um estudo sobre a social-democracia
no Brasil / José Roberto Cabrera. - - Campinas, SP: [s.n.], 1995.

Orientador: Caio Navarro de Toledo.
Dissertação (mestrado)-Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partidos políticos - Brasil. 2. Partidos socialistas. 3. *
Partido Democrático Trabalhista. 4.* Partido da Social Demo-
cracia Brasileira. I.Toledo, Caio Navarro de. II.Universidade
Estadual de Campinas.Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

RESUMO

O presente trabalho busca discutir os alcances e os limites da "social-democracia" na realidade brasileira, a partir do estudo das formulações teóricas e da ação política do Partido Democrático Trabalhista, PDT, e do Partido da Social-Democracia Brasileira, PSDB.

O trabalho analisa a proposta "social-democrática", considerando a evolução teórica e política dessa corrente, a partir das perspectivas e dos limites colocados pela experiência dos Welfare States, buscando refletir sobre os possíveis alcances de uma proposta reformista num país capitalista dependente, com as características do Brasil.

Além dessas questões teóricas, o texto procura indicar as contribuições e dificuldades teóricas, políticas e organizativas encontradas pelo PDT e pelo PSDB para se viabilizarem enquanto alternativas programáticas identificadas com a social-democracia.

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS.....	10
1- Social-Democracia: história e política	10
1.1 - Qual o Caminho?	12
1.2 - A Internacional Socialista	16
1.3 - Onde se apoiar?	21
2 - Welfare State: o legado, o problema	24
3 - Quadro Teórico	30
CAPÍTULO II - A SOCIAL-DEMOCRACIA NO BRASIL.....	34
1. - A Internacional Socialista e a América Latina.....	34
2. - Os Contatos na América Latina	36
3. - O Brasil.....	39
3.1. - PSB	41
3.2. - PTB.....	43
4. - O atual Sistema Partidário	47
CAPÍTULO III - "O SOCIALISMO MORENO DO PDT"	57
1. - História	57
2. - A Carta de Lisboa.....	61
3. - Manifesto: A Construção da Identidade Partidária.....	67
4. - O Programa	75
4.1. - A Questão Política	75
4.2. - A Questão Econômica.....	78
4.3. - Políticas Sociais	82
4.4. - Movimentos Sociais	83
5 - Ação Política.....	87
5.1. - Atuação Parlamentar	88
5.2. - A Questão Nacional	99
5.2.1. - Soberania Nacional.....	100
5.2.2 . O Papel das Estatais.....	102
5.2.3. - Ciência e Tecnologia	106
5.2.4. - Dívida Externa	108
5.2.5. - Integração Latino-americana.....	108
5.3. - Estratégia e Tática.....	109
6. - O Debate sobre a Social-Democracia.....	114

6.1. - Onde Situar a Social-Democracia.....	117
6.2. - Contatos Internacionais.....	119
7. - Avaliações.....	122
CAPÍTULO IV - PSDB: "entre a direita e a esquerda modernas?".....	127
1. - A Consolidação da divergência.....	127
1.1. - Crônica de Uma Morte Anunciada.....	130
1.2. - Os Caminhos da Unidade.....	133
2. - O Perfil do "Tucano".....	137
2.1. - A Ruptura.....	137
3. - A Conformação do Programa.....	139
3.1 - As Bases Ideológicas.....	139
3.2. - O Papel do Estado.....	142
3.3. - As Saídas Para a Crise.....	145
3.3.1. - A Crise Política.....	145
3.3.2. - Crise Fiscal e Econômica.....	147
3.3.3. - Crise Social e Políticas Sociais.....	151
4. - Avaliações.....	155
V. CONCLUSÃO.....	161
1 - O problema no Brasil.....	163
2 - O papel dos partidos.....	166
2.1 - PDT.....	167
2.2 - PSDB.....	170
3 - Contraponto.....	173
4 - Considerações finais.....	175
VI. ANEXOS.....	177
1 - A Carta de Lisboa.....	177
2 - Lista dos Parlamentares Constituintes do PDT.....	181
3 - Lista dos parlamentares que fundam o PSDB.....	182
VII. BIBLIOGRAFIA.....	183

APRESENTAÇÃO

A motivação dessa dissertação foi fruto de um conjunto de inquietações que surgiram durante as eleições presidenciais de 1989. Incomodava-me muito verificar o grau de dificuldades que se punha, e se põem até hoje, àqueles que orientam sua atividade à transformação social e, ao mesmo tempo, a pobreza de análise sobre alguns fenômenos políticos importantes, que muitas vezes são reduzidos ao senso comum ou ao "discurso ideológico".

Pensar a "social-democracia" se coloca no rol daqueles assuntos que merecem um maior aprofundamento, seja pelo peso político daqueles que se advogam seus defensores, seja pelas questões teóricas e práticas colocadas ao longo da história.

"Oportunista, movimento pequeno-burguês, fruto do imperialismo, reformista, traidora, social-chauvinista," são atributos anacrônicos que, além de profunda carga moral e ética, não dão conta de especificidades que se construíram ao longo de anos de ação da "social-democracia".

O desafio de compreender suas características e verificar sua materialização no quadro partidário nacional foram os principais motivadores dessa pesquisa. Aparar as arestas com um passado e uma cultura distantes, e ao mesmo tempo presente, é uma tarefa que se impõe e este trabalho se pretende apenas uma fração.

No entanto, essa fração não foi fruto apenas do esforço individual, mas do somatório de inestimáveis ajudas, que ao longo dos anos de elaboração tornaram-na possível e prazerosa.

Dessas mãozinhas agradeço ao Bob pelo convívio e pelo debate fraterno ao longo dos anos, à Lu, à dra. Abiael Franco Santos pelo suporte jurídico e pelos churrascos, ao Alberto e Amélia pela amizade e carinho, ao Zé Pedro e seu cáustico humor, ao Marcus Vinicius por seus instigantes questionamentos e ao Olavo que compartilhou comigo as angústias desse tema.

Gostaria de agradecer aos funcionários do IFCH pelo apoio dado e ao pessoal do CPV (Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro) pela atenção.

Agradeço ao professor Caio Navarro pelo debate, pela orientação e, principalmente, pela paciência ao longo dos anos de acompanhamento da pesquisa e aos professores Décio Saes e Sebastião Velasco e Cruz pelas observações e sugestões ao texto inicial, quando do exame de qualificação. Gostaria, ainda, de agradecer, às professoras, Isabel Maria Loureiro e Evelina Danigno e que, junto com o professor Décio, compuseram a Banca Examinadora dessa dissertação.

Ao velho amigo Ruy que soube, à seu modo, desafiar-me a terminar esse estudo, à Anita que, embora não saiba, foi fundamental e à Candinha, simplesmente por tudo...

À Pi.

INTRODUÇÃO

As eleições presidenciais de 1989 marcaram a história brasileira, não apenas por fecharem um ciclo transitório, como também porque apresentam várias propostas políticas diferenciadas e identificadas com algum tipo de reformismo social.

Mário Covas pelo PSDB, Leonel Brizola pelo PDT, Luís Inácio da Silva pelo PT, Ulisses Guimarães pelo PMDB e até Fernando Collor pelo inexpressivo PRN mostraram em seus programas de governo algum tipo de vinculação com a proposta da social-democracia.

No entanto, o que explica que a social-democracia aparecesse com tanta visibilidade num cenário político onde esta tradição não encontrava nenhum paralelo; ou, como compatibilizar este esforço programático num país cujo senso comum indica uma inconsistência ideológica dos partidos? Seria esta múltipla manifestação um sintoma dessa inconsistência ou sinal de sua superação?

Como explicar que partidos e candidatos, com apoios e perspectivas políticas tão diferenciados, poderiam nutrir seus programas de governo numa única experiência, principalmente se considerarmos uma conjuntura tão avessa à intervenção do Estado?

Podemos dizer que várias questões motivaram a realização desta pesquisa, algumas de ordem essencialmente teórica, outras de ordem prática. Todas elas relacionadas com a preocupação de entender os "projetos mudancistas" para o Brasil.

As eleições presidenciais de 1989 deram-se numa conjuntura extremamente complexa. Os partidos apresentavam-se num quadro de grande desgaste junto à população, motivado por crescentes desilusões em torno da incapacidade de resolução de problemas sociais, associado à denúncias de corrupção, fisiologismo e apropriação privada dos espaços públicos, amplamente veiculado pela grande imprensa.

Esta situação favoreceu, inclusive, as articulações em torno da candidatura de Fernando Collor de Mello, que se apresentava como o "o caçador de marajás".

Além deste quadro de desgaste, as eleições estavam condicionadas pela crise econômica que emperrava qualquer ação do governo nas áreas sociais, contribuindo para a insatisfação popular.

De uma maneira geral, a paralisia do governo nas políticas sociais, apesar do lema do governo Sarney "tudo pelo social", indicava que o Estado brasileiro pouco

oferecia em termos de proteção social, apesar de algumas dessas políticas constarem da Constituição de 1988.

A não-existência dessas políticas e a revalorização da social-democracia indicava que as disputas eleitorais poderiam travar-se neste campo.

Outro fator condicionante dessas eleições foi de ordem externa. A queda do bloco soviético, que já havia concentrado boa parte das energias partidárias nas eleições municipais de 1988, aparecia com força nos debates, principalmente durante o 2o. turno das eleições.

A questão central se colocava em torno da democratização e do papel do Estado na sociedade. Desse modo, a polêmica animava os grupos que se identificavam com a social-democracia, pois esta estaria isenta da crise que afetava os países do Leste.

De outro lado, para as esquerdas a queda do Leste europeu impunha reflexões mais aprofundadas sobre o fenômeno e a busca de alternativas ao capitalismo, diversa daquelas em crise. A constituição de uma proposta transformadora, alternativa ao capitalismo e capaz de articular uma nova hegemonia na sociedade é, ainda hoje, uma questão em aberto.

Um outro ponto que merece reflexão se dá em torno do sistema partidário brasileiro, que se apresenta como frágil, indefinido e com baixa institucionalização. No entanto, apesar da existência de tendências personalistas, regionais e eleitoreiras, o sistema partidário resguarda importantes crivos ideológicos que devem ser considerados, ainda que em formação.

A coexistência de partidos com diferentes perspectivas ideológicas impõe-nos a necessidade de compreender as raízes de tais diferenças, assim como as articulações teóricas que as distinguem.

Tais questões motivaram o presente trabalho, visando compreender como que os partidos consolidaram esta identidade ideológica, que permitiu esta aproximação, e como que a "social-democracia" entende a resolução dos problemas nacionais.

Além disso, se há uma real identidade ideológica entre os partidos e a social-democracia, por que não há uma aproximação desses partidos visando a sua consolidação seja de um grande partido social-democrata, seja de uma ampla frente reformista?

As articulações entre a "social-democracia" e o Brasil neste estudo se estruturam na análise do papel desempenhado e da história do PDT (Partido De-

mocrático Trabalhista) e do PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira) dentro do espectro partidário brasileiro.

A escolha desse objeto deveu-se à três razões básicas: o espaço político ocupado por cada um, os vínculos oficiais destes partidos com a Internacional Socialista e o discurso que busca vincular sua ação à experiência social-democrata.

As fontes pesquisadas sobre o PDT e PSDB restringiram-se aos principais documentos oficiais e à imprensa. Ainda que ambos possuam sólidas estruturas, observa-se - e aqui residiram as maiores dificuldades - um descaso com a história. A publicação de jornais, revistas, materiais de propaganda; a organização de bibliotecas, arquivos etc são práticas comuns às organizações de esquerda, talvez mais preocupadas com a formação política. Infelizmente, PDT e PSDB mostraram-se próximos à tradição partidária conservadora, na medida em que os partidos apresentam-se como veículos de seleção de quadros.

Mesmo intelectuais, de fortes vínculos partidários, desvinculam a produção teórico-acadêmica da vida partidária, limitando as referências aqui utilizadas.

O levantamento realizado nessa pesquisa indicou pequena preocupação no estudo de organizações partidárias de passado recente¹. Aqui a dificuldade traduziu-se em mérito, pois esta pesquisa inicia debate acadêmico em torno desses partidos e de suas opções ideológicas no campo da "social-democracia".

As análises que se seguem guardam particularidades próprias do tipo de objeto estudado. O fato do PDT e, principalmente, do PSDB estarem em processo de constante transformação - seja por questões conjunturais ou decorrentes das administrações estaduais e federais -, impõe um caráter provisório às conclusões aqui apresentadas. Ambos estão inseridos na vida política nacional e em debate ideológico permanente, dotando-lhes de um dinamismo que, necessariamente, relativiza nossa pesquisa.

De trajetória diversa da européia, a social-democracia busca constituir-se em alternativa de poder no Brasil. Em que pese os limites apontados acima, buscamos apontar os "caminhos" que a "rosa" social-democrata traça num Brasil sem primaveras.

¹A exceção fica por conta do PT.

CAPÍTULO I - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

Dentro do objetivo mais global de se estudar a problemática da social-democracia no Brasil e suas manifestações político-partidárias, o presente capítulo introduzirá algumas questões relativas à história dessa corrente política, abordando seu desenvolvimento político e ideológico, juntamente com os alcances e limites de sua proposta. Sobre esta análise será definido o quadro teórico utilizado ao longo da dissertação.

O capítulo está dividido em três blocos: o primeiro analisará o desenvolvimento histórico, político e ideológico da corrente social-democrata; o segundo deter-se-á sobre a principal experiência social-democrática, o Welfare state; e o último trata do quadro teórico.

1- Social-Democracia: história e política

O termo social-democrata e seus derivados devem ser compreendidos historicamente. Sua origem está vinculada à identificação de grupos, organizados ou não em partidos que, durante a segunda metade do século XIX, se identificavam com o socialismo.

A partir da década de 70 do século passado, os trabalhadores europeus, sob influência da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), passam a constituir partidos em âmbito nacional. Buscavam atender a uma estratégia política debatida no seio da AIT: a necessidade da conquista do poder político. Por esse período, as idéias defendidas por Marx a esse respeito passam a influenciar boa parte dessas organizações.

Desse modo, são criados, por todo o continente europeu, partidos políticos de trabalhadores: em 1872, na Áustria; o Partido Social-Democrata Alemão (SPD) em 1875, 1879 na França e Espanha, 1880 na Dinamarca, 1887 na Noruega, 1888 na Suíça, 1889 na Bélgica e Suécia, 1890 na Hungria, 1892 na Itália e Polônia, 1894 na Holanda, 1898 na Rússia, e muitos outros que foram organizados na clandestinidade ou no exílio, dada a fragilidade das democracias européias nesse período.

Embora a AIT já não mais existisse no período de criação desses partidos, o papel desempenhado pelas idéias de Marx na criação dessas organizações é indiscutível.

A teoria marxista, na medida em que visava fornecer explicações científicas sobre a especificidade da exploração capitalista e apontava formas para sua superação, serviu como alicerce teórico para o movimento operário europeu na orientação de sua luta cotidiana e na articulação de um programa para a substituição do capitalismo.

Temos, assim, a articulação de três elementos centrais em torno dessa questão: a) uma classe social (a classe operária) que luta por sua emancipação; b) uma teoria que lhe fornece sustentação política e ideológica e c) organizações políticas que são veículos para organizar a classe, visando a conquista do poder político. Os partidos social-democratas serão elementos de intermediação entre a teoria e a ação política da classe.

O surgimento desses partidos guarda um vínculo direto com o movimento operário, atuando sobre este e criando condições para a existência de uma cultura política específica em torno da social-democracia e do socialismo.

No entanto, o processo de constituição de partidos operários não foi consensual no movimento socialista. Inúmeras foram as resistências impostas pelos anarquistas e pelos defensores das ligas conspirativas à formação de partidos políticos, dificultando e retardando este processo em vários países.

A justificativa histórica desses partidos está ligada às tentativas da classe operária em constituir um tipo de organização que superasse as limitações das lutas econômicas desenvolvidas pelos sindicatos. Ao mesmo tempo, fazia-se necessário uma organização política independente e que oferecesse uma perspectiva de conquista do poder político estatal e, através dele, realizar sua emancipação política, econômica, social e cultural. O partido deveria ser um mecanismo capaz de organizar a classe operária e orientar o processo de substituição da ordem capitalista e de toda a superestrutura jurídico-política.

Tal visão era decorrente do amadurecimento da concepção marxista de que o Estado, independente da forma que venha assumir, reflete um caráter de classe, sendo determinado pela forma dominante das relações econômicas vigentes no seio da sociedade civil. Desse modo, suas estruturas buscam garantir a reprodução das relações de produção existentes e a manutenção da estrutura de classes.

Sendo assim, os partidos políticos operários, atuando dentro de uma determinada conjuntura nacional, viam-se diante de uma difícil tarefa: a de definir qual a melhor forma de conquistar o poder político e transformar a sociedade de classes.

1.1 - Qual o Caminho?

Os vários movimentos revolucionários ocorridos no século XIX, em particular a Comuna de Paris, consolidaram, na época da fundação desses partidos, a convicção de que a derrubada do capitalismo só poderia acontecer com a tomada revolucionária do poder pela classe operária e a instalação de sua ditadura de classe, enquanto conteúdo da nova ordem socialista.

No entanto, o desenvolvimento do capitalismo, da classe operária, das instituições representativas do Estado, dos partidos políticos etc. levaram para dentro do movimento operário, em especial para os partidos social-democratas, um intenso debate acerca dos caminhos possíveis, e preferíveis, para se construir uma nova sociedade.

As reformas políticas liberais - muitas delas de caráter preventivo - ocorridas na Europa, a partir de 1860, possibilitaram aos trabalhadores a organização partidária legal. Embora fossem tímidas e seletivas, ainda longe do sufrágio universal, essas reformas ocorreram em apenas uma parte do continente. Regiões inteiras, a leste do Reno e no sul mediterrânico, viviam situações dominadas por aristocracias politicamente reacionárias na virada do século.

A utilização do espaço legal pelos partidos socialistas (social-democratas e trabalhistas) tornou-os organizações nacionais e de forte apelo eleitoral.

Nesse novo contexto, a participação política dos trabalhadores (homens) nas instituições representativas do Estado burguês não criava grandes animosidades no interior do movimento operário, desde que não houvesse participação direta nos governos burgueses². Por esta época, a oposição anarquista ou sindicalista revolucionária era minoritária, exceção feita à Espanha e às regiões da Itália.

Não era o dilema de participar ou não que se colocava, mas, principalmente, a questão das estratégias para se consolidar uma sociedade socialista, dada a progressiva consolidação da democracia na Europa, em princípios do século XX.

O SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha), o maior partido social-democrata na época, vivia um progresso eleitoral. Após a não renovação da lei anti-

²Esta problemática só será colocada quando da entrada de Alexandre Millerand no governo francês. Além disso, temos o Partido Trabalhista da Austrália, notadamente anti-socialista, que formou gabinete em 1.906.

socialista³, em 1890, seu crescimento eleitoral⁴ trouxe para o interior do partido um novo debate.

Entusiasmados com sua performance eleitoral, os socialistas alemães rediscutiam o espaço institucional; muitos argumentavam que a fase dos enfrentamentos armados, que caracterizou a luta operária até a Comuna de Paris, havia sido superada não apenas pela evolução da indústria bélica, mas principalmente pela possibilidade da utilização de um novo e eficaz instrumento: o voto.

Embora o debate principiasse, Engels já avaliava, em 1895, o papel que a legalidade poderia representar para a luta operária: "*A ironia da história subverte todas as coisas. Nós, os revolucionários, os subversivos, avançamos muito melhor com os meios legais do que com os ilegais e a conspiração. Os partidos da ordem - como eles se intitulam - arruinam-se nos quadros da legalidade criadas por eles mesmos*"⁵.

Foi Eduard Bernstein, dirigente e redator do órgão central do SPD, que radicalizou sua posição em 1899 em defesa da democracia parlamentar fundamentando aquilo que chamou de revisionismo.

Na revisão das teses de Marx formulada no livro "As tarefas da Social-Democracia", Bernstein propunha, à luz das possibilidades abertas pela democracia parlamentar e do próprio desenvolvimento do capitalismo europeu, uma mudança de rumo no marxismo, reavaliando o caráter das crises sob o capitalismo e propondo uma nova estratégia para o socialismo que se realizaria através do aprofundamento da democracia.

³"Em 21 de outubro de 1878, entrou em vigor a "lei contra as posições socialmente perigosas da social-democracia"; até novembro do mesmo ano haviam sido proibidos: 153 círculos, 40 periódicos e 213 publicações não periódicas. O livro de Auguste Bebel, *A mulher e o socialismo* (1879) - com uma capa falsa - conheceu oito edições, embora fosse proibida sua distribuição durante as leis anti-socialistas. Em 4 de maio de 1880, a lei foi prorrogada até setembro de 1884. Em 12 de maio de 1884, foi novamente prorrogada por dois anos, o mesmo sucedendo em 21 de março de 1886 e em 17 de fevereiro de 1888, até que foi revogada em 25 de janeiro de 1890, porque inclusive os conservadores - para os quais o projeto de lei não era suficientemente amplo - votaram contra. O balanço dos doze anos em que a atividade do Partido fora proibida eleva-se a 155 periódicos e 1.200 textos impressos não periódicos proibidos, 900 expulsões, condenações a mais de mil anos de prisão para 1.500 pessoas", Fletcher, Irving - Bernstein e o desafio à ortodoxia, in Hobsbawm, E. (org.) - *A História do Marxismo*, vol.II, pg.257, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1.982.

⁴"O partido alemão - apontado por Engels como modelo a ser seguido - cresceu, apesar dos anos de repressão, de 125 mil votos em 1871 para 312 mil em 1881, 1.427.000 em 1890 e 4.250.00 às vésperas da Primeira Guerra Mundial". Przeworski, Adam - *Capitalismo e Social-Democracia*, pg. 32, São Paulo, Ed. Cia. das Letras, 1.989.

⁵Engels, F. - Introdução à Luta de classes em França, in Marx, K. & Engels, F. - *Obras Escolhidas*, vol. I, pg. 93, São Paulo, Ed. Alfa-Ômega.

Segundo Bernstein, a democracia havia transformado o Estado burguês numa instituição que poderia ser controlada e transformada por um parlamento democraticamente eleito. A democracia, para ele, ao contrário do consenso marxista da II Internacional, tinha um caráter supra-classista, sendo dever dos social-democratas aperfeiçoar e desenvolver suas instituições.

*"A idéia de democracia inclui, no conceito contemporâneo, uma noção de justiça - uma igualdade de direito de todos os membros da comunidade e, nesse princípio, o governo da maioria, para o qual, em todos os casos concretos, a vontade da maioria se estende e encontra seus limites. (...) Democracia é, em princípio, a supressão do governo de classe, embora não seja ainda a verdadeira supressão das classes"*⁶.

No conjunto do seu raciocínio, esta posição se justificava, pois o socialismo não seria antagônico ao liberalismo, mas herdeiro direto e fruto do desenvolvimento lógico das bandeiras da Revolução Francesa.

Bernstein polemizava diretamente com outros expoentes do movimento socialista, não apenas por sua valorização da democracia, mas também pelo questionamento que fazia sobre a polarização de classes na sociedade capitalista e sobre os efeitos das crises cíclicas.

Argumentava que o possível colapso da sociedade capitalista não se configurava no presente. Pelo contrário, a política imperialista, desenvolvida pelos países centrais, trazia novas perspectivas para o desenvolvimento do capitalismo (além do seu caráter civilizatório), provocando um aumento das camadas médias da população - fator de estabilização para o sistema -, regulando os excedentes e arrefecendo a tendência de polarização da luta de classes⁷.

Vários foram os socialistas, do SPD ou não, que polemizaram com as teses centrais defendidas por Bernstein. Embora com perspectivas diferentes, Kautsky, Plekhanov, Rosa Luxemburg, Lênin e outros rejeitaram, num primeiro momento, as idéias centrais do revisionismo.

Defenderam, em contraposição, a idéia de que o capitalismo caminhava para o colapso, que poderia levar todo o continente europeu a um período revolucionário. Postulavam que aquela aparente prosperidade era oriunda de uma superexploração

⁶Bernstein, Eduard - O socialismo evolucionário, pg. 118, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1.964.

⁷Para uma avaliação sobre a trajetória do pensamento de Bernstein no interior do SPD ver Fetscher, Iring - Bernstein e o desafio à ortodoxia, História do Marxismo vol.2, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982

colonial que, como realmente se verificou, poderia provocar uma disputa bélica por mercados.

Além disso, primeiramente Rosa Luxemburg, depois Lênin, rejeitaram a apologia à democracia burguesa, caracterizando-a como uma forma própria de um determinado estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista, possuindo, portanto, um caráter de classe.

Rosa Luxemburg buscou articular sua argumentação contra as teses de Bernstein com o intuito de mostrar a sua inconsistência, tanto na análise econômica do desenvolvimento do capitalismo quanto na sua compreensão da estrutura do Estado.

O objetivo central de Rosa Luxemburg foi, a partir da análise do imperialismo, mostrar que a nova fase em que o capitalismo entrava, a qual Bernstein saudava por possuir elementos socialistas contrários à anarquia na produção, anunciava novas contradições inerentes ao sistema e que apenas acirrariam num patamar superior o conflito entre capital e trabalho. Para ela, *"O progresso da produção socializa-se cada vez mais e, por outro, a intervenção, o controle do Estado sobre o processo de produção aumenta incessantemente. Simultaneamente contudo, a propriedade privada toma cada vez mais a forma de exploração capitalista do trabalho de outrem e o controle do Estado exprime cada vez mais os interesses exclusivos de uma classe"*⁸.

A crítica de Rosa Luxemburg coincide com a articulada por Lênin no sentido de apontar as limitações estruturais da democracia representativa na luta pela superação do capitalismo. Sua incapacidade reside em ser um organismo do Estado burguês comprometido com a reprodução do próprio sistema, embora Rosa Luxemburg e Lênin vissem as possíveis contradições entre democracia e capitalismo de forma diferenciada⁹.

Desse modo, reequacionaram teoricamente a necessidade da superação revolucionária desse tipo de Estado.

Embora as teses de Bernstein não tenham sido, num primeiro momento, aceitas pelo conjunto do movimento socialista, elas tiveram o mérito de colocar em

⁸Luxemburg, Rosa - Reforma ou Revolução, pg. 85, São Paulo, Ed. Global.

⁹Offe, Claus - A democracia partidária competitiva e o "welfare state" keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização - *in Problemas Estruturais do Estado Capitalista*, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1.984.

debate o tema sobre qual deveria ser o caminho para o socialismo: Reforma progressiva a partir do Estado e da democracia ou Revolução social?

1.2 - A Internacional Socialista

A própria história da Internacional Socialista, fundada em 1889, foi permeada por estas questões das mais variadas formas.

Seus nove Congressos, realizados ao longo de seus 25 anos de existência, marcaram uma certa evolução nos temas discutidos. A história desses encontros internacionalistas registram o crescimento da social-democracia, os principais eixos de discussão do socialismo, assim como parte da trajetória do próprio movimento operário. Os quatro primeiros Congressos (1889, em Paris; 1891, em Bruxelas; 1893, em Zurich e 1896, em Londres) debateram temas que diziam respeito à conformação política e a identidade do próprio movimento.

Assim, o debate sobre o caráter internacionalista do movimento operário, a questão da necessidade de se dar organicidade à Internacional e de um programa único são pontos centrais dessa fase. São também desse período as resoluções acerca da relação entre luta sindical e luta política e a delimitação de campo com os movimentos anarquistas.

No Congresso de Zurich, por exemplo, é aprovado, nos itens sobre a admissão de delegados ao congresso, um artigo que indiretamente limitava a ação dos anarquistas, embora estes ainda tentassem participar do congresso seguinte. O 1o. parágrafo do regimento do congresso dizia que: *"são admitidos ao Congresso*

*todos os sindicatos profissionais operários, como os partidos e associações socialistas que reconhecem a necessidade de organização operária e de sua participação na política"*¹⁰.

Esses pontos, acrescidos de uma série de outros, compõem um quadro de afirmação ideológica, política e simbólica da Internacional e, em certa medida, acompanham o próprio desenvolvimento histórico da classe operária nesse período¹¹.

A fase seguinte é a que tratará de temas mais polêmicos, mas dentro do quadro já definido anteriormente, de uma Internacional já reconhecida mundial-

¹⁰Carone, Edgar - Os Congressos da II Internacional, Revista Princípios n. 20, São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, 1.991.

¹¹Podemos citar o papel, em termos de identidade de classe, da luta pela jornada de 8 horas e a internacionalização do primeiro de maio etc.

mente, embora de base essencialmente européia, com quadros experimentados e de forte apelo eleitoral.

Podemos dizer que tratam-se de temas mais *políticos*, entendendo-os como pontos, não apenas ideológicos de demarcação de campo com a burguesia e com os anarquistas, mas como questões surgidas dentro do próprio referencial teórico estabelecido, o marxismo, e que não conquistaram consenso no seio das organizações operárias. Ao mesmo tempo, não são apenas questões internas, mas dizem respeito, principalmente, ao Estado e às relações de representação com a sociedade.

Podemos dizer que estas questões já assentam as bases para o esfacelamento posterior da entidade, mesmo antes da ameaça da guerra.

As principais resoluções dos congressos desse período¹² tratam do tema do revisionismo, que deixa de ser questão doméstica do SPD, constituindo-se no centro das discussões nos Congressos de Paris e Amsterdan, além da questão colonial, do militarismo e da legislação social.

No Congresso de Paris, as principais teses de Bernstein já haviam sido rechaçadas, assim como no Congresso do SPD, em Dresden, onde, sob influência de Kautsky foi feita uma moção contra o revisionismo¹³. No entanto, a questão volta em Amsterdan sob as mãos de Jules Guesde e Edouard Vaillard que querem rediscutir o revisionismo e combatê-lo no interior da I.S.

O debate sobre o revisionismo revela uma preocupação com a conquista do poder político e a administração estatal, que apontam para a social-democracia como uma alternativa concreta ao capitalismo. Em certa medida, tais discussões indicam um nível de maturidade política e uma presença cada vez maior na sociedade. Colocava-se à social-democracia o desafio de apresentar-se como alternativa real de poder nos principais centros do capitalismo europeu, principalmente se se efetivassem alianças com outros partidos.

¹²1900, em Paris; 1906, em Amstendan; 1907, em Stutgard e 1910, em Copenhagen.

¹³"O Congresso condena do modo mais categórico os objetivos revisionistas tendentes a modificar a tática vitoriosa que experimentamos até hoje, baseada na luta de classes, com o objetivo de substituir a conquista do poder político através da vitória sobre os nossos inimigos por uma tática condescendente com o atual estado das coisas. A consequência de uma tal tática revisionista seria a de converter um partido que tem como objetivo a transformação mais rápida possível da atual ordem social burguesa numa ordem socialista - ou seja, um partido que é revolucionário no melhor sentido da palavra - em um partido que se contenta em reformar a sociedade burguesa" - Resolução do Congresso de Dresden do SPD (1903) in Fetscher, Iring - Bernstein e o desafio à ortodoxia, História do Marxismo vol. II, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982.

Do mesmo modo, o debate em torno da questão colonial, aponta para um rol de preocupações próprias da administração estatal entrecruzado pelo internacionalismo e pelo socialismo.

Uma outra questão que pode ser adicionada às anteriores e, em certa medida, marcará o desenvolvimento político da social-democracia é a da legislação social. Principalmente no 6o. e 8o. Congressos há um intenso debate acerca das possibilidades de implementação de uma legislação social ainda nos marcos do regime burguês. Legislação social esta que já estava sendo colocada em prática por alguns governos conservadores e que poderia atender algumas necessidades do proletariado como, por exemplo, medidas contra o desemprego.

A política colonial e a legislação social suscitam um outro tema, o qual lançará as bases para o fim da II Internacional: a questão nacional.

Durante tais debates, verificam-se divergências que tinham por base não o internacionalismo, base ideológica da Internacional, mas o Estado nacional, definidor dos objetivos coloniais e local de implementação das políticas sociais.

Com a conjuntura européia apontando para a possibilidade de um conflito armado, colocava-se a necessidade da Internacional Socialista se posicionar abertamente, principalmente porque em seus congressos anteriores foi reafirmado o espírito de disposição de lutar contra a guerra imperialista.

O último congresso da I.S., em 1912, na Basileia, convocado com uma ordem do dia resumida em torno da situação internacional e da necessidade de uma aliança para uma ação contra a guerra. No entanto aprova um conjunto de resoluções inócuas e sem sentido, uma vez que a maioria dos partidos social-democratas presentes já tinha a disposição de se alinhar às burguesias de seus respectivos países, pondo fim à Internacional Socialista.

Sob influência da Revolução Russa surge, em 1919, a Internacional Comunista ou III Internacional, congregando aqueles partidos que já haviam optado, ao menos teoricamente, pela ruptura revolucionária com o Estado burguês. Já a Internacional Socialista, que na prática deixava de existir com a eclosão da Primeira Guerra em 1914, tentava congregar os grandes partidos social-democratas em 1919, mas sem sucesso. Foi somente em 1923 que a Internacional foi reorganizada com o nome de IST, Internacional Socialista e Trabalhista.

Esta divisão verificada no movimento operário, ainda então eminentemente europeu, e aprofundada com a guerra em 1914 e com a revolução de outubro na Rússia, radicalizou a polarização ideológica no movimento socialista. Comunistas e

social-democratas trabalhavam alternativas políticas próprias, diminuindo o conjunto de opções possíveis.

"Reformistas" e "revolucionários" passaram a definir suas estratégias dentro de campos teóricos e ideológicos distintos, materializadas nas 21 condições de adesão à III Internacional, embora, na prática, a linha divisória dessa polarização fosse bastante tênue.

No campo social-democrata consolidou-se a aproximação ao "campo democrático", inspirado no legado bernsteiniano, do reformismo, entendido como uma estratégia cumulativa de reformas que transformariam a sociedade no rumo do socialismo.

A opção pela via parlamentar, como caminho para o socialismo, obrigou a elaboração de estratégias que garantissem a conquista de maiorias parlamentares capazes de implementar projetos reformistas, de caráter cumulativo, visando a transição socialista. No entanto, a implementação de um programa reformista implicava um imperativo da democracia: o voto.

A convicção de que as reformas eram uma fase da luta socialista fazia parte do universo social-democrata até a II Guerra. Como diz Przeworski: *"de fato, para os social-democratas, as reformas imediatas constituíam etapas, no sentido de que elas se acumulariam em direção a uma completa estruturação da sociedade"*¹⁴.

De forma resumida, podemos estabelecer alguns pontos para reflexão envolvendo social-democracia, reformismo e o imperativo eleitoral.

O caminho constitucional colocado como alternativa exclusiva dos partidos social-democratas da Europa Ocidental, desde o princípio do século, obrigou-os a elaborar estratégias capazes de fornecer a perspectiva da conquista de maiorias parlamentares, condição indispensável para a implementação de reformas sociais e para o acúmulo delas rumo ao socialismo.

De fato, havia a crença de que os trabalhadores manuais (operários ou não) tornar-se-iam a maioria da população que, juntamente com um conjunto de aliados, poderiam concretizar o projeto socialista através do voto. No entanto, tal situação não se concretizou, seja pela interrupção dessa tendência, seja pela não-correspondência classe-partido, sendo esta entrecortada por um conjunto de outras identidades coletivas de cunho religioso, nacional, racial etc¹⁵.

¹⁴Przeworski, Adam - *Op. Cit.*, pg. 46, São Paulo, Ed. Cia. das Letras, 1.989.

¹⁵Przeworski, Adam - A organização do proletariado em classe, in *Op. Cit.*, pg. 67.

A não realização dessa tendência, defendida pelos principais ideólogos socialistas como Engels, Kautsky e outros, colocou para aqueles que se definiam como "democráticos", em contraposição aos comunistas, o desafio da elaboração de propostas políticas para além do proletariado. Ou seja, propostas que atendessem um leque mais amplo de demandas sociais a curto prazo - camponeses, classes médias, pequena-burguesia etc, ainda que isso implicasse um problema teórico longe de ser resolvido.

Em busca de alargamento das bases sociais da social-democracia, inicia-se um processo que pode ser observado durante toda a história da social-democracia europeia: 1) Uma crescente desradicalização ideológica, fruto de uma atenuação programática que busca tornar a proposta política aceitável por outras classes e exequível dentro da democracia burguesa; 2) uma concessão quanto aos objetivos socialistas; 3) uma dissolução do sentido de identidade coletiva da proposta social-democrata; 4) burocratização crescente das estruturas partidárias e das decisões políticas; e 5) limitação nas inovações políticas, reflexo de uma amoldagem às formas de conflitos legalmente possíveis.

Além desses fatores que se relacionam diretamente com o partido social-democrata e as eleições, há um conjunto de nuances do jogo parlamentar que contribuem para um crescente comprometimento com as reformas dentro do capitalismo, obscurecendo os objetivos finais e criando uma certa acomodação com as reformas¹⁶.

Esta temática já foi abordada de várias formas, seja pelos críticos à esquerda, de inspiração anarquista, seja pelos críticos conservadores, destacando-se o clássico trabalho de Robert Michels¹⁷.

Mas, mesmo diante do fenômeno do reformismo, tais partidos pertencentes à I.S. conservaram, durante largo período, categorias marxistas na definição de políticas e programas, distanciando-se delas e do objetivo socialista, mais especificamente nos anos 50, em especial sob influência do Congresso do SPD em Bad-Gödesberg, em novembro de 1959.

¹⁶Botomore, Tom (org.) - Dicionário do Pensamento Marxista, pg. 337, Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1988.

¹⁷Michels, Robert - Sociologia dos Partidos Políticos, Brasília, UnB, 1982.

1.3 - Onde se apoiar?

As possibilidades de transformações democráticas e sociais, sob o capitalismo, estão ligadas, dentro do pensamento social-democrata, às perspectivas abertas pelo keynesianismo, em oposição tanto ao liberalismo ortodoxo quanto ao modelo soviético.

*"O keynesianismo forneceu os alicerces ideológicos e políticos para o estabelecimento de um compromisso da democracia capitalista, e ofereceu a perspectiva de que o Estado seria capaz de conciliar a propriedade privada dos meios de produção com a gestão democrática da economia". Esse compromisso só foi possível pois "teve por base um programa dual: pleno emprego e igualdade, sendo que o primeiro termo significava a regulação do nível de emprego por meio de administração da demanda, em especial a representada pelos gastos governamentais, e o segundo consistia na rede de serviços sociais que compunham o Estado de Bem-Estar"*¹⁸.

A execução desse compromisso garantiu à social-democracia a manutenção de sua rede de apoio na classe operária e estendê-la a outros setores da sociedade, conquistando, assim, a possibilidade de formar governos, reafirmando seu compromisso com a manutenção das regras de competição eleitoral¹⁹ e trocando a socialização dos meios de produção pela possibilidade do aumento do consumo.

A implementação desse modelo de desenvolvimento econômico e social, inspirado no keynesianismo, que começou nos países nórdicos, expandiu-se no pós-guerra e permitiu aos sociais-democratas desenvolverem substanciais políticas sociais e garantir a elevação do nível de consumo do conjunto da população.

A consolidação dos Estados de Bem-Estar Social, os "welfare states", a partir das intervenções dos partidos sociais-democratas, atendeu um conjunto de reivindicações históricas da classe operária no campo social, reforçando a idéia de que há possibilidade de melhoria de sua condição de classe sob o capitalismo.

No entanto, este tipo de intervenção na economia e o estabelecimento de políticas sociais conexas transformaram, em essência, o projeto social-democrata. Seu

¹⁸Przeworski, Adam - *Op. cit.* pg. 244

¹⁹"Para conquistar votos de pessoas não pertencentes à classe operária, especialmente pequenos-burgueses, formar alianças e coalizões e administrar o governo, segundo interesses dos trabalhadores, um partido não pode parecer irresponsável e dar mostras de hesitação à respeito do seu comprometimento com as regras do jogo parlamentarista"- Przeworski, Adam - *Op.cit.*, pg. 28.

limite deu-se na administração da sociedade capitalista, buscando a otimização dos recursos disponíveis visando o atendimento de demandas sociais, combinado com uma administração racional das necessidades da produção.

Como afirma Offe: *"O Estado de Bem-Estar desempenha funções cruciais de: remover algumas necessidades da classe operária da arena da luta de classes e do conflito industrial, prover os meios de atender essas necessidades de forma mais coletiva e, portanto, com maior eficiência, tornando a produção mais regular e previsível de aliviá-la de temas e conflitos importantes, e fornecendo um aditamento, um estabilizador embutido na economia através da desconexão entre mudanças no emprego"*²⁰.

Existe uma vinculação bastante grande entre o programa social-democrata e o Estado de Bem-Estar keynesiano, embora nem todo o projeto de Estado de Bem-Estar seja social-democrata²¹. O principal aspecto do compromisso social-democrata situa-se ao nível da intervenção estatal associado a um forte sistema de seguridade social, a garantia da lucratividade do capital privado e a participação dos sindicatos nas decisões.

Foi no keynesianismo que a social-democracia encontrou base de apoio teórica e ideológica para manter-se no governo, já que a socialização dos meios de produção se mostrava cada vez mais difícil e indesejável, em determinadas ocasiões.

A crise dos anos 30 apontava para determinadas correções no capitalismo e o keynesianismo indicava a intervenção direta do Estado na economia, como forma de conter distorções, amenizando seus efeitos.

O keynesianismo surgiu como método capaz, eficaz, viável e desejável para a social-democracia naquele momento. Nele, introduziam-se elementos reguladores do Estado na economia, os quais buscavam garantir novos investimentos, empregos,

²⁰Offe, Claus - *Op. Cit.*, pg. 374, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1984.

²¹A origem das políticas de bem-estar é anterior à presença dos partidos social-democratas nos governos e, em muitos casos, foram instituídas por governos autoritários com objetivo de desmobilização de classe. Como diz Sping-Andersen: *"esses primeiros pioneiros (Bismarck, por exemplo) estavam perfeitamente preparados para a construção de amplos esquemas de proteção social como meio de deter conflitos de classe e subordinar os trabalhadores ao Estado. A participação da classe trabalhadora nessa era de construção de estado de bem-estar era, na melhor das hipóteses, marginal; frequentemente era antagônica. Mas os liberais também desempenharam um papel pioneiro, embora seus esforços primários fossem dedicados à implementação de programas sociais que fortalecessem o mecanismo de mercado, tais como contribuições voluntárias à previdência e planos de contrato de trabalho"*. (Sping-Andersen cit. in King, Desmond - *O Estado e as estruturas sociais de bem-estar em democracias industriais avançadas*, Novos Estudos Cebrap, São Paulo, 1988)

aumento do consumo, financiados durante a crise pelo déficit público, evitando as crises cíclicas.

Assim, era possível a manutenção dos padrões democráticos da luta política, com níveis de estabilidade, crescimento e controle econômico. Criavam-se condições para o próprio estabelecimento de um universo político e econômico próprio, o Estado de Bem-Estar (welfare-state) keynesiano, avalizado pelo compromisso social-democrata.

De certo modo, a saída apontada pelo keynesianismo e abraçada pela social-democracia não apenas resolvia uma questão prática para os partidos que aproximavam-se do exercício efetivo do poder, seja com a conquista das maiorias parlamentares ou em coalizões com outras forças, como auxiliava na demarcação de campo com os comunistas.

A opção pela manutenção do capitalismo, dentro de padrões democráticos de disputa política, a possibilidade de um tipo de dirigismo econômico (sob controle da social-democracia) e a consolidação de certas reivindicações sociais, ao mesmo tempo que abriam perspectivas concretas do exercício do poder, indicava também os limites da proposta social-democrata.

A crítica radical ao capitalismo, à exploração do trabalho, ao caráter do Estado burguês, que constituíram a história da social-democracia, passaram a fazer parte de seu passado. O discurso caminhava na direção da consolidação da democracia, da cidadania, dos direitos sociais e da racionalização da produção. Era a busca de um caminho alternativo à tradicional política burguesa, polarizada entre o fascismo e o liberalismo, e a alternativa socialista, materializada na União Soviética.

Assim, o movimento socialista, de tradição marxista, viu-se, enfraquecido pela perda de importantes legendas e personalidades políticas e, ao mesmo tempo fortalecido, na medida em que a tradição comunista, ligada ou não à III Internacional, demarcava claramente seus espaços com a social-democracia e suas críticas cada vez mais amenas ao capitalismo ocidental.

A busca frenética pela consolidação dos *Welfare states* fez da social-democracia uma parceira do capital, já que o sucesso deste último implicava a vitória política dos primeiros. Construir um Estado capaz de fornecer à classe operária e aos trabalhadores, de um modo geral, padrões de seguridade nunca antes alcançados, numa economia estável e com padrões democráticos de disputa política, tornava-se possível sob o comando da social-democracia.

No entanto, quais as especificidades desse tipo de Estado, seu relacionamento com a economia e as classes sociais? Teriam os sociais-democratas conseguido uma

reinterpretação prática da teoria do Estado proposta pela tradição marxista e leninista?

2 - Welfare State: o legado, o problema

O Welfare state tornou-se um problema central para a ciência política e para a economia. Não é nosso propósito realizar um estudo específico sobre o tema, mas, apenas, situar algumas questões que o envolvem, assim como mencionar alguns autores que abordam a problemática em questão²².

Dos estudos existentes sobre o assunto, a tipologia elaborada por Sping-Andersen apresenta alguns elementos esclarecedores sobre a origem e o desenvolvimento dos *Welfare states*, principalmente pela relação que estabelece entre classes e políticas sociais. O autor defende a idéia de que cada tipo de Welfare deriva de uma dada aliança de classes. Tais alianças, por sua vez, reagem sobre as classes transformando-as em suas demandas e alterando, a partir de níveis diferenciados de extensão de direitos, a própria correlação de forças na sociedade.

Em outras palavras, o autor propõe-se a analisar os Welfare State não apenas pela conformação das estruturas estatais de execução de políticas sociais, como também pelos efeitos que tal institucionalização produz na sociedade e na dinâmica de suas lutas.

A partir daí, identifica três tipos básicos de Welfare States: o liberal, o corporativista/conservador e o social-democrata. O que os distingue não é propriamente a intervenção estatal na economia, e tampouco o nível dos gastos sociais ou de estruturas de auxílio, mas o caráter emancipatório e universalista das políticas sociais de cada um desses Estados.

Segundo Sping-Andersen, o fator determinante na conformação dos welfare states é a participação dos trabalhadores (partidos e sindicatos), sua capacidade de coalizão e de incorporação de demandas sociais de outras classes.

O Welfare State liberal traduz, de acordo com a tipologia elaborada, uma política de estratificação social, na medida em que as políticas sociais funcionam como agentes de pressão do mercado, de segregação e estigmatização social. Observa sua origem já na "Lei dos Pobres" inglesa do século XIX.

²²Para uma avaliação mais completa do tema e da literatura existentes ver Draibe, Sônia & Henrique, Wilnês - Welfare State, crise e gestão de crise: um balanço da literatura internacional, Revista Brasileira de Ciências Sociais n. 6, vol. 33, fevereiro de 1988.

Em tais modelos, *"predominam a assistência aos comprovadamente pobres, reduzidas transferências universais ou planos modestos de previdência social.(...) Neste modelo, o progresso da reforma social foi severamente limitado pelas normas tradicionais e liberais da ética do trabalho"*²³.

Analisando comparativamente os vários modelos de seguridade social e de estruturas de bem-estar, Desmond King classifica tais modelos como *marginais* em contraposição àqueles cujas estruturas de atendimento encontram-se mais solidas, seja no corpo próprio do Estado, seja na cultura política aos quais ele chama de *institucionais*.

Para ele, *"Um estado de bem-estar marginal tem um impacto mais limitado sobre a comunidade do que um estado de bem-estar institucional, no que concerne ao desenvolvimento das bases de apoio, e sua integração à cultura política é fraca: isso é reforçado pela distinção na política de bem-estar entre os beneficiados e os que não recebem auxílio, o que cria barreiras diferentes daquelas encontradas em sistemas com estados de bem-estar universalistas"*²⁴.

Tanto Sping-Andersen como Desmond King identificam os Estados Unidos como exemplo desse modelo liberal/marginal de welfare state.

No modelo de welfare conservador, Sping-Andersen aponta que: *"a obsessão liberal com a mercadorização e a eficiência do mercado nunca foi tão marcante e, por isso, a concessão dos direitos sociais não chegou a ser uma questão seriamente controvertida. O que predominava era a preservação das diferenças de status, direitos, portanto, estavam ligados à classe e ao status"*²⁵.

O último modelo dentro desta tipologia proposta por Sping-Andersen é o que ele chama de social-democrata. Nele desenvolvem-se políticas voltadas para a emancipação dos trabalhadores através de uma crescente desmercadorização²⁶ dos cidadãos, com a execução de políticas sociais cada vez mais universalistas.

²³Sping-Andersen, Gösta - *As três economias do Welfare State*, Revista Lua Nova n. 24, pg. 108/109, São Paulo, Ed. Marco Zero/CEDEC, 1.991.

²⁴King, Desmond - *Op. Cit.*

²⁵ citado em Sping-Andersen, Gösta - *Op. Cit.*

²⁶"A introdução dos direitos sociais modernos, por sua vez, implica um afrouxamento do status de pura mercadoria. A desmercadorização ocorre quando a prestação de um serviço é vista como uma questão de direito ou quando uma pessoa pode manter-se sem depender do mercado", Sping-Andersen, Gösta (*Op. Cit.* pg. 102) . Exemplificando esse mesmo conceito, Desmond King afirma que: "O salário social - definido como as transferências e a provisão de serviços públicos como saúde e educação - simbolizado

*"Em vez de tolerar um dualismo entre Estado e Mercado, entre a classe trabalhadora e a classe média, os social-democratas buscaram um welfare state que promovesse a igualdade com os melhores padrões de qualidade, e não uma igualdade de necessidades mínimas, como se procurou realizar em toda a parte"*²⁷.

O autor reafirma a idéia de que a estratégia social-democrata reduz-se a tornar cada vez menor a dependência dos trabalhadores com a intermediação do Estado, através de atendimentos universalistas que rompam, dentro de determinados parâmetros, tanto a dependência econômica em relação ao capital privado quanto à própria competição entre os trabalhadores.

Esta concepção é apresentada por Andersen como uma elaboração que permitiu à social-democracia acreditar nas possibilidades abertas pela democracia parlamentar, uma vez que as políticas sociais, depois de introduzidas, *"tornaram-se contraditórias: o equilíbrio do poder de classe altera-se profundamente quando os trabalhadores desfrutam de direitos sociais, pois o salário reduz a dependência do trabalhador em relação ao mercado e aos empregadores e assim se transforma numa fonte potencial de poder"*²⁸. Para ele, *"o salário social que a desmercadorização conota é, portanto, fator proeminente no desenvolvimento do movimento operário"*²⁹.

Aqui cabem algumas observações sobre a abordagem proposta por Sping-Andersen acerca do Welfare state. O modelo proposto é extremamente útil quando introduz graus de diferenciação entre os welfare identificando-os politicamente, já que cada modelo encerra uma concepção política própria e que tem na ação e na mobilização das classes sociais seu principal determinante. Assim, os welfare não devem ser comparados como uma variação dentro de um leque único de alternativas, mas como resultante de um embate político e de uma dada correlação de forças.

Apesar de sua funcionalidade, o modelo possui, no entanto, algumas lacunas, principalmente quanto às classes sociais, o grau de autonomização do Estado e às relações com o capital privado.

pelas instituições e políticas do estado de bem-estar é um elemento importante no processo de desmercadorização, o qual reduz o poder da relação de mercado na determinação das vidas e das chances na vida das pessoas; é esta a essência dos objetivos da política do estado de bem-estar", King, Desmond, Op.Cit. pg. 70.

²⁷Idem, pg. 109.

²⁸Idem, pg. 89.

²⁹Citado in King, Desmond - Op. Cit. pg. 62

As reivindicações atendidas sob o capitalismo, ainda que encerrem efeitos sobre as classes e seu grau de conscientização, não indicam uma tendência ao socialismo ou à formas alternativas de hegemonia do operariado.

O salário social e a desmercadorização *podem* tornar-se *fontes potenciais de poder*, auxiliando no desenvolvimento do movimento operário e alterando a correlação de forças na sociedade, mas isso não pode ser tomado como regra. O poder, o desenvolvimento e organização política do operariado, a reorganização da sociedade sob bases alternativas ao capitalismo dependem muito mais de fatores histórico-políticos do que de salário social, ainda que este desempenhe importante papel.

Com relação ao Estado, a dependência é mantida, uma vez que o mesmo necessita dos impostos privados para por sua máquina de atendimentos (serviços e salários) sociais para funcionar e, ao mesmo tempo, não detém poder sobre as decisões e os investimentos privados. Além disso, o modelo de análise interativo entre as classes, a institucionalização e o modelo de desenvolvimento econômico, proposto por Sping-Andersen, a partir de seu referencial sobre mobilização de classes e coalizões, não responde à lógica subjacente dos regimes de Welfare em países sem partidos social-democratas, fortemente estruturados, seja pela mobilização de classe efetuada por partidos comunistas, seja pela falta de estruturação autônoma do movimento operário.

Outra forma de abordar a questão dos welfare states é classificá-los de acordo com as estruturas de atendimento, podendo-se privilegiar a institucionalização, o orçamento ou a ideologia que preside o modelo.

Numa tentativa de sistematizar as tipologias existentes, Sônia Draibe distingue três modelos de Welfare State, a partir dos mecanismos de atendimento das demandas sociais.

A autora destaca a tipologia utilizada por Ugo Ascoli e ressalta a validade de se estudar os contornos das estruturas de atendimentos sociais no Brasil. Distingue os Welfare em três grandes grupos: 1) o seletivo, que se caracteriza por atendimentos *ex-post* e temporários, sendo acionados apenas em situações onde os mecanismos privados (o mercado, a família, etc.) não conseguem atender as necessidades. Tal modelo é típico dos Estados Unidos; 2) o meritocrático/particularista, acionado como complemento às instituições econômicas e mediatizado por interesses corporativistas e clientelistas; e 3) o modelo institucional/redistributivista que incorpora critérios universalistas de atendimento. Neste modelo supõe-se a incapa-

cidade do mercado em eliminar a insegurança e a desigualdade social. Este é indicado como o modelo social-democrata.

Embora, em termos de resultado, apresente uma proximidade com aquela formulada por Sping-Andersen, principalmente quando da caracterização do modelo social-democrata, esta tipologia parte de um pressuposto diferenciado: procura identificar o Welfare State como uma tendência de "modernização" das relações entre Estado, sociedade e economia, própria do capitalismo pós-II guerra.

Em outras palavras, os movimentos de trabalhadores, de tendência social-democrata, apenas funcionam como fatores de aprofundamento e de mudanças de conteúdo de uma tendência irresistível do Estado capitalista.

O resultado da aplicação desses modelos, em particular o social-democrata, e que reforça a compreensão "estruturalista" do Welfare State, é que os conflitos de classes sob o capitalismo, podem reduzir-se à sua esfera distributiva, controlável pelos mecanismos institucionais do Estado, que passa a atender parte das demandas sociais, principalmente as da classe operária, ao mesmo tempo que permite um grau de seguridade maior para os investimentos capitalistas.

A lógica da acumulação de capital não se altera. O Estado passa a assumir um papel mais ativo na garantia de continuidade deste processo de valorização contínua. Passa a ser um parceiro que investe em setores de infra-estrutura, ou em setores que, por serem de interesse social ou não oferecerem uma remuneração compatível, fossem indispensáveis para o funcionamento da economia.

*"A estrutura dos sistemas capitalistas instituídos pelos social-democratas foi o seguinte: 1) O estado responsabilizou-se pelas atividades que não são lucrativas para as empresas privadas, mas que se fazem necessárias para a economia como um todo; 2) o governo regula, especialmente por meio de políticas anti-cíclicas, o funcionamento do setor privado; 3) o estado, aplicando medidas pautadas pela teoria do bem-estar, atenua os efeitos distributivos do funcionamento do mercado"*³⁰.

Estabelece-se uma política anti- crise, em contraposição ao pensamento econômico liberal de que o conjunto dos salários devessem ser rebaixados, já que como custo da produção ele impedia, em períodos recessivos, um acúmulo de poupança para novos investimentos, para proporcionar níveis de rentabilidade estáveis. Agora, os salários diretos e indiretos, mesmo que sustentados à custa dos

³⁰Przeworski, Adam - *Op. Cit.*, pg. 57.

déficits públicos, eram considerados fatores de desenvolvimento pois garantiam a demanda. O controle pelo Estado das distorções da economia, ou pelo menos estabelecendo um grau maior de previsibilidade, transformaria a dinâmica das atividades estatais sem alterar a lógica da acumulação capitalista.

O keynesianismo permitiu à social-democracia desenvolver uma política de gerenciamento da economia, de aumento da massa de salários, aumento de empregos, ainda que às custas do endividamento do Estado em períodos recessivos, com vistas a aumentar a demanda, proporcionando expectativas reais de investimentos futuros, retomando o investimento e o crescimento econômico. Este mecanismo possibilitava saldar os déficits dos períodos de crise e recessão e aumentar os níveis de consumo do conjunto da população.

A social-democracia no governo avalizava o compromisso entre Estado, capital e sindicatos. Ela garantia a propriedade e a lucratividade do capital, condição indispensável para garantir os níveis de distribuição de renda e de emprego, que por sua vez garantem sua manutenção no poder, consolidando sua hegemonia.

Reforça-se, indiretamente, a lógica da valorização do capital como razão de ser do Estado, que a social-democracia não alterou, mas pelo contrário, implementou-a com altíssimos índices de eficiência³¹. Garantir o investimento era garantir a lucratividade, o aumento do número de empregos e o cumprimento das plataformas eleitorais de pleno emprego, seguridade social e aumento de consumo.

O conjunto desses mecanismos estatais, desenvolvendo tanto a regulação econômica quanto a distribuição social dos dividendos obtidos através dessa política, permitiu a consolidação dos Welfare social-democratas. *"O Welfare State*

*é definido, habitualmente, como um conjunto de habilitações legais dos cidadãos para transferir pagamentos dos esquemas de seguro social compulsório para os serviços organizados do Estado (como saúde, educação), em uma grande variedade de casos definidos de necessidades e contingências"*³².

Assim, como afirmamos anteriormente, o Estado de Bem-Estar social não é um projeto exclusivo da social-democracia, embora nele tenha encontrado razão e

³¹Como nos mostram Buci-Glucksmann, C. & Therborn, Göran, - *Le Défi Social-Democrate*, Maspero, 1980 -, com dados de 1976 sobre os welfare state, ou seja antes do avanço neoliberal dos anos 80, indicam que o paraíso social-democrata da Suécia já oferecia uma política de subsídios ao capital privado da ordem de 97% sobre o que era arrecadado pelo mesmo setor. Donde conclui-se que o financiamento para as estruturas estatais de atendimento social era financiada pela própria população, situação que se agrava na medida em que a própria crise econômica se acentua.

³²Offe, Claus - *Op. Cit.* pg. 374.

justificativa para participar de governos sem promover a socialização dos meios de produção e a reorganização da sociedade em outros padrões políticos e ideológicos. Aliás, o próprio Keynes já delineara tais estratégias quando afirma que *"não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete"*³³.

3 - Quadro Teórico

A consolidação dos Welfare States, principalmente na Europa Ocidental, trouxe para a Ciência Política um conjunto de dúvidas e indagações quanto ao tipo de Estado que a social-democracia havia engendrado. Teriam contribuído para uma superação das interpretações tradicionais sobre o papel e as funções do Estado? Colocava-se, pois, a questão de definir a natureza ou o tipo de Estado que o pacto social-democrata havia instituído: qual seu conteúdo, qual o papel destinado à classe operária e aos setores populares no controle e definição das políticas, enfim, quais as especificidades deste modelo de organização estatal?

A literatura crítica em relação ao Welfare State é vasta e está longe de ser consensual. Existem dois ramos básicos de críticos do Welfare State: os liberais, adversários, por princípio, da estatização dos serviços sociais e defensores contumazes do mercado como mecanismo distribuidor de renda, e os de origem marxista.

A crise econômica, que se inicia em meados dos anos 70 e se prolonga por toda a década seguinte, afetou as bases do compromisso social-democrata. A necessidade de atender às exigências da acumulação capitalista operou em dois campos: um aumento crescente do déficit público, com correspondente aumento inflacionário, e corrosão salarial ou corte nos gastos sociais.

As bases do compromisso social-democrata começaram a ruir e junto dela vieram o avanço das idéias liberais de ataque à máquina estatal e supervalorização do papel do mercado na realização dos interesses materiais da sociedade.

Esse avanço conservador na Europa, capitaneado pela primeira-ministra inglesa Margareth Thatcher, tratou de imprimir um ritmo de desmontagem das redes

³³Keynes, J.M. citado in Przeworski, Adam - *Op. Cit.* pg.54.

de atendimento dos Welfare State em vários países, com o fim dos subsídios e dos programas de atendimento universalizantes.

Os efeitos totais dessa política ainda não foram totalmente avaliados. Mesmo em países onde a social-democracia esteve ou está no poder, esta vaga privatista teve nítidas conseqüências sociais. Seja por pressão eleitoral ou pelo prolongamento da recessão, os próprios partidos social-democratas, defensores do Welfare State, tiveram que proceder a mudanças no rumo econômico.

Não bastou apenas a injeção de dinheiro público nas empresas privadas, a partir de subsídios e isenções: foram necessários cortes em programas sociais em vários níveis e escalas.

Se, do ponto de vista da política internacional, a divisão entre a proposta social-democrata e dos liberais, conservadores ou democratas-cristãos, era difícil de ser percebida (adesão à OTAN, apoio aos EUA nos conflitos regionais etc.), na economia estas nuances tornaram-se quase imperceptíveis.

A crise econômica prolongada solapava a base de apoio de inspiração keynesiana e, portanto, a própria hegemonia social-democrata nos países europeus.

Os níveis de lucratividade do capital não podiam mais ser garantidos e este, por sua vez, não mais assegurava os níveis de emprego. Com o não cumprimento da plataforma de pleno-emprego, o desmonte das estruturas de bem-estar e os vários cortes em programas sociais, os votos social-democratas passavam a migrar para outras coalizões partidárias.

Se a política econômica neoliberal tem reflexo, mesmo que temporário, na atual estratégia social-democrata, então como estabelecer um quadro de referência que nos permita situar a política social-democrata? Ou, ainda, qual o futuro do Welfare State?

A elaboração de padrões rígidos de avaliação da política social-democrata seria inútil, senão impossível. Seria a síntese de toda uma gama de experiências históricas, a qual nos privaria das possibilidades e variações nacionais ou conjunturais de cada país.

Nosso quadro de referência teórico sobre a social-democracia limitar-se-à defesa de um Estado de tipo Welfare State para o Brasil, baseado nos pressupostos básicos do keynesianismo. Tal modelo deve diferenciar-se por uma inequívoca tendência ao universalismo no tocante aos serviços e políticas sociais do governo, buscando imprimir um caráter emancipatório, de acordo com o sentido emprestado por Sping-Andersen de liberdade e autonomia em relação ao mercado e à esfera privada.

Além disso, um modelo de Welfare State para o Brasil, ainda que não se concretize em nenhuma das propostas, deve pautar-se pela incorporação das classes sociais nas definições das políticas e na institucionalização das estruturas de bem-estar, como condição básica na caracterização do pacto social-democrata.

Como o objetivo central deste trabalho é apresentar a problemática da social-democracia no Brasil, faz-se necessário introduzir, além deste quadro básico acerca do Welfare State, algumas questões políticas e conjunturais na análise dos partidos brasileiros visando complementar o referencial teórico que utilizaremos adiante.

As principais questões que contribuirão para completarmos este quadro são as seguintes:

- a) relação entre as propostas analisadas e o neoliberalismo. Em que medida as propostas que se reivindicam social-democratas no Brasil possuem uma proposta econômica definida e, ao mesmo tempo, alternativa às políticas neoliberais em curso;
- b) a questão nacional e a proposta social-democrata. Quais as principais concepções vigentes nos partidos acerca desse tópico, considerando-se o importante papel desempenhado pela questão nacional nos processos de mobilização de classe ou na execução das políticas sociais;
- c) social-democracia e classes sociais. Faz-se necessário desvendar as concepções partidárias sobre a interação entre as classes, os movimentos sociais e a estruturação de estruturas de bem-estar social; e
- d) o grau de relacionamento dos partidos brasileiros com a Internacional Socialista e seus fóruns deliberativos.

Estes elementos serão considerados ao longo do texto, juntamente com aqueles de ordem histórica e conjuntural, de modo que possamos buscar as principais questões que envolvem a elaboração de uma proposta social-democrata para o Brasil assim como contribuir para a genealogia dos partidos brasileiros.

Em função da importância que este debate sobre as funções do Estado encerra, podemos avaliar a concepção presente em cada partido a partir de uma análise sobre o relacionamento destes com a política colocada em prática durante o governo Collor, que caracterizou-se pela revisão dessas funções, a partir da adoção de uma proposta de privatização e desregulamentação da economia.

Em outras palavras, o governo Collor tornou-se um paradigma do "neoliberalismo" no Brasil, imprimindo uma proposta de privatização não apenas do aparelho produtivo estatal, mas de toda a esfera pública.

Uma vez que a social-democracia prima pela necessidade de instrumentos de intervenção política e econômica para a execução de seu programa, o relacionamento do PDT e do PSDB com o governo Collor, pode ser revelador para os efeitos desta pesquisa.

Numa avaliação ainda superficial, podemos identificar que a "onda neoliberal" e seus princípios mercadológicos afetaram de algum modo o "escopo teórico" e a agenda política dos partidos brasileiros.

Reside ainda uma questão metodológica de grande importância referente ao período histórico coberto pela pesquisa. Nossa análise deter-se-á sobre os documentos da fundação do PDT (1980) e do PSDB (1988) e de outros textos que na nossa avaliação funcionam como afirmadores ou redefinidores da linha partidária. Assim, os documentos abordam, necessariamente, conjunturas diferenciadas incorporando, portanto, alternativas diferentes. Além disso, não será objeto de nossa análise a experiência do PSDB no governo federal, uma vez que no momento em que conclui a pesquisa, o governo de Fernando Henrique Cardoso, resultado de uma ampla aliança conservadora, estava apenas começando.

CAPÍTULO II - A SOCIAL-DEMOCRACIA NO BRASIL

Esta primeira parte discute a problemática da social-democracia no Brasil e na América Latina, destacando as principais dificuldades e dilemas enfrentados pela Internacional Socialista para sua definitiva consolidação no continente.

Esta parte será dividida em dois itens: o primeiro, trata do desenvolvimento da ação da Internacional Socialista no sub-continente latino-americano, abordando as principais fases, os primeiros contatos desenvolvidos com os partidos da região, as tentativas de organização desses mesmos partidos em representantes regionais da Internacional Socialista, as mudanças de rumo pós-1976 e as principais dificuldades encontradas pela social-democracia neste período, destacando as relações com o populismo, o trabalhismo e os movimentos armados.

O segundo item, analisa a questão da social-democracia no Brasil no quadro do sistema partidário surgido com o fim da ditadura militar. Nesse sentido, impõe-se uma análise do sistema partidário, onde se inserem as propostas social-democratas, e da conjuntura que possibilitou a articulação de partidos identificados com essa proposta política e ideológica.

Dentro dessa análise procuraremos circunscrever nosso objeto em torno do PDT e do PSDB, em função de ambos buscarem explicitamente uma identidade com o ideal e a experiência internacional da social-democracia.

1. - A Internacional Socialista e a América Latina

A Internacional Socialista nasceu, eminentemente, européia e a forma de aproximação desta com os partidos socialistas e reformistas fora do continente europeu foi fruto de um longo processo.

De um modo geral, a relação entre os partidos socialistas europeus e não-europeus deu-se, com maior ou menor intensidade, em função da importância que os últimos e suas regiões adquiriam na cena política internacional. Desse modo, observamos o estreitamento das relações entre a I.S. e as zonas periféricas do capitalismo, de acordo com a própria importância econômica e geopolítica de tais regiões em cada momento histórico.

Assim, o peso das zonas não-européias nos fóruns da Internacional Socialista nem sempre foi grande e sequer contínuo, vivendo altos e baixos ao longo de sua existência.

No entanto, a problemática não foi apenas numérica ou organizativa, mas também teórica e política. Os primeiros debates realizados nos Congressos de Paris (1900) e Stuttgart (1907) da Internacional Socialista acerca do colonialismo indicavam uma clara divisão no conjunto do movimento socialista. Alinhavam-se, de um lado, um grupo de socialistas liderados por Eduard Bernstein que defendia a necessidade de uma política colonial socialista, materializando uma visão evolutiva da sociedade, onde caberia aos socialistas um papel civilizador em relação as colônias e semi-colônias.

Em oposição a tais teses, os socialistas articulados em torno de Karl Kautsky partilhavam da concepção de que o colonialismo era um tipo específico de exploração capitalista e que o objetivo central deveria ser o de lutar pelo seu fim, já que, *"qualquer que seja o pretexto, religioso ou dito civilizador, da política colonial, ela não é senão a extensão do campo de exploração capitalista, no interesse exclusivo da classe capitalista"*³⁴.

Embora ocorresse a polêmica em torno dessas questões, na prática, se consolidava uma posição subalterna aos partidos e movimentos das regiões não-européias, com exceção feita aos Estados Unidos e Austrália.

A política colonial ocupará espaço apenas quando partidos socialistas vieram a formar governos de países colonialistas, principalmente após a Primeira Guerra Mundial.

A desagregação da Internacional Socialista, em 1914, em virtude da eclosão da Primeira Guerra e sua reorganização sob o nome de IST (Internacional Socialista e Trabalhista), não alterou substantivamente a relação da social-democracia europeia com seus possíveis congêneres das regiões periféricas. Mudanças significativas ocorreram após 1959, já no contexto da guerra fria e sob influência decisiva do Congresso de Bad-Gödesberg do SPD, Partido Social-Democrata da Alemanha.

³⁴IV Congresso da Internacional Socialista - Londres 1896, citado em Carone, Edgar - Os Congressos da II Internacional, Revista Princípios no. 20, São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, março 1.991.

2. - Os Contatos na América Latina

O primeiro partido latino-americano a manter contato sistemático com a Internacional Socialista foi o Partido Socialista Argentino, filiado desde 1896. Este partido participou de vários congressos da I.S. e promoveu encontros internacionalistas em Buenos Aires, na tentativa de organizar os socialistas do continente.

Este foi o caso do "Congresso General Latino Americano del Trabajo", em 1912, que contou com a presença de delegados da Argentina, Uruguai, Brasil, Chile e Peru.

O PSA, embora não tenha sido o primeiro partido de tendência socialista no continente³⁵, foi o primeiro a eleger um parlamentar socialista, Alfredo Palacios, em 1904.

No entanto, a presença orgânica do Partido Socialista Argentino e, posteriormente, do Partido Socialista Uruguaio, ainda na primeira fase de existência da I.S. (1889-1914), não nos fornece elementos para afirmarmos a elaboração de uma política socialista para o continente americano.

A opção socialista dos argentinos e, em menor escala dos uruguaios, parece estar mais associada à forte presença da imigração européia nesses países e ao fato dessa região constituir-se em bolsões de industrialização no continente do que propriamente alternativas específicas da proposta socialista para as condições latino-americanas do período.

O caráter eminentemente europeu da II Internacional mostrou-se mais acentuado quando da proximidade da guerra e do acirramento dos debates que levaram a seu fim em 1914.

Mesmo com a reorganização da Internacional em 1923, agora Internacional Socialista e Trabalhista, a participação dos partidos americanos continuava restrita. Em 1931, apenas a Argentina e a Guiana Britânica tinham representação na IST.

Esta situação só foi modificada após a Segunda Guerra e com a reorganização do movimento socialista com o COMISCO (Comitê das Conferências da Internacional Socialista - espécie de fórum de partidos socialistas e embrião da futura Internacional Socialista) e a aproximação deste com um grande número de partidos não necessariamente socialistas. O PSA e o PS do Uruguai continuam, em 1951,

³⁵O primeiro foi o Partido Democrata do Chile, fundado em 1887.

membros da I.S. e tornaram-se os principais interlocutores da I.S. na América Latina nos primeiros anos da década de 50.

No entanto, ainda se sobrepunham interesses europeus na linha política da I.S.. A Declaração de Frankfurt, documento básico da reorganização da Internacional Socialista no pós-guerra, indicava os objetivos estratégicos europeus como fundamentais, tais como a demarcação de campo com os comunistas, o alinhamento com a OTAN e a necessidade de envidar esforços na reconstrução européia.

O caráter eurocêntrico dessas resoluções passou a ser questionado por partidos socialistas não-europeus, particularmente asiáticos, que exigiam a tomada de posição acerca de questões políticas específicas (crise da Indochina, descolonização etc.).

Tais pressões levaram a I.S. a formar estruturas regionais auxiliares, que atendessem às demandas fora da Europa.

Foram criados Secretariados Regionais que mantinham reuniões periódicas, as quais objetivavam tratar problemas regionais e auxiliar na elaboração de políticas conjuntas. Os partidos que fizeram parte desses secretariados não eram necessariamente membros da I.S., mas gravitavam sob sua influência.

Na América Latina foi criado um Secretariado em 1955 cujo Conselho Consultivo era formado pelo PSA, PSU e o Partido Socialista Popular (Chile), fundado em 1933.

Este Secretariado realizou conferências em maio de 1956, em Montevideo; em dezembro de 56, em Buenos Aires; em abril de 1958, em Santiago; em fevereiro e agosto de 1960 em La Paz.

Segundo Felicity Willians³⁶, durante o período de 1955 à 1961 o Secretariado Latino-americano da I.S. manteve contato com o PSB, embora não esclareça o tipo de contato ou envolvimento entre o Partido Socialista Brasileiro e a Internacional Socialista.

O fim do Secretariado em 1961 é apontado por F. Willians como fruto de uma contradição entre os delineamentos da I.S. em torno da OTAN e, portanto, a inclusão da América Latina nos organismos regionais patrocinados pelos Estados Unidos, e a necessidade programática dos partidos socialistas latino-americanos de oferecer alternativas não apenas reformistas, mas, principalmente, de caráter anti-imperialista.

³⁶Willians, Felicity - La Internacional Socialista y América Latina, Ed. UAM, Azcapotlco, México, 1.984.

Esta condição só se aprofundou na medida em que a implementação dessa linha reformista e anti-imperialista supunha alianças com os comunistas em vários níveis, situação vista com desconfiança pela I.S.

Enquanto tais contradições afastaram alguns partidos da órbita da I.S., como o PSP (Chile), aproximaram outros, não identificados diretamente com o socialismo reformista, mas convictos da necessidade de reformas sociais dentro do campo ocidental, como o MNR da Bolívia, a AD da Venezuela, o PLN da Costa Rica e a APRA do Peru.

Essas contradições, associadas às dificuldades econômicas, à efervescência revolucionária e às sucessivas experiências ditatoriais, impuseram um novo afastamento entre a Internacional Socialista e a América Latina durante os anos 60.

Somente após 1976 é que essa situação se modifica. Este ano é apontado como redefinidor da linha de atuação da Internacional Socialista. O Congresso de Genebra, realizado em 1976, que elegeu Willy Brandt para a presidência da I.S., provocou uma guinada da política da I.S., aproximando-a do Terceiro Mundo, particularmente daqueles países que passavam por processos de luta por independência ou democratização. Nesse campo destacam-se a América Latina, particularmente o Cone Sul, e a África.

Essa renovação foi fortemente influenciada pela presença cada vez maior de partidos da Europa meridional como o PS Português e o PSOE da Espanha, que apontavam a necessidade de "correção de rumo" da Internacional, com a aproximação com o Terceiro Mundo, sensibilizando-se com o chamado diálogo Norte-Sul.

Alguns críticos como Anderson³⁷ e Buci-Glucksman³⁸ apontam que esta estratégia corresponde também às necessidades de expansão do capitalismo europeu, premido entre a ascensão asiática e a presença excessiva norte-americana e a crise fiscal dos anos 70 que abalava as bases do pacto social-democrata.

Nesse sentido, o Brasil tornava-se ponto de passagem importante dessa viragem de rumo da I.S., quer pelo potencial econômico quer pelo debate em torno da democracia e dos direitos humanos.

³⁷Anderson, Perry - *Antinomias da Social-Democracia*, Jornal Em Tempo, fevereiro de 1.990, S.P.

³⁸Buci-Glucksman, C. & Therborn, G - *Op. Cit.*

3. - O Brasil

O estudo da social-democracia no Brasil, enquanto corrente autônoma e diferenciada de outras tendências políticas, foi ainda pouco explorado entre nós. Inexistem trabalhos acadêmicos que abordem satisfatoriamente o tema de maneira exclusiva, principalmente em relação ao atual sistema partidário. Os trabalhos existentes restringem-se apenas a aspectos tangenciais num quadro mais amplo do estudo dos partidos e sistemas partidários.

A análise da tentativa de construção de uma alternativa social-democrata no Brasil, considerando-se seu peso potencial no espectro político partidário e seu impacto na formulação de uma proposta reformista e democrática dentro do capitalismo, leva-nos a algumas indagações acerca de seu impacto no sistema político e de suas possíveis especificidades.

Em primeiro lugar, impõe-se uma breve discussão sobre a não existência de partidos social-democratas, com propostas nitidamente reformistas, socialistas, com forte apelo popular e fruto das organizações da classe operária no Brasil, nos moldes em que se estruturaram na Europa, antes do Estado Novo ou mesmo no período de democracia liberal de 45 à 64.

Podemos, inicialmente, verificar que há um descompasso flagrante entre a evolução dos sistemas partidários europeus e latino-americanos e que tal descompasso pode ser constatado também na emergência de partidos social-democratas. Essa defasagem verificada não é apenas político-institucional, mas principalmente, econômica e social.

Como vimos, exceções feitas ao Uruguai e Argentina, durante o primeiro período de vida da I.S. (1889-1914), a presença de partidos fora do âmbito europeu foi quase nula, embora ocorressem no Brasil várias tentativas de organizar partidos socialistas³⁹.

O insucesso obtido na estruturação de uma corrente social-democrata no Brasil, ao menos até o Estado Novo, pode ser explicada por vários fatores:

1) democracia frágil: Não há consolidação de um sistema político sensível às pressões populares e às propostas reformistas de cunho social, venham de onde vierem. Em certa medida, as transformações sociais requeridas passam longe do sistema

³⁹ver Moraes, Evaristo (org.) - O Socialismo Brasileiro, Ed. UnB, Brasília ; Hall, Michael & Pinheiro, Paulo Sérgio - A Classe Operária no Brasil, Ed. Alfa-Ômega, São Paulo, 1.979 e Pansardi, Marcus Vinicius - Republicanos, Socialistas e Operários (1889-1903) : Os primeiros anos do movimento socialista no Brasil, dissertação de mestrado, Unicamp, 1.993.

partidário, dado seu alto grau de exclusão e seleção associado à repressão aos movimentos autônomos da classe operária;

2) Identidade de classe: A recente formação da classe operária brasileira e sua heterogeneidade determinarão os padrões de identidade e conflito de classes. Os objetivos fundamentais da classe operária aparecem, num primeiro momento, ligados à propaganda anarquista (até meados da década de 20) e, posteriormente, ao PCB, Partido Comunista do Brasil, que estabelece sua hegemonia na classe operária no período seguinte. Tanto anarquistas como comunistas, desenharam suas estratégias, no plano retórico, no universo do confronto e não da negociação, defendendo a derubada do sistema político burguês, seja ele democrático ou não. Nessa fase, a identidade operária se constrói num campo hostil ao ideário social-democrata.

3) Reformismo estatal: A elaboração de um amplo plano reformista, com cunho social, deu-se pelas mãos do Estado, que impôs uma visão assistencial e preventiva - primeiro, com as propostas de Evaristo de Moraes e, depois, com Vargas. O Estado brasileiro pós-Vargas tratará de tomar várias bandeiras dos trabalhadores e executá-las, angariando apoio e submetendo as massas à sua "benevolência".

4) Produtividade: A execução de políticas reformistas de forte cunho social, a exemplo dos welfare states europeus, requeria uma política fiscal capaz de financiar tais programas. Dada a baixa produtividade do capitalismo brasileiro, pelo menos até meados dos anos 50, o alcance dessas políticas sociais, mesmo daquelas implementadas por Vargas, era estruturalmente limitado. Além disso, qualquer política social que representasse ganho político às massas ou diminuição dos níveis de lucratividade sempre teve forte resistência do empresariado nacional e do capital estrangeiro.

O grau de dificuldade de implementação de um projeto social-democrata no Brasil, e na América Latina em geral, está vinculado às situações particulares que caracterizam a história política do continente, diferenciando-o diretamente dos processos ocorridos na Europa.

A existência de problemas estruturais econômicos e sociais não resolvidos criou um certo descompasso entre a política na Europa e na América. O tipo de desenvolvimento capitalista implementado nessa região do planeta consolidou tendências sociais e políticas que, de certo modo, imprimiram um padrão específico para os conflitos existentes.

Analisando o caso brasileiro, que em certa medida pode ser generalizado, temos a consolidação de uma sociedade capitalista altamente desigual, marcada por uma forte concentração de renda, produzindo a integração das classes dominantes

nos padrões de consumo das classes dominantes dos países europeus, enquanto a maioria da população vive à beira dos padrões mínimos de sobrevivência.

Não é nosso objetivo fazer uma análise desse processo, nem tampouco apontar as principais escolas teóricas que abordam essa questão. Buscamos, sim, identificar que o modelo de desenvolvimento do capitalismo implementado no Brasil associado à características próprias da formação histórico-social brasileira, criou uma estrutura de classes e uma arena de conflitos próprios. Tais conflitos determinaram o aparecimento e a evolução de tendências políticas específicas.

De forma diversa da Europa Ocidental, os movimentos de trabalhadores latino-americanos geraram suas alternativas partidárias, particularmente os PC's, em polêmica com os anarquistas e num contexto onde a vitória da revolução bolchevique já consolidava campos opostos dentro do movimento socialista. Nesse sentido, os PC's ocupavam um espaço político (exceção feita à Argentina) livre do ponto de vista partidário. Os comunistas, pois, não tinham com quem rivalizar na política partidária operária.

Tal situação não foi vivida em nenhum país europeu, onde os PC's surgiram como resultado dos debates em torno do reformismo e viram-se obrigados à disputar o espaço político partidário com poderosos partidos social-democratas.

No caso brasileiro, isto permitiu um crescimento contínuo do PCB, a ponto de tornar-se força hegemônica no espectro da esquerda socialista até meados da década de 40. A disputa concreta pelas bases operárias só se deu após 1945 com a entrada em cena do PTB, Partido Trabalhista Brasileiro e, em menor grau, o PSB após 1947.

A influência comunista não apenas limitava a ação de outros grupos, como também reforçava a visão de que a revolução brasileira teria um caráter nacional e democrático, o que na prática determinava, na visão do PCB, o campo de alianças possíveis, impondo limites à outras alternativas.

3.1. - PSB

Ao longo dos anos ocorreram várias tentativas de criação de um partido socialista no Brasil. No entanto, com o fim do Estado Novo (1945) e a possibilidade de estruturação de um sistema multi-partidário (apesar das limitações impostas ao funcionamento do PCB, em 1947), o regime de 1945-64 possibilitou a organização de dezenas de legendas; dentre elas, o PSB.

O Partido Socialista Brasileiro jamais chegou a ter uma base de apoio consolidada junto aos trabalhadores, não conseguindo implantar-se organicamente na classe operária, polarizada entre o PCB e PTB. Ao mesmo tempo, seu desempenho eleitoral foi pequeno num sistema dividido progressivamente entre PTB, PSD, e UDN (Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Social-Democrático e União Democrática Nacional).

Fundado em abril de 47, o PSB tem um certo peso na intelectualidade "progressista". Composto de egressos do PCB, atrairá parcelas do socialismo cristão e dos trotsquistas e formulará uma proposta avançada em termos sociais.

Seu programa não apresenta as modificações vividas pela social-democracia européia do pós-guerra, ligadas às questões de política internacional (alinhamento crescente com os Estados Unidos) e de disputa pela hegemonia socialista com os comunistas. Assim, ele apresenta uma reafirmação do socialismo, defendendo a socialização dos meios de produção.

O programa, apesar de afirmar sua realização apenas nos marcos do regime democrático, não faz referências à social-democracia enquanto tendência política, nem sequer quanto à experiência acumulada no exterior.

Isto é justificável, até porque essa fase coincide com a ascensão dos partidos social-democratas aos governos e a experiência de consolidação dos welfare states ainda não se faz presente.

De um modo geral, o programa procura mostrar-se à esquerda, destacando que os males da sociedade brasileira advêm do próprio capitalismo e que sua solução só virá com a superação deste regime de "exploração do homem pelo homem". Superação esta que se efetuará nos marcos de um regime democrático e pluralista.

No entanto, a democracia não pode ser vista de maneira estática. O próprio programa aponta para um conjunto de medidas que devem aprofundar a democracia e o controle popular do Estado.

O PSB tem como objetivo o fim dos antagonismos de classe e se coloca como defensor dos interesses políticos dos trabalhadores de um modo geral (não apenas dos operários), embora: *"O Partido admite a possibilidade de realizar algumas de suas reivindicações em regime capitalista, mas afirma sua convicção de que a solução definitiva dos problemas sociais e econômicos, mormente os de suma importância, como a*

democratização da cultura e da saúde pública, só será possível mediante a execução integral de seu programa" ⁴⁰.

O programa é composto de 12 itens que buscam sintetizar o tipo de sociedade projetada pelo PSB (onde se destaca um acentuado cunho socialista). A propriedade deve ser gradual e progressivamente socializada, passando para o controle operário, a partir da ação e do controle do parlamento.

O mesmo deve acontecer com a terra que, nos casos de latifúndio, deve ser transformada em propriedade coletiva.

Os itens que tratam da democratização, da organização do trabalho, da estrutura de atendimentos sociais (principalmente a saúde e educação), da organização política do Estado, do crédito, das finanças públicas, reforçam este caráter transformador.

Diante da inaplicabilidade imediata desses pontos programáticos, são formulados 9 itens de ação imediata que, na lógica do documento, preparam condições para a implantação do programa.

Nesse sentido, as reivindicações cuidam, particularmente, da necessidade de se proceder a um programa de nacionalizações (bens, empresas, energia, terra), de adequação do crédito, do estímulo à prática cooperativa, da liberdade e autonomia sindical, de aperfeiçoamento imediato da democracia e da implantação de mecanismos educacionais e de saúde pública condizentes com as necessidades nacionais.

De um modo geral, podemos afirmar que, apesar da identidade socialista do programa do PSB, este se define não pela experiência acumulada da social-democracia, mas por fenômenos da política brasileira, na relação com o PCB e com o getulismo, uma vez que o PSB se define politicamente em oposição ao governo (ao lado da conservadora UDN), e a favor das propostas desenvolvimentistas da burguesia reformista dos anos 50.

3.2. - PTB

Se, por um lado, os comunistas obstaculizavam o crescimento de tendências social-democratas, com sua política e sua presença nos sindicatos, o fortalecimento de setores da classe média e da burguesia reformista, em torno do trabalhismo, dificultará mais ainda o avanço da social-democracia.

⁴⁰Programa do Partido Socialista Brasileiro, abril de 1.947 in Moraes Filho, Evaristo - *Op. Cit.*, pg. 272.

O PTB é referência obrigatória neste trabalho em função de dois motivos básicos: pelo que representou sua ação em defesa de reformas de caráter nacionalista e distributivas no capitalismo brasileiro, durante o período constitucional de 45 à 64, e pela herança reivindicada pelo PDT. Faremos referência aqui ao primeiro desses motivos, deixando o segundo para o momento da análise do PDT.

O papel do PTB, enquanto alternativa reformista ao capitalismo dependente no Brasil, já foi objeto de alguns estudos sobre o período⁴¹.

Cabe aqui referir-nos a ele como um dos pilares de uma proposta reformista e democrática que, ainda longe de ser socialista, cumpriu um papel próximo ao da social-democracia européia, colocando-se como alternativa (pelo menos no discurso) ao comunismo e ao capitalismo liberal, crítico do imperialismo e das estruturas econômicas concentradoras, portanto, nacionalista e distributivista.

No entanto, esta fisionomia adquirida pelo PTB foi fruto de transformações políticas e ideológicas. Transformações estas condicionadas pela dificuldade de manutenção de uma aliança governista estável entre PTB e PSD, ao longo dos anos 50, e pela crescente radicalização e mobilização popular vivida no governo de João Goulart em torno das "reformas de base".

A origem do PTB se dá em torno de dois objetivos básicos: o de funcionar como anteparo ao avanço dos comunistas e dar apoio popular a Getúlio Vargas, já que boa parte de sua estrutura vem do sindicalismo oficial e das ramificações do ministério do Trabalho durante o Estado Novo.

Desse grupo que vem do *staff* do Estado Novo, há forte tendência em ver o partido como mero arregimentador, no campo popular, de apoio ao ex-presidente. Esta tendência toma conta dos primeiros anos do PTB e se consolida em alguns estados como São Paulo. Fazem parte desse grupo Agamenon Magalhães, Alexandre Marcondes Filho, Antônio Francisco Carvalhal, Hugo Borghi, Ilacyr Pereira Lima, Luiz Augusto de França, Paulo Baeta Neves, Romeu José Fiori Salgado Filho e Segadas Viana⁴².

A origem do PTB traz um esforço coordenado de Vargas em consolidar uma base de apoio no operariado, baseado na legislação trabalhista de seu governo, apresentando em seu programa uma visão de manutenção de um quadro já esboçado pelo Estado Novo, de algumas políticas sociais.

⁴¹Benevides, Maria Victória de Mesquita - O PTB e o trabalhismo, Partido e Sindicato em São Paulo (1945-1964), São Paulo, 1.989, CEDEC-Brasiliense e Delgado, Lucília de Almeida Neves, PTB: do Getulismo ao Reformismo, São Paulo, 1.989, Ed. Marco Zero.

⁴²Delgado, Lucília de Almeida Neves - *Op. Cit.* pg. 61.

Tal situação permitiu que Alberto Pasqualini tecesse o seguinte comentário acerca do partido que dirigia: *"O programa nacional do PTB está consubstanciado em 27 proposições um tanto vagas e tímidas. Observa-se mais a preocupação em preservar as conquistas da legislação trabalhista, do que fazer avanços"*⁴³.

Se, do ponto de vista programático o partido se consolidava em torno dos princípios da legislação social varguista, do ponto de vista tático o PTB deveria demarcar seus espaços com o PCB, funcionando como uma válvula de escape às reivindicações populares. Assim, o partido nasce no combate ao comunismo, como atestam uma série de documentos e discursos da origem do PTB.

Segundo Augusto do Amaral Peixoto, Getúlio *"justificou a criação do PTB como um meio de impedir que a massa trabalhadora caminhasse para o comunismo. Ele quis criar um partido dos trabalhadores, para que estes não se deixassem levar pelos comunistas"*⁴⁴. Ivete Vargas também reforça este argumento quando diz que, *"O PTB foi criado para defender a emancipação nacional e os trabalhadores. Para lutar dentro dos sindicatos e, junto às massas trabalhadoras, com o mesmo efeito que teve a legislação do velho Getúlio, que foi o maior anteparo a uma avançada comunista em formulações internacionais"*⁴⁵.

A história do PTB não estava isenta de contradições, assim o grupo getulista, que era hegemônico durante os primeiros anos, foi perdendo espaço para uma fração mais reformista, de origem principalmente sindical, que impôs uma orientação mais autônoma e combativa ao partido.

Tais divergências já se apresentavam nos primeiros documentos partidários. Segundo Delgado, nos pontos do programa do PTB que tratam dos direitos políticos há uma contradição, pois eles apontam para uma crescente autonomia dos trabalhadores em relação ao Estado, ao mesmo tempo que se defende a tutela estatal da legislação trabalhista do Estado Novo. Segundo a autora, o que se percebe nesta tensão são os germes de uma possível autonomia dos trabalhadores e dos petebistas em relação a Vargas.

Analisando os vários pontos do programa do PTB, Lucília Delgado observa que vários tópicos do programa *"Apontam para questões relativas à participa-*

⁴³ *idem* - Op. Cit. pg. 38.

⁴⁴ Peixoto, Augusto do Amaral, citado em Delgado, Lucília, Op. Cit. pg. 44.

⁴⁵ Vargas, Ivete, citado em Delgado, Lucília, Op. Cit. pg. 44.

ção política dos trabalhadores e à luta contra o totalitarismo (...) o que se percebe é que a trilha da autonomia poderia começar a ser percorrida" ⁴⁶.

No entanto, a evolução das políticas populistas e o processo de mobilização popular, em curso ao longo da década de 50 e início dos anos 60, exigirá definições mais programáticas do PTB, que o aproximasse das reivindicações populares.

O avanço dessa relação foi reagindo internamente com grupos que o idealizavam como o Labour Party, ainda que fosse a direita da esquerda, se apresentava como uma via mais radical daquela defendida pela direção do partido, particularmente os egressos da cúpula do Ministério do Trabalho getulista.

Não só no campo programático o PTB vive transformações, estas também se verificaram do ponto de vista tático, na medida em que os grupos mais à esquerda no interior do PTB passaram a conviver em alianças com o PCB nos sindicatos, ao mesmo tempo em que este traçava uma estratégia cada vez mais reformista.

Os petebistas perceberam que a conquista das "reformas de base", núcleo programático da esquerda do PTB, só seria alcançado numa ampla aliança, de caráter nacional, do qual faziam parte necessariamente os comunistas.

Esta progressiva transformação do PTB em alternativa popular e à esquerda foi, na opinião de Delgado, fruto da influência do próprio Getúlio Vargas, particularmente em sua carta-testamento que funcionou como uma reelaboração das diretrizes partidárias.

As origens dessa tensão entre visões diferenciadas de construção partidária e transformação do PTB, está na presença de dois grandes grupos que se rivalizavam internamente desde a fundação do partido.

Esses grupos possuem dois grandes suportes, *"a estrutura do Ministério do Trabalho com seus tentáculos previdenciários, o que lhes garantiu uma eficaz infra-estrutura para penetração junto aos diversos segmentos de trabalhadores assalariados urbanos"* e *"a doutrina do Labour Party, que coloriu com tons de eficácia e neutralidade o pragmatismo e o fisiologismo do PTB"* ⁴⁷.

O grupo oriundo chamado de "ministerialista" foi hegemônico na origem do PTB até fins da década de 50, rivalizando diretamente com os sindicalistas "autênticos" e os "ideológicos" encabeçados pelo dirigente gaúcho Alberto

⁴⁶*idem.*

⁴⁷Delgado, Lucília - *Op. Cit.* pg. 78.

Pasqualini. O crescimento do partido no começo dos anos 60 permitiu um rearranjo interno de forças com a hegemonia transitando dos moderados, como Santiago Dantas e o próprio João Goulart, para à esquerda, representada pelo grupo Compacto, liderado por Doutel de Andrade, Almino Afonso, Leonel Brizola e pelos sindicalistas do CGT, aliados do PCB.⁴⁸

Podemos afirmar que, tanto no campo doutrinário, como no da prática petebista, há uma tensão constante entre estes dois grupos, e se é correto afirmar que havia uma crescente radicalização política e doutrinária dos petebistas no começo dos anos 60, esta vivenciou também tal contradição na definição de um programa partidário mais amplo de reformas⁴⁹.

A polarização vivida pela sociedade brasileira, em princípios dos anos 60, refletiu nas tendências políticas no interior do PTB, e a possível cristalização de um programa claramente social-democrata foi abortada, assim como todos os outros projetos reformistas.

A linha divisória entre o populismo e o trabalhismo sempre foi tênue, e para a história continuará a sê-lo, já que a tendência ao reformismo, à autonomia popular e ao socialismo presentes no Brasil pré-64 foram tragicamente derrotadas.

4. - O atual Sistema Partidário

É no sistema partidário pós-1980 que encontramos as condições básicas para o estabelecimento de propostas políticas cada vez mais diferenciadas do ponto de vista ideológico.

O sistema multi-partidário pôs fim ao bipartidarismo instituído pelo Ato Institucional número 2, e que sacramentou a ARENA (Aliança Nacional Libertadora) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), únicos canais de expressão e representação das demandas políticas e sociais permitidas pelo regime militar.

Com a primeira fase da reforma partidária (1980/85) foi possível reequacionar parte dessas demandas reprimidas no sistema anterior, cujos canais, ARENA e MDB, mostravam-se ineficazes. Por esta época, o governo Figueiredo buscava novo estratagema eleitoral, fugindo do desgaste provocado pelo caráter plebiscitário

⁴⁸ *idem*, pg. 260.

⁴⁹ Podemos identificar a ação desses grupos reformistas de maneira intensa nas várias frentes parlamentares que se formaram em princípio dos anos 60 como a Frente Parlamentar Nacionalista, Frente de Libertação Nacional, Frente de Mobilização Popular e a Frente única.

que as eleições legislativas vinham ganhando, enquanto ficava cada vez mais difícil para a oposição elaborar uma estratégia única de enfrentamento com o regime.

Essa primeira fase, iniciada em 1.980⁵⁰, ainda conserva um alto grau de exclusão, haja visto a manutenção de um conjunto de restrições que dificultavam a legalização dos partidos⁵¹ caracterizando o período por uma liberalização controlada, embora atendendo em parte algumas reivindicações da oposição.

Dessa forma, a reforma combinou pressões que vinham se articulando na sociedade, no sentido da democratização do país, com arranjos táticos elaborados a partir da cúpula governamental (principalmente pela ação dos ministros Golbery do Couto e Silva e Petrônio Portela) visando garantir o domínio sobre a transição, dividindo o bloco oposicionista e ampliando sua margem de manobra.

Luciano Martins resume da seguinte forma este modelo de liberalização:

*"1) restauração progressiva dos direitos civis e políticos; 2) restabelecimento de alguns canais de representação de interesses e, 3) adoção de formas de validação legal para a escolha de dirigentes e para atos do governo. Mas, ao mesmo tempo, controles autoritários foram institucionalizados para conter o exercício desses direitos e funções políticas dentro dos limites impostos pela autoridade executiva"*⁵².

A liberalização em curso englobava não apenas a reorganização partidária, mas esta era vista num quadro mais amplo de reestruturação dos direitos civis, onde a anistia ocupava um espaço importante.

Em outras palavras, não é apenas a saturação do espectro do bipartidarismo que determinará os referenciais da reforma partidária, mas todo o processo de liberalização que engloba anistia e a ação política das massas trabalhadoras materializadas no chamado "novo sindicalismo".

⁵⁰Dividiremos a reorganização do sistema partidário em duas fases: uma, que começa em 1.980 e que vai até a posse do governo Sarney (1985), e outra, de março de 1.985 (aprovação da emenda constitucional no. 25) à aprovação da Constituição de outubro de 1.988.

⁵¹Segundo Lamounier, Bolívar & Meneguello, Raquel, apesar do retorno ao pluralismo, criavam-se "severas exigências quanto à votação mínima (5% do total do país e 3% em nove estados diferentes) para se alcançar representação na Câmara Federal; exigências também severas no tocante à mecânica de formação de partidos, que só seriam autorizados a funcionar após demonstrarem substancialmente implantação organizacional nos estados e municípios; e a manutenção de restrições jurídicas com base nas quais se impediu tradicionalmente a legalização de partidos comunistas" in Partidos Políticos e Consolidação Democrática, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1.986, pg. 74.

⁵²Martins, Luciano - A Liberalização do Regime Autoritário no Brasil in O'Donnell, G., e outros - Transições do Regime Autoritário na América Latina, Ed. Vértice, S.P. 1.988, pg. 129.

O quadro partidário resultante da combinação desses fatores, conjunturais e legais, proporcionará em 1.980 um sistema com 6 partidos que durou, grosso modo, toda essa primeira fase.

A oposição nessa fase é composta pelo PT, PDT e PMDB.

O Partido dos Trabalhadores surge como elemento catalisador de um conjunto de demandas sociais (sindicais e populares), em especial as do chamado "novo sindicalismo".

As transformações democráticas colocavam em pauta um conjunto de reivindicações econômicas, sociais e políticas que assumiam cada vez mais contornos de confronto com o regime militar como a liberdade e autonomia sindical, o direito de greve, a legalização de novos partidos, etc. O surgimento do PT cumprirá, neste momento, um papel de articulação dessas reivindicações.

São várias as caracterizações do PT: uma delas, a de Rachel Meneguello, procura atrelá-lo ao "novo sindicalismo" e ao movimento popular, principalmente urbano, entendendo ser o PT o primeiro partido de massas do Brasil, *"Com efeito,*

*o PT apresentou-se na arena política brasileira com um perfil ideológico definido e uma proposta de organização interna singular frente ao quadro histórico partidário nacional. Nesse sentido, segundo a concepção de Duverger, a novidade do PT é ter sido, sob o aspecto organizacional, o primeiro partido de massas criado no Brasil"*⁵³.

O Partido dos Trabalhadores⁵⁴ se constituiu num elemento importante no jogo político pós-abertura, incorporando sindicatos, movimentos rurais e urbanos, estudantes, movimentos sociais diversos como novos atores na política partidária brasileira.

Já o PDT, Partido Democrático Trabalhista, articulado em torno do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, buscou resgatar a herança do velho getulismo pela esquerda, principalmente no seu viés nacionalista e reformista. Os

⁵³ Meneguello, Rachel - PT: A Formação de um Partido, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1.989, pg. 35.

⁵⁴ Leôncio Martins Rodrigues, concordando com a idéia do PT apresentar-se como "algo de novo" no plano ideológico, discorda quando o analisa do ponto de vista organizacional. Para ele, *"o PT surgiu realmente dos movimentos sociais, mas de movimentos sociais controlados e influenciados pela Igreja Católica que está longe de ser, no Brasil, uma instituição fraca ou ilegítima. Por outro lado, o PT de fato foi lançado e apoiado por dirigentes sindicais, por lideranças operárias, se quisermos, mas por diretores de sindicatos oficiais, quer dizer, por organizações com certo poder de pressão e mobilização de massas"*. Rodrigues, Leôncio M. - A Composição Social da Liderança do PT, 1.989, mimeo.

principais membros fundadores do PDT são, de alguma forma, ligados ao trabalho anterior ao golpe de 64.

O PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que é a grande expressão da oposição (apesar de dividida pela reforma partidária), conservou a marca oposicionista consolidada durante os pleitos eleitorais do bipartidarismo. Nesta fase o PMDB ainda é composto por grupos heterogêneos, mas que trabalham numa perspectiva de frente anti-ditatorial, com bandeiras claras de redemocratização do país. Em suas estruturas convivem políticos de tendências liberais, sociais-democratas, democratas-cristãos, comunistas, socialistas e outros.

O quadro partidário é composto ainda pelo PP (Partido Popular) que, de linha liberal, vai se fundir posteriormente ao PMDB devido às dificuldades de legalização impostas pela legislação em vigor; pelo PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, liderado por Ivete Vargas, que funcionou quase como "sub-legenda" do regime militar e pelo PDS, Partido Democrático Social, herdeiro da ARENA e principal base de sustentação do regime no Legislativo.

Em 1.984, após a "Campanha das Diretas Já!", particularmente após a indicação de Paulo Salim Maluf como candidato do PDS à sucessão do General Figueiredo, foi criada uma dissidência no partido governista dando origem à Frente Liberal. Transformada em PFL, Partido da Frente Liberal, esta dissidência somou forças com o PMDB chegando a indicar o candidato à vice-presidência na chapa oposicionista na eleição presidencial de 1.985.

Com a eleição indireta da chapa oposicionista, Tancredo Neves e José Sarney, colocou-se a necessidade de uma agenda de mudanças no arcabouço político institucional do Estado brasileiro, que passava pela revogação de parte da legislação discricionária, chamada na época de "entulho autoritário" e pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Em maio de 1.985, foi apresentado, para votação no Congresso Nacional, um projeto de Lei Orgânica dos Partidos Políticos, elaborado por uma Comissão Interpartidária do Congresso Nacional que teve como relator o deputado do PMDB gaúcho, João Gilberto. Este projeto garantia a livre organização partidária, acabando com as limitações da legislação anterior, garantindo, inclusive, o acesso gratuito ao rádio e à televisão. Inaugurava-se uma nova fase no processo de reorganização partidária.

É nessa fase, livre das amarras institucionais impostas pelo regime militar, que o sistema partidário brasileiro se afirma com caráter pluralista, permitindo a li-

vre reorganização partidária - regulamentada no artigo 17 da Constituição que entrou em vigor em outubro de 1.988.

A partir daí surgem partidos das mais variadas espécies, desde os chamados "partidos de aluguel" (legendas com precária base social de apoio e que funcionam como trampolim para candidaturas avulsas), até aqueles que se afirmam com nítida identidade social, política e ideológica, atendendo demandas sociais e políticas concretas.

Abre-se, portanto, a possibilidade para a organização de partidos com identidades ideológicas próprias, nítidas, correspondendo à nova fase do sistema partidário.

Neste sentido, os partidos que se definem no campo da social-democracia contribuem, ou deveriam contribuir, para o fortalecimento de organizações partidárias onde a ideologia e a política possuem papel de destaque, em contraposição às legendas onde o fluxo eleitoral é a única razão de ser.

A afirmação social-democrática é recente e várias têm sido as correntes que a reivindicam. A possibilidade de reformas sociais, econômicas e político-institucionais, dentro da legalidade democrática, colocou um conjunto de personalidades e partidos políticos neste campo, proclamando-se social-democratas e nutrindo-se, direta ou indiretamente, na experiência internacional desta corrente política. Segundo Maria Hermínia Tavares de Almeida, o eixo de intervenção dessas forças traduz-se na *"ampliação da democracia com a melhoria de níveis de bem-estar social"*⁵⁵.

Este processo de afirmação reformista com forte tonalidade social já se dá num certo quadro de ampliação da democracia política, consumada na elaboração da constituição de 88 e na eleição presidencial de 89.

A democracia consolidada obrigava uma agenda de reformas sociais urgentes, particularmente diante do grau de concentração de riquezas e do padrão de desenvolvimento econômico proporcionado pela modernização conservadora implementada durante o regime militar.

Nesse sentido, a tendência generalizada por mudanças sociais, que poderiam materializar-se via intervenção estatal, caminha como um processo natural das forças democráticas, que teriam que enfrentar não apenas o conservadorismo, mas também a dura crise econômica pós-80.

⁵⁵Almeida, Maria Hermínia Tavares - O Reformismo Democrático em Tempos de Crise, Revista Lua Nova no. 22, São Paulo, Ed. Marco Zero.

Nesse quadro, segundo M.H. Tavares de Almeida, são quatro os partidos que compõem esse campo reformista democrático: o PDT, o PSDB, o PT e o PSB.

Se tomarmos o limite desses quatro partidos, que ocupam a centro esquerda e parte da esquerda do espectro partidário, são apenas o PDT e o PSDB que reivindicam alguma identidade com a experiência social-democrática européia, marcadamente com a Internacional Socialista.

O PT possui uma trajetória mais radical, tende a posicionar-se cada vez mais na esfera de intervenção social-democrata, consolidando um programa reformista rumo à constituição de um welfare state, baseado numa forte base operária. No entanto, oficialmente seu discurso prima pela negação da trajetória reformista da Internacional Socialista, procurando traçar um caminho alternativo ao "bolchevismo" da tradição comunista e ao reformismo social-democrata. O primeiro Congresso do PT, ao rejeitar a alternativa social-democrata, afirmou que *"o PT não vê na social-democracia um caminho para a construção do socialismo nem tampouco uma alternativa real aos impasses da sociedade brasileira"*⁵⁶.

Para o PT, a proposta básica de constituição de um Estado de Bem-Estar Social amparado numa política fiscal distributiva é limitada para o Brasil. *"A adoção das profundas reformas estruturais necessárias ao Brasil supõe uma ruptura radical com a ordem econômica, política e social vigente - o que ultrapassa os limites da proposta social-democrata, que politicamente acredita na neutralidade do Estado e adota como horizonte máximo a luta por reformas no interior do próprio capitalismo"*⁵⁷.

Apesar de ter sido debatido no 1o. Congresso, o problema da social-democracia no interior do Partido dos Trabalhadores pode ser considerado uma questão em aberto, o que não nos autoriza rotulá-lo como uma variante partidária da social-democracia. Para tal, deveríamos analisar comparativamente alguns processos políticos internos (como a crescente burocratização, o horizonte político das reformas, etc.) e externos (performance nas administrações municipais, crescente amoldagem à institucionalização, etc), e mesmo o discurso daqueles que reivindicam a adesão petista ao ideário da social-democracia. Nesse sentido, tal análise foge ao âmbito e aos propósitos desse trabalho.

⁵⁶Resoluções do 1o. Congresso do PT, pg. 35, 1.991.

⁵⁷*idem*.

O PSB atual já nos oferece outra problemática. Embora possua uma identidade com a social-democracia, sua presença como organização partidária, desde 1.985, tem funcionado como legenda de abrigo temporário à algumas lideranças políticas.

Ainda que algumas delas possuam representatividade, o peso eleitoral do PSB ainda é pequeno. Não sendo, contudo, fundamental, no momento em que discuto esta problemática, a defesa de um projeto reformista do tipo social-democrata em torno da constituição de um Estado de Bem-Estar Social no Brasil por parte do PSB.

Nesse sentido, o estudo sobre o PDT e o PSDB reveste-se de importância, tanto pelo destaque que cada um ocupa no espaço político-partidário nacional, como pela especificidade de cada uma dessas propostas no campo da social-democracia.

Pensar uma alternativa social-democrata no Brasil hoje deve-se considerar algo além da ampliação das políticas sociais, uma vez que o aumento da miséria e da concentração de renda, acompanhados da crescente deterioração dos serviços públicos exigem, de qualquer força política que busque o poder, um programa reformista. Assim, uma alternativa social-democrata deve-se balizar por uma discussão em torno das estruturas de classes e de como o Estado e sua futura rede de atendimentos e seguridade social se relaciona com as estruturas econômicas, com o mercado, etc.

PDT e PSDB buscam sua identidade, explicitamente, na social-democracia e no que representa de modernidade esta corrente. Dentro dessa identidade, impõe-se buscar a especificidade de cada proposta, juntamente com a leitura que cada um desses grupos faz deste corpo político e ideológico com o qual se identificam e como o pensam para a realidade brasileira.

Desse modo, privilegiaremos a análise dos discursos fundadores de cada um desses agentes assim como seus principais documentos, no sentido de determinar os parâmetros pelos quais o PDT e o PSDB se permitem reivindicar social-democratas e herdeiros de uma tradição reformista.

Assim, coloca-se a questão de compreendê-los como partidos que, a despeito das formas de organização, possuem um espaço reservado e necessário para a ideologia como mecanismo mantenedor da coesão e identidade partidária que, aliado à sua agenda de reformas políticas, econômicas e sociais, possibilite a implementação de um modelo social-democrata.

A afirmação de que o PDT como o PSDB possuem uma unidade política e ideológica, e que esta ocupa um espaço central na construção de cada um desses partidos, precisa ser testada e avaliada.

Tanto o PDT e o PSDB procuram, em seus discursos fundadores, demarcar campo com os partidos tradicionais e de expressão meramente eleitorais, ao mesmo tempo que associam essa diferenciação ao reformismo social-democrata. No entanto, reservam diferenças profundas na perspectiva dessa transformação, na estratégia e tática política, no relacionamento com o Estado e as classes e, principalmente, com o legado histórico de cada um.

O PDT, como veremos a seguir, alia sua ideologia à continuidade da radicalização pela qual o PTB passava em meados dos anos 60, abortada pelo golpe de 64. Assim, veremos que seu programa está ligado ao ideário das "reformas de base" do PTB de João Goulart.

Esta problemática, com o passado petebista de muitos de seus membros, está presente em toda a trajetória partidária do PDT, potencializada pelo peso da figura de seu presidente, Leonel Brizola, personagem central na articulação trabalhismo-social-democracia.

Impõe-se a reflexão acerca da especificidade da proposta social-democrática do PDT, e de suas articulações com a herança petebista, no sentido de apontar os caminhos de continuidade e de autenticidade de sua proposta programática.

Assim, coloca-se a necessidade de responder se o PDT é realmente um partido consistente, orgânica e ideologicamente, ou se é um abrigo seguro para um antigo PTB reformulado e modernizado face à nova conjuntura política e social do Brasil. Desse modo, a ideologia, presente como um elemento definidor do perfil originário do PDT, e a luta política em torno de estruturas reformistas serão elementos fundamentais na compreensão da especificidade da proposta pedetista.

Devemos destacar duas situações capazes de definir os elementos necessários acima: ideologia e reformas. Em primeiro lugar, a ideologia, que relaciona-se com o processo de fundação e organização do PDT nos primeiros anos, que formam os elementos constitutivos do perfil doutrinário do partido.

A segunda situação, que define o que chamaremos de prática política reformista, relaciona-se às tentativas de criação de estruturas de um Welfare State, condicionadas à realidade brasileira. Estas estão condicionadas à ação parlamentar do PDT na Assembléia Nacional Constituinte de 1.987/88, visando a criação de mecanismos capazes de implementação de reformas sociais e na ação global do partido.

O PSDB deve ser analisado sobre outro prisma, já que sua origem remonta a uma conjuntura diferente daquela colocada para o PDT.

Sua origem parlamentar, ligada ao PMDB, impede uma simples comparação orgânica ou ideológica com o PDT. Aqui, deve-se caminhar em paralelo e não comparativamente, devido às particularidades que, como veremos, envolvem cada partido.

O PSDB identifica-se com a social-democracia, vendo nessa corrente uma variante moderna e ética da prática política reformista, buscando uma diferenciação em relação ao populismo (associado ao PDT), ao corporativismo (identificado com o PT) e ao fisiologismo (PFL e PMDB).

O PSDB, apesar de identificar a presença de correntes diferenciadas, afirma uma unidade, já presente no PMDB, em torno de um capitalismo reformado, a exemplo das experiências européias da social-democracia. No entanto, qual a relação que se estabelece entre esta unidade e a ideologia no interior do PSDB?

A princípio, pode-se perceber que o peso do componente ideológico relaciona-se mais diretamente com a idéia de modernidade e da ética do que propriamente com o reformismo social-democrático.

A social-democracia é, para o PSDB, uma tendência modernizadora, materializada na implementação de reformas sociais, a partir do Estado, que ultrapassem as "pressões corporativas" e garantam estruturas de atendimento social de caráter universalista.

Ao PSDB impõe-se, também, avaliar o impacto dessas definições ideológicas na conformação doutrinária do partido e analisar o impacto e a interação dessa identidade sobre a prática política de seus parlamentares e fundadores. Nesse sentido, o espaço da fundação do partido e o cenário da ANC também constituem pontos de referência importantes nessa análise, embora não suficientes. Somam-se a eles o próprio espaço da Campanha Eleitoral de 1.989, onde o PSDB, com candidatura própria buscou consolidar um espaço autônomo na disputa presidencial.

No entanto, a análise que se segue abordará o PSDB com um status diferenciado do PDT, por conta dos caminhos trilhados por este partido no cenário político nacional. O fato do PSDB ter conquistado a presidência da República em 1994 com Fernando Henrique Cardoso, numa aliança com os liberais do PFL, impõe-nos um conjunto de reflexões que fogem ao âmbito dessa pesquisa, dentre outras coisas por ser uma experiência em curso cujos resultados não podem ser totalmente avaliados.

Assim, o PSDB será analisado quanto à seu arcabouço teórico e sua prática política durante a Assembléia Nacional Constituinte, aparecendo, portanto, numa perspectiva diversa da do PDT. Tal situação, no entanto, não nos impede de analisar

o esforço teórico em dotá-lo de um programa que se pretende alternativo no cenário político brasileiro, assim como verificarmos os limites da proposta e da prática política desse partido.

Além dessas questões, o relacionamento do PDT e do PSDB com o governo de Fernando Collor de Mello (1990/92) também pode nos fornecer dados importantes para a compreensão da concepção política dessas agremiações.

Outra questão comum aos dois partidos está no relacionamento oficial deles com a Internacional Socialista, isso pode nos permitir elementos importantes para conhecermos o grau de comprometimento desses partidos com os princípios políticos básicos da I.S., ainda que hoje se apresentem depurados, em função da avalanche neoliberal, e pulverizados num conjunto de declarações sem perfil ideológico definido.

CAPÍTULO III - "O SOCIALISMO MORENO DO PDT"

Neste capítulo o Partido Democrático Trabalhista, PDT, será analisado em termos de seus principais aspectos políticos e ideológicos; seus vínculos com a social-democracia, programáticos e orgânicos; e as principais dificuldades para sua definitiva implantação no sistema partidário brasileiro.

Ao longo da pesquisa encontramos dificuldades no levantamento de materiais referentes ao PDT, refletindo a situação organizativa dos partidos brasileiros e o descaso com a própria história.

Os estudos teóricos são quase inexistentes e as poucas referências encontradas tratam da implantação do PDT e das dificuldades da administração estatal, enfrentadas principalmente no Rio de Janeiro, silenciando-se sobre aspectos doutrinário e políticos.

Tais referências derivam da vinculação do partido com Leonel Brizola, refletindo sua ascendência sobre o PDT, assim como uma tendência à regionalização, com suas bases consolidadas no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

Procurando romper com este tipo de análise, neste capítulo tentaremos expor as peculiaridades desse partido que, sob a liderança de um político oriundo do chamado período "populista", reserva sua definição programática no campo da social-democracia.

Buscaremos analisar o quadro teórico elaborado pelo PDT na sua opção ideológica pela social-democracia, no contexto de seu surgimento e no desenvolvimento enquanto interlocutor da Internacional Socialista no Brasil.

Na busca da autenticidade de uma proposta reformista aplicável à realidade brasileira, o PDT encadeia uma série de questões que merecem uma análise e um detalhamento muito particular como sua relação com o populismo, as minorias, o nacionalismo, as bases regionais, o trabalhismo, os movimentos populares, o Estado etc.

1. - História

O PDT foi fundado em 26 de maio de 1.980, já no quadro da reorganização partidária. No entanto, as articulações e os debates visando sua fundação são anteriores à proposta de reorganização partidária e estão diretamente ligados à figura de Leonel Brizola.

Em seu exílio em Portugal, Brizola articula em torno de si um conjunto de exilados, alguns antigos companheiros do PTB, e com eles busca discutir formas de ação política coordenadas, com o objetivo de chamar a atenção internacional para a América Latina e para a problemática da democracia no Brasil.

Fruto dessas articulações patrocinadas por Brizola entre ex-petebistas exilados surge o projeto político de reorganização do PTB.

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, professor da Universidade de Washington, ex-exilado e ex-assessor de Brizola, observa⁵⁸ que as principais características desse projeto eram: 1) dar um destaque internacional à figura de Brizola, fazendo com que fosse reconhecido pelas principais autoridades européias; 2) reorganizar o PTB e 3) dotá-lo de um projeto moderno.

O objetivo inicial era o de dar credibilidade à proposta combatendo a imagem de "maus brasileiros" que pairava sobre os exilados, principalmente sobre Brizola; reorganizar o PTB numa linha social-democrata e com um projeto moderno.

"Era o PDT de Brizola, ligado à Internacional Socialista e com um projeto moderno. Pois o Brasil não era mais o Brasil de 64 mas o dos anos 80"⁵⁹.

Em certa medida, a realização desse projeto foi facilitada pela própria posição que a Internacional Socialista havia tomado em 1976, de uma maior aproximação com o Terceiro Mundo. Embora, nessa fase, o grupo que busca reorganizar o PTB no exterior não contasse com suporte financeiro da I.S., essa prestava-lhes apoio político, principalmente nos partidos social-democratas espanhol, português e alemão.

Em junho de 1979 é realizado o "Encontro dos Trabalhistas do Brasil com os Trabalhistas no Exílio", também conhecido como o Encontro de Lisboa, cujo objetivo era reunir os ex-petebistas que continuavam no Brasil, muitos dos quais no MDB, com os trabalhistas no exílio, discutir a situação política nacional e articular formas de luta pela democratização do país, além de lançar as bases para o novo partido. Nesse encontro é nomeada uma comissão formada por Pedro Celso, Herbert de Souza, Darcy Ribeiro, entre outros, para redigir um documento que ficou posteriormente conhecido como a Carta de Lisboa.

A Carta de Lisboa foi o principal documento que balizou as discussões acerca do novo projeto do PTB.

⁵⁸Entrevista realizada em 11.05.93.

⁵⁹*idem*.

*"A proposta do novo Partido Trabalhista a ser discutida pelo nosso povo e formulada em território brasileiro, despida de soluções importadas, tem que levar em conta a necessidade de criar um partido que expresse os anseios e seja dirigido pelas classes populares. A nova proposta começa com a repulsa àqueles que vêem no ressurgimento do PTB uma sigla de fácil curso eleitoral. A nossa proposta tem um sentido claro de opção pelos oprimidos e marginalizados"*⁶⁰.

Tais articulações ocorrem, também, tendo em vista a perspectiva da abertura política como continuidade da estratégia de transição lenta e gradual promovida pelo regime militar⁶¹.

As mudanças programáticas operadas no antigo PTB pelo grupo de Lisboa, objetivando dar-lhe uma fisionomia mais moderna, mais próxima à social-democracia, não agradou a todos os ex-petebistas. Alguns "petebistas históricos" prestaram apoio incondicional às mudanças, como foi o caso de Doutel de Andrade, ou mesmo de pessoas que vinham de uma trajetória mais radical, como Francisco Julião. No entanto, aqueles trabalhistas que já haviam manifestado divergências com Brizola e com a tendência à radicalização do PTB antes de 64, não aderiram ao projeto oriundo de Lisboa, como foi o caso de Ivete Vargas.

Também ficaram de fora do projeto de Lisboa aqueles que, mesmo tendo uma trajetória petebista mais radical, encontravam-se engajados em outros projetos partidários como o PT e o PMDB.

É interessante observar que, mesmo antes do Encontro de Lisboa, em abril de 1979, o círculo ligado à Brizola antecipa o confronto com o grupo ligado à Ivete Vargas, solicitando um pedido de registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral, do Partido Trabalhista Brasileiro que, ainda que não cumprisse as duras exigências legais, criava problemas para a sua utilização.

Com a lei de anistia aprovada e o retorno dos exilados⁶² continuam, agora num ritmo mais intenso, as articulações para a reorganização do PTB. No entanto, este processo esbarra numa dificuldade de ordem jurídica e Brizola se vê na necessidade de disputar a legenda do PTB com *"aqueles que vêem no ressurgimento do PTB uma sigla de fácil curso eleitoral"*.

⁶⁰Carta de Lisboa.

⁶¹A lei da anistia foi aprovada dois meses após o Encontro de Lisboa, em agosto de 1979.

⁶²Brizola retorna ao país em 07/09/79.

Era de interesse dos estrategistas do regime que Brizola não voltasse ao Brasil amparado numa legenda partidária de tradição como era a do PTB. Assim, o grupo de Lisboa viu-se obrigado a disputar na Justiça Eleitoral a sigla do antigo partido com a "direita" do PTB liderados, agora, por Ivete Vargas.

Em maio de 1980, a disputa jurídica em torno da legenda foi favorável à Ivete Vargas. Brizola, por sua vez, recusa-se a fazer parte de um PTB a que chama de "fisiológico", composto por *"um pequeno grupo de oportunistas subservientes ao poder", "que não têm nenhum compromisso com o socialismo democrático"*.

Quando a ditadura impede a reorganização do PTB⁶³, nos moldes pretendidos por Brizola, o novo projeto se enfraquece. Segundo Pedro Celso, *"na medida em que se tira o PTB, enfraquece-se o projeto que vem de Lisboa. Enfraquece-se não porque se tira uma sigla que tinha apelo no Brasil inteiro, que tinha uma história, do getulismo. Enfraquece-se porque se tira figuras proeminentes do velho PTB"*⁶⁴.

Diante desse impasse e com o fortalecimento maior ainda da figura de Brizola, pois uma parte de seus ex-companheiros de PTB abandonam o projeto inicial⁶⁵, é realizado em maio de 1980, no Rio de Janeiro, um Congresso Trabalhista com o objetivo de fundar um novo partido⁶⁶.

Nesse Congresso, Brizola defendeu a organização da sigla PTNB, Partido Trabalhista Nacionalista do Brasil, expressando mais claramente a junção entre trabalhismo e nacionalismo enquanto pilares do novo partido. No entanto, a maioria do plenário, reunido no Palácio Tiradentes, sensibilizando-se com a argumentação em torno da questão democrática, escolheu o nome de PTD, Partido Trabalhista Democrático.

Mas, para evitar qualquer tipo de impugnação pelo TSE, em função da sigla escolhida se parecer com o PTB, nasceu o PDT.

⁶³"Em outros meios, a vitória de Ivete Vargas, foi interpretada sob uma ótica comparativa, que remonta às origens do partido. Pois, assim como o velho PTB havia sido criado por Getúlio para servir de anteparo ao avanço dos comunistas na massa dos trabalhadores, o novo PTB teria sido incentivado pelo General Golbery do Couto e Silva para bloquear a expansão do PT de Lula e do novo sindicalismo, além, é claro, de demolir as pretensões óbvias de Brizola" in Benevides, Maria Victória -Op. Cit., pg. 157, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1.989.

⁶⁴entrevista.

⁶⁵Miguel Arraes, Waldir Pires, Almino Afonso, entre outros.

⁶⁶Não nos ficou suficientemente claro porque Brizola e seu grupo não atuaram dentro do PTB, agora sob controle de Ivete Vargas, visando a conquista da direção. Tal situação pode derivar mais da diferença programática entre os dois grupos, que propriamente da luta pela direção do partido.

2. - A Carta de Lisboa⁶⁷

Antes de procedermos à análise do Manifesto de Fundação e do Programa do PDT, é necessário discutir o documento que deu origem ao PDT: a Carta de Lisboa.

Esta é considerada o primeiro documento oficial do PDT, apresentando os princípios básicos que norteariam a nova fase do antigo PTB.

A Carta de Lisboa deve ser vista dentro da conjuntura em que foi concebida, com grave crise econômica, as promessas de transição para um regime de legalidade e ascenso do movimento de massas, particularmente do movimento sindical paulista e estudantil, com a reorganização da UNE, União Nacional dos Estudantes.

A Carta de Lisboa é fruto do Encontro Trabalhista realizado na capital portuguesa, em junho de 1.979, cujo objetivo central era discutir as possibilidades de reorganização do PTB, assim como seu novo projeto. O encontro, articulado em torno de Brizola, objetivava reunir, não apenas os trabalhistas no exílio com os que continuavam no Brasil, mas também parcelas da oposição que aceitassem um trabalhismo revigorado, em torno de um projeto moderno e, obviamente, a liderança política de Brizola.

O documento que sai desse encontro procurará equacionar esses elementos. Sua estrutura se dá em torno de três pilares: uma breve análise de conjuntura do período, a concepção de partido e pontos de referência para um programa.

Na caracterização da conjuntura de 79, a Carta de Lisboa indica os principais elementos constitutivos do regime oriundo de 64 como principais causadores da presente crise. Destaca a deteriorização social e econômica como fruto do modelo concentracionista da política econômica do regime, que no fundamental beneficia os grupamentos políticos e econômicos que patrocinaram o golpe, particularmente, *"a velha classe dominante brasileira e os agentes internos do imperialismo (...) e os latifundiários"*. O documento faz, ainda, a crítica da política agrária, da dívida externa e da política salarial.

No campo político, a Carta desacredita das soluções jurídicas impostas pelo regime quanto à democratização: *"Consideramos, todavia, um ato de incompetência política e de deslealdade para com o nosso povo, aguardar as providências dos juristas do regime, cujas fórmulas, somente por ingenuidade ou por má fé, pode se esperar algo diferente da vontade*

⁶⁷ver anexo.

de institucionalizar a espoliação de nossa gente e a manutenção da estrutura política e econômica inaceitável para o povo brasileiro"⁶⁸.

No entanto, o desenvolvimento da luta política no país apresentava um componente novo que, segundo os trabalhistas, deveria determinar uma outra dinâmica à luta contra a ditadura: o ascenso do movimento popular.

*"O novo, o importante e fundamental, é a emergência do povo trabalhador na vida política do país. Não de um povo amedrontado depois de 15 anos de opressão, mas de um povo que se organiza sob as mais variadas formas - nos sindicatos, em associações, em comunidades, em movimentos e organizações profissionais - com o mesmo objetivo: lutar por seus direitos, pela democracia"*⁶⁹.

O crescimento da luta sindical e popular lançava as bases para o fortalecimento de novos partidos com uma identidade popular mais definida. Em outras palavras, a reorganização do PTB era vista como uma exigência histórica, rumo à retomada das bandeiras reformistas e nacionalistas de antes de 64.

Com um olhar crítico sobre a relação do PTB com os movimentos populares e de sua incapacidade de ação diante da crise que culminou com o suicídio de Vargas, a Carta de Lisboa afirma que: *"a experiência histórica nos ensina, de um lado, que nenhum partido pode chegar a se manter no governo sem contar com o povo organizado e, de outro lado, que as organizações populares não podem realizar suas aspirações sem partidos que as transformem em realidade através do poder do Estado"*⁷⁰.

A leitura que a Carta faz da conjuntura conclui pela necessidade premente da reorganização do PTB.

Situa-se nesse campo a principal contribuição da Carta de Lisboa: a questão do tipo de partido que se pensava construir. Na verdade, o documento propõe linhas de discussão sobre as bases em que devia ser construído o "novo PTB".

A principal tarefa é a construção, a partir dessa crescente mobilização e organização popular, de um *"partido verdadeiramente Nacional, Popular e Democrático"*, que auxilie na busca de caminhos para a *"construção no Brasil de uma sociedade socialista, fraterna e solidária, em Democracia e Liberdade"*.

No conjunto do texto, esses três elementos (o nacional, o popular e o democrático) apresentam-se interdependentes.

⁶⁸Carta da Lisboa.

⁶⁹*idem*.

⁷⁰*idem*.

O componente popular aparece em dois níveis: um primeiro, como a grande novidade na luta contra a ditadura, a partir da crescente mobilização empreendida pelo movimento sindical e estudantil. Ou seja, a luta pela democratização deve, necessariamente, incluir esses setores, até então marginalizados da luta política.

Num segundo momento, esse elemento popular apresenta-se como sustentáculo da proposta partidária, ora como principal agente das transformações sugeridas, ora como legitimador das ações dos líderes trabalhistas.

Outra referência obrigatória, quando da abordagem das bases de apoio do novo PTB, é quanto aos excluídos. A Carta de Lisboa indica a crescente marginalização que a sociedade brasileira vem sendo vítima, tanto em relação aos direitos básicos como educação, saúde, alimentação, como em relação ao mercado de trabalho que não absorve os trabalhadores fortalecendo o chamado "mercado informal", excludente dos, já reduzidos, direitos trabalhistas e criando nas grandes cidades um contingente cada vez maior de marginalizados.

*"O resultado da orientação economicista até agora vigente é este contraste espantoso entre a super prosperidade das empresas-especialmente as estrangeiras e o empobrecimento do povo brasileiro. Nos últimos anos, trabalhadores do campo se viram convertidos majoritariamente em bóias-frias que perambulam sem trabalho permanente, e trabalhadores nas cidades se viram transformados em massas marginalizadas que se concentram na porta das fábricas. Estas imensas multidões vivem em condições tão extremas de carência alimentar que já têm sua sobrevivência biológica e sua saúde mental afetadas"*⁷¹.

Essa relação entre a proposta de construção partidária e o elemento popular é complexa e está no cerne da problemática do "populismo". O novo PTB afirma que *"partido e povo organizado constituem, por conseguinte, as duas condições fundamentais para a construção de uma sociedade democrática"*. O PTB deve nascer *"do encontro do povo organizado com a iniciativa dos líderes identificados com a causa popular"*, ao mesmo tempo em que, *"nós, trabalhistas, participaremos ao lado do nosso povo em todas as suas lutas"*.

Em certa medida, essas aparentes contradições são fruto de um dilema entre a prática do antigo populismo petebista, burocrática e ministerialista, e a necessidade

⁷¹idem.

de modernização e adequação à nova dinâmica social que acompanhará a história do PDT.

O populismo, enquanto fenômeno político e social, assentou suas bases no período de 45-64 onde o PTB e seu principal expoente, Getúlio Vargas, eram referência obrigatória. Deduz-se daí que a relação contraditória vivenciada pelo populismo petebista, que transita de sua origem manipuladora e identificada com a liderança política para um grau de maior autonomização das entidades e organizações populares e de radicalização das propostas reformistas e nacionalistas, estejam presentes também no interior do PDT. Um partido identificado com uma liderança carismática numa relação de troca com as massas populares⁷² ou um partido com autonomia e bases solidamente estruturadas, principalmente nas entidades sindicais e organizações populares, eis o dilema que surge na origem pedetista.

O componente nacional é histórico. O documento de Lisboa recupera as principais lutas nacionalistas do PTB, fazendo referência explícita a Getúlio Vargas.

A Carta de Lisboa indica a articulação entre a política implementada pela ditadura e a realização dos interesses internacionais. Assim, o golpe de 64 e a exclusão do governo petebista de João Goulart foi fruto de uma aliança entre

*"a velha classe dominante brasileira e os agentes internos do imperialismo", que "não nos podendo vencer pelo voto, nos excluíram pelo golpe". "Por sua vez, o governo norte americano de então planejou e coordenou o golpe para evitar a aplicação da Lei de Remessa de Lucros que poria termos à espoliação do Brasil pelas empresas multinacionais"*⁷³.

A política econômica concentracionista e o endividamento externo são provas dessa relação entre o capital estrangeiro e as classes dominantes brasileiras. Assim, o texto de Lisboa identifica os interesses populares e os interesses nacionais, recuperando outro elemento próprio do discurso petebista anterior a 64, onde os interesses do povo e da nação se identificariam.

Os interesses populares e nacionais, assim articulados, confundem-se, identificando-se com as chamadas "Reformas de Base" em oposição aos "interesses imperialistas", que após vários anos de regime militar aprofundou sua posição de mando na economia.

A frase final da Carta é emblemática nesse sentido: *continuaremos*,

⁷²ver Weffort, Francisco - O Populismo na política brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1980.

⁷³Carta de Lisboa.

firmente, sob a inspiração da Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas, a caminhada junto ao povo que nos levará à emancipação da Pátria".

Por fim, o componente democrático do novo partido será realçado em duas direções. A primeira, diz respeito às tarefas visando a reorganização jurídica e política do país e a recuperação dos direitos cassados com a ação dos governos militares. São, portanto, reivindicações de ordem conjuntural. Apresentam-se nesse campo a luta pela Assembleia Nacional Constituinte, a anistia ampla, geral e irrestrita, a liberdade de organização partidária, o retorno à normalidade democrática, o fim da Lei de Segurança Nacional, o fim de todas as formas de censura, a liberdade de organização sindical, a defesa dos direitos humanos etc.

Em outra direção estão componentes ligados à ampliação da democracia, que não possuem esse caráter conjuntural, embora limitem-se ao universo representativo liberal, *"o Brasil democrático pelo qual lutamos será uma República realmente federativa, com progressiva descentralização do poder, onde o voto terá que ser proporcional, para que havendo a mais ampla representação das diversas forças políticas, não seja escamoteada a vontade popular"*.

Há ainda referências ao incentivo à participação popular, à luta pelo fim das discriminações raciais, particularmente dos negros e índios, o fim da violência e discriminação contra a mulher e os nordestinos etc.

Em termos de definições, a Carta avança quando estabelece que se busca um partido popular, de linha nacionalista e que projeta uma sociedade socialista e democrática. Aqui, há uma aproximação maior com alguns princípios básicos da social-democracia, na medida em que a relação entre o partido e os movimentos populares são, em tese, complementares e os últimos são vistos como autônomos, enquanto que o Estado apresenta-se como instrumento privilegiado nessa luta pela transformação da sociedade⁷⁴.

No entanto, apesar desta inovação, o trabalhismo do antigo PTB é recuperado numa série de passagens, dando a impressão de que a construção do texto é uma obra de "engenharia política" objetivando a acomodação dos vários grupos que participavam da reorganização do PTB.

⁷⁴ Segundo Weffort esta vinculação com o Estado também caracteriza o populismo, principalmente em sua fase nacionalista de meados dos anos 50. Para ele, *"Com efeito, é possível, mesmo com referência aos setores mais radicais, de uma espécie de obsessão nacionalista pelo Estado"*. Weffort, Francisco - *Op. Cit.*, pg. 41, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

A continuidade da história do PTB aparece em referências às reformas de base de João Goulart e à Carta Testamento de Vargas. ***"O grande desafio que nós trabalhistas, nos defrontamos hoje é o de nos situarmos no quadro político brasileiro para exercer o papel renovador que desempenhávamos antes de 1.964 e em razão do qual fomos proscritos"***⁷⁵.

Ainda, em relação às reformas de base, o documento afirma: ***"O desafio com que nos defrontamos é, por conseguinte, o de retomar as bandeiras daquela tentativa generosa de empreender legalmente as reformas institucionais indispensáveis para libertar as energias do povo brasileiro"***⁷⁶.

A Carta de Lisboa é, também, um documento que demarca campos entre aqueles que buscavam reorganizar o PTB em novos moldes, recuperando suas bandeiras populares, democráticas e nacionalistas e os antigos petebistas presos aos esquemas fisiológicos dos sindicatos e da burocracia estatal.

Estes, indiretamente, são alijados do processo de reconstrução do PTB quando se afirma que ***"a nova proposta começa com a repulsa àqueles que veem no ressurgimento do PTB uma sigla de fácil curso eleitoral"***.

A Carta de Lisboa, assim como o anúncio de refundação do PTB, marcado para o ano seguinte, procura recuperar o caráter nacional do antigo PTB quando se coloca ***"sob a inspiração da Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas"***.

O documento propõe uma reelaboração das linhas do trabalhismo quando se fala, por exemplo, que o trabalhismo vê com importância central ***"o nosso povo como sujeito e criador do seu próprio futuro, sublinhamos o caráter coletivo comunitário e não individualista da visão Trabalhista"***.

Quando aborda os pontos de referência para um programa, a Carta de Lisboa indica três compromissos do novo PTB. O primeiro, ligado à democratização; segundo, referente à legislação sindical e trabalhista e o terceiro, acerca da questão econômica. Nesse item, o texto é mais detalhado e busca apontar para as principais carências do povo brasileiro, indicando a retomada de uma política de crescimento econômico com distribuição de renda.

⁷⁵Carta de Lisboa.

⁷⁶*idem*.

A Carta de Lisboa deixa claro que há uma tensão presente nesta discussão entre o passado e o futuro do PTB, entre a continuidade e a ruptura, entre o arcaico e o moderno.

Em certa medida, o primeiro documento já anuncia aquilo que será a tônica da história pedetista: a busca de um partido com um projeto moderno e as ressonâncias do populismo e do cupulismo do antigo PTB.

3. - Manifesto: A Construção da Identidade Partidária

O texto do manifesto é um documento mais definido quanto ao perfil ideológico do, agora, PDT.

O manifesto possui duas partes articuladas entre si, onde os fundamentos ideológicos dão substância aos princípios e definições presentes no texto. Desta forma, ele começa apresentando os fundamentos do partido na herança do trabalhismo, *"de suas lutas históricas e na sua consciência democrática nacional"*. Tem como fontes inspiradoras a Declaração dos Direitos do Homem da ONU, a Carta Testamento⁷⁷ de Getúlio Vargas e a Carta de Lisboa.

A articulação desses elementos permitiu a construção de uma proposta de partido que se pretende instrumento da consolidação de uma sociedade *democrática e socialista*.

Para a realização deste objetivo, o PDT busca no trabalhismo a base ideológica para a sustentação desse projeto, pois, *"retoma a bandeira das lutas nacionais e populares pelas reformas de base em razão da qual foi deposto o governo constitucional de João Goulart"*⁷⁸.

Diferentemente da Carta de Lisboa, o manifesto é mais definido na forma de discutir o trabalhismo e a herança do PTB. As referências feitas ao trabalhismo se dão em torno de seus aspectos positivos ligados à mobilização popular, às reformas de base e à legislação trabalhista introduzida a partir de Getúlio Vargas.

Em certa medida, o texto delimita historicamente o campo que se pretende herdar do PTB. Sua fisionomia cupulista e fisiológica faz parte de um passado que o PDT não reivindica. É a recuperação do significado do trabalhismo e não propriamente do PTB.

⁷⁷ ver anexo.

⁷⁸ Manifesto de PDT.

A diferenciação apresenta-se quando da definição do trabalhismo e de seus compromissos. Aparece sempre, antes das definições de trabalhismo, a palavra "nosso", buscando distinguir-se do PTB reorganizado por Ivete Vargas.

O trabalhismo defendido pelo PDT assenta-se num tripé em torno da Democracia, do Nacionalismo e do Socialismo.

O discurso sobre a democracia está calcado, assim como na Carta de Lisboa, no consenso criado em torno da redemocratização do país e de respeito aos direitos humanos, daí a referência à Declaração dos Direitos Humanos da ONU.

O nacionalismo baseia-se no conteúdo da Carta Testamento de Vargas, que define os campos em torno dos interesses nacionais e populares.

Por fim, a idéia de construção de uma sociedade socialista, que será melhor precisada nos documentos posteriores, vem de princípios estabelecidos na Carta de Lisboa e da conjuntura que permitiu a aproximação de Brizola e do PDT com a Internacional Socialista.

Definidas as fontes inspiradoras do PDT, o manifesto apresenta 9 princípios pelos quais se orientará.

O primeiro deles é o que anuncia a definição do trabalhismo democrático. O trabalhismo modernizado, com o adjetivo democrático, possui duas ordens de valores fundamentais: o trabalho e a democracia.

O trabalho é valorizado ética e moralmente, buscando ressaltar seu papel na fundação própria da sociedade moderna. O trabalho é visto como *"fonte originária de todos os bens e riquezas, é a relação básica sobre a qual se constitui a vida social"*.

De outro lado, a democracia é apresentada como uma aspiração progressiva, sendo buscada cotidianamente no "crescente processo de auto-organização" da sociedade. Este processo deve ser incentivado, para que "a nossa sociedade venha a ser cada dia mais livre, mais fraterna e igualitária".

O PDT se propõe como um instrumento democratizador e, portanto, incentivador dessa auto-organização. *"O Partido Democrático Trabalhista (PDT) é uma organização política de natureza essencialmente dinâmica, democrática e democratizadora, que visa a transformação das estruturas econômicas e sociais no sentido do desenvolvimento harmônico e independente"*⁷⁹.

A segunda definição é da relação entre o trabalhismo e a nação brasileira.

⁷⁹*idem.*

Neste tópico, o PDT apresenta um dos seus mais importantes pilares: o conceito de nação. Este, aparece vinculado com o conteúdo imprimido pela Carta Testamento de Vargas, que *"expressa, com autenticidade e realismo, esse sentido popular e nacional de nosso processo histórico, assim como define rumos para o futuro e identifica as bandeiras que vem se opondo aos interesses fundamentais da Nação"*⁸⁰.

Para o PDT, a Nação brasileira é considerada *"como o conjunto do nosso povo, e dos valores autênticos de nossa nacionalidade. Como Nação, somos e seremos sempre o produto das lutas da criatividade e, sobretudo, do trabalho do nosso povo"*⁸¹.

O sentido da nacionalidade é vago, principalmente, se visto dissociado do contexto em que se produziu a Carta Testamento e do embate das forças políticas citadas no documento de Vargas.

A contraposição aos agentes internos do imperialismo aponta, nessa nova conjuntura, para uma política de alianças em torno de um novo projeto de desenvolvimento auto-sustentado e de inequívoco cunho nacionalista, como veremos adiante.

A Democracia Trabalhista é o terceiro item, no qual o PDT apresenta sua concepção de democracia.

A democracia e a participação política, organizada nos vários níveis societários, são apresentadas de forma vinculada. O texto sugere que o PDT entende a democracia como um conjunto de práticas sociais que só são possíveis numa situação de maior igualdade econômica e social. Nesse sentido, a democracia apresentada reveste-se de um caráter mais profundo que as garantias formais da democracia.

*"Nossa concepção de democracia consagra dois princípios fundamentais, o da igualdade e o da participação. A democracia só é real quando materializa ao nível das relações econômicas, sociais, políticas e culturais, os interesses e as aspirações fundamentais das grandes maiorias"*⁸².

O quarto tópico abordado é o do Trabalhismo e Valores Humanos, onde se destacam a valorização ética do trabalho, da individualidade e das relações do indivíduo com o coletivo, com a comunidade.

⁸⁰*idem.*

⁸¹*idem.*

⁸²Manifesto.

Nesse desenho de sociedade esboçada no manifesto, o PDT objetiva representar não a totalidade da sociedade brasileira, mas uma parte, que é a espinha dorsal do Brasil, composta basicamente pelos trabalhadores urbanos e rurais como núcleo central, passando pelas *"populações mais pobres e marginalidades, os desempregados e subempregados, os assalariados em geral, camponeses e pequenos produtores do interior, funcionários, profissionais, professores e estudantes, mães e donas de casa, aposentados, artistas e intelectuais, classes médias e empresários nacionais da indústria, do comércio e do campo, que aceitem o sentido social e o conteúdo ético e democratizador do programa democrático trabalhista"*⁸³.

É interessante observar a relação que se estabelece entre o todo (nação) e as partes que o compõem. O PDT busca representar um arco amplo de camadas e classes sociais em torno de seus ideais democráticos e nacionalistas. Nesse sentido, destaca que a aceitação da representação por parte dos empresários e outros setores da classe dominante dependem da aceitação do programa.

Supõe-se que tais ideais criam contradições com o empresariado devido ao seu caráter social. No entanto, a representação de classe das classes dominadas e das camadas médias da sociedade é tida como pressuposto.

Busca-se fugir da definição de representação de classe, recuperando certas indicações do trabalhismo varguista, particularmente em seu caráter universalista.

Na definição dos Direitos Democráticos e Sociais, o PDT apresenta um rol de 15 direitos que devem ser garantidos ao povo brasileiro, buscando o aprofundamento da democracia. Num certo sentido, esses tópicos reforçam o caráter popular do manifesto, já que atendem reivindicações de cunho democrático, auto-organizativo e conscientizador.

As transformações das relações políticas, econômicas e sociais são apresentadas no sétimo item "Trabalhismo Democrático, Propriedade Social e Propriedade Privada".

"O Trabalhismo Democrático considera que a propriedade, o capital, todos os meios de produção têm, acima de tudo, uma função social e seu uso, aproveitamento e exploração estão condicionados aos interesses da coletividade e ao conjunto da nação. É por isso mesmo, da essência do Trabalhismo Democrático promover a diversificação e a democratização das relações produtivas na direção

⁸³idem.

*do socialismo, de modo que diversas formas de gestão e propriedade social dos meios de produção - da natureza mais justa e humana, com base na cooperação e na solidariedade - possam ser incorporados, crescentemente, à vida econômica brasileira, independentes do Estado, mas enraizados nos interesses reais dos trabalhadores e de toda a população. Nessa perspectiva é que se insere o acesso crescente dos trabalhadores às decisões econômicas em geral, particularmente nas grandes empresas públicas e privadas, a co-gestão, a auto-gestão e o cooperativismo nos campos da produção, consumo e distribuição; especialmente nos ramos que mais afetam as necessidades populares e os problemas fundamentais dos pequenos e médios produtores. Só a prática da democracia decidirá a conveniência e a característica de cada uma dessas formas e a relação adequada entre eles"*⁸⁴.

Podemos notar que há uma preocupação em impor certos limites à ação do capital, no sentido de retirar-lhe, ao menos em parte, o poder decisório, uma vez que este deve estar condicionado aos interesses sociais.

Certas afirmações deste documento aparecem de forma vaga e imprecisa, pois não definem nem apontam os rumos das transformações, nem sequer como elas se operariam na direção do socialismo. Qual seria esta direção? Ou, como materializar a democratização das relações de produção, buscando uma "natureza mais justa e humana" baseado na cooperação e solidariedade?

O texto indica, apenas, a conquista do acesso às decisões do capital, democratizando-o e o incentivo à experiências cooperativas e de auto-gestão como mecanismos privilegiados dessas transformações. Em certo sentido, preocupa-se em não definir de antemão o mecanismo mais viável, buscando acentuar seu caráter democrático nas decisões. No entanto, abstém-se de definir o papel do Estado nessas transformações, assim como dos sindicatos e outras organizações da sociedade civil.

Ainda nesse item há indicações sobre qual deve ser o espaço para o capital privado. Assim como o anunciado no parágrafo acima, há a submissão do capital aos interesses nacionais e coletivos. Embora no referido parágrafo a organização econômica não se vincule necessariamente ao Estado, este aparece como elemento planificador da economia e, em certa medida, executor e até definidor dos interesses nacionais e coletivos. O capital privado e a livre iniciativa são vistos como im-

⁸⁴Manifesto.

portantes elementos mobilizadores de investimentos e o PDT aponta a necessidade de incentivos à pequena e média produção. No entanto, *"condiciona-os ao desenvolvimento planejado e independente de nossa economia e ao bem-estar e direitos sociais do povo brasileiro, às garantias do trabalho e à justa distribuição dos frutos da produção"*⁸⁵.

Para a promoção desta organização nas relações entre o capital privado, o Estado e a sociedade, na visão pedetista, o pilar é o próprio Estado. *"Por conseguinte, o Trabalhismo adota e preconiza a intervenção do Estado no domínio econômico através de legislação e instrumentos legais adequados, como forma de defender o conjunto do país e nossos recursos naturais da espoliação internacional e da exploração predatória, de promover o nosso desenvolvimento independente e assegurar o bem-estar coletivo e a justa distribuição de renda, impedir e combater a exploração do povo, o enriquecimento ilícito e todas as formas de corrupção. A intervenção do Estado que o Trabalhismo Democrático preconiza e defende, caracteriza-se pelo seu conteúdo social e amplo controle democrático da gestão"*⁸⁶.

Aqui o texto avança nos objetivos e ações do Estado, defendendo sua intervenção e ação reguladora, aproximando-se teoricamente da proposta de consolidação de um Estado de bem-estar social, a partir da ação concreta do Estado como instrumento privilegiado de política econômica e social, de caráter distributivo. As idéias principais do manifesto nesse campo garantem certa singularidade do PDT no espectro partidário brasileiro em oposição às teses liberais, e mesmo, às socialistas tradicionais, na medida em que procura conciliar o capital e a propriedade privada numa proposta que prevê a intervenção do Estado e a planificação da economia.

Há, ainda, dois tópicos importantes no manifesto que ajudam a conformar a estrutura teórica e política do PDT.

Trabalhismo Democrático e Desenvolvimento é o que aborda a proposta econômica que visa a retomada do desenvolvimento econômico num outro patamar, diferente das políticas desenvolvimentistas dos anos 50 e do padrão de acumulação do regime militar, de cunho distributivo, autônomo e independente.

Esse novo projeto de desenvolvimento possui três características básicas:

⁸⁵*idem.*

⁸⁶*idem.*

1) a existência, a partir do Estado, de um poder regulador sobre o capital privado, já que *"o desenvolvimento nacional independente, pressupõe poder decisório e disciplinador sobre o processo de acumulação e investimento em nosso país"*, de modo que essa nova política de desenvolvimento combine crescimento econômico com distribuição de renda;

2) o reordenamento das relações econômicas internacionais e das estruturas internas correspondentes. Ou seja, o documento identifica a espoliação e a dependência externa como fatores fundamentais do atraso e da pobreza no Brasil e, portanto, aponta a necessidade de alterações profundas nessas relações e nas *"estruturas internas de produção. A transformação das estruturas internas de produção e poder se relaciona, intimamente, com nossa independência e soberania frente às economias e governos estrangeiros. A alternativa Democrática Trabalhista é a de firme e sistematicamente, através de políticas e decisões democráticas, promover e realizar a eliminação dos privilégios internos e todos os fatores de nossa dependência externa"*; e

3) como consequência central das características anteriores está a regulamentação e controle sobre o capital estrangeiro. Nesse sentido, o texto é categórico pois, *"o desenvolvimento nacional autônomo está estreitamente vinculado à política do capital estrangeiro cuja entrada, aplicação, presença, remuneração e retorno devem ser rigorosamente disciplinados e controlados, subordinando-os aos interesses do povo brasileiro e à valorização do trabalho nacional"*.

O último tópico é sobre política internacional que representa o espírito da Internacional Socialista e do movimento de países não-alinhados. O PDT baseia-se na garantia da soberania nacional, na defesa da auto-determinação dos povos, na política de desarmamento e no reforço dos organismos internacionais na resolução de conflitos e litígios entre os países. O PDT defende a aproximação com os países recém libertados da guerra colonial na África e Ásia, assim como indica a necessidade de mudanças nas relações entre Norte e Sul. O documento aponta ainda para o problema das relações internacionais e a soberania nacional em termos de política tecnológica e relações financeiras. O PDT *"reivindica uma nova ordem econô-*

mica mundial que assegure a defesa de nossos recursos naturais e humanos, a proteção dos preços de nossas exportações, a existência de relações financeiras justas, o acesso a todas as conquistas científicas e tecnológicas da humanidade, e a garantia de uma participação igualitária nos organismos internacionais".

O manifesto do PDT é um documento que fundamenta e funda a própria identidade pedetista. Embora não possa ser tomado como balisador da ação do partido e de seus membros individualmente, deve ser considerado de extrema importância na consolidação da linha político-ideológica do PDT.

Se, por um lado, é um texto preso às contradições⁸⁷ que fazem parte da própria história do trabalhismo e de sua continuação pretendida pelo PDT, por outro lado, aponta perspectivas de mudanças no cenário político nacional, articulando uma proposta democrática e nacionalista, com um socialismo difuso e ambíguo, mas que se pretende parte integrante da tradição social-democrata.

Nesse sentido, alguns tópicos apresentados no manifesto buscam criar a identidade partidária comprometida com a perda da sigla e a própria interrupção no processo democrático com o golpe de 64. Esta identidade se construirá a partir da articulação dos elementos teóricos e políticos presentes nos primeiros documentos do PDT e da ação política concreta.

Neste aspecto, que veremos mais detalhadamente adiante, o PDT marca sua ação na defesa de propostas nacionalistas e democráticas, deixando o elemento social-democrático para um segundo plano, pois o componente político-eleitoral, envolvendo a figura de Leonel Brizola, muitas vezes obstaculiza esta discussão e, mesmo, a implementação de ações concretas.

⁸⁷As contradições referem-se basicamente às tensões entre a liderança populista e as organizações populares e os conflitos surgidos da radicalização das propostas.

4. - O Programa

O programa do PDT possui uma primeira versão que data da sua fundação em 1980, e tem uma estrutura presa às necessidades políticas e econômicas colocadas pela conjuntura da época. Assim, é um documento que propõe, de imediato, a luta pela democracia e a resolução de problemas sociais e econômicos no âmbito de uma crítica genérica à política do regime militar.

O programa possui, ainda, elementos importantes para a elaboração de um perfil social-democrata, com definições acerca do papel e o espaço do Estado, as relações com o capital privado, em especial o estrangeiro, e o papel reservado aos movimentos sociais.

No entanto, devido às profundas transformações no cenário político e econômico mundial verificado nos últimos anos, com o fim da bipolaridade e o ressurgimento das teses liberais, aplicadas em maior ou menor grau em quase todos os países, o PDT fez ajustes e correções em seu programa e promoveu atualizações políticas em seus principais documentos durante seu terceiro Congresso, realizado em 1.992.

Desse modo, apresentaremos o Programa incluindo os adendos recebidos através do documento síntese do 3o. Congresso, o Projeto Brasil-94.

A estrutura do Programa do PDT se apresenta em seis tópicos divididos da seguinte forma: 1) Compromissos Prioritários, 2) Plano Político, 3) Plano Econômico, 4) Plano Social, 5) Educação e Cultura e 6) Política Internacional.

Os chamados "Compromissos Prioritários" indicam um conjunto de prioridades e responsabilidades que o PDT assume com relação às crianças e jovens, aos trabalhadores, às mulheres, às populações negras, aos indígenas, à questão ambiental e à soberania nacional. O compromisso com estes setores mantém-se inalterado e permanece como linha mestra de intervenção do PDT, referendado no 3o. Congresso.

4.1. - A Questão Política

Os pontos levantados no Plano Político estão, em boa parte, condicionados pela conjuntura de princípio dos anos 80, pois tratam, no fundamental, do desmantelamento do Estado autoritário.

Fazem parte do rol de reivindicações do programa pedetista a anistia ampla, geral e irrestrita; a liberdade de organização dos partidos políticos; a convocação de

uma Assembléia Nacional Constituinte, que assegure a instalação de um Estado de direito pleno; eleições em todos os níveis; direito de voto do analfabeto; eleição em todos os municípios, territórios e Distrito Federal; fim da Lei de Segurança Nacional e da Lei de Imprensa; liberdade de culto e de associação; liberdade e autonomia sindicais e direito de greve, reivindicações estas que, no fundamental, foram atendidas na transição e na Assembléia Nacional Constituinte de 87/88.

Deste modo, a atualização proposta pelo Projeto Brasil-94 procurará inserir um discurso adequado aos anos 90, em meio ao debate da Revisão Constitucional.

O PDT se colocará em defesa do Presidencialismo e contrário à Revisão Constitucional, criticando-a pela voracidade com que os grupos econômicos e as elites buscam se apossar de posições mais privilegiadas ainda, através do desmantelamento do Estado e de sua capacidade interventora.

Nesse quadro de crítica ao "neoliberalismo" e de suas propostas de privatização do Estado, o PDT se colocará contrário às políticas de privatistas inseridas no Programa Nacional de Privatizações do Governo Collor e se oporá, em bloco, à Revisão Constitucional.

*"A proposta do chamado Estado mínimo é apenas, quando feita de boa fé, uma das tantas ilusões do neoliberalismo. O Estado não tem de ser mínimo, nem máximo; tem de ser suficiente para assegurar o exercício de suas responsabilidades: a soberania do país, o desenvolvimento de sua economia e a justiça social. O Estado mínimo que nos tem sido proposto não atende a essas responsabilidades; ao contrário, aprofundará e perpetuará o quadro de desigualdades sociais em que vivemos. Esse Estado mínimo, portanto, é uma forma de neocolonialismo"*⁸⁸.

O PDT propõe a reforma do Estado visando seu fortalecimento, *"restaurando-lhe a grandeza e a dignidade e garantindo-lhe a capacidade de tributar, poupar e investir"*, como mecanismo de retomada do crescimento econômico com justiça social. Destaca-se a vinculação entre um Estado forte e a necessidade de manutenção da soberania nacional, entendida também como fundamental para o desenvolvimento da economia.

No plano político, o Projeto Brasil-94 propõe um conjunto de medidas visando reforçar os mecanismos democráticos para garantir a execução das chamadas "reformas de base" com um presidencialismo democrático.

⁸⁸Projeto Brasil-94, pg. 10.

Para o PDT, é chegada a hora de se recolocar a proposta das "reformas de base", no sentido de se consolidar uma nova estratégia de desenvolvimento, com uma política de distribuição de renda, de garantia de pleno emprego, num quadro de fortalecimento do Estado.

Para implementar essas reformas o PDT vê a necessidade de transformações na organização própria do Estado, assim, *"O PDT quer encaminhar reformas que deverão mudar as práticas corporativas e clientelísticas em todos os níveis da administração pública. Como governo é muito o que pode ser feito para redirecionar relações distorcidas com o Congresso Nacional e com o Poder Judiciário. No entanto, cabe aos defensores do interesse público à frente de todas as instâncias de poder vigentes, possibilitar novas estruturas administrativas e de participação social."*⁸⁹

Tais mudanças permitiriam a estruturação das reformas necessárias, que passam pela democratização do Estado e da sociedade. A realização dessas reformas só será possível *"democratizando a sociedade e o Estado, desconcentrando poderes e riquezas e descentralizando atividades, à União cabe ser indutora dessas transformações"*⁹⁰.

Relacionando o atual estágio da democracia brasileira com os imperativos das reformas reclamadas pelo PDT, o Projeto Brasil-94 destaca a necessidade de transformação do Poder Judiciário, democratizando-o e livrando-o dos corporativismos.

Para o PDT, *"O Poder Judiciário deverá inserir-se no projeto de transformação da sociedade por mecanismos que facilitem a sua agilização e evite o emperramento das conclusões das disputas judiciais(...)". A democratização da Justiça, privilegiando processamento rápido dos conflitos eventuais associados às reformas de base, referendando seus métodos e objetivos. A democratização da Justiça, ao lado da sua necessária independência, passam também pelo cuidado em fazer prevalecer os interesses da sociedade ou do Estado sobre os privilégios econômicos, sociais e corporativos"*⁹¹.

Ainda em relação ao plano político, o PDT propõe a readequação progressiva das bancadas federais na Câmara dos Deputados, que se mantêm de acordo com a

⁸⁹Projeto Brasil-94 (primeira versão), pg. 5.

⁹⁰Projeto Brasil-94, pg.11.

⁹¹*idem*, pg. 11.

estruturação elaborada pelo regime militar onde cada Estado da federação tem direito a um mínimo de 8 e um máximo de 70 deputados, sub-representando as populações dos Estados mais populosos; ainda que se mantenha a estrutura federativa existente no Senado.

Associado ao item anterior, nos debates em torno da Revisão Constitucional, o PDT mantém os princípios expostos já na Carta de Lisboa de defesa do sistema eleitoral proporcional, como forma de aperfeiçoamento da democracia, garantindo as representações políticas das minorias. Este tópico tornou-se, assim como aqueles que tratam da política de privatização, um divisor de águas durante os debates no Congresso Nacional.

Por fim, merece destaque a insistência com que o PDT trata da questão da democratização dos meios de comunicação, como condição necessária à ampla discussão das reformas e dos destinos do país.

4.2. - A Questão Econômica

Assim como se operaram mudanças de conteúdo político, na economia novas demandas e necessidades se fizeram presentes, alterando pontos conjunturais presentes no Programa, embora mantivessem em linhas gerais os principais termos que configuram o discurso social-democrata do PDT.

O texto é construído sobre uma análise acerca do modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, onde a presença excessiva do capital estrangeiro e de grupos monopolistas aliados à uma política concentracionista e conservadora, geraram uma situação econômica contraditória de um país com um imenso parque produtivo (oitava economia do mundo capitalista) aproximando-o de padrões de Primeiro Mundo e bolsões cada vez maior de miséria espalhados pelo seu vasto território.

Assim, a proposta econômica do PDT consiste numa reversão desse quadro, a partir da consolidação de um novo plano de desenvolvimento nacional que, através da intervenção crescente do Estado, possa implementar uma política econômica capaz de garantir a elevação dos patamares salariais, uma melhor distribuição de renda, o pleno emprego e uma nova inserção do Brasil na ordem internacional.

O Estado aparece como elemento definidor e realizador de política econômica capaz de mobilizar as energias nacionais na obtenção de certas metas. A política de pleno emprego é apresentada no rol de prioridades e o Estado é o catalisador de

investimentos, privados e públicos, para garantir a realização, assim como as políticas salariais, de elevação do salário mínimo e de distribuição de renda.

*"O Estado, como agente potencializador da economia, deve intervir no mercado e construir uma política específica de geração de emprego e renda e garantir o trabalho como instrumento de auto-realização, exercício pleno da cidadania, principal veículo de bem-estar e ascensão social. O Estado é regulador do mercado, devendo construir mecanismos redistributivos"*⁹².

O Estado apresenta-se, ainda, enquanto organizador de uma política agrária que inclui uma reforma agrária anti-latifundiária e nacional, capaz de impedir a acumulação de terras nas mãos do grande capital estrangeiro, e a adoção de várias formas associativas no campo, como os Condomínios Rurais do Rio Grande do Sul⁹³ e as cooperativas.

Na visão do PDT, ao Estado deve ser reservado um papel de planejador da economia, articulando a ação dos setores público, privado e cooperativo, definindo metas e imprimindo um forte conteúdo social às suas políticas. É a adequação dos pressupostos keynesianos à realidade brasileira, dotando-os de um conteúdo social, próprio das experiências sociais-democratas, e político, como substrato do trabalho, na medida em que reveste essa política de forte tonalidade nacional.

O intervencionismo e o nacionalismo ficam explícitos nos itens que abordam a política energética, ciência e tecnologia, transportes, dívida externa e na regulamentação do capital estrangeiro.

*"A presença e a ação do capital estrangeiro deverão ser disciplinadas por legislação que estabeleça rigorosamente sua admissão somente em casos especiais e que defina os setores onde sua participação se faz em caráter obrigatoriamente minoritário. O retorno desse capital, a remessa de lucros, o pagamento de royalties e serviços técnicos serão igualmente regulados, proibindo-se os reinvestimentos como fonte de recurso de lucros. Serão nacionalizados os setores estratégicos da economia brasileira que foram entregues ao capital multinacional"*⁹⁴.

⁹²*idem*, pg. 63.

⁹³ Muitas dessas referências são associadas às experiências realizadas por Leonel Brizola quando era governador do Rio Grande do Sul.

⁹⁴ Programa do PDT.

Essa contradição com o capital estrangeiro fica clara, na medida em que se avançam nas definições do papel do Estado na economia, pois a este *"se reservará a propriedade dos ramos estratégicos da produção (tais como energia elétrica, a siderurgia e suas matérias primas, o petróleo e seus derivados, a indústria química e farmacêutica, os recursos minerais escassos, material bélico, as redes de comunicação, o sistema bancário e financeiro, os serviços urbanos básicos, o comércio exterior). Os trabalhadores terão participação na gestão da empresa pública e esta deverá estar submetida ao controle democrático dos órgãos de representação popular"*⁹⁵.

Por fim, o Programa afirma que um dos instrumentos de realização de políticas distributivas é a política tributária, que atuaria diretamente sobre os lucros e rendas exorbitantes, eliminando *"os subsídios e incentivos fiscais, proibindo-se às empresas estrangeiras"*, para garantir o desenvolvimento e formas de distribuição de renda.

No entanto, a persistência da recessão ao longo dos anos 80, com seus desdobramentos sociais (desemprego, miséria, violência, perda de poder de compra dos salários etc.), a manutenção de políticas econômicas conservadoras, a adoção do receituário monetarista do FMI e do BID, a concentração de recursos na "ciranda financeira", a política de privatizações e o impacto das inovações tecnológicas no mercado de trabalho, obrigaram o PDT a atualizar seu programa.

Em linhas gerais, as orientações acerca do papel do Estado permaneceram. Foram incluídos tópicos que buscavam atualizar o Programa em relação às dificuldades dos anos 90.

Assim, o Projeto Brasil-94 propõe, baseado na crítica ao "neoliberalismo" implementado, principalmente, por Fernando Collor, uma política de fortalecimento das estruturas do Estado, para que este readquira sua capacidade de intervenção e coordenação, ainda que as referências ao "socialismo democrático" tenham praticamente desaparecido.

Desse modo, o fortalecimento do Estado contribuiria para a retomada do crescimento econômico, inaugurando um novo processo de desenvolvimento.

Essa retomada do desenvolvimento econômico parte de pressupostos diferentes daqueles dos defensores do "neoliberalismo", insistindo na capacidade do Estado, na criação de uma estratégia de desenvolvimento que considere as caracterís-

⁹⁵idem.

ticas da economia brasileira, no seu aspecto tecnológico e científico e potencial, e os mecanismos de inserção do Brasil no cenário mundial, destacando-se aqui o discurso em torno da soberania nacional.

É impossível compreender o discurso em torno da soberania nacional sem considerar a importância estratégica da conquista tecnológica para o PDT.

*Afinal, "Estamos ingressando num novo ciclo de dominação, que subtrai a soberania de nações pretensamente independentes, através da dominação tecnológica, em que um punhado de países é capaz de gerar os padrões de produção e de consumo a serem observados pelo resto do mundo."(...) "Quando o país dependente consegue contornar essas dificuldades e, com competência e decisão, constrói uma estrutura de realizações tecnológicas próprias, como aconteceu com o Brasil que criou uma estrutura de poder no campo tecnológico industrial, os instrumentos do poder hegemônico a desmonta e destrói, geralmente com a conivência dos prepostos nativos"*⁹⁶.

O Projeto Brasil-94 defende que o Estado deve buscar criar condições para o desenvolvimento tecnológico, através de linhas de pesquisa, de incentivo às pequenas e médias empresas e, principalmente, utilizar-se de suas empresas estatais.

*"No caso brasileiro, as únicas estruturas que reúnem estas condições são as empresas estatais estratégicas. Não é por acaso que os mais efetivos centros tecnológicos existentes no país estão localizados em empresas como a Petrobrás, a Embratel, a Eletrobrás, a Embraer, a Vale do Rio Doce ou nas universidades e institutos que realizam pesquisas em conjunção com estas empresas"*⁹⁷.

Como veremos adiante, na discussão em torno da ação política, os pressupostos econômicos apresentados no Programa e no Projeto Brasil-94, ainda que este estivesse condicionado pelas eleições presidenciais, diferenciam o PDT no espectro partidário brasileiro - com um programa alternativo às teses neoliberais, reforçando o papel do Estado, ao mesmo tempo que recuperando elementos do discurso nacionalista dos anos 50.

⁹⁶Projeto Brasil-94, pg. 22.

⁹⁷*idem*.

4.3. - Políticas Sociais

O Programa do PDT aponta uma série de intervenções possíveis do Estado no sentido de consolidar uma rede de atendimentos universais, que conformam o leque das políticas sociais.

Aqui também fazem-se presentes reivindicações conjunturais, determinadas pela manutenção do Estado autoritário em princípio dos anos 80 relacionadas ao direito trabalhista, que caíram em desuso, principalmente após a promulgação da atual Constituição.

O Programa apresenta propostas de reformulação e reestruturação de mecanismos já existentes como o Sistema Financeiro da Habitação e o Banco Nacional de Habitação, a Justiça do Trabalho, o Sistema Previdenciário etc., muitos deles projetados por Vargas.

Os princípios defendidos no Programa afirmam que tais mecanismos devem privilegiar as populações de baixa renda e, na medida do possível, estar sob controle dos trabalhadores.

Para o PDT, o Estado deve possuir estruturas capazes de minorar as dificuldades das populações carentes, corrigindo as distorções apresentadas pelo mercado através de políticas compensatórias, de caráter universalista.

As estruturas privadas de previdência, de saúde e educação podem existir, mas o Estado deve garantir o acesso às estruturas públicas de qualidade.

No caso da educação, o Programa prevê a criação de instituições que garantam o acesso ao ensino público e gratuito integral aos filhos de trabalhadores e da população de baixa renda. Exemplo da aplicação desse programa pode ser verificado na implantação dos Centros Integrados de Educação Pública, os CIEP's, no estado do Rio de Janeiro durante os governos de Brizola, que preservaram os princípios defendidos no Programa.

No entanto, o conceito de política social será aprofundado no Projeto Brasil-94 onde a Seguridade Social aparece como uma proposta concreta, interligada a um projeto mais amplo.

Para o PDT, *"a Seguridade Social envolve o sentido integrado das Previdência Social, de Saúde e de ação de Assistência Social" (...)*
"A seguridade é universalizada, sendo direito de todos, independente de ser contribuinte ou não, receber certos benefícios como o do

acesso à saúde, a assistência à velhice, o pagamento de pensão vitalícia aos idosos"⁹⁸.

Previdência Social, Saúde e criação de políticas de bem-estar são vistas num conjunto integrado, devendo ter um orçamento único, financiado preferencialmente pelos empregadores, rompendo com a atual relação existente entre os institutos e órgãos de políticas sociais e seus beneficiários, onde os últimos financiam o Estado e o atendimento de setores privilegiados.

"O PDT propõe que se implante efetivamente uma política de financiamento da Seguridade Social que diversifique sua base de contribuição, com redução da participação da contribuição dos empregados, aumento das formas de contribuição pelo faturamento líquido, acompanhados de mecanismos aperfeiçoados de combate à sonegação"⁹⁹.

Além desse debate sobre o financiamento e a integralidade das políticas sociais, inserido no discurso do PDT após seu 3o. Congresso, o Projeto Brasil-94 destaca a necessidade de implementação de políticas compensatórias em caráter de emergência, em função dos efeitos da crise sobre as populações mais pobres.

Tais políticas não podem ser definidas ideologicamente, se são ou não social-democráticas, mas devem ser vistas num quadro de crítica ao modelo econômico e de seus efeitos sociais, insolúveis dentro do discurso sobre a eficácia dos mecanismos de mercado, tão caros aos neoliberais.

4.4. - Movimentos Sociais

Embora presente de uma maneira difusa no Programa, faz-se necessário um rápido exame sobre a conceituação que o PDT tem sobre os movimentos sociais e o papel reservado a eles nesse processo de transformação.

Parte integrante da história da social-democracia européia, os movimentos sociais sempre jogaram um papel decisivo na definição de políticas, nas reivindicações econômicas, na consolidação de identidades de classe e, alavancaram o desenvolvimento político dos partidos sociais-democratas, principalmente o movimento sindical.

⁹⁸Projeto Brasil-94, pg. 58.

⁹⁹*idem*.

As experiências européias são impossíveis de serem transplantadas no tempo e no espaço, mas fornecem-nos elementos para reflexão teórica e política, uma vez que os partidos que reivindicam a matriz social-democrata no Brasil devem relacionar-se com tais movimentos, buscando uma interação cada vez maior e consolidando bases de apoio expressivas.

Esta preocupação se potencializa na medida em que observamos a fragilidade das ligações entre tais movimentos e o PDT (e também o PSDB) e, em certo sentido, a consolidação de um caminho inverso ao europeu, onde os partidos são estruturados e, posteriormente, busca-se sua inserção nesses movimentos.

O PDT possui uma preocupação, desde a fundação, em consolidar-se nos movimentos sociais, particularmente nos sindicatos e no movimento estudantil.

O Estatuto do PDT prevê a organização do Movimento Trabalhista, como órgão de ação partidária, cuja função principal é a arregimentação de base sindical ao partido, assim como a estruturação de suas reivindicações. Busca-se reorganizar o trabalhismo e recuperar sua base de apoio. No entanto, aparecem alguns pontos de ruptura com o antigo PTB, na medida em que é reafirmado com ênfase a necessidade de se criar um movimento sindical livre, pluralista e independente do Estado. Já na Carta de Lisboa isto fica explícito quando se afirma que *"nós, Trabalhistas, militaremos, ativamente em todas as frentes e, porque o nosso projeto é pluralista, não pretendemos absorver ou manipular os sindicatos ou as organizações populares das mais diversas origens"*¹⁰⁰.

Nos Estatutos do PDT são definidos os objetivos do Movimento Trabalhista do PDT da seguinte forma:

- "a) integrar as classes trabalhadoras e assalariadas à vida partidária;*
- b) proporcionar, dentro do Partido, aos trabalhadores, o exame e debate de temas e problemas de interesse da classe;*
- c) valorizar o trabalho como fonte essencial de riqueza e do poder nacional e lutar pela liberdade dos órgãos de classe e pelo direito de greve;*
- d) promover e organizar ciclos de estudos, seminários, fóruns de debates, conferências, simpósios e outras reuniões sobre assuntos que lhe dizem respeito; e*

¹⁰⁰Carta de Lisboa.

*e) colaborar com a direção do Partido e respectivas Bancadas, quando necessário ou conveniente"*¹⁰¹.

O discurso pedetista sobre o movimento sindical busca recuperar a experiência do trabalhismo pré-64 para proceder à crítica aos rumos do movimento sindical atual. *"Pela sua trajetória histórica, o PDT dispõe de tantos elementos que a experiência lhe assegura para não submergir à confusão política e ideológica que domina o movimento sindical e não se deixar entrincheirar em quaisquer das centrais sindicais"*¹⁰².

O PDT procura construir sua base sindical como alternativa aos rumos da CUT, Central Única dos Trabalhadores, e da Força Sindical, embora os sindicalistas pedetistas atuem nas duas Centrais. Para o PDT, a Força Sindical sucumbiu ao discurso neoliberal, abraçando as teses do Estado mínimo e *"engajando-se nas iniciativas de liquidação do patrimônio nacional do povo trabalhador"*, enquanto que a CUT mantém-se à distância desse *"combate político que as forças e setores democráticos devem empreender em defesa do patrimônio nacional"*.

Para o PDT, a linha divisória para o movimento sindical está atrelada ao debate em torno do "neoliberalismo" e da discussão sobre o tamanho e o papel do Estado.

*"O movimento sindical pode incorrer em grave erro ao deixar à margem da agenda de debates nacionais a questão básica: ignorar que, em lugar do Estado mínimo, com a classe trabalhadora atada à perversa predominância das leis de mercado, o combate político deve se concentrar na democratização do Estado, sua transformação e radical alteração na sua composição, de tal maneira que, incorpore forças sociais hoje excluídas."*¹⁰³.

O posicionamento firme em torno dessas questões deve garantir o fim do divisionismo e a conquista efetiva da unidade do movimento sindical. O Projeto Brasil-94 propõe a unificação do movimento sindical brasileiro.

Nesse contexto, *"as estratégias políticas para o movimento sindical devem manter, a partir de perspectivas nacionais das classes trabalhadoras, a permanente e justa defesa das reivindicações econômicas e sociais das diferentes categorias de trabalhadores"*.

¹⁰¹Estatuto do PDT, Cap. III, Art. 24.

¹⁰²Projeto Brasil-94, pg. 71.

¹⁰³*idem*.

organicamente associados aos interesses gerais da sociedade brasileira"¹⁰⁴.

A proposta para o movimento sindical, excetuando-se as questões específicas acerca do funcionamento, financiamento e atendimento das reivindicações próprias do sindicalismo, são apresentadas dentro do conjunto programático do PDT, onde os movimentos sociais adquirem um importante papel na execução global da proposta.

*"A proposta trabalhista permite, sem dúvida, repor, em termos justos, os interesses dos trabalhadores, papéis e posições que o Estado deve assumir na economia. Ao invés de um Estado patrimônio de alguns grupos, a concepção histórica trabalhista aponta para a construção do Estado da Cidadania, intervindo na economia, respeitando a liberdade e autonomia das entidades sindicais, não as usando como correia de transmissão de interesses partidários para preservar e assegurar seu pleno exercício pelo povo trabalhador"*¹⁰⁵.

Apesar dessa construção teórica que associa princípios trabalhistas, com seu forte componente nacional, e socialistas no combate ao "neoliberalismo", o PDT apresenta pouca penetração no movimento sindical nacional, sem constituir-se em alternativa à CUT ou à Força Sindical.

A atuação de sindicalistas pedetistas no interior da CUT ou da Força Sindical são sinais fortes de fragilidade do movimento sindical do PDT, que não conseguiu impor-se enquanto alternativa aos trabalhadores e sequer estabelecer uma plataforma única de atuação. Setores sindicais mais radicais incorporaram-se à CUT desde sua fundação, enquanto outros se engajaram posteriormente na criação da Força Sindical. Em certa medida, há uma contradição profunda entre a execução do projeto pedetista e os imperativos eleitorais, uma vez que é clara a vinculação da CUT e da maioria de seus sindicalistas com o PT, adversário circunstancial de Brizola e do PDT.

Além disso, fica evidente que a cisão entre trabalhistas históricos e defensores de um projeto de cunho social-democrata, oriundo do antigo PTB, se faz presente no movimento sindical, apresentando tendências ao "peleguismo" e ao "ministerialismo" em parte do movimento sindical pedetista, enquanto outra parte se notabiliza por uma maior engajamento em mudanças econômicas e sociais. Tais

¹⁰⁴*idem.*

¹⁰⁵*idem.*

tendências podem ser verificadas nos sindicalistas pedetistas de São Paulo e Rio de Janeiro.

A exemplo do Movimento Trabalhista, o Estudantil também possui status diferenciado de órgão de ação partidária. Posteriormente, o Projeto Brasil-94 ampliará o leque de intervenção neste segmento, discutindo problemas referentes à juventude e ao jovem trabalhador, estudante ou não.

A participação do PDT nas instâncias tradicionais do movimento estudantil, como a UNE e as UEE's (Unões Estaduais de Estudantes), sempre esteve ligada à presença de grupos internos ao PDT, em geral mais à esquerda e com plataformas socialistas, principalmente àqueles ligados à Luis Carlos Prestes e outros egressos do PCB.

O PDT promove esforços na organização do movimento de mulheres e de negros, buscando integrá-los, cada um dentro da especificidade de sua luta, à vida partidária e ao projeto mais global de mudanças propostas.

5 - Ação Política

Como havíamos afirmado anteriormente, os documentos partidários fornecem-nos um conjunto de elementos imprescindíveis para a análise do perfil ideológico e político dos partidos brasileiros, em particular daqueles que se propõem enquanto alternativas programáticas e éticas. Desse modo, a leitura que o PDT tem da realidade nacional e de si próprio torna-se um componente necessário, embora não suficiente, para determinarmos as especificidades de sua proposta, assim como seus alcances e limites.

Assim, para complementarmos este quadro em relação ao PDT, faz-se necessário apreciarmos alguns tópicos que marcam a ação política desse partido, de modo a confrontarmos os princípios políticos e ideológicos com a prática cotidiana e determinarmos qual o real espaço ocupado pela ideologia no interior do partido, além de verificarmos os pontos de tensão entre teoria e ação política.

Do conjunto de elementos disponíveis para avaliarmos a ação concreta de um partido do porte do PDT, destacaremos aqueles que se relacionam com o tipo de sociedade e Estado defendidos pelo programa do partido.

Assim, analisaremos a atuação da bancada parlamentar federal do PDT em dois momentos privilegiados para o estabelecimento de um modelo de Estado coerente com os princípios expressos no programa. Estes momentos são os trabalhos

da Assembléia Nacional Constituinte no período de 87/88 e os trabalhos em torno da Revisão Constitucional em 93.

A Assembléia Nacional Constituinte constituiu uma arena de exposição de projetos alternativos para a organização política, econômica e social do país, onde cada partido pode expor suas saídas para a crise, assim como propor caminhos diferenciados para a superação de entraves históricos do Brasil. Em certa medida, a ANC serviu também para uma confrontação não apenas entre projetos, mas entre forças sociais conflitantes. A maneira como o PDT se portou nesses conflitos e as alternativas por ele apresentadas podem nos indicar com mais precisão os contornos do projeto pedetista.

Destes debates destacaremos aqueles em torno do Estado nacional, por apresentar-se como questão estratégica para o PDT em todos seus documentos, e do presidencialismo.

Fora da esfera parlamentar o PDT notabilizou-se pelo governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro nos períodos de 83/86 e 91/94. Ainda que não façamos uma apreciação minuciosa desses dois governos, eles podem ser-nos útil no sentido de buscarmos as áreas de atuação prioritárias do executivo pedetista, considerando as dificuldades impostas tanto pela crise econômica como pelas limitações de um governo estadual.

Por fim, resta-nos observar algumas contradições presentes no PDT que se manifestaram principalmente quando da aproximação do governador Leonel Brizola com o ex-presidente Fernando Collor de Mello. Tal aproximação obriga-nos a verificar o grau de controle que Brizola exerce sobre o partido, assim como este reagiu ao projeto "neoliberal" de Collor.

5.1. - Atuação Parlamentar

Como vimos, o surgimento do PDT em 1980 possibilitou sua inserção nas eleições para governador, Senado, Câmara dos deputados e legislativos estaduais em 1982. Neste período, sua ação pode ser vista sob a perspectiva de amparo à administração do governador do Rio e engajamento nas lutas democráticas do período, particularmente na "Campanha das Diretas Já!"¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Com a perspectiva da derrota da emenda Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições diretas para presidente da República para 1984, Brizola procurou entendimentos com o governo Figueiredo para viabilizar as eleições em 1986, a partir de um mandato-tampão de dois anos. Isolado nessa posição

A Assembléia Nacional Constituinte, convocada por José Sarney não como Constituinte exclusiva mas como Congresso Constituinte, logo tornou-se palco de exposição de propostas alternativas aos rumos econômicos, políticos e sociais do país. Os lobbies e os vários grupos de pressão dirigiam-se à Brasília na busca da materialização de suas reivindicações, incorporando-as ao texto constitucional.

Em certa medida, houve uma agudização ideológica em torno dos temas mais candentes, permitindo uma polarização no espectro partidário brasileiro, principalmente se considerarmos que muitas das demandas populares encontravam-se há muito reprimidas. É nesse contexto, que a ação do PDT será analisada.

São vários os trabalhos que analisam os desdobramentos das votações na ANC e aqui utilizaremos o estudo feito pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)¹⁰⁷, sobre o posicionamento dos parlamentares nas questões do interesse dos trabalhadores; o trabalho realizado por Maria D'Alva Gil Kinzo¹⁰⁸ que, por sua vez, busca identificar em algumas votações o perfil dos partidos durante os trabalhos da ANC; e o estudo feito por Bolívar Lamounier¹⁰⁹ que busca sistematizar algumas outras pesquisas realizadas no período.

O trabalho do DIAP avaliou os parlamentares a partir de 15 votações¹¹⁰ que envolviam temas de interesse social ligado aos direitos dos trabalhadores¹¹¹. Além disso, o DIAP analisou também o posicionamento dos parlamentares quanto à votações que não eram diretamente relacionadas com questões trabalhistas¹¹²; em função disso não lhes foram atribuídas notas nessas votações.

Brizola autorizou sua bancada a votar em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, condicionando a legitimidade deste à realização de eleições diretas em 1986.

¹⁰⁷ DIAP - Quem foi Quem na Constituinte, nas questões de interesse dos trabalhadores, Ed. Cortez/Oboré, São Paulo, 1.988.

¹⁰⁸ Kinzo, Maria D'Alva Gil - O Quadro Partidário e a Constituinte - Coleção Textos IDESP no. 28, S.P., 1.988.

¹⁰⁹ Lamounier, Bolívar - Partidos e Utopias, Ed. Loyola, S.P., 1989.

¹¹⁰ as quais foram atribuídas notas de 0 à 10, obtendo média 10 os parlamentares que se posicionaram favoravelmente àqueles direitos nos dois turnos das votações e 0 aos que nos dois turnos se posicionaram contrários, se abstiveram ou faltaram.

¹¹¹ Foram avaliados o posicionamento favorável ou contrário dos parlamentares constituintes nas seguintes votações: 1) estabilidade no emprego; 2) turno de trabalho de 40 horas semanais; 3) turno de 6 horas diárias nas empresas que possuem turno ininterrupto; 4) definição do salário mínimo; 5) Prescrição de 5 anos; 6) pagamento adicional de 1/3 do salário nas férias; 7) definição do piso salarial; 8) direito de greve; 9) aviso prévio de no mínimo 30 dias; 10) comissão de fábrica; 11) aviso prévio proporcional; 12) estabilidade para dirigente sindical; 13) sindicato como substituto processual; 14) participação dos trabalhadores nos órgãos de seus interesses e 15) auto aplicabilidade dos direitos sociais.

¹¹² As cotações analisadas foram as seguintes: 1) unicidade sindical; 2) presidencialismo; 3) mandato presidencial; 4) aposentadoria proporcional; 5) reforma agrária; 6) direito de greve para o servidor público e 7) monopólio de distribuição de petróleo.

Segundo este trabalho, os 25 parlamentares do PDT analisados¹¹³ compuseram uma bancada relativamente coesa e disciplinada, não provocando grandes discrepâncias entre o programa partidário e a ação parlamentar¹¹⁴.

A quase totalidade desses constituintes votou pelo sistema de governo presidencialista (96%) , pelo monopólio da distribuição do petróleo (88%) e favorável à reforma agrária (96%).

Outras votações que merecem destaque, por relacionar-se diretamente com as linhas gerais do programa do partido, são a definição de empresa nacional onde 96% dos pedetistas votaram com o bloco nacionalista, assim como 84% declararam-se favoráveis à nacionalização do subsolo.

Além disso, devemos considerar importantes as votações referentes aos direitos dos trabalhadores, por tratar-se de matéria privilegiada no discurso pedetista, relacionada diretamente com a herança do trabalhismo varguista.

Nestes tópicos, analisados no estudo do DIAP, a bancada pedetista obteve uma média elevada, de 8,67, superada apenas pelo bloco formado pelo PC do B, PCB e PSB com nota superior a 9,94 e o PT com 9,87¹¹⁵. Esclareça-se que a nota média para o Congresso Constituinte foi de 4,94.

O trabalho de Maria D'Alva Gil Kinzo sobre o desenvolvimento das bancadas parlamentares no processo constituinte também indica o posicionamento do PDT próximo ao bloco de esquerda formado pelo PT, PCB, PCdoB e PSB.

A autora analisou 33 votações da Constituinte e aproximou-as em 5 tópicos: 1) governismo, que indica a aproximação ou não dos parlamentares às propostas privilegiadas pelo executivo federal; 2) conservadorismo; 3) democratismo, que aglutinava propostas visando uma maior participação popular no processo decisório; 4) nacionalismo e 5) oposição ao sistema financeiro, cujas votações giraram em torno da nacionalização dos bancos e do limite dos juros em 12% ao ano.

Diante dessas variáveis, a autora situa o PDT ao lado do PSDB¹¹⁶ , PC do B, PCB, PSB e PT, numa ordem de progressiva de oposição ao governo, demonstrando, portanto, uma rejeição ao governismo.

O mesmo verifica-se em relação ao item conservadorismo onde, novamente, o PDT se assume como um partido distante do eixo conservador da Constituinte. Na

¹¹³ ver anexo 2.

¹¹⁴ Embora não atribuamos a estas aferições rigor e consistência analíticos, delas nos utilizaremos para um primeiro mapeamento das posições ideológicas dos partidos e seus parlamentares.

¹¹⁵ Os parlamentares com notas mais baixas na bancada pedetista, atribuídas pelo DIAP são empresários do Rio de Janeiro.

¹¹⁶ Vale lembrar que o PSDB forma-se em oposição ao governo Sarney.

faixa do anti-conservadorismo tem-se o PSDB, o PT, o PDT, o PSB, o PC do B e o PCB.

O item democratismo coloca também o PDT ao lado do PSDB e do bloco de esquerda, indicando uma tendência à criação de mecanismos de participação popular no processo legislativo.

Nos outros dois tópicos, a classificação se repete com o PDT apresentando-se com forte tonalidade nacionalista, principalmente nas votações sobre o monopólio da distribuição do petróleo, na definição de empresa nacional e na nacionalização do subsolo. Novamente, o PDT aparece mais nacionalista do que o PSDB e um pouco menos radical que o bloco de esquerda, repetindo-se nessa mesma graduação na questão da oposição ao sistema financeiro.

Embora não muito descritivo, o estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo sobre o Congresso Constituinte e apresentado sumariamente por B. Lamounier fornece-nos outros elementos sobre a posição do PDT durante os trabalhos constituintes.

Nesse estudo, foram atribuídas notas aos partidos, de acordo com as votações de interesse dessa entidade, obtendo nota 9,99 os partidos que mais se aproximaram de suas teses e 3,33 aqueles que mais se distanciaram. Nesse quadro, a FIESP atribuiu ao bloco de esquerda mencionado anteriormente 3,33 e 9,59 ao PDS, partido que mais se aproximou das teses defendidas por esta entidade classista.

De acordo com este estudo, o PDT obteve, ao final dos trabalhos, nota 4,04 situando-se, a exemplo dos trabalhos anteriores, entre o bloco de esquerda e o PSDB, que obteve nota 4,68.

Analisando tais trabalhos, observamos uma tendência do PDT a ocupar, no espectro partidário, uma posição de centro-esquerda, aproximando-se do bloco de esquerda em situações de polarização ideológica no interior da Câmara dos Deputados, mas distanciando-se dele na medida em que os campos para as disputas presidenciais apresentavam-se excludentes.

Tal situação verifica-se também em relação ao PSDB, que durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte mostrou-se próximo do PDT, ainda que um pouco mais à direita.

No entanto, na medida em que o PSDB aproximava-se do governo federal, de Collor e, posteriormente com Itamar Franco e mesmo a ação do próprio Fernando Henrique Cardoso, primeiro como Ministro e depois Presidente, que passou a implementar um programa oposto ao defendido pelo PDT, este tratou de distanciar-se ideologicamente e colocar-se em oposição frontal ao PSDB.

O fato do PDT posicionar-se, na esfera parlamentar, numa área de atuação que tendencialmente deveria ser ocupada por uma força social-democrata não responde ao conjunto das dificuldades existentes entre a ideologia e a prática política. Estas ainda guardam pontos de atrito e tensão que necessitam um maior aprofundamento, principalmente se considerarmos as variantes eleitorais e administrativas presentes na vida dos partidos.

Como dissemos anteriormente, os conflitos surgidos no interior do Congresso Nacional, durante o processo da Constituinte e de sua Revisão, marcado para 1993, indicam a existência de modelos e projetos diferenciados para o país. A ação do PDT na ANC apontou para a existência de uma proximidade entre o projeto pedetista e o núcleo da esquerda parlamentar, destacando um forte componente democrático, reformista e nacionalista.

Durante a legislatura seguinte à promulgação da Constituinte, marcada pelos debates em torno da Revisão Constitucional, pudemos observar a manutenção das mesmas linhas de polarização ideológica que marcaram o Congresso Constituinte, com o agravante que a conjuntura internacional e nacional mostravam-se desfavoráveis às teses centrais defendidas pelos partidos de esquerda, em especial aquelas sobre as áreas de intervenção do Estado na economia e na definição de políticas sociais.

O PDT, apesar de ter sofrido mudanças em sua bancada parlamentar, manteve, no geral, os mesmos preceitos adotados nos trabalhos da Constituinte, destacando-se como defensor do patrimônio público estatal e das conquistas trabalhistas.

O processo da Revisão Constitucional inicia-se diante de uma polêmica: qual deve ser sua abrangência e seus limites? Ou ainda, qual a legitimidade dos parlamentares eleitos em 1.990 para alterarem a Constituição?

De um modo geral, os partidos que ocupam o espectro mais à esquerda (PT, PDT, PSB, PPS - ex-PCB, PCdoB e PSTU¹¹⁷) mantiveram uma posição majoritariamente contrária à Revisão Constitucional, argumentando que os parlamentares deveriam vincular as possíveis alterações na Constituição de acordo com o resultado do Plebiscito em torno da forma e do sistema de governo, marcado para o ano de 1993.

O conjunto dos outros partidos, em graus variados, defenderam a ampliação do leque de alterações possíveis na Constituição, a partir de suas perspectivas

¹¹⁷ Originado a partir de grupos dissidentes, de origem trotskista, do PT.

políticas. Assim, partidos vinculados diretamente ao governo (PRN, PFL, PTB, PPR etc) trataram de articular alterações nos capítulos da Ordem Econômica, enquanto outros (PSDB, PMDB etc) buscaram se inserir nos debates temas programáticos.

No entanto, tornou-se difícil avaliar o próprio processo da Revisão Constitucional, uma vez que ele extrapolou a legislatura eleita em 1990, seja pelas obstruções promovidas pelo bloco anti-revisionista, seja pelas decorrências políticas oriundas do processo de *impeachment* de Fernando Collor de Melo, que solaparam as pretensões do bloco governista, obrigando-os a um novo arranjo de forças políticas para dar sustentação a Itamar Franco. De uma maneira geral, os esforços parlamentares desviaram-se para os debates em torno do Plano de Estabilização Financeira implementado a partir de março de 1994.

A exemplo da Assembléia Nacional Constituinte, dispomos de alguns trabalhos¹¹⁸ que analisaram a tendência de voto dos parlamentares eleitos em 1990 diante dos principais temas propostos para a Revisão Constitucional. Ainda que muitas destas votações não tenham se realizado, podemos observar o perfil da bancada pedetista diante de alguns temas programáticos e compará-lo ao desempenho da legislatura anterior, observando as linhas gerais do seu desenvolvimento.

O trabalho elaborado pelo DIAP, a exemplo do anterior, selecionou um conjunto de temas de interesse dos trabalhadores e aplicou um questionário aos parlamentares eleitos em 1990, no sentido de analisar a tendência de voto para a Revisão Constitucional. De imediato, verificou-se a disposição de promover uma Revisão ampla de todos os temas constitucionais, contrapondo-se à opinião do bloco formado pela esquerda parlamentar, defensor da tese da adequação da Revisão ao resultado do plebiscito sobre a forma e o sistema de governo.

A pesquisa realizada pelo DIAP contou com 40 perguntas sobre os principais temas da Revisão e sobre o posicionamento político e ideológico do parlamentar, de modo a constituir um quadro sobre a opinião do Congresso e ao mesmo tempo indicar o perfil que os próprios parlamentares têm de sua atuação.

Este tipo de pesquisa encerra em si alguns problemas pois os entrevistados tendem a respostas que evitam o conflito com os interesses dos trabalhadores, ao mesmo tempo que buscam uma auto-definição político-ideológica menos comprometida¹¹⁹. Vale dizer que a auto-definição social-democrata aparece em quase

¹¹⁸DIAP (Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar) - A Cabeça do Congresso - Quem é Quem na Revisão Constitucional, São Paulo, Ed. Oboré, 1993. e Lamounier, B e Souza, Amaury - O Congresso Nacional e a Crise Brasileira, Relatório de Pesquisa, IDESP, 1991.

¹¹⁹Os parlamentares de uma maneira geral buscam distanciar-se da definição de "direita".

todos os partidos políticos, exceção feita aos comunistas. Desse modo, observamos que, ou o termo social-democrata é esvaziado de seu significado teórico-político ou o arcabouço doutrinário dos partidos está longe de ser definido.

Do conjunto de temas abordados na pesquisa, foram selecionadas 17 respostas que, no fundamental, indicam a opinião dos parlamentares do PDT sobre temas de ordem política, cujo eixo analisado será o da democratização; de ordem econômica, em especial aqueles que conflitam com o ideário neoliberal; e os trabalhistas.

Com base nesses temas elaboramos um quadro que nos permite avaliar o posicionamento da bancada pedetista:

Votações	Sist. de govern	Sist. eleitoral	Ens. Superior	Prev. públicas	STIS e inst. priv.	Emp. nacional	Subsídio	Monopólio	Sal. minimum	Red. sal. mínimo	h. de 6 h.	Lic. matern.	Est. gestant.	Aposentadoria	Creche	Def. econ.	Def. política
Parlamentares																	
Alencar Neto - AL	Presidência	D. Misto	Privado	a favor	part. privada	fav. sem ben.	favor	favor	favor	favor	44h c/ing.	leg. ord.	leg. ord.	novo sist. c/ limite de idade	rest. sal. e cond. de trab.	centro-esq.	social-dem.
Araró Góes - AP	Parlamentar	Proporcion.	Privado	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	44h c/ing.	reduzir	favor	idem	preservar serv. essenc.	centro-esq.	social-dem.
Beth Azize - AM	Parlamentar	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	44h c/ing.	favor	favor	manter C.F.	preservar serv. essenc.	esquerda	socialista
Clóvis Assis - BA	Parlamentar	D. Misto	Público	a favor	part. privada	fav. sem ben.	favor	fav. c/abst.	contrário	favor	44h c/ing.	ampliar	manter	novo sist. c/ limite de idade	preservar serv. essenc.	centro-esq.	socialista
Sérgio Gaudenzi - BA	Parlamentar	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	favor	favor	fav. c/abst.	contra	contra	CLT	leg. ord.	leg. ord.	idem	manter C.F.	esquerda	socialista
Waldyr Pires - BA	Parlamentar	Proporcion.	Privado	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	44h c/ing.	leg. ord.	favor	só por idade	manter C.F.	centro-esq.	social-dem.
Edson Silva - CE	Parlamentar	Proporcion.	Privado	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	44h c/ing.	leg. ord.	favor	manter C.F.	rest. sal. e cond. de trab.	centro-esq.	social-dem.
Luiz Gêro - CE	Parlamentar	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	fav. c/abst.	contra	contra	CLT	leg. ord.	leg. ord.	novo sist. c/ limite de idade	rest. sal. e cond. de trab.	centro-esq.	social-dem.
Megno Bacelar - MA	Parlamentar	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	CLT	leg. ord.	leg. ord.	manter C.F.	preservar serv. essenc.	centro-esq.	social-dem.
Giovanni Queiroz - PA	Parlamentar	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	favor	leg. ord.	leg. ord.	favor	preservar serv. essenc.	centro-esq.	social-dem.
Lúcia Braga - PB	Não respondeu																
Vital do Rego - PB	Parlamentar	D. Misto	Privado	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	fav. c/abst.	contra	favor	44h c/ing.	favor	favor	manter C.F.	preservar serv. essenc.	centro-esq.	social-dem.
Edi Siliprandi - PR	Não respondeu																
Elito Dalla Vecchia - PR	Presidência	D. Misto	Público	a favor	part. privada	favor sem ben.	favor	favor	contra	favor	44h c/ing.	favor	favor	manter C.F.	preservar serv. essenc.	centro-esq.	social-dem.
Max Roseman - PR	Parlamentar	D. Misto	Público	a favor	part. privada	manter C.F.	favor	fav. c/abst.	contra	favor	44h c/ing.	favor	favor	novo sist. c/ limite de idade	preservar serv. essenc.	centro-esq.	social-dem.
Fernando Lira - PE	Não respondeu																
Lavíster Maia - RN	Presidência	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	centro-esq.	social-dem.
Alto Pinto - RS	Não respondeu																
Ananay Müller - RS	Parlamentar	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	esquerda	socialista
Carlos Cardinal - RS	licenciado																
Carrión Junior - RS	Não respondeu																
Waldomiro Lima - RS	Presidência	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	novo sist. c/ limite de idade	manter C.F.	centro-esq.	social-dem.
Willson Müller - RS	Presidência	Proporcion.	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	centro-esq.	social-dem.
Bocayuva Cunha - RJ	licenciado																
Carlos A. Campista - RJ	Parlamentar	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	esquerda	socialista
Carlos Lupo - RJ	Presidência	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	esquerda	socialista
Cidinha Campos - RJ	Presidência	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	esquerda	social-dem.
Darcy Ribeiro - RJ	Presidência	Proporcion.	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	44h c/ing.	favor	favor	novo sist. c/ limite de idade	manter C.F.	esquerda	socialista
Edesio Frias - RJ	Presidência	Proporcion.	Privado	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	44h c/ing.	favor	favor	favor	preservar serv. essenc.	centro-esq.	social-dem.
Pernando Lopes - RJ	licenciado																
José Carlos Coutinho - RJ	Parlamentar	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	favor sem ben.	favor	fav. c/abst.	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	centro-esq.	social-dem.
José Maurício - RJ	licenciado																
José Vicente Britoza - RJ	Presidência	Proporcion.	estatizar	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	44h c/ing.	ampliar	favor	manter C.F.	preservar serv. essenc.	esquerda	socialista
Januel Abi-Ramim - RJ	Presidência	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	novo sist. c/ limite de idade	manter C.F.	esquerda	socialista
Laerte Bastos - RJ	Parlamentar	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	fav. c/abst.	contra	favor	44h c/ing.	leg. ord.	favor	60 anos de idade	manter C.F.	esquerda	socialista
Luiz Salomão - RJ	Presidência	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	esquerda	socialista
Marcia Chollis Vianna - RJ	Presidência	Proporcion.	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	tempo de serviço	favor	esquerda	socialista
Marcia Clinger - RJ	Parlamentar	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	contra	favor	favor	favor	favor	novo sist. c/ limite de idade	rest. sal. e cond. de trab.	centro-esq.	social-dem.
Miro Teixeira - RJ	Presidência	Proporcion.	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	manter, menos áreas esp.	manter C.F.	centro-esq.	social-dem.
Paulo Portugal - RJ	Parlamentar	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	fav. c/abst.	favor	favor	favor	leg. ord.	leg. ord.	manter C.F.	favor, s/ especialidades	centro-esq.	social-dem.
Paulo Ramos - RJ	Parlamentar	Proporcion.	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	favor	leg. ord.	favor	favor	rest. sal. e cond. de trab.	esquerda	socialista
Sérgio Cruz - RJ	Presidência		Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	rest. sal. e cond. de trab.	esquerda	socialista
Vivaldo Barbosa - RJ	manifestou-se contrário à Revisão como um todo																
Dêrcio Knapp - SC	Parlamentar	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	44h c/ing.	reduzir	manter	manter C.F.	preservar serv. essenc.	centro-esq.	social-dem.
Nelson Wedekin - SC	Parlamentar	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	favor	favor	favor	favor	favor	novo sist. c/ limite de idade	manter C.F.	centro-esq.	socialista
Beto Mansur - SP	Parlamentar	D. Misto	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	favor	favor	contra	contra	CLT	leg. ord.	favor	65 anos	manter C.F.	centro	social-dem.
Libertino Caboclo - SP	Parlamentar	Proporcion.	Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	contra	favor	contra	contra	CLT	leg. ord.	favor	65 anos	manter C.F.	esquerda	socialista
Benedito de Figueiredo - SE	Parlamentar		Público	a favor	manter C.F.	manter C.F.	contra	favor	contra	contra	CLT	favor	favor		preservar serv. essenc.	centro-esq.	social-dem.
Total	62,16% Parl. 37,83% Pres.	68,57% DM 31,42% Prop	63,89% Pub 36,11% Priv	56,7% co-g 43,3% priv	82% manter C.F. 17,6% part. priv.	78,78% C.F. 21,22% *	91% fav 9% contr	76,4% fav 23,6% abst	71% fav. 28,6% con	91,9% fav 8,1% con	56,7% fav 43,3% CLT	70% fav 30% ord	81,3% fav 18,7% ord	56,7% manter 43,3% novo sist.	39,45% manter 60,55% pres. serv. ess.	36,7% c-e 63,3% esp	34% s-d 66% socialista

* favoráveis à definição, mas com extinção de benefícios

** favoráveis à jornada de trabalho de 44 horas com livre negociação

Como dissemos, ainda que o conjunto desses temas não foi objeto de mudanças na Revisão Constitucional iniciada em 1993, este quadro indica-nos as tendências da bancada pedetista referente aos principais temas.

Em termos de definições políticas, o PDT apresentou uma forte tendência ao sistema de governo parlamentarista (62,16%), mas as definições neste campo submeteram-se ao resultado do plebiscito que manteve o presidencialismo. Neste tópico observa-se, de imediato, uma contradição entre as preferências dos parlamentares e as diretrizes programáticas do partido. O PDT foi um dos principais defensores do presidencialismo, utilizando-se, inclusive do horário gratuito de propaganda política para defender esta proposta, que, inclusive, está presente no Programa e no Projeto Brasil-94.

De acordo com Roberto Mangabeira Unger¹²⁰, comentando as vantagens do presidencialismo no conjunto de sua proposta de transformação do Estado brasileiro, diz que, *"nas condições atuais do país, o conflito eleitoral em torno da Presidência continua a apresentar uma ocasião privilegiada para levantar o bloqueio oligárquico ao poder. Pois as eleições presidenciais, que põem em jogo o próprio centro do poder, são, também, as que menos se subordinam às influências oligárquicas ou às rivalidades locais. Ocasionalmente uma luta que se trava diretamente pela televisão, permitem ao eleitorado, cada vez mais concentrado nas grandes cidades, fazer um julgamento direto e intuitivo das intenções dos candidatos"*¹²¹.

Observe-se que a maioria dos 14 parlamentares defensores do presidencialismo concentram-se no estado do Rio de Janeiro (10 deputados), o que indica uma influência grande de Leonel Brizola sobre a bancada desse estado, mas não sobre o conjunto do partido, o que nos indica uma menor coesão partidária em termos programáticos.

Do mesmo modo, as respostas em torno do sistema eleitoral mostram preferência em torno do sistema eleitoral misto (proporcional + majoritário), a exemplo

¹²⁰Roberto Mangabeira Unger é cientista político, professor na Universidade de Harvard e tem desempenhado importante papel nas formulações doutrinárias do PDT.

¹²¹Unger, Roberto Mangabeira - A Alternativa Transformadora, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan, 1990.

do sistema alemão, que a nosso ver contradiz os principais documentos partidários explicitamente defensores do sistema proporcional.

Com relação à autodefinição político-ideológica, o PDT é um partido majoritariamente de centro-esquerda, com 56,7% das preferências, e de esquerda, com 40,5%; com 54% de social-democratas e 46% de socialistas. Novamente, o Rio de Janeiro aparece com uma definição ideológica mais unitária com 11 parlamentares que se consideram genericamente de esquerda e 10 socialistas.

Com relação às outras respostas é interessante observarmos a existência de uma política de linha nacionalista, com a manutenção dos principais tópicos da Constituição Federal, principalmente aqueles que indicam a ação do Estado no setor produtivo e de políticas sociais.

Assim, 78,78% dos petetistas defendem a manutenção do conceito de empresa nacional como está na Constituição, enquanto 18,18% querem a manutenção, com extinção dos benefícios destinados às empresas nacionais.

Além disso, 91% são favoráveis à nacionalização do subsolo, como definido na Constituição e apenas 9% mostraram-se contrários. Com relação à manutenção do monopólio estatal do petróleo, tema explicitamente programático, a bancada petetista mostrou-se propensa à manutenção com 71,4%. No entanto, 28,6% defendem a abertura do monopólio com a manutenção da estrutura da Petrobrás.

Ainda sobre as áreas de atuação do Estado, o PDT manteve sua tendência "pública" e "estatizante" em relação ao ensino universitário, 63,88% favoráveis ao ensino público contra 28,9% que defendem uma saída mista; no tocante à Previdência Pública, 56,7% defenderam a co-gestão (Estado, empregados e patrões) enquanto 37,8% optaram pela manutenção nos termos da atual Constituição; por fim, em relação ao Sistema Único de Saúde 82,4% optaram pela manutenção de sua estrutura exclusivamente pública, enquanto 17,6% defenderam a abertura para a iniciativa privada.

Nos tópicos destinados aos direitos sociais e trabalhistas a bancada do PDT manteve-se majoritariamente favorável às conquistas consagradas na Constituição como o salário mínimo unificado nacionalmente (71%), a irredutibilidade dos salários (91,9%), a implantação do turno de 6 horas para empresas com turno ininterrupto (56,7%), a licença maternidade de 120 dias (70%), a estabilidade da gestante (81,5%), a manutenção do atual critério para aposentadoria (56,7%) e a manutenção nos termos da Constituição do Direito de Greve (59,45%).

Estas tendências apresentadas são reveladoras de um conjunto de particularidades do PDT, principalmente em relação à política de alianças regionais estabe-

lecionadas em função da necessidade de dar-lhe um caráter menos regionalizado e mais viável eleitoralmente. Assim, observa-se uma predominância de parlamentaristas nas bancadas do norte e nordeste, assim como uma tendência mais privatista. Esta tendência verifica-se também nos parlamentares de São Paulo e do Paraná.

Também nesses estados observa-se uma maior restrição aos direitos sociais e aqueles relacionados ao trabalho, como também às definições sobre empresa nacional e monopólio estatal de petróleo, apontando divergências quanto à orientação programática do partido.

Assim, se é correto afirmar que a bancada pedetista cresce em relação à Constituinte (de 25 para 48 deputados), não podemos afirmar que há uma correspondência em relação à coesão e à manutenção do perfil ideológico do partido. O PDT apresenta-se mais fragmentado e com variantes regionais importantes, conservando seu perfil mais à esquerda no Rio de Janeiro, mas pulverizando o controle de Brizola sobre o partido em estados importantes como a Bahia, Paraná, São Paulo e Santa Catarina.

Em outro trabalho¹²² realizado com parlamentares eleitos em 1990, podemos observar a manutenção dessas tendências de voto. O questionário aplicado aos congressistas tratou de temas centrais do debate sobre a Revisão Constitucional, embora não fosse tão abrangente e detalhado quanto o do DIAP. Dividido em 4 blocos (reformas estruturais; situação social, educação e meio ambiente; saídas políticas para a crise e mudança institucional) o estudo mostra-nos a posição dos deputados e senadores diante desses temas.

É interessante observar que os resultados, se compararmos questões semelhantes entre as duas pesquisas, apresentam uma ligeira diferenciação nos resultados pelo fato de nenhum dos dois levantamentos ter consultado a totalidade dos congressistas.

No bloco relacionado às mudanças institucionais, os parlamentares do PDT repetem sua tendência ao parlamentarismo, com 67% das preferências dos entrevistados, e ao sistema eleitoral misto (a exemplo do alemão), com 79% .

Mantém-se a posição favorável ao ensino superior público, mas os percentuais aparecem diferentes, uma vez que a pergunta permitia seu fracionamento¹²³ .

¹²²Lamounier, Bolívar & Souza, Amaury de - O Congresso Nacional e a Crise Brasileira - Relatório de Pesquisa, São Paulo, Idesp, 1991.

¹²³Texto da Pergunta: "Na sua opinião, o ensino superior deveria ser: predominantemente público, predominantemente privado, totalmente público, igualmente público e privado ou totalmente privado?"

Este mesmo problema repete-se quanto aos temas referentes ao monopólio estatal e aos direitos trabalhistas. A metodologia utilizada nesta parte da pesquisa tratava dos monopólios separadamente, permitindo ao congressista opinar de maneira exclusiva sobre cada um dos monopólios. Em relação ao monopólio estatal de petróleo, que aparece para o PDT como estratégico, a bancada manteve-se nesta pesquisa francamente favorável à sua manutenção (72%), ainda que a defesa do conceito de empresa nacional e seus privilégios definidos na Constituição Federal apresentem-se diferente da pesquisa anterior com (61%), mas vale lembrar que as perguntas não são as mesmas, assim como os parlamentares.

A natureza da ação parlamentar é mais fragmentada, permitindo um sem-número de variantes no interior de uma mesma proposta política, observado nesses trabalhos. No entanto, percebe-se que há certas áreas de conflito no PDT, indicando uma polarização em torno de várias lideranças regionais, muitas das quais em atrito crescente com o líder nacional, Leonel Brizola¹²⁴.

Além disso, observamos uma perda progressiva de força do Programa na ação política parlamentar em relação aos primeiros anos. No entanto a direção nacional do partido tem-se reservado o direito à punição, com a expulsão do partido de deputados que desrespeitem as orientações programáticas, como aliás aconteceu quando da votação da quebra do monopólio estatal de petróleo em 1995.

5.2. - A Questão Nacional

Como havíamos afirmado anteriormente, o componente nacional manteve-se como unificador da linha partidária. Assim, a ação parlamentar do PDT obedeceu, no geral, às diretrizes elaboradas pelo Programa e pelo documento Brasil-94, onde as questões referentes à soberania nacional apresentam-se com destaque.

Para o PDT, num quadro de avanço do neoliberalismo e de sua tese básica de desmonte do aparelho estatal, a ação partidária deveria basear-se na defesa intransigente da soberania nacional, onde merece destaque a luta contra as privatizações do parque produtivo estatal; a luta contra a nova lei de patentes, indicando a questão tecnológica como componente central da soberania; o questionamento dos acordos envolvendo a dívida externa e a busca da integração latino-americana.

¹²⁴ Conflitos envolvendo Brizola e outras lideranças do PDT tornaram-se uma constante, provocando a saída de importantes figuras do partido, tais como: Saturnino Braga, Marcelo Alencar, César Maia, Maurício Corrêa, Jô Resende, etc.

A justificativa teórica para esta ação de linha nacionalista não está apenas na herança do antigo PTB, mas fundamenta-se numa visão sobre o atual quadro de relações internacionais, onde países como o Brasil encontram-se submetidos à relações comerciais e financeiras prejudiciais ao seu desenvolvimento autônomo e sustentado.

Na configuração doutrinária do PDT, em torno da questão nacional, articulam-se 5 tópicos fundamentais para a compreensão desta problemática. São eles: a concepção de Soberania Nacional, o papel das empresas estatais, a importância atual da conquista tecnológica e seus desdobramentos na política educacional e científica, a dívida externa e a integração latino-americana.

5.2.1. - Soberania Nacional

O PDT articula este conceito em vários momentos, muitos dos quais em contraposição às políticas vigentes, dentro de perspectivas diferenciadas.

O discurso em torno da Soberania Nacional aparece na crítica elaborada à política econômica do regime militar, particularmente no tocante à ação dos grupos multinacionais e ao tratamento dado à questão da dívida externa¹²⁵.

No entanto, a formulação mais elaborada é feita no documento Brasil-94, onde o conceito se articula numa análise de conjuntura, diferente sob alguns aspectos daquela sob o regime militar, e apresenta-se enquanto instrumento de ação política.

A soberania é, ao mesmo tempo, pré-requisito da idéia de nação, tornando-se, portanto, elemento central do âmbito de ação do Estado, da diplomacia e do desenvolvimento econômico.

Para o PDT, o conceito de soberania só pode ser compreendido plenamente na medida em que se possua um projeto nacional, uma estratégia, permitindo ao país traçar seus objetivos de médio e longo prazos. A não existência de tal projeto, característica básica da conjuntura analisada, tem transformado o país em presa fácil num contexto internacional desfavorável.

"O Brasil não possui uma estratégia definida, como exercício da soberania nacional em toda sua plenitude, o que, em outras palavras, significa a não defesa eficaz dos seus interesses. O projeto nacional é definido pela política, com seus objetivos de longo e

¹²⁵ ver anexo 1.

médio prazos e os meios usados para alcançá-los são essencialmente diplomacia e as Forças Armadas".

A idéia de soberania liga-se ao conceito de nação que, em função das novas relações internacionais que se estruturam depois do fim da bipolaridade, perde um pouco da sua força diante do discurso de integração econômica, política e até militar.

"No âmbito econômico, a globalização dos mercados se organiza através da formação dos megablocos de interesses transnacionais numa espécie de nacionalismo ampliado, configurando o ressurgimento da tentativa de formar grandes impérios de forma articulada em substituição às tentativas de hegemonia de uma nação sobre as demais em um espaço geográfico comunitário".

O PDT defende a recuperação do espaço "nacional" como elemento definidor de interesses mais gerais de cada povo.

"Os verdadeiros protagonistas da política externa e das relações internacionais são as nações. As nações, nesse plano, sobrepõem-se à ideologia. Toda política externa é sempre reflexo dos interesses e princípios de um país na cena internacional. O poder verdadeiro, na ordem internacional, é a nação. A idéia nacional, a soberania nacional, a defesa dos interesses nacionais permanecem, portanto, como os valores mais importantes da ação diplomática de nosso país".

Ainda na perspectiva de articular a noção de soberania às questões de ordem estratégica, o PDT entende que há interesses permanentes do país e que sua defesa são tarefas fundamentais. Para o PDT,

"Os interesses mais permanentes do Brasil são aqueles dependentes de seu próprio espaço geográfico: terrestre, marítimo, aéreo sobre o qual precisamos exercer plena soberania, sob pena de riscos inaceitáveis da sobrevivência da nação. Hoje, este é o nosso objetivo estratégico principal." (grifo nosso)

Desse modo, a ação política passa a ser orientada em função da retomada das prerrogativas do Estado nacional, no âmbito da economia e das estratégias de desenvolvimento. O discurso pedetista concentra-se na contraposição entre os valores nacionais (auto-determinação, soberania, controle sobre os recursos naturais) e o projeto hegemônico das classes dominantes caracterizado pelo PDT pela subserviência tecnológica e financeira internacional, pelo desmonte do Estado brasileiro e pela alienação do patrimônio nacional.

De acordo com o PDT, no atual estágio, faz-se necessário uma reacomodação das forças políticas, de modo a aglutinar em torno da defesa da soberania nacional um número cada vez maior de brasileiros. Dentro desse raciocínio, enquadra-se uma revalorização ética das forças armadas, que agora se apresentam como fundamentais à preservação da soberania e à um novo ciclo de desenvolvimento.

*"Os papéis fundamentais das Forças Armadas nas estratégias de desenvolvimento nacional, estão relacionadas com a defesa da integridade do território nacional, o respeito à organização federativa e à soberania do Brasil. Por tal razão, às Forças Armadas na nova sociedade brasileira, estão reservadas ações estratégicas fundamentais no uso e no conhecimento das potencialidades de nossa plataforma submarina e das riquezas dos recursos do mar, no manejo das tecnologias espaciais, no uso do patrimônio de nosso solo e subsolo e no controle da defesa das fronteiras, inclusive como agentes do processo civilizatório das regiões mais remotas do país"*¹²⁶.

Aqui colocam-se as Forças Armadas como estratégicas num governo pedetista por estar umbilicalmente ligada à noção de soberania. Esta revalorização do papel das Forças Armadas dá-se em contraposição aos primeiros documentos do PDT onde o regime militar era o sustentáculo das políticas anti-nacionais, entreguistas e concentradoras de renda que marcaram as décadas de 70 e 80. O Projeto Brasil-94 elogia o papel desempenhado pelas Forças Armadas de uma forma acrítica, analisando sua ação deslocada do universo político onde se materializava.

Esta definição do espaço do Estado na defesa da soberania nacional sustenta a ação pedetista em várias áreas, destacando-se o papel das estatais, da ciência e tecnologia e de um projeto de desenvolvimento.

5.2.2 . O Papel das Estatais

No discurso do PDT podemos identificar três argumentações básicas em torno da necessidade de manutenção do controle estatal sobre as atividades produtivas: as conquistas históricas, o papel estratégico do complexo produtivo nacional e as *"negociatas privatizantes"*, que marcaram o início do programa de privatização posto em prática a partir de 1990.

¹²⁶Projeto Brasil-94, pg. 13.

Como conquistas históricas *"do povo brasileiro"*, o PDT destaca as companhias siderúrgicas e a Petrobrás, que no seu entender foram fruto de ampla mobilização popular em torno da conquista da soberania nessas áreas. Esta argumentação, embora mais emotiva do que política, liga-se à herança do trabalhismo varguista que é recorrente no discurso pedetista.

O ponto central das argumentações contrárias ao processo de privatização concentram-se, no entanto, no caráter estratégico que o parque produtivo nacional adquire, numa conjuntura histórica de descrédito dos pressupostos keynesianos e da ação do Estado na economia de uma maneira geral.

Para o PDT, "No âmbito econômico, a globalização dos mercados se organiza através da formação dos megablocos de interesses transnacionais numa espécie de nacionalismo ampliado, configurando o ressurgimento da tentativa de formar grandes impérios de forma articulada em substituição às tentativas de hegemonia de uma nação sobre as demais em um espaço geográfico comunitário.

*É fundamental uma política externa independente, desenvolvida de dentro para fora, que nos permita estabelecer com clareza nossos interesses e possibilidades no quadro internacional. A defesa da nação, de seus interesses econômicos e de seus valores éticos e culturais, é da maior relevância na luta contra a opressão e pela liberdade dos povos, que estão sendo aniquilados moral e economicamente, com a cumplicidade dos meios de comunicação de massa dominados pelas grandes empresas"*¹²⁷.

Neste quadro desfavorável, interna e externamente, tornou-se necessário utilizar todos os mecanismos possíveis para a superação dessas pressões e ao mesmo tempo buscar formas (econômicas e institucionais) para garantir a execução de um projeto alternativo, que supere o atraso econômico e social que caracteriza o país.

A defesa intransigente das estatais, que marca a ação política do PDT, principalmente depois das eleições de 1989, decorre desta visão que as concebe como instrumento privilegiado nas mãos do Estado para garantir um novo projeto de desenvolvimento.

"O projeto estratégico nacional depende desta capacidade e a nação depende de um projeto sem o qual é impossível articular seus vários segmentos, harmonizando-os de modo a fazer prevalecer os

¹²⁷Projeto Brasil-94, pg. 20.

*interesses fundamentais do país num cenário mundial cada vez mais caótico. Nunca é demais afirmar que os objetivos nacionais serão inatingíveis sem a participação do povo. Sua mobilização se dá quando ele participa, também, dos resultados do desenvolvimento nacional. As atividades tecnológicas exigem decisões políticas de poder, grandes inversões de longa maturação e complexas estruturas de produção. No caso brasileiro, as únicas estruturas que reúnem estas condições são as empresas estatais estratégicas. Não é por acaso que os mais efetivos centros tecnológicos do país estão localizados em empresas como a Petrobrás, a Embratel, a Eletrobrás, a Embraer, a Vale do Rio Doce ou nas universidades e institutos que realizam pesquisas em conjunção com estas empresas"*¹²⁸.

Além deste caráter estratégico, que associa investimentos em tecnologia e na produção com seus longos *prazos de maturação*, que justifica para o PDT a manutenção das estatais, o discurso pedetista não partilha do *consenso* criado em torno das virtudes dos mecanismos de mercado na economia. Desta forma, o PDT compôs, juntamente com os partidos mais à esquerda no espectro político partidário, um bloco francamente anti-privatista e crítico do neoliberalismo, tanto dentro como fora do parlamento.

Comentando o projeto pedetista em contraposição ao neoliberal, o ex-governador da Bahia e membro do PDT, Waldir Pires faz o seguinte comentário:

"Num país como o nosso, a modernidade haverá de significar pôr fim à pobreza. Haveremos de integrar nossa economia à do resto do mundo, mas o preceito moral de erradicar a pobreza é essencial. Para isso, a presença do Estado nacional é muito importante. O Estado não pode ser substituído pelo mercado, mas deve orientar o processo de distribuição e estabelecer prioridades. Não podemos deixar que o mercado simplesmente decida tudo. Vimos o fim do modelo anterior de desenvolvimento. Estrangulamos a capacidade de consumo de nossa indústria de substituição de importações, e nossa única possibilidade de continuar crescendo é dismantelar a

¹²⁸Projeto Brasil-94, pg.22.

estrutura arcaica da sociedade brasileira e integrar o resto da população ao mercado"¹²⁹.

O PDT defende o que chama de *Estado suficiente e soberano* em contraposição às teses neoliberais. Para o PDT, *"O estado não tem que ser mínimo, nem máximo; tem de ser suficiente para assegurar o exercício de suas responsabilidades: a soberania nacional, o desenvolvimento de sua economia e a justiça social (grifo nosso)"*¹³⁰.

Assim, a argumentação não é em torno da defesa do simples estatismo, mas de uma nova relação entre os investimentos estatais e o projeto de desenvolvimento.

*"O centro de debates no mundo passa a ser, hoje, a discussão sobre as formas institucionais concretas do pluralismo político e econômico, da democracia representativa e de uma economia que compatibilize os mecanismos de mercado com o interesse coletivo. A democracia e o mercado devem tomar, nos países pobres e marginalizados, formas institucionais próprias, diferentes daquelas predominantes na Europa Ocidental, na América do Norte e no Japão e inspirados na soberania, na igualdade e justiça social, expressões de uma visão socialista de Estado (grifo nosso)"*¹³¹.

O PDT buscou dar à defesa das estatais um caráter mais teórico que emotivo, embora os argumentos nacionalistas sempre estivessem presentes. Assim, as estatais eram muito mais um instrumento competitividade e inserção tecnológica e produtiva, funcionando como alavanca de um novo processo de desenvolvimento, do que a simples manutenção de uma estrutura produtiva arcaica, clientelista e *corporativa*.

A terceira ordem de argumentos em relação à defesa das estatais, é de ordem conjuntural e moral, relacionada à forma como as privatizações, principalmente durante o governo Collor, foram conduzidas.

O PDT notabilizou-se pela denúncia contra as sub-avaliações patrimoniais realizadas nas empresas que seriam privatizadas, através da aceitação das chamadas "moedas podres" (títulos desvalorizados da dívida pública) e pela formação de monopólios privados nos setores em processo de privatização.

Além da definição de um novo projeto de desenvolvimento alicerçado num novo papel das estatais, o PDT propõe a democratização dessas empresas ao mesmo

¹²⁹Waldir Pires citado em Castañeda, Jorge - *A Utopia Desarmada*, São Paulo, Ed. Cia. das Letras, 1994.

¹³⁰*idem*, pg. 10.

¹³¹*idem*, pg. 14.

tempo em que defende a privatização do "setor privado" que, acomodado às benesses do Estado, tem constituído monopólios e se beneficiado com subsídios e incentivos fiscais em diversos setores.

5.2.3. - Ciência e Tecnologia

De acordo com o PDT, a atualidade impõe aos países pobres e subdesenvolvidos a necessidade de promoverem um salto tecnológico sob pena de eternizarem sua subordinação às grandes potências. Diante disso, um novo ciclo de desenvolvimento deve estar associado ao seu correspondente tecnológico e para isso fazem-se necessárias algumas correções de rumo.

Sobre este ponto o PDT elabora a crítica ao modo como esta questão vem sendo conduzida e propõe o seu reequacionamento visando a superação do atraso tecnológico. A crítica baseia-se na forma como o governo vem submetendo-se às exigências internacionais no âmbito da ciência e tecnologia e as propostas do PDT concentram-se na elaboração de uma política educacional e científica por parte do Estado em parceria com empresas públicas e privadas.

"O monopólio das inovações tecnológicas pelos países do Norte, vem agravando este desequilíbrio, ameaçando até a sobrevivência dos países do Terceiro Mundo enquanto nações. Por isso, o acesso às tecnologias pelos países pobres, não pode ser meramente uma bandeira retórica. Nem tampouco será um ato de doação voluntária dos países tecnologicamente avançados. Por isso mesmo, a educação básica para todos, como define o PDT, associada aos investimentos do Estado em Ciência e Tecnologia, constitui o caminho mais eficaz de acesso, absorção e produção do conhecimento adequado às grandes necessidades do país. Escolher este caminho é um ato de soberania"¹³².

De um modo geral, o Estado apresenta-se como articulador da política de desenvolvimento em C & T, definindo políticas de investimentos em áreas consideradas estratégicas, de acordo com as necessidades nacionais.

Diante dessas definições, o discurso pedetista confrontou-se em duas polêmicas centrais ao longo do governo de Fernando Collor e Itamar Franco: a

¹³²Projeto Brasil-94, pg. 23.

aprovação da nova Lei de Propriedade Industrial e seus desdobramentos sobre a biodiversidade brasileira.

Para o PDT, *"devem ser criadas as condições para que os trabalhadores, tecnólogos e cientistas brasileiros possam incorporar e adaptar criativamente as novas tecnologias"*.

"O Estado deve diferenciar empresas e produtos do país e do exterior e, entre as empresas nacionais, privilegiar a capacitação tecnológica das pequenas e das médias".

*"Esforço especial nas novas tecnologias, entre elas a biotecnologia, onde a manipulação genética dos seres vivos permitirá a um país em desenvolvimento, como o Brasil, aproveitar com vantagens superiores aos demais seu valioso patrimônio genético, livrando-se da dependência externa dos fármacos e produzindo alimentos necessários à sua população"*¹³³.

A identificação do papel estratégico do Estado nessa área e a proteção em relação às tecnologias e empresas estrangeiras, contradizem profundamente o discurso liberal em relação ao tema, na medida em que politiza a discussão e desmercantiliza o domínio científico.

No entanto, o principal contraponto será em torno da política educacional do PDT alicerçada na experiência do governo Leonel Brizola (1983/86 e 1991/94) no estado do Rio de Janeiro.

A proposta educacional básica consiste no ensino público e gratuito em período integral, em especial para as populações de baixa renda, de acordo com as experiências dos CIEP's (Centro Integrado de Educação Popular) no Rio de Janeiro. Segundo o PDT, esta seria a "reforma de base" fundamental, que garantiria a elevação dos patamares tecnológicos e sociais do país, onde a universidade e os cursos técnicos desempenhariam importante papel.

5.2.4. - Dívida Externa

O debate em torno da dívida externa perdeu a força que detinha em princípio dos anos 80, quando da eclosão da chamada "crise da dívida".

O PDT manteve, em linhas gerais, sua argumentação básica em torno das perdas promovidas pelo pagamento contínuo dos juros e dos serviços da dívida ex-

¹³³*idem*, pg. 24.

terna, e o esgotamento da capacidade do Estado decorrente desses pagamentos, que os vários governos militares e civis vem promovendo.

O PDT propõe, para reverter tal situação, a revisão do valor da dívida, de acordo com seu valor de mercado; uma auditoria para averiguação de montantes irregulares incorporados ao principal; a utilização das reservas cambiais para adquirir bens de capital necessários ao desenvolvimento nacional; coibir a evasão legal de capitais e adequar a política cambial e de exportação às necessidades internas de consumo e estabilidade da moeda.

Desse modo, o tema sobre a dívida externa adquire status de questão estratégica e nacional e não apenas de um debate técnico e despolitizado sobre a questão.

5.2.5. - Integração Latino-americana

Como último tópico sobre a questão nacional, a integração latino-americana ganha peso, pois trata-se de um tema presente em vários partidos, a partir de uma visão estratégica diferenciada.

No PDT, a tendência à formação de grandes blocos econômicos e comerciais é irreversível daí a necessidade de buscar formas de inserção de acordo com os pressupostos nacionais previamente estabelecidos. Desse modo, a integração latino-americana aparece mais como mecanismo de defesa em relação aos interesses dos países ricos, particularmente os Estados Unidos, que a subordinação aos seus ditames.

Desse modo, *"O Brasil tem que buscar as vantagens correspondentes às desvantagens da sua posição comercial. Persistindo no esforço de diminuir barreiras através das negociações multilaterais, o país deve investir na negociação de acordos bilaterais que nos permitam desenvolver, em termos mais favoráveis, o comércio com nossos parceiros mais importantes. Ao mesmo tempo, devemos nos aproximar dos grandes países marginalizados - entre estes a Rússia, a China, a Índia e de todo o conjunto de nações do terceiro mundo, notadamente as da América Latina e África e, no conjunto das últimas, os novos Estados de idioma português - que tem interesses semelhantes e produtos complementares aos nossos"*¹³⁴.

¹³⁴Projeto Brasil-94, pg. 19.

Observamos, assim, que o componente nacional no discurso pedetista apresenta-se articulado à uma análise de conjuntura e à uma proposta de desenvolvimento econômico, político e social alternativo.

A questão nacional coloca-se, como dissemos anteriormente, como unificador da ação partidária, contrapondo-se às políticas praticadas pelos governos militares e civis identificados claramente com o programa neoliberal.

No entanto, residem aqui elementos contraditórios da ação pedetista, principalmente se confrontarmos a linha política adotada pela bancada parlamentar do PDT e o comportamento político do ex-governador Leonel Brizola durante o governo de Fernando Collor de Mello.

5.3. - Estratégia e Tática

Como vimos, o governo Collor notabilizou-se pela aplicação de políticas identificadas com os pressupostos "neoliberais", caracterizado pelo programa de privatização do parque produtivo estatal, associado à forte desregulamentação da economia e a adoção de princípios privatistas, inclusive em setores considerados estratégicos para o PDT como as patentes e os fármacos.

Associado a esta plataforma, Collor articulou, em torno de seu governo, um conjunto de forças políticas nitidamente contrárias ao programa pedetista. Sua aliança inicial com o PFL, PTB, PL, PMDB etc. indicava o rol de opções de que dispunha e estas definiam-se à direita do espectro partidário.

No entanto, o PDT manteve uma posição dúbia em relação ao governo, criticando-o programaticamente, mas prestando apoio político em várias ocasiões. Em certa medida, podemos afirmar a existência de uma tensão entre a bancada parlamentar do PDT e Brizola, no que se refere ao relacionamento com Collor.

Brizola, enquanto governador do Rio de Janeiro, aproximou-se de Collor, justificando tal aproximação em termos administrativos.

Ao longo dos dois anos de governo Collor, Brizola buscou viabilizar, basicamente, três projetos junto ao governo federal: a ampliação dos CIEP's, a rolagem da dívida do Estado e a construção da chamada "linha vermelha", melhorando o principal acesso à cidade do Rio de Janeiro.

O governo federal, por sua vez, implementou junto ao Ministério da Educação um programa de construção de CIAC's, que na prática era o projeto dos CIEP's de Brizola. Isto permitiu uma maior aproximação entre o governo federal e o go-

verno pedetista, consolidando uma base de apoio à esquerda para o governo federal, alimentando uma tendência caracterizada por alguns de *bonapartista*.

O ano de 1991 foi marcado por esta tentativa de aproximação entre Brizola e Collor, ainda que as divergências programáticas se mantivessem acesas. O montante de verbas referentes para tais projetos chegava à US\$ 4,5 bilhões¹³⁵.

Brizola buscou, até as vésperas da instalação da CPI que resultou no *impeachment* de Collor, uma estratégia de salvação nacional tentando demover o governo de seus intuitos privatistas. No entanto, tal estratégia mostrou-se inócua e encontrou resistências tanto dentro como fora do PDT.

As denúncias feitas por Pedro Collor contra o presidente foram encaradas com descrédito por Brizola, que afirmava ser uma "orquestração da mídia" para desviar a atenção sobre os reais interesses da nação.

*"Como em 1986, quando denunciou o Plano Cruzado, num momento de asfixia da consciência nacional, pela propaganda, Brizola é o único político brasileiro a ter coragem de botar o dedo na ferida no caso Pedro Collor: ele denunciou a Veja por tentar dividir e enfraquecer o Brasil, ao fazer um estardalhaço do episódio, no justo momento em que o Brasil se preparava para defender seus direitos de País soberano, na Conferência Mundial da ONU, a Rio-92, que se instalaria daí a uma semana"*¹³⁶.

Assim, o PDT passou a associar, ao menos num momento inicial, a criação da CPI a um embuste promovido pela mídia para acobertar discussões mais profundas. O jornal do PDT, "FIO da história", publica extensa matéria sobre a CPI sobre as atividades do jornal *Última Hora*, em junho de 1953, que culminou no suicídio de Vargas.

Afirma o jornal:

"O PDT, tanto através de seu comando nacional como de suas bases, desaconselhou a criação da CPI sobre as denúncias da Veja, como forma de contribuir para que o país não revivesse uma histeria de imprensa, que, como ocorreu em 1954, teve como resultado o agravamento da crise social"(...)

"Quanto à apuração das denúncias encaminhadas por Pedro Collor de Mello, o PDT entende que o papel do Congresso seria o de formar

¹³⁵Folha de São Paulo, 08.10.91.

¹³⁶Jornal "FIO da história", Brasília, 10.06.92.

uma comissão especial para acompanhar o trabalho de investigação da Procuradoria Geral da República, que é, pela lei, o órgão competente para tal fim"¹³⁷.

Este posicionamento dúbio quanto à instauração da CPI custou à Brizola um relativo desgaste político, criando, ao mesmo tempo, fissuras no interior do PDT. Figuras de expressão como o governador do Espírito Santo, Albuíno Azeredo, o líder do PDT no Senado, Maurício Corrêa, e o líder na Câmara dos Deputados, Waldir Pires, expuseram insatisfação diante do posicionamento de Brizola, atribuindo, inclusive, a derrota nas eleições municipais de 1992, em cidades como Rio de Janeiro e Porto Alegre, como efeito da posição tomada em relação à CPI.

Há, portanto, nesse episódio, elementos importantes para verificarmos o grau de coesão ideológica e política no PDT, uma vez que o discurso programático, nacionalista e "social-democrata", não balizou as articulações de Brizola com Collor, sendo posto de lado por razões de ordem administrativa.

Esta tensão criada entre a liderança nacional do partido¹³⁸ e a bancada parlamentar indica-nos, a exemplo das tendências apresentadas pelos deputados em relação à Revisão Constitucional, a existência de contradições crescentes entre Brizola e sua base parlamentar. Note-se que, nesse episódio, os parlamentares que se opuseram à aproximação com Collor são, principalmente os da fração mais ideológica do PDT, de acordo com as tendências de votos analisadas anteriormente.

Verifica-se, assim, que Brizola vai aos poucos perdendo espaço sobre sua bancada parlamentar, ao mesmo tempo em que esta se amplia, seja pela aproximação deste com lideranças regionais visando sua viabilização eleitoral, seja pelo fortalecimento de outras lideranças. Desse modo, fica evidente que há uma tensão não apenas entre Brizola e sua base parlamentar, mas entre os pressupostos programáticos do PDT e a necessidade de viabilização eleitoral de seu principal líder. Assim, a tática adotada pelo PDT nem sempre pode ser entendida a partir dos delineamentos de seu programa, mas devem ser observadas também as circunstâncias em que o partido e Brizola encontram-se em determinada conjuntura.

Um exemplo prático desse procedimento pode ser verificado na ação do PDT no estado de São Paulo. Do ponto de vista histórico, o antigo PTB sempre encontrou dificuldades de implantação no estado antes de 1964. Parte dessa dificuldade pode ser atribuída à presença importante do Partido Social Progressista, de Adhemar de

¹³⁷*idem*, pg. 13.

¹³⁸Há, na estrutura do PDT, a função de Líder Nacional.

Barros, quanto pela liderança de Jânio Quadros, sem partido definido, mas apoiado por setores populistas.

Com a reorganização partidária de 1980, o PDT firmou-se nos dois estados mais identificados com o antigo PTB, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. No entanto, São Paulo apresentava-se como principal centro político, concentrando boa parte do eleitorado nacional e, ao mesmo tempo, as principais lideranças e partidos políticos que, em certa medida, deixavam pouco espaço de manobra para Brizola e seu partido.

Todas as tentativas de implantação do PDT em São Paulo esbarraram em dois obstáculos básicos. O primeiro, relaciona-se com a esquerda partidária, hegemônica pelo PT, e visceralmente adversária de Brizola e do trabalhismo pré-64. Durante os anos 80, o PDT não conseguiu consolidar nenhuma base de apoio expressiva nos movimentos populares em São Paulo, controlados principalmente pelo PT e por grupamentos políticos que atuavam no PMDB¹³⁹.

O segundo obstáculo refere-se as bases encontradas pelo PDT para sua implantação no estado de São Paulo que, no geral, buscavam o partido com o objetivo eleitoral de curto prazo, negado em outras agremiações. Assim, o PDT buscou sua viabilização a partir de bases políticas que pouco, ou quase nada, tinham de identidade partidária.

A primeira tentativa deu-se com o ex-peemedebista e ex-prefeito de Osasco, Guaçu Piteri que teve passagem meteórica nos quadros pedetistas; com Rogê Ferreira; com o ex-pedesista Adhemar de Barros Filho; com o ex-petista Airton Soares e, mais recentemente, com o ex-arenista e ex-pedesista Francisco Rossi.

Em todos os casos, a orientação dava-se em torno da viabilização eleitoral do partido do estado, que propriamente a busca de uma identidade político-ideológica. Destas tentativas, merece breve comentário a permanência de Adhemar de Barros Filho na presidência regional do PDT, a partir de outubro de 1983, não apenas por seu passado como base parlamentar da ditadura militar, mas, principalmente, pela ligação entre Vargas e Adhemar de Barros feita pelo PDT.

Assim, a aliança que deu a vitória a Vargas em 1950 materializava-se 35 anos depois com Brizola e o filho de Adhemar, demonstrando, mais uma vez, que o PDT não está livre de seu passado populista, mas pretendeu ser sua continuidade.

"O histórico PTB de Vargas e Goulart e o PSP de Adhemar de Barros sempre estiveram juntos nos momentos mais importantes da

¹³⁹Principalmente o PCB, PCdoB e MR-8.

vida nacional. Essa aliança histórica é retomada hoje e está simbolizada no aperto de mãos entre Leonel Brizola e Adhemar de Barros Filho"¹⁴⁰.

Neste período, que vai de fins de 1983 à março de 1989, o PDT obteve certa estrutura orgânica no estado, mas submetido ao aparelho do antigo PSP, liderado por Adhemar de Barros Filho.

*"Por volta de 1985, o PDT havia conseguido implantar diretórios municipais em quase todos os municípios paulistas e tinha 67.543 filiados no estado. Essa implantação deveu-se a Adhemar de Barros Filho, que além de presidente regional do PDT paulista passara aparentemente a controlar mais de 70% da máquina partidária. Talvez porque Adhemar renunciou à direção do partido antes das eleições de 1989, o PDT continuou eleitoralmente inexpressivo em São Paulo e Brizola não foi além de 1,5% dos votos paulistas*¹⁴¹ *na eleição presidencial de 1989"*¹⁴².

No entanto, como as outras tentativas, a convivência entre a liderança de Brizola e as lideranças regionais mostrou-se conflituosa, assim como a busca de espaços políticos contraditaram os pressupostos ideológicos e doutrinários do PDT. Tais conflitos impossibilitaram a implantação do PDT no estado, ainda que São Paulo conservasse um núcleo ideológico nos moldes do partido no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

Este processo em São Paulo pôde ser verificado recentemente em vários outros estados¹⁴³, consolidando um partido nacional com importantes crivos regionais, como pudemos observar nas tendências de voto na Revisão Constitucional. Contrapondo, na maioria das vezes, as opções ideológicas e programáticas às eleitorais, provocando um desgaste político considerável em algumas situações e consolidando bases de sustentação pouco confiáveis. Ou, como diz Kinzo, *"o*

comportamento do PDT ao longo desses anos tem-se mostrado muito mais próximo do pragmatismo político do que da ideologia, particularmente quando se trata de definir a estratégia político-eleitoral. O PDT aliou-se a praticamente todas as siglas existentes,

¹⁴⁰Boletim Informativo do PDT - São Paulo, Dezembro de 1983.

¹⁴¹Brizola obteve, nas eleições de 1989, 61% dos votos no 1o. turno no Rio Grande do Sul e 51% no Rio de Janeiro.

¹⁴²Kinzo, Maria D'Alva Gil - Radiografia do quadro partidário brasileiro, pg. 54, São Paulo, Konrad Adenauer Stiftung, 1993.

¹⁴³Paraná, Santa Catarina, Paraíba etc.

*da esquerda à direita, em sua tentativa de aumentar suas chances eleitorais. Na crise do impeachment, Brizola colocou-se do lado de Collor até a reta final, obviamente que ao preço de considerável desconforto entre os parlamentares do partido"*¹⁴⁴.

6. - O Debate sobre a Social-Democracia

Ainda que apresente tais contradições e conflitos, há, na própria formação do PDT, um debate fundamental sobre o perfil ideológico do partido, com uma clara preocupação em dotá-lo de um programa moderno, que recuperasse o conteúdo popular do trabalhismo, oferecendo-lhe uma roupagem nova, democrática e de cunho social-democrata.

Como vimos, o caminho foi a afirmação de que o trabalhismo já continha elementos modernos, de linha social-democrata, sendo, portanto, o PDT e o seu projeto de socialismo democrático continuação da tradição reformista iniciada com Getúlio.

O PDT afirma que o socialismo democrático é o sucessor do trabalhismo de Vargas. Tal vinculação parte da formulação segundo a qual o conjunto de medidas sociais e trabalhistas adotadas durante os dois governos de Vargas, particularmente o segundo período (1950/54), já era de orientação social-democrata e que toda e qualquer proposta socialista no Brasil deve levar esta experiência em consideração.

Tal vinculação apresenta-se mais clara nas afirmações de Moniz Bandeira que vê o socialismo democrático como desenvolvimento do processo histórico brasileiro. Para ele, *"a legislação social que Vargas construiu em defesa dos*

trabalhadores foi, de fato um conjunto de medidas social-democratas. Foi a conquista de um pacto social-democrata que já havia sido estabelecido na Europa". E que *"quando Brizola se declarou social-democrata, ele disse em linguagem internacional o que o PTB tinha sido antes de 64"*¹⁴⁵.

Essa linha de raciocínio também é reforçada por Theotônio dos Santos que identifica no movimento de massas pré-64 a cultura socialista brasileira e que nele,

¹⁴⁴Kinzo, Maria D'Alva - Radiografia do quadro partidário brasileiro, São Paulo, Konrad Adenauer Stiftung, 1993.

¹⁴⁵Entrevista de Moniz Bandeira o jornal "Espaço Democrático" de 22 de março de 1.985.

*"detinham necessariamente a hegemonia as forças que compunham o Partido Trabalhista Brasileiro. Portanto, se o socialismo não pretende ser hoje um raio caído na história do Brasil ou um movimento de minorias intelectuais, ele tem que identificar-se necessariamente com este vasto movimento histórico"*¹⁴⁶.

Essa vinculação com o passado petebista é, inclusive, oficial, já que no Manifesto e no Programa do partido a Carta Testamento de Vargas é definida como uma das fontes inspiradoras, documento básico do PDT, pois, *"expressa*

*com autenticidade e realismo, esse sentimento popular e nacional de nosso processo histórico, assim como define rumos para o futuro e identifica as bandeiras que vêm se opondo aos interesses fundamentais da nação"*¹⁴⁷.

Esta argumentação é a principal sustentação ideológica do PDT, onde o núcleo saudável do trabalhismo de Vargas é visto como o germe de uma proposta social-democrata para as peculiaridades sociais, políticas e históricas brasileiras.

Tanto os documentos analisados acima, como jornais, panfletos e textos teóricos produzidos pelo PDT destacam a continuidade do legado trabalhista, ressaltando seus aspectos progressistas e nacionalistas, em torno da idéia de que o *trabalhismo é o caminho brasileiro para o socialismo*.

Esta ligação ideológica que o PDT vai assumindo em relação à social-democracia é indicada por José Ibrahim, sindicalista e membro do Diretório Nacional do PDT, que afirma serem essas ligações de ordem mais políticas que programáticas.

Para ele, *"as relações do PDT com a social-democracia, são muito mais no plano político - no plano das relações políticas - em busca de apoios políticos no exterior. Então, claro, aí existe uma proximidade muito maior com a social-democracia, sabendo que nós aqui lutamos em condições totalmente diferentes das condições que se dão nos países europeus"*¹⁴⁸.

Pode-se perceber que a vinculação com o discurso social-democrata e suas ligações internacionais não é isenta de contradições no interior do PDT. Grupos ligados aos trabalhistas históricos que se engajaram na construção do PDT vêem a

¹⁴⁶Santos, Theotônio dos - O Caminho Brasileiro para o Socialismo, pg. 62, Petrópolis, Ed. Vozes, 1.985.

¹⁴⁷Programa do PDT.

¹⁴⁸Opiniões sobre o Socialismo in Socialismo e Democracia no. 9, janeiro/março de 1.986, Ed. Alfa-Ômega, pg. 53.

aproximação de uma ótica mais tática do que programática, defendendo a continuidade do trabalhismo.

Hélio Fontoura, ex-Secretário de Obras de Rio Grande do Sul e ex-deputado estadual, vê a aproximação do PDT com a Internacional Socialista dentro da ótica da solidariedade internacional e da experiência acumulada e menos do que, propriamente, uma aproximação programática.

Para ele, *"temos muito que aprender com outros povos, mais antigos e que já passaram por outras experiências. Os países que integram a Internacional Socialista têm dado grande exemplo de solidariedade com outros povos, como a Nicarágua"*. No entanto, *"os laços que o PDT mantém com a Internacional Socialista são de solidariedade, de amizade e de troca de experiências, sem qualquer comprometimento ou alinhamento"*¹⁴⁹.

Os grupos mais à esquerda, em grande maioria egressos do PCB, não se opuseram de forma aberta a essa vinculação, mas reivindicavam uma aproximação também com os partidos comunistas e com a luta anti-imperialista. Desses grupos destacam-se a militância oriunda do PCB, que aderiu ao PDT junto com Luis Carlos Prestes, e o chamado "grupo do México", cujos maiores expoentes eram Francisco Julião e Neiva Moreira.

Tais divergências não foram suficientes para impedir uma aproximação cada vez maior e mais orgânica do PDT com a Internacional Socialista. Desde as primeiras reuniões que Leonel Brizola participou, ainda como articulador do PTB no exílio, até quando foi indicado como Coordenador Geral do Comitê para a América do Sul do Comitê para América Latina e Caribe da Internacional Socialista, em março de 1980, por ocasião da reunião deste comitê em São Domingos, as relações do PDT com a I.S. sempre foram no rumo de uma maior consolidação.

6.1. - Onde Situar a Social-Democracia

A vinculação pedetista à social-democracia e a criação de uma cultura política de caráter socialista fica expressa nas tentativas de transformar o PDT, nos primeiros anos, num Partido Socialista que aglutinasse socialistas que ainda estavam em outras agremiações, principalmente no PMDB.

¹⁴⁹"Espaço Democrático", 19 de abril de 1985.

Essa preocupação aparece num documento elaborado numa reunião do Diretório Nacional na cidade de Mendes no Rio de Janeiro em 1983, onde rediscute os compromissos e a identidade do PDT. Na "Carta de Mendes" é afirmada a vinculação do PDT com o socialismo democrático e com a necessidade de adequar a fisionomia do partido a tais objetivos.

*"O PDT assume, com inabalável e definitiva convicção e firmeza, pelo seu programa, sua prática e objetivos, a causa do socialismo democrático no Brasil. O PDT é um Partido Socialista. O nosso socialismo há de ser construído através do voto livre, numa sociedade pluralista e civil, sem discriminar ou excluir quem quer que seja. O nosso socialismo está indissoluvelmente ligado ao conceito de liberdade. Socialismo e liberdade, para nós, são inafastáveis como dois trilhos de uma estrada de ferro, expressando um Estado de Direito democrático e de profundo conteúdo social"*¹⁵⁰.

Posteriormente ocorrerá a convocação, a partir da Direção Nacional do PDT presidido, na época, por Doutel de Andrade, para maio de 1.984 de um Congresso Nacional do Socialismo Democrático, onde um dos objetivos era a transformação do PDT num PS, Partido Socialista, que mostra a preocupação do PDT com essa questão. Ou seja, a necessidade de um partido onde a ligação com a social-democracia ficasse mais explícita, ou como esclarece um artigo de um jornal do PDT, Tribuna Socialista no. 6, de outubro de 1.983:

*"a criação do PS seria o passo decisivo para moldar de vez a linha político-ideológica do socialismo no Brasil, juntando correntes do pensamento de esquerda, comprometidos com a socialização dos meios de produção e alguma correntes que se inserem nos quadros da social-democracia (tipo PS francês) e correntes trabalhistas ortodoxas"*¹⁵¹.

Nesse período, o jornal da Juventude Socialista do PDT, "O Socialista", publica uma série de artigos em defesa da transformação do PDT no PS, assim como o jornal "Tribuna Socialista".

¹⁵⁰Carta de Mendes.

¹⁵¹"Tribuna Socialista" no. 6, outubro de 1.983.

A juventude vê a fundação de um partido socialista como o desenvolvimento lógico da proposta inicial do PDT, que naquele momento havia cumprido seu "papel histórico".

*"O novo partido não deve se constituir numa frente, e sim num partido de massa de abrangência nacional, com livre organização de tendência, que aglutine diversas correntes políticas identificadas com um mesmo programa, com unidade de ação na luta pelo socialismo. Entretanto este novo partido não poderá de forma alguma, admitir a existência de grupos políticos cuja prática e defesa de programa adverso, os identifique como dupla militância"*¹⁵².

No entanto, a decisão é adiada em função da Campanha das Diretas e das pressões dos "trabalhistas históricos", mais trabalhistas que socialistas.

O debate sobre o Congresso Socialista volta a ser cogitado, na imprensa partidária, após a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney e a perspectiva de fim das exigências legais para organização de partidos, como ressalta o jornal "Espaço Democrático", de 29 de março de 1985, que, prevendo a realização do Congresso Socialista, ainda em 85, afirma:

*"que o PDT não se esgota em si mesmo. Querendo organizar politicamente as reivindicações das massas populares e dos despossuídos, não teme oferecer-se como espinha dorsal do novo Partido Trabalhista e Socialista cuja construção está em curso"*¹⁵³.

Em certa medida, este debate demonstra ao menos a preocupação de alguns grupos no interior do PDT em transformá-lo, explicitamente, numa alternativa socialista e democrática para o país.

Ainda que haja a vinculação oficial do PDT à social-democracia internacional como membro da Internacional Socialista, esta questão ideológica apresenta-se de forma contraditória, pois, a despeito de um programa que busca inspiração nas experiências social-democráticas européias, o partido reitera a necessidade de se criar alternativas originais e desvinculadas dos princípios básicos do socialismo democrático.

A denominação social-democrata no nome do partido não é elemento fundamental na definição ideológica, mas o debate em torno do tema indica-nos o grau de importância que reserva esta questão.

¹⁵²Deliberações do 30. Congresso da Juventude Socialista do PDT, 1.985.

¹⁵³"Espaço Democrático", 29 de março à 4 de abril de 1.985.

6.2. - Contatos Internacionais

Os contatos internacionais do PDT começaram antes mesmo da fundação do partido.

Em 1978, realiza-se em Portugal uma reunião sobre "Processos de Democratização na Península Ibérica y América latina" que, segundo Felicity Willians, pode ser vista como uma tentativa da Internacional Socialista em aproximar-se, via Partido Socialista Português e o Partido Socialista do Operariado Espanhol, dos partidos e movimentos latino americanos. Desta reunião participam Brizola e outros exilados ex-petebistas.

Em 1979, quando da solicitação do registro do PTB pelo grupo de Brizola, a Internacional Socialista reunida no México expressa solidariedade ao novo partido.

Como reorganizador do PTB, Brizola continua participando ativamente das reuniões internacionais da IS, particularmente daquelas que tratam da democratização do Cone Sul, tema de crescente interesse da I.S. a partir de 1.976.

Sua posição ganha destaque após a reunião de março de 1.980 em São Domingos, onde se constituiu o Comitê para América Latina e Caribe da Internacional Socialista, antiga reivindicação dos partidos e movimentos latino-americanos ligados à IS, e que o escolhe como Coordenador Geral para a América do Sul.

O desempenho de Brizola e sua posterior indicação para o cargo de Vice-Presidente da IS proporcionou um reconhecimento maior da I.S. no sub-continente latino-americano. Felicity Willians entende que a ação específica do Comitê da I.S. para a América Latina propiciou a aproximação desta com movimentos nacionais e populares como a FSLN, Frente Sandinista para Libertação da Nicarágua e com o governo cubano.

*"Os objetivos declarados eram idênticos aos que vinham sendo anunciados pela I.S. já há muito tempo, ainda que se enfatizasse à diferença da COPPAL (Conferência dos Partidos Políticos da América Latina) - que era uma alternativa não somente "democrática" como "socialista". Além disso, extendia-se um convite a Fidel Castro (na qualidade de Presidente do Movimento dos Países Não-Alinhados), convite este que parecia ter a intenção de destacar o caráter cada vez mais radical da organização"*¹⁵⁴.

¹⁵⁴Willians, F. - *Op. Cit.*, pg. 270.

Esta reafirmação progressiva do ideário social-democrata no PDT fica ainda mais clara a partir de 1.984. Ano da maior mobilização de massas da história do país, a "Campanha das Diretas Já!", foi também um período de maior distensão política. Embora ainda se fizesse presente a ditadura e seu arcabouço autoritário, o clima de liberdade política tomou as ruas e as praças do país. O PDT participa desse momento sediando no Rio de Janeiro, governado por Brizola, uma reunião do Bureau Político da Internacional Socialista, nos dias 1 e 2 de outubro.

O tema da Reunião foi A PAZ E A DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA e, apesar da reunião, o PDT é impedido de manter qualquer vinculação oficial com a Internacional devido às cláusulas presentes na Legislação Partidária vigente. Apesar do impedimento, a reunião serviu para consolidar a posição do PDT e de Brizola no cenário internacional. O primeiro ministro português, Mário Soares, nesta mesma reunião já afirmava que *"o PDT é o interlocutor permanente da Internacional Socialista no Brasil"*.

O PDT será oficialmente aceito como membro da Internacional Socialista somente em 1.986, na reunião do Bureau em Lima, Perú. Dessa maneira, o PDT obtém seu reconhecimento internacional e Brizola vincula seu futuro político à defesa da idéia do socialismo democrático.

De 1986 em diante, outros partidos brasileiros, como o PT e o PSDB em 1989, buscarão aproximar-se da Internacional Socialista, conseguindo a condição de observadores oficiais. Desse modo, o discurso da IS no Brasil passa necessariamente pelo PDT.

Os vínculos oficiais estabelecidos entre a IS e o PDT obedecem duas lógicas distintas: a primeira diz respeito à conjuntura internacional em que se realizam os primeiros contatos e a segunda à ideologia.

Em ambos percebemos um mútuo interesse: de um lado, a Internacional buscando viabilizar-se politicamente para além do continente europeu e participar mais ativamente dos processos políticos em curso na América Latina, apóia a formação de partidos e movimentos que permitem, ainda que não diretamente, uma ampliação de seu raio de propaganda política. Além, é claro, de contribuir no processo de democratização do continente.

Do outro lado, observamos a necessidade do grupo reorganizador do PTB no exílio de romper o isolamento político imposto pelo próprio exílio e pela manutenção de um sistema bi-partidário no Brasil, que, de alguma forma legitimava os opositores do MDB. A aproximação entre Brizola e seu grupo e a Internacional Socialista acomodou ambas as demandas. Brizola rompia o cerco internacional-

mente, aparecendo ao lado de figuras de prestígio ao mesmo tempo que a IS garantia espaço no processo de redemocratização em curso. Observe-se que há contatos sistemáticos com membros do MDB que participam, inclusive, de reuniões da IS, mas sem nenhum desdobramento relevante.

O componente ideológico dessa aproximação deve ser visto com cautela. À Internacional Socialista interessava a ampliação das discussões sobre a América Latina e as aproximações com partidos e movimentos americanos significava, além do estreitamento de relações com partidos emergentes, o aprofundamento da compreensão sobre a luta política no continente.

Já a relação do PDT combinou pragmatismo político com ideologia, na medida em que utilizava o apoio da IS para apresentar-se na cena política nacional e internacional ao lado de figuras de expressão e ancorava-se nos experimentos social-democratas para modernizar e renovar o programa do antigo PTB, dando-lhe uma feição democrática com um conteúdo social não apenas como herança do getulismo mas herdeiro também de um experimento mais sólido, os Welfare States.

7. - Avaliações

O estudo efetuado até agora sobre o PDT permite-nos algumas análises que, ainda que provisórias em função do caráter do seu objeto¹⁵⁵, apontam para um perfil político e ideológico singular no quadro do sistema partidário atual.

No sistema partidário brasileiro, marcado pela fluidez e pelo oportunismo eleitoral, o PDT conseguiu destacar-se pela manutenção de uma certa organicidade e disciplina, principalmente de sua bancada parlamentar. Durante os trabalhos da ANC e da Revisão Constitucional, que coincidiram com as polêmicas envolvendo o programa de privatização de Collor, a bancada petetista mostrou-se minimamente coerente e fiel aos seus princípios nacionalistas e reformistas.

Em função de sua vinculação com o passado petebista, o PDT conserva em seu discurso um forte componente nacionalista que se expressa pela atuação de sua bancada parlamentar, na defesa das conquistas sociais consagradas pela história do trabalhismo no Brasil e do complexo produtivo estatal.

¹⁵⁵Em função da derrota nas eleições presidenciais e da conjuntura internacional provisoriamente desfavorável aos ideais socialistas, os partidos de esquerda, dentre eles o PDT, buscam adequar seu discurso e sua proposta à esta nova situação, daí a limites do nosso objeto.

Esta relação com o nacionalismo indica uma concepção de ação política que tem no Estado seu centro planejador, racionalizador e executivo das mudanças propostas. Assim, quanto mais mecanismos de intervenção o Estado detiver, maior sua capacidade transformadora, ainda que este discurso tenha se alterado.

Além disso, o PDT conserva uma matriz "terceiro-mundista" na análise das relações internacionais, apresentando as contradições no cenário mundial a partir de um conflito de interesses entre ricos e pobres, entre Europa e Estados Unidos e América Latina. Tais contradições complementam o discurso e a ação pedetista em defesa da soberania nacional e da articulação de um bloco de países pobres para resistir à estratégia de pressão econômica e militar imposta pelos países industrializados, com vistas a garantir seu domínio num quadro de crise generalizada do sistema. Assim, o discurso pedetista é marcado, principalmente por parte de Brizola, por um forte conteúdo "anti-colonialista", cujo centro é a reversão das relações internacionais, que no atual quadro causam perdas aos países do Terceiro Mundo.

A vinculação entre nacionalismo e social-democracia no interior do PDT merece ser melhor analisada e discutida, pois eles se alternam nas prioridades do discurso pedetista desde a sua fundação.

A execução de um programa social-democrata, com sua marca distributiva e social, só terá sucesso, na visão do PDT, num contexto onde o Brasil se apresente soberano e auto-suficiente. Isto vale dizer que o desenvolvimento econômico, condição necessária para as transformações sociais requeridas, deverá ser alcançado quando os entraves ligados aos interesses estrangeiros (dívidas, tecnologia, setores estratégicos etc.), forem superados.

Esta relação entre o nacionalismo e a social-democracia pode se estruturar historicamente de várias formas. A apropriação dos "interesses nacionais" pelos programas dos partidos social-democratas contribui, como mostra Lúcio Flávio R. Almeida¹⁵⁶, para uma certa confusão ideológica. A associação feita entre a "soberania nacional" e o alcance das políticas sociais dilui os conflitos distributivos sob o capitalismo, limitando-os às contradições entre interesses nacionais e estrangeiros. Esta ligação e seus desdobramentos se potencializam na medida em que analisamos a história das políticas sociais no Brasil.

A consolidação das estruturas de bem-estar social no Brasil, enquanto objetivo estratégico do PDT, só pode ser pensada dentro do espaço nacional, realizada

¹⁵⁶ Almeida, Lúcio Flávio R. - Social-Democracia e Ideologia Nacional in São Paulo em Perspectiva, Fundação Seade, n.5, vol. 4.

nos marcos do Estado nacional, a exemplo das experiências históricas da social-democracia. Nesse sentido, a defesa da soberania nacional e dos mecanismos de intervenção estatais compõem um projeto político maior, onde estes apresentam-se como pré-requisitos necessários para mudanças mais profundas nas relações entre o Estado, as classes e a economia.

Essas estruturas estatais, que comporiam o Estado de bem-estar social propostas pelo PDT, buscam associar os objetivos mais estratégicos com a questão emergencial de atendimento das populações mais carentes. Nesse sentido, a necessidade de execução de políticas de curto prazo deixa pouco claro o caráter de longo prazo das mudanças propostas e, mesmo, seu conteúdo social-democrata (a relação com o mercado, o caráter dos atendimentos etc.).

A relação do PDT com a social-democracia, como vimos, oscila entre a busca de apoio internacional, particularmente para amparar um discurso que postula novas relações entre o Norte e o Sul, e a identidade política e ideológica com a experiência social-democrata.

Podemos verificar que essa identidade está presente nos principais documentos do partido, assim como na ação da maioria de seus parlamentares e na sua inserção nos fóruns da Internacional Socialista. No entanto, devido à sua implantação altamente regionalizada¹⁵⁷ e às alianças políticas em torno de Leonel Brizola, o PDT não fez dessa identidade com a social-democracia uma proposta clara por transformações sociais e políticas.

No centro desses paradoxos está, sem dúvida, a figura da liderança nacional do PDT e sua ação, no sentido do construir um partido e viabilizar-se eleitoralmente.

Brizola espelha o espírito do grupo mais radical do antigo PTB e, desse modo, contribuiu substancialmente na fisionomia do PDT, desde sua opção ideológica até a demarcação de terreno com os grupos mais fisiológicos quando da reorganização do antigo PTB. Assim, pensar os dilemas que envolvem o PDT implica entender a própria ação política de Brizola.

De imediato impõe observar que as relações estabelecidas entre o partido e seu líder são marcadas por uma tensão constante e por manifestações de personalismos que, no fundamental, questionam a própria modernidade que uma proposta vinculada à social-democracia poderia conter.

¹⁵⁷ As principais bases de apoio políticas e eleitorais do PDT encontram-se nos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Brizola exerce uma força centrípeta e centrífuga simultaneamente, na medida em que dá organicidade e materialidade às propostas reformistas e nacionalistas, contribuindo com a identidade político-ideológica do PDT, apesar de reservar espaço para as reminiscências do populismo.

De outro lado, estabelece um movimento de caráter desagregador no interior do partido, em função dos imperativos eleitorais que o levam à alianças regionais, de laços ideológicos extremamente fracos ou contraditórios. Tais situações têm gerado conflitos entre Brizola e estas lideranças regionais que, no fundamental, significaram o afastamento de setores ideologicamente afinados com a proposta fundadora do PDT ou ainda o desligamento desses outros setores.

A ascendência exercida por Brizola no PDT significa, por outro lado, uma pequena autonomia das organizações e instâncias partidárias em eventuais embates internos. Em todos os momentos em que a liderança de Brizola foi questionada, seja por razões de tática política ou por disputas internas, sua posição foi preservada. Mesmo em relação ao período crítico do *impeachment* de Collor, onde vários membros da direção partidária, parlamentares ou não, discordaram explicitamente da postura do governador do Rio de Janeiro, a figura de Brizola foi preservada visando a "unidade" do PDT.

A fama de "caudilho" atribuída à Brizola por ex-companheiros de PDT parece reservar um certo grau de veracidade. No entanto, sua ação enquanto membro da Internacional Socialista ameniza tais críticas, na medida em que sua atuação também reserva importância na formulação teórica e política da alternativa do "socialismo democrático" e consolida apoios internacionais de expressão.

Sobre esta relação contraditória entre Brizola e o PDT, ou ainda entre o reformismo e as manifestações de populismo, podemos afirmar que se manifesta ao mesmo tempo como problema e solução ao dilema do PDT, enquanto alternativa que se pretende representante da social-democracia no Brasil. Ainda que a proposta do reformismo social proposto seja limitada por vários aspectos, como veremos adiante, o experimento do PDT aponta para questões importantes no quadro partidário brasileiro.

Roberto Mangabeira Unger, ao apresentar sua proposta de Alternativa Transformadora, que se pretende crítica do que ele chama de "projeto hegemônico" e da social-democracia, tece um interessante comentário sobre tais contradições:

"Os inimigos dessas lideranças reformistas demonizam-nas como populistas. E, de fato, deveriam ter uma prática política que valorizasse mais a organização da sociedade e que compreendesse

*melhor a insuficiência da redistribuição assistencialista e a importância da reorganização institucional da economia e do governo. Se não existissem, porém, tais homens e partidos, seria necessário inventá-los. Se eles não oferecem uma alternativa ao projeto hegemônico, são ao menos a causa do que a consequência de seu malogro. Atuam como instrumentos, às vezes toscos, do esforço para compensar a falta de distribuição. Pelo menos, batem-se, ainda que às escuras, contra a estrutura estabelecida. Prolongam aquele estado de indefinição social e institucional que, se faculta os retrocessos, também cria o ambiente em que se possa, afinal, instaurar a alternativa transformadora"*¹⁵⁸.

Observamos, assim, uma prática contraditória que privilegia a ação e as estruturas partidárias ao mesmo tempo em que tenta consolidar pleno controle sobre o partido; busca enaltecer os temas de ordem ideológica, no sentido de fortalecer-se enquanto alternativa ao projeto neoliberal, mas presta apoio a Collor; bate-se pela constituição de uma frente de esquerda enquanto enfraquece as centrais sindicais; enfim, Brizola incorpora parte dos problemas e das soluções do PDT.

No entanto, não se resumem à Brizola os dilemas do PDT. A própria execução de um projeto nacional-reformista, nos termos propostos nos documentos analisados, depende de um conjunto de fatores distantes da realidade da inserção pedetista no cenário nacional.

Estas dificuldades aumentam na medida em que as bases sociais de apoio a um projeto desse tipo não consolidaram uma identidade própria, seja classista ou histórica, diluindo-se num conjunto de outros projetos. Desse modo, põe-se a pergunta de como o PDT viabilizaria um projeto social-democrata com uma base de apoio tão diluída, ou como esse partido pretende organizar uma base de apoio efetiva a seu projeto?

Se buscarmos um paralelismo entre a história da social-democracia e a realidade sobre a qual atua o PDT, verificamos a não existência de uma substantiva base social que lhe empreste apoio político e participe da execução de um projeto alternativo. Desse modo, o projeto aparece limitado em seu nascedouro, pois prescinde de uma base classista, uma vez que o discurso "nacional" está acima da identidade de classe.

¹⁵⁸Unger, Roberto M. - *Op. Cit.* pg. 28.

Pode-se objetar que as políticas social-democratas basearam-se em estruturas "universais" de atendimentos sociais que teriam uma identidade maior com o "nacional" do que com a classe. Mas esta sempre propôs um caminho inverso, buscando identificar seus interesses de classe com os do conjunto da nação.

O conjunto de limitações da proposta pedetista completa-se quando verificamos que as tensões entre os elementos da cultura populista, já indicados anteriormente, e a necessidade de avançar nas formulações "social-democratas" e nas inovações na prática política institucional, mesmo considerando os fatores conjunturais que condicionam os campos da luta política, impedem a organização de uma alternativa eficaz e viável para o Brasil, ainda que contenha todos os limites sociais e econômicos da social-democracia.

CAPÍTULO IV - PSDB: "entre a direita e a esquerda modernas?"

A fundação do PSDB, em junho de 1988, coloca-nos o desafio de buscar compreender a motivação de seus fundadores em identificar-se com uma proposta social-democrata. Além disso, analisar quais as perspectivas apresentadas pelo partido para a implementação de um programa de reformas sociais, políticas e econômicas, além das alternativas teóricas e políticas apontadas para a social-democracia no Brasil

Nesse sentido, o presente capítulo será dividido em duas partes: uma que apresentará o quadro histórico e político do surgimento do PSDB e outra que tratará do arcabouço teórico e ideológico do partido.

1. - A Consolidação da divergência

O Partido da Social-Democracia Brasileira foi fundado em 25 de junho de 1988, durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, sendo composto basicamente por parlamentares oriundos do PMDB.

Em certa medida, essa configuração de origem do PSDB obriga-nos a um olhar retrospectivo sobre o próprio PMDB e sobre o chamado período de transição para podermos compreender as razões que impeliram um grupo de parlamentares à fundação de um novo partido.

O MDB, como já mencionamos, ocupou a cena política nacional como único partido de oposição ao regime militar durante o experimento bi-partidário (1965-1979). Tal configuração do quadro partidário, transformou-o no porta-voz da oposição, atraindo para seus quadros todos aqueles setores que, de alguma forma, viam-no como uma trincheira na luta contra o regime militar ou como o caminho mais legítimo à conquista do poder.

A consolidação do MDB como alternativa política se dá em meados da década de 70, particularmente a partir das eleições de 1974, num quadro de relativo desgaste do regime, tanto na área econômica, com o fim do chamado "milagre econômico", como na política, devido às limitações de um sistema representativo submetido à repressão.

A transformação do MDB num escoadouro das propostas oposicionistas deu-se, entre outras coisas, pelo enfraquecimento das lutas extra-parlamentares contra o regime (guerrilhas urbanas e rurais), pelo crescimento dos movimentos populares

(igrejas, movimentos comunitários etc.) e das ações de outros movimentos e setores (CBA's -Comitês Brasileiros pela Anistia, SBPC etc.).

O avanço dos setores populares dentro do MDB e a incorporação de políticos e personalidades democráticas, além da incorporação dos comunistas (PCB e PC do B), do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e de outros segmentos oriundos do PCB, impulsionaram atividades extra-parlamentares do MDB, já em fins dos anos 70, amparadas, sobretudo, pelo ascenso do movimento popular e sindical impulsionado pelas greves do ABC paulista (1978/79/80).

Essa transição, de um partido de oposição moderada, consentido pelo regime, a um partido oposicionista com certa relação com os movimentos populares, trouxe para o MDB contradições profundas, que marcam até hoje a ação do partido.

No interior do PMDB passaram a conviver vários agrupamentos políticos informais que o viam como instrumento, necessário naquele momento, para a redemocratização do país.

Nesse contexto, são levantadas várias bandeiras redemocratizantes como a luta por uma Assembléia Nacional Constituinte, a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, a Liberdade e Organização Sindical, etc.

Desses grupos e tendências que caracterizam a frente oposicionista do MDB, e depois do PMDB, merecem destaque o grupo dos autênticos, dos históricos, do MUP (Movimento de Unidade Progressista) e o Bloco Popular, alguns dos quais influenciarão na formação do PSDB. Tais grupos, por sua composição e ligação com os movimentos populares, imprimiram uma marca mais decididamente oposicionista e popular, contrapondo-se às tendências conciliatórias no interior do PMDB.

A articulação dessas tendências obedeceu às necessidades impostas pela conjuntura política, não sobrevivendo a mudanças profundas no cenário nacional. No entanto, merece destaque o MUP, que sobreviveu como tendência no interior do PMDB, mesmo após as duas fases da reforma partidária, fornecendo, posteriormente, um grande número de quadros ao PSDB.

O longo e desgastante processo de transição democrática reagiu sobre o MDB/PMDB de várias formas. De um lado, observamos uma ligação deste partido com a sociedade civil, na elaboração de plataformas de luta e na crescente mobilização popular. Isto pode ser verificado na Campanha da Anistia, nas greves em fins da década de 70 e na Campanha das Diretas Já!, em 1.984.

No entanto, esta ligação com o movimento popular, traduzida em votos em 1.982 para os governos estaduais, se contrapunha às políticas conservadoras e elitistas implementadas por vários governadores do PMDB.

Em outras palavras, se, por um lado, o PMDB apresentava um veio progressista e popular, por outro implementava políticas que pouco diferiam dos governadores do PDS¹⁵⁹.

Uma vez no governo, no PMDB fortalecia-se a tendência à conciliação com o regime e a busca de uma saída negociada para a ditadura agonizante, contrapondo-se às perspectivas mais populares.

Esta contradição estará presente em toda a história do PMDB no pós-1974 e influirá no processo de formação do PSDB.

Na cronologia da redemocratização, alguns momentos são importantes para a compreensão do quadro político-partidário. O primeiro deles é o próprio projeto de reorganização partidária posta em prática pelo regime.

A reorganização partidária de 1980, visava, sobretudo, a divisão da oposição (MDB), garantindo a vitória do governo nas primeiras eleições para os executivos estaduais desde 1965, assim como a maioria legislativa, que viria compor o Colégio Eleitoral para a sucessão presidencial de 1985.

Este processo reagiu sobre o MDB de duas formas: Em primeiro lugar ocorreram saídas de parlamentares e militantes do MDB para a formação de outras legendas, tanto à direita no PP e PTB, como à esquerda no PT e PDT, enfraquecendo qualitativamente o partido. Além disso o, agora, PMDB não detinha mais o monopólio da representação oposicionista no país, obrigando-se a mudar seu discurso, adequando-se à nova realidade da transição, com a oposição dividida.

É nesse quadro de transformação do sistema partidário e com a conquista de 10 governos estaduais pelo PMDB que se procederá ao epílogo da transição.

A Campanha das Diretas Já!, em 1.984, já tem um PMDB dividido e com perspectivas diferentes. Após a derrota da Campanha e a articulação da chapa Tancredo Neves e José Sarney, o PMDB apresentava uma fisionomia mais conservadora, governista, anunciando conflitos e contradições na próxima batalha de envergadura, a Assembléia Nacional Constituinte.

1.1. - Crônica de Uma Morte Anunciada

¹⁵⁹ Ao longo da história do MDB/PMDB, os setores liberais-conservadores conservaram importantes posições no interior da máquina partidária, produto da ampla aliança que sustentou o partido.

Durante os trabalhos da Constituinte, a definição do mandato presidencial anunciava um grande confronto político, uma vez que o presidente de honra do PMDB era o próprio presidente da República e este, juntamente com seus apoiadores diretos na ANC, defendia, explicitamente a duração do mandato presidencial de 5 anos, contrariando as expectativas, parlamentares e populares, quanto à realização de eleições presidenciais em 1988.

A organização de um bloco supra-partidário, afinado com os interesses do Palácio do Planalto e dos conservadores, o Centrão, polarizou grande parte dos trabalhos constituintes, transformando-se num verdadeiro divisor de águas em todas as votações.

O PMDB contribuiu para a formação do Centrão devido à crescente presença de parlamentares conservadores em suas fileiras, fruto da aliança com o PFL na composição da chapa Tancredo e Sarney e de seus reflexos a nível estadual, pela proximidade com os interesses do Planalto e por sua viabilidade eleitoral que atraiu políticos oriundos de outras agremiações.

Além de parlamentares do PMDB, o Centrão era formado por membros do PDS, PFL, PTB, PL (Partido Liberal), PSC (Partido Social Cristão) e PDC (Partido Democrata Cristão)¹⁶⁰.

O PMDB, por possuir a maioria dos parlamentares constituintes (307 de um total de 559), definindo internamente sua posição, decidiria a própria votação do mandato presidencial na ANC. Nesse sentido, o conflito em torno do mandato presidencial deveria ser resolvido antes no PMDB e, depois, no Plenário da ANC.

Sarney e seu grupo, oriundo do PFL, trabalhavam cotidianamente no convencimento de parlamentares, tentando garantir a aprovação do mandato de 5 anos, dentre outras propostas do Centrão. Este trabalho era criticado por vários membros da Constituinte, que acusavam o governo de se utilizar da estrutura do Estado para conquistar seus objetivos políticos e pessoais.

Uma série de questões podem ser levantadas como conflituosas entre o grupo palaciano e os do chamado PMDB histórico e o MUP, mas a definição do mandato presidencial, num contexto de deslocamento do governo para a direita (que, aliás se consolidava desde a primeira reforma ministerial), de críticas do presidente de República à Constituinte e de seu apoio cada vez maior nos militares, revestia-o de um conteúdo político mais amplo.

¹⁶⁰Dos 304 signatários do Manifesto do Centrão, 128 eram do PMDB, 115 do PFL, 31 do PDS, 5 do PDT e outros 25 do PTB, PL, PDC e PSC. Para maiores informações ver Lamounier, Bolívar - *Partidos e Utopias*, Ed. Loyola, São Paulo, 1.989, pg. 74.

Em princípio de junho de 1987, começam as articulações visando a convocação de uma Convenção do PMDB para a definição de alguns pontos que seriam votados na ANC, dentre eles, o sistema e a forma de governo e o mandato presidencial.

Nessa articulações, o presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, busca, em nome da unidade partidária, adiar a Convenção para evitar o confronto entre os blocos, notadamente os dos "históricos" que defendiam os 4 anos, liderados por políticos paulistas, particularmente Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, e pelo grupo palaciano, coordenado pelo deputado baiano Carlos Santana.

A principal argumentação utilizada em favor do adiamento era que se o PMDB definisse em Convenção uma série de votações, estas influenciariam a Comissão de Sistematização, que apresentaria um texto base para ser apreciado no Plenário da ANC.

Alguns parlamentares tentam organizar um abaixo-assinado com o objetivo de manter a convocação da Convenção para o mês de junho, mas não obtém sucesso: esta é marcada para os dias 18 e 19 de julho de 1987.

O grupo de São Paulo obtém apoio, inclusive do diretório paulista, para a definição do mandato de 4 anos, além da adoção do regime parlamentarista.

Nas articulações visando a "batalha da Convenção", os grupos cristalizados em torno do tamanho do mandato presidencial buscavam garantir seus apoios. O grupo do Planalto utilizou-se de expedientes "fisiológicos" para garantir sua posição, distribuindo cargos, liberando verbas e concessões de rádios e TVs aos parlamentares fiéis à tese dos 5 anos, gerando protestos e criando um clima cada vez maior de insatisfação dentro do PMDB, particularmente entre os chamados "históricos".

Em princípios de junho, o grupo liderado pelos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso realiza um Encontro em Brasília que delibera por uma proposta para a Convenção em torno do mandato de 4 anos e a demissão dos ministros (na ocasião eram 16) filiados ao PMDB do governo.

Tal encontro, anunciado pela *Folha de São Paulo*, do dia 06.07.87 como o "Encontro da Ala Esquerda do PMDB", aprovou ainda a condenação do uso da Lei de Segurança Nacional, por parte do governo, no julgamento dos envolvidos em manifestações anti-Sarney no Rio de Janeiro e adotou a condenação formal do Plano Econômico do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

O Encontro contribuiu para a cristalização dos grupos do PMDB, organizando os descontentes com o rumo que o PMDB tomava no governo e com o poder do Planalto nas definições partidárias. Durante o Encontro, o senador Fernando Henrique Cardoso afirma que *"o povo já não crê que o PMDB seja capaz de fazer as mudanças. Vamos acender essa chama e, se os outros a apagarem vamos acendê-la em outro lugar"*¹⁶¹.

Na Convenção, o PMDB não toma posição quanto ao mandato, atendendo à tendência defendida por Ulysses Guimarães, mas o desenrolar da Convenção fortalece o grupo de Covas, uma vez que a vitória em torno do voto secreto na Convenção (477 a 270) e a adesão de 458 convencionais à tese do adiamento contra 360, articulados em torno de Covas e Fernando Henrique, angariou um número muito maior do que o esperado. Na ocasião, o governador do Ceará, Tasso Jereissati, afirma que naquela situação Covas, *"pode sair e levar as bandeiras do PMDB, deixando-nos um Arenão sem bandeiras"*¹⁶².

Com a definição do mandato presidencial e da forma de governo pelo plenário Constituinte, estava assegurado o caminho para a vitória do grupo palaciano em torno do presidencialismo e dos 5 anos de mandato.

Tal situação impulsionou o grupo derrotado a tentar reorganizar o partido, distinguindo o PMDB do "Centrão" do PMDB "histórico". Essa última tentativa foi articulada para início de 1988 onde uma reunião do Diretório Nacional do PMDB definiria o verdadeiro perfil do partido, readequando-o às expectativas populares.

No entanto, em dezembro de 1987 já surgem especulações em torno do perfil de um novo partido, prevendo-se o insucesso da reunião do Diretório Nacional do PMDB. O nome PSDB já aparece explicitamente na imprensa¹⁶³.

Em fevereiro, os líderes do grupo progressista do PMDB buscam articulações visando garantir o espaço político e a reversão da atual linha política. É apenas em março que esse grupo de centro-esquerda oficializa a dissidência no partido e lança um documento que demarca campo com a atual linha política do PMDB. O texto tem três eixos básicos: o rompimento oficial com o governo Sarney, a renúncia dos ministros peemedebistas e a defesa das eleições presidenciais em 1988.

A partir dessa dissidência é organizado o PSDB. No entanto, não são todos os dissidentes e históricos que formam o novo partido. Muitos continuam no PMDB e articulam formas de ganhar a Convenção Nacional marcada para agosto de 1988.

¹⁶¹"Folha de São Paulo", 06 de julho de 1.987.

¹⁶²"Folha de São Paulo", 20 de julho de 1.987.

¹⁶³Entrevista de Fernando Henrique Cardoso ao "Correio Brasiliense", 13 de dezembro de 1.987.

A fundação do PSDB ocorre em 25 de junho de 1.988 em Brasília, com a participação de 44 parlamentares constituintes (37 deputados e 7 senadores), oriundos em sua maioria do PMDB, mas também com a participação de 4 do PFL, 1 do PTB, 1 do PDT e 1 do PSB¹⁶⁴.

1.2. - Os Caminhos da Unidade

A formação de um partido político na história partidária brasileira nem sempre atende à exigências de ordem ideológica, social ou classista. Na maioria das vezes, obedece à uma lógica privada, de atendimento de demandas políticas personalistas ou de arranjos institucionais, como foi o experimento bi-partidário.

A baixa institucionalização do sistema partidário contribui, sobremaneira, para o reforço dessa tendência, desacreditando as tentativas de organização partidária com motivações de ordem política e ou ideológica.

No caso do PSDB conflui tanto a tendência de um arranjo político, visando a manutenção de um determinado espaço político, como o objetivo de promover uma certa homogeneização da ação política, particularmente no parlamento.

O primeiro elemento pode ser verificado no próprio desenvolvimento político das contradições no interior do PMDB que propiciaram o surgimento do PSDB.

Já a homogeneização da ação política e a padronização ideológica são um outro aspecto que merece ser analisado no PSDB.

A conjuntura que garantiu o surgimento do PSDB exigia a definição política acerca de vários assuntos no interior da ANC e em relação ao posicionamento frente ao governo Sarney.

Se tomarmos o espaço da ANC como referência, observaremos a existência de elementos comuns à maioria daqueles que fundariam o PSDB.

Nesse sentido, elegeremos os trabalhos e as ações dos parlamentares na ANC como espaço de análise para configurarmos a presença ou não de uma homogeneidade político-ideológica entre os fundadores do PSDB.

Como vimos anteriormente, o surgimento do PSDB está condicionado às contradições criadas no interior da ANC entre os parlamentares do PMDB, principalmente quanto ao posicionamento do partido em relação ao governo Sarney, particularmente na definição do mandato e do sistema de governo.

¹⁶⁴ver anexo.

O processo de afastamento do PMDB do governo, com a polêmica em torno da demissão dos ministros do partido, é o elemento central na compreensão do surgimento do PSDB naquele momento. No entanto, a análise do posicionamento dos parlamentares que coordenaram a ruptura e organizaram o novo partido, durante as principais votações na ANC, é reveladora de outras identidades além da postura em relação ao governo Sarney.

O estudo feito pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)¹⁶⁵, sobre o posicionamento dos parlamentares sobre questões do interesse dos trabalhadores, permite-nos avaliar uma série de votações e verificar se há algum tipo de identidade política e ideológica na votação dos parlamentares do PSDB.

De acordo com esse estudo, os parlamentares que fundam o PSDB possuem uma certa proximidade de posições nas questões ligadas à defesa dos interesses dos trabalhadores, votando, por exemplo, maciçamente em favor da reforma agrária (41 votos a favor, 2 abstenções e 1 que ficou sem nota)¹⁶⁶. Analisando as notas dadas aos parlamentares do PSDB pelo DIAP constatamos uma média 8,0, considerada progressista, sendo superada apenas pelo PDT, PT, PSB, PCB e PC do B.

Maria D'Alva Gil Kinzo¹⁶⁷, por sua vez, busca identificar em algumas votações o perfil dos partidos durante os trabalhos da ANC. Em seu trabalho, a autora acompanhou as votações que diziam respeito aos seguintes itens: a) governismo; b) conservadorismo; c) democratismo; d) nacionalismo; e e) oposição ao sistema financeiro.

O resultado desse acompanhamento nos fornece uma série de indicações acerca do perfil político ideológico dos partidos brasileiros e, nesse particular, aponta elementos fundamentais para entendimento das identidades dentro do PSDB.

Embora não apresente uma sistematização das votações do PSDB o trabalho apresenta uma comparação do posicionamento do PMDB, antes e depois da cisão. Nele, o PMDB-1 que ainda conta com a presença de parlamentares do PSDB tem um posicionamento menos governista e conservador que o PMDB-2 (pós-cisão). Ao mesmo tempo apresenta-se menos sensível às propostas de incremento da participação popular (item democratismo), menos nacionalista e mais tolerante em relação ao sistema financeiro.

¹⁶⁵ DIAP - Quem foi Quem na Constituinte, nas questões de interesse dos trabalhadores, Ed. Cortez/Oboré, São Paulo, 1.988.

¹⁶⁶ O senador Afonso Arinos de Mello Franco, do Rio de Janeiro, ex-PFL ficou sem nota.

¹⁶⁷ Kinzo, Maria D'Alva Gil - O Quadro Partidário e a Constituinte - Coleção Textos IDESP no. 28, S.P., 1.988.

Tais posicionamentos permitem que a bancada peessedebista que se descola do grupo inicial do PMDB tem uma tendência anti-governista, por razões esclarecidas anteriormente, progressista e mais nacionalista em relação ao parlamentares que permaneceram no PMDB.

O PSDB apresentou-se unanimemente favorável ao parlamentarismo e aos 4 anos de mandato presidencial.

Tais confluências não nos autorizam a um diagnóstico mais profundo da matriz ideológica do PSDB. No entanto, apontam para uma tendência de padronização dos votos da bancada, sugerindo que o surgimento deste novo partido não atende apenas a interesses fisiológicos ou eleitorais, mas acomoda divergências políticas adormecidas no interior do PMDB. *"Examinando o caso do PMDB de modo a comparar sua bancada atual com a antiga, fica patente que a cisão que resultou na criação do PSDB teve a ver mais com divisões político-ideológicas que influíam, de modo mais ou menos intenso na luta partidária a nível regional ou estadual"*¹⁶⁸.

As divergências políticas a nível regional também contribuíram na gênese do PSDB, uma vez que os estados onde o PMDB possuía uma fisionomia mais conservadora, próxima ao Planalto e afinada com a linha política do Centrão, fortaleceram-se internamente, enquanto que os estados como Rio Grande do Sul e Pernambuco, onde o chamado PMDB histórico comandava o partido, pouco se aproximaram do PSDB em função da posição privilegiada que ocupavam.

Mas, apesar da existência de um componente regional importante, a afirmação de Maria D'Alva Kinzo sobre essa variante é elucidativa:

*"Se a criação do PSDB teve a ver com a disputa política a nível regional, isso ocorreu apenas na medida em que a questão regional refletia clivagens político-ideológicas substantivas"*¹⁶⁹.

Do ponto de vista da auto-imagem, o PSDB assume que sua formação é a junção de várias tendências político-ideológicas, as quais aceitam os pressupostos de um programa social-democrata para o Brasil. André Franco Montoro, ex-governador de São Paulo e um dos fundadores do PSDB afirma que *"para a fundação do partido concorreram líderes sociais-democratas, como Fernando Henrique Cardoso, democratas cristãos, como José Richa,*

¹⁶⁸*idem ibidem*, pg. 32.

¹⁶⁹*idem*, pg. 34.

*trabalhistas, como Moema São Tiago, e liberais progressistas como Afonso Arinos*¹⁷⁰.

A imprensa, no entanto, dividiu em 4 as tendências que formaram o PSDB: Social-Democratas formada por Mário Covas, Fernando Henrique, Euclides Scalco, Egídio Ferreira Lima, Virgildásio Sena etc.; Democratas-Cristãos¹⁷¹, como José Richa e Franco Montoro; Liberais Progressistas como Afonso Arinos, Jaime Santana, Saulo Queiroz etc. e os Socialistas Democráticos, oriundos em sua maioria do MUP e composta por Cristina Tavares, Ana Maria Rattes, Otávio Elíseo, Nelton Friedrich etc¹⁷².

Essa conjunção de várias tendências políticas, sob a capa social-democrata, indica dois fenômenos: a falência do projeto do PMDB enquanto condutor das transformações políticas e econômicas apregoadas nos anos de oposição à ditadura, e uma mudança de perspectiva partidária por parte dos membros fundadores do PSDB. Tal mudança reflete a necessidade de construção de uma alternativa reformista, com um conteúdo social definido, aliado à proposta de "modernização" da política.

¹⁷⁰ Montoro, André Franco - Que é a Social-Democracia Brasileira, Comissão Executiva Nacional do PSDB, Brasília, 1.990.

¹⁷¹ A presença de militantes cristãos no PSDB é assim avaliada por Franco Montoro: "*A presença de militantes do pensamento social-cristão nesse movimento, consideradas as atuais circunstâncias de nossa realidade política e social, está na linha do Manifesto da União Mundial das Democracias Cristãs: Nossa luta é por uma sociedade fundada na dignidade da pessoa humana, e, por isso, pluralista, comunitária e participativa. Ela se desenvolve no sentido da história. Assumimos, no mundo de hoje, a missão de construir uma sociedade de homens livres e solidários. Nesta ação inspiramo-nos nos valores espirituais do cristianismo, particularmente na visão do homem e da sociedade. Todavia estamos convencidos que essa obra deve ser realizada com o concurso de outras forças culturais, políticas e sociais, empenhadas como nós na luta pela liberdade, a justiça e a solidariedade. Como movimento popular, queremos edificar uma democracia autêntica e pluralista, na qual o povo seja o protagonista para a realização de seus valores e aspirações*". in Social-Democracia e Pensamento Social Cristão, O que é a Social-Democracia, Coleção Tucano, volume II, Brasília, 1.990.

¹⁷² Fontes: Folha de São Paulo, 23.04.89 e Jornal da Tarde, 28.11.89.

2. - O Perfil do "Tucano"

Como foi observado anteriormente, o surgimento do PSDB obedece uma dinâmica imposta pela conjuntura política, agudizada pelos conflitos no interior da Assembleia Nacional Constituinte e pelos contornos cada vez mais conservadores do governo Sarney.

Desse modo, os primeiros documentos do PSDB estarão influenciados por esses fatores, apontando diretamente para a ruptura com o PMDB e com o governo, demarcando espaço e criticando os elementos "fisiológicos" e "clientelistas" presentes na prática política do governo e da direção peemedebista. São, sobretudo, em função da necessidade de demarcar campo, documentos mais políticos e menos ideológicos.

2.1. - A Ruptura

Como vimos, a origem do PSDB está, em certa medida, condicionada pelo desenvolvimento político do PMDB, especialmente por seus posicionamentos diante do governo Sarney, na Assembleia Nacional Constituinte e na incapacidade de efetivar o processo de transição, ao qual *"sucumbiu lamentavelmente"*¹⁷³.

Nesse sentido, os contornos do novo partido obedecem uma lógica marcada pela ruptura com o PMDB, destacando o processo pelo qual este partido passou, principalmente após a consolidação da chamada "Aliança Democrática".

A identidade do PSDB vai se formando, num primeiro momento, na crítica ao oportunismo, ao fisiologismo, ao clientelismo e aos arranjos políticos no qual o PMDB vem se enredando. Caracterizando o antigo partido, o Programa afirma que o PMDB se envolveu *"no jogo da ocupação de espaços na máquina governamental, acabou fornecendo massa de manobra ao continuismo de oligarquias decrépitas e de burocratas acostumados ao mando irresponsável. Numa palavra, arenizou-se, atrelado a um governo que deixou de se constituir no primeiro da Nova República para se fazer o último da velha República"*¹⁷⁴.

¹⁷³Programa do PSDB - Introdução e Diretrizes Básicas, pg. 16.

¹⁷⁴*idem*, pg. 16.

O PSDB tentará aglutinar os descontentes com o PMDB, buscando resgatar as bandeiras mudancistas do velho partido e dar-lhes um conteúdo social mais definido.

A análise que subjaz ao chamamento do PSDB é de que a etapa de resistência democrática e de luta contra a ditadura, que fez do MDB e depois do PMDB o principal instrumento da redemocratização do país, havia se encerrado. Colocava-se agora a necessidade de luta pelo aprofundamento da democracia e pela implementação de mudanças sociais mais substantivas, que resgatassem a chamada *dívida social*. Nesse sentido, o instrumento há de ser diferente da frente de resistência. *"A fase de demolição acabou. Começa a fase de construção, e o PSDB há de ser o grande instrumento que as nossas antigas legendas, desrespeitando o povo brasileiro, não souberam ser. Nós seremos o grande instrumento da construção institucionalizada da democracia, da construção de um modelo econômico que possa ser o veículo do bem estar social da nossa sociedade"*¹⁷⁵.

O PSDB junta, em seu discurso, além da continuidade das mudanças que o PMDB não foi capaz de implementar, a preocupação com o chamado "universo ético" - crítica à corrupção e ao clientelismo do governo Sarney -, e a "modernização da prática política", materializada na proposta "tucana" na defesa do parlamentarismo e na adoção do sistema eleitoral distrital. Para os fundadores do PSDB, o importante é a criação de um partido que se comprometa com um *"ideário simples e claros de reformas (...) no qual a fidelidade aos princípios programáticos dê ao eleitor a garantia de que seu voto não será traído (...). O PSDB nasce coeso em torno da democracia enquanto valor fundamental e leito das mudanças reclamadas pelo povo brasileiro"*¹⁷⁶.

Em certa medida, o PSDB cria uma identidade em torno do núcleo progressista da política peemedebista, aliada à crítica à corrupção e ao clientelismo, temperada com propostas sociais mais definidas, como veremos adiante.

¹⁷⁵Richa, José - Da Resistência ao Autoritarismo à Construção da Ordem Democrática, in A Social-Democracia Brasileira: A construção de uma nova força - Série Documentos Partidários, vol. 4, Brasília, 1.989.

¹⁷⁶Programa, pg. 17.

3. - A Conformação do Programa

3.1 - As Bases Ideológicas

Para avançarmos na análise da concepção social-democrática do PSDB é necessário verificarmos os principais conceitos e avaliações presentes nos documentos de origem do partido, que nos possibilitam observar sobre quais bases ideológicas floresce a identidade partidária.

Como vimos, o PSDB é organizado numa conjuntura onde os embates em torno da Assembléia Nacional Constituinte se radicalizam à medida em que a crise econômico-social se agudiza, com a espiral inflacionária atingindo patamares cada vez maiores. Assim, o novo partido se forma num campo já definido de opções, opondo-se a Sarney e ao bloco supra-partidário do Centrão, defendendo propostas de mudanças sociais mais profundas ao lado da institucionalização da democracia, resgatando as bandeiras do PMDB e procurando caracterizar-se como social-democrata.

Se, por um lado, essa delimitação de espaço é clara em relação à conjuntura nacional, não é suficiente em função do significado político e ideológico da social-democracia. Faltava, ainda, ao PSDB um posicionamento mais definido quanto ao seu projeto de social-democracia.

A experiência social-democrata européia é avaliada pelo PSDB dentro de uma perspectiva crítica, tanto em relação ao emperramento das estruturas estatais e sua crescente burocratização como em sua relação com as classes sociais e ao corporativismo, e isso balizará todas as referências feitas à essa corrente política. Para o PSDB, *"A essência do modelo social-democrático europeu consistiu em preservar uma economia de mercado, submetendo-a ao controle social através de um Estado democrático. Controle este que, operando predominantemente, embora não exclusivamente, por via fiscal, corrige os desequilíbrios do mercado, protegendo os setores menos favorecidos e assegurando a todos, independentemente de sua fortuna e classe social, as mesmas oportunidades básicas de acesso à educação, proteção à saúde, transporte público, cultura e lazer, dentro de um regime político de liberdade"*¹⁷⁷.

¹⁷⁷Os Desafios do Brasil e o PSDB, pg. 6, Brasília, Fev. 1.989.

No entanto, apesar dessa caracterização, os documentos do PSDB apontam para a necessidade de elaboração de uma proposta social-democrata que atenda às condições peculiares do desenvolvimento latino-americano e, ao mesmo tempo, enfrente os dilemas colocados para a social-democracia internacionalmente.

Isto significa que, diante dos problemas colocados pelo modelo de desenvolvimento econômico destinado à periferia do capitalismo, o PSDB tem que formular um projeto diferente e específico para o atendimento dessas questões. Para o PSDB, *"diante de desigualdades tão brutais, tendo por pano de fundo uma renda média per capita que nos coloca mais próximo dos países subdesenvolvidos do que as sociedades avançadas, fica evidente que a social-democracia brasileira não pode contentar-se, como ocorreu em larga medida na Europa, em justapor política fiscal e "políticas sociais" ao livre jogo do mercado e à ação empresarial do setor privado. Ela tem que representar um forte movimento contra a desigualdade das situações de vida e de oportunidades. Deve, portanto, comprometer-se a fundo com o combate às situações de miséria e de pobreza"*¹⁷⁸.

Para esse projeto, que se propõe singular em relação à experiência europeia da social-democracia, é necessário o desenvolvimento de uma política capaz de garantir a integração das economias periféricas dentro da ordem econômica atual, com crescimento econômico, aliado à distribuição de renda.

Esse raciocínio descarta a implementação, pura e simples, de políticas fiscais e redistributivas para minorar os efeitos do mercado. É necessário a execução de políticas capazes de promover o desenvolvimento econômico dessas regiões, pois sem isso, destaca o programa, as políticas fiscais tornam-se prática populista e irresponsável.

A ênfase no crescimento e desenvolvimento econômico parte da convicção de que *"apesar de suas diferenças, as sociedades avançadas do mundo contemporâneo, socialistas, capitalistas ou mistas, têm traços comuns, como a base técnico-científica de produção, a ação abrangente do Estado e o controle crescente das decisões, tanto da empresa como do governo, por órgãos e agentes que não são nem privados em*

¹⁷⁸idem, pg. 7.

sentido estrito, nem estatais: os partidos, a opinião pública, igreja, sindicatos, universidades, organizações de base de vários tipos"¹⁷⁹.

Essa "modernização" compartilhada pelas sociedades desenvolvidas é condição fundamental para a superação das dificuldades no Brasil e em todo o continente e a implementação de políticas sociais mais substantivas.

Para atender essa necessidade, *"a social-democracia brasileira é "desenvolvimentista", porque sabe que só com o crescimento econômico, incorporação do avanço tecnológico à produção e à organização da sociedade, haverá maior igualdade de oportunidades, mais bem-estar e maior segurança para o cidadão"*¹⁸⁰.

O imperativo do crescimento econômico e do desenvolvimento técnico-científico, que aparecem com destaque nos primeiros documentos programáticos do PSDB, condicionam, como veremos adiante, toda a proposta política e econômica do partido.

Essa base ideológica "desenvolvimentista" está ligada a dois outros pilares do pensamento do PSDB: a justiça social e a democracia.

A justiça social é o que dá conteúdo para o crescimento econômico, sendo, ao mesmo tempo, objeto e condição para a política econômica. *"Para o PSDB o crescimento econômico deve ser instrumento para a melhoria da distribuição de renda entre as classes e as regiões do país e para o atendimento das necessidades básicas do povo. O crescimento econômico, para justificar-se moral e politicamente, não pode ser mero processo de "modernização perversa", em que a economia cresce enquanto a sociedade continua mergulhada no atraso"*¹⁸¹.

A justiça social não aparece como efeito previsível e direto do crescimento econômico, embora dependa deste; mas ela é, antes, fruto da ação do Estado como regulador, mediador e estrategista no ataque às desigualdades sociais, combinando políticas sociais, política salarial e intervenção direta na produção quando necessário.

De outro lado, a consolidação da democracia garante, entre outras coisas, a institucionalização da participação popular nas decisões de caráter público. É a modernização da política, em que se tem a chamada "sociedade aberta".

¹⁷⁹Os Desafios do Brasil e o PSDB (síntese) - Parte 1. A Proposta da Social-Democracia Brasileira, pg. 7, Coleção Tucano, vol. 6, Brasília, 1.989.

¹⁸⁰*idem*.

¹⁸¹*idem*, pg. 8.

*"Democracia e desenvolvimento econômico com justiça social constituem dimensões inseparáveis da nova sociedade. O avanço de uma dessas dimensões em detrimento ou com o esquecimento das outras não satisfaz a exigência fundamental do mundo contemporâneo, que é o aumento do bem-estar material e espiritual do povo"*¹⁸².

Esses eixos são, em linhas gerais, as principais preocupações programáticas do PSDB, que definem as linhas de intervenção do partido no cenário político.

O "desenvolvimentismo" com justiça social define o perfil doutrinário e o próprio alcance do projeto social-democrata dos "tucanos". Sua proposta é, claramente, amparada numa visão "moderna" e reformista do capitalismo, abandonando a trajetória de crítica mais radical para amoldar-se a um projeto de "humanização" e de viabilização do capitalismo.

O próprio candidato do PSDB à presidência da República em 1.989, ao apresentar seu programa no Senado Federal, afirmava que não era apenas de choque fiscal que o país necessitava. Precisava *"também de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeito a riscos e não apenas a prêmios"*¹⁸³.

3.2. - O Papel do Estado

O PSDB parte de uma análise crítica das experiências estatizantes do bloco soviético, dos welfare states e dos países subdesenvolvidos, onde a presença excessiva do Estado em várias áreas teria gerado a falta de estímulo e a ineficiência técnica e administrativa. A apreciação negativa dessas experiências oferece a base para que o PSDB defenda uma política onde o Estado não seja o eixo central da economia e da sociedade.

Os documentos do PSDB indicam que a derrocada dos países do Leste europeu e a crise que se abate sobre as sociedades tradicionalmente dirigidas pela social-democracia fortaleceram os ideais liberais do Estado mínimo e da supremacia do mercado, os quais não seriam compartilhados pelo PSDB.

No entanto, esse fortalecimento do liberalismo, e mesmo os arranjos liberais promovidos por governos social-democráticos da Europa, são indicadores de que a

¹⁸²*idem.*

¹⁸³Covas, Mário - O Desafio de ser Presidente: Compromisso com a Democracia, a Justiça e o Desenvolvimento, Brasília, 1.989.

questão do Estado deve ser tratada de forma diferenciada, além da pura dicotomia entre estatal *versus* privado.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, *"a verdadeira questão para social-democracia contemporânea reside em saber como aumentar a competitividade (que leva ao incremento da produtividade e à racionalização das atividades econômicas) e como tornar cada vez mais públicas as decisões de investimento que afetam o consumo"*¹⁸⁴.

Assim, o equacionamento da questão do Estado se dá por um meio termo entre o intervencionismo direto, embora este não seja totalmente descartado e o liberalismo, com ressalvas para a "salutar" prática do mercado competitivo.

*"A concepção social-democrática do Estado não o reduz ao "estado mínimo" dos liberais anacrônicos nem ao "estado máximo" dos populistas e autoritários. Ele visa o estado socialmente necessário"*¹⁸⁵.

Essa construção teórica em torno do Estado¹⁸⁶ visa dar-lhe um conteúdo social, no sentido de que ele atuará corrigindo distorções e desigualdades; e de modernidade, através de uma maior racionalização, de probidade, de transparência e de profissionalismo.

Esse conteúdo social atende a exigência de uma política distributiva que resgate a "dívida social", oferecendo uma rede de benefícios à toda a população. Nesse sentido, esse "Estado socialmente necessário" distingue-se fundamentalmente do modelo liberal, uma vez que *"o Estado tem importantes tarefas na luta contra a desigualdade social e regional, na articulação da ciência e da tecnologia com a produção e até mesmo na sustentação direta de atividades de infra-estrutura e inovação tecnológica"*¹⁸⁷.

No entanto, não é o Estado o agente preferencial da transformação da sociedade e do desenvolvimento econômico, mas sim, os investimentos privados, a ação concorrencial no mercado e as várias formas de organização da sociedade civil. O Estado deve buscar, dentro da concepção do PSDB, suprir as carências históricas da sociedade brasileira atuando como organizador de uma rede de serviços e benefícios

¹⁸⁴Cardoso, Fernando Henrique - Os Desafios da Social-Democracia na América Latina, in Revista Novos Estudos Cebrap no. 28, pg. 42.

¹⁸⁵Os Desafios do Brasil e o PSDB (síntese) - pg. 10.

¹⁸⁶ Note-se a proximidade desta definição com a concepção de Estado do PDT. Ver nota 130.

¹⁸⁷*idem*.

dos mais diversos, assim como planejar e executar, no âmbito empresarial, políticas que sustentem um novo padrão de desenvolvimento capitalista.

Tais políticas de inovação tecnológica e de infra-estrutura resgatam, embora de forma diferenciada das políticas desenvolvimentistas do passado, um caráter estratégico para a ação do Estado, enquanto elemento racionalizador do crescimento econômico, de um novo padrão de desenvolvimento e da inserção do Brasil num novo contexto internacional.

Para recuperar o poder de ação do Estado, uma vez que os documentos apontam a falência e a inoperância dos órgãos estatais, o PSDB propõe uma completa reformulação nos serviços públicos, com uma maior profissionalização, com a desprivatização do Estado, com a criação de mecanismos de controle público sobre a ação estatal, a partir de uma crescente descentralização das decisões, e com a reforma administrativa.

A profissionalização e a racionalização do serviço público obedecem às exigências do desenvolvimento e do incremento técnico-científico, condição fundamental para a execução das políticas sociais do Estado.

Essa proposta visaria, sobretudo, corrigir as distorções causadas pelo empirismo e pelo fisiologismo reinantes no serviço público, além de possuir forte apelo ético e, por sua vez, eleitoral.

A profissionalização é necessária, segundo o PSDB, para tornar exequível um amplo programa de atendimentos sociais pois estes *"exigem a racionalização e a moralização dos órgãos de assistência social, de previdência e de implementação de políticas sociais"*¹⁸⁸.

Esse discurso é constituído, além de seu lado técnico, de um componente político, pois a contrapartida da profissionalização é o dismantelamento da rede de *"interesses corporativos"* os quais estabelecem os alcances, os limites e a qualidade das políticas públicas e das verbas a elas destinadas.

Os *"interesses corporativos"* não são definidos claramente, podendo ser desde vantagens trabalhistas do funcionalismo até instrumentos de privilégios do capital privado. Nesse sentido, essa mudança de atitude proposta exige, em linhas gerais, a chamada *"desprivatização"* do Estado, afastando interesses privados e corporativos incrustados na administração pública.

¹⁸⁸*idem*, pg. 18.

Observa-se, pois, mais uma preocupação em definir uma postura do Estado diante de problemas práticos do que propriamente de elaboração de um arcabouço teórico próprio, que ofereça uma explicação acerca do papel do Estado.

O "Estado socialmente necessário", no entanto, aparece dentro de um arcabouço liberal, concebido como organizador e promotor do bem-comum, não fazendo referências às classes sociais e às suas representações políticas e sociais.

Cumprе apenas, dentro da tradição social-democrata, encontrar o ponto médio de ação entre o liberalismo e o estatismo ou, como diz Fernando Henrique Cardoso, deve-se *"resgatar a linha de pensamento e ação dos social-democratas austríacos do passado, entre outros, e de afirmar-se como crítica do liberalismo que se restringe a endeusar o mercado (...), quanto do socialismo bolchevique"*¹⁸⁹.

3.3. - As Saídas Para a Crise

No entendimento do PSDB o Brasil atravessa uma crise em vários níveis, todos interrelacionados, o que exige uma ação coordenada no sentido de uma solução global para os principais problemas do país.

Assim, são agregados, no conjunto da proposta do PSDB, elementos que permitem entender a crise em suas diferentes dimensões, a partir do destaque dado à crise política, à crise fiscal, à crise econômica e à chamada "crise de modernização".

3.3.1. - A Crise Política

O PSDB, desde a sua fundação e, inclusive, condicionado por ela, alimenta o discurso em torno da democracia como um dos fundamentos de sua existência. Isso faz com que haja uma constante preocupação com a consolidação democracia política e o aprimoramento de mecanismos de participação popular, através de uma descentralização administrativa.

"O PSDB se baterá pela descentralização do poder político, pelo respeito e autonomia das organizações da sociedade civil e pela ampliação dos canais de informação, discussão e consulta à população nas decisões de interesse público, como pressupostos da adoção crescente de novas formas de exercício direto da cidadania

¹⁸⁹Cardoso, Fernando Henrique - *Op. Cit.*, pg. 31.

que qualifique e validem os mecanismos clássicos da democracia representativa"¹⁹⁰.

Embora este discurso esteja preso aos ideais de representação liberais, eles constituem uma preocupação com a consolidação dos canais representativos, onde o PSDB busca dar continuidade às propostas do antigo PMDB, além de buscar consolidar um sistema político nos moldes europeus.

A relação estabelecida entre os vários anéis da crise condiciona os ajustes democráticos a um caráter social. Segundo o Programa, *"o modo democrático de convivência não condiz com a manutenção de desigualdades sociais profundas, nem depende apenas do reconhecimento formal de um certo número de direitos individuais, políticos e sociais. Ele reclama a vigência de condições econômicas que possibilitem o pleno exercício desses direitos"*¹⁹¹.

No conjunto desse discurso que pretende alternativas à crise política, caracterizada pelo autoritarismo e pela fragilidade do sistema partidário, o PSDB aponta para duas mudanças fundamentais na organização do poder político no Brasil, como a adoção do parlamentarismo, do sistema eleitoral misto e de uma nova lei que regule a ação dos partidos políticos.

O parlamentarismo seria a garantia da estabilidade do sistema democrático, ameaçado a cada crise política dado a imobilidade e a rigidez do presidencialismo diante das crise de governo. Além disso, ele se contraporía a tendência centralista e autoritária do presidencialismo brasileiro, dividindo o poder executivo entre o Executivo e Legislativo.

O sistema eleitoral misto (majoritário + proporcional), segundo o PSDB, funcionaria como um aperfeiçoamento da representação política e o fortalecimento do sistema partidário, pois a adoção desse sistema aliada ao parlamentarismo deveria criar um espectro partidário mais definido programaticamente e limitado numericamente, a exemplo dos sistemas europeus.

Para o PSDB, o atual sistema proporcional *"encarece as eleições para deputados, fomenta as discórdias dentro de cada partido (enfraquecendo sua coesão), dificulta o necessário controle dos eleitores em relação aos seus candidatos eleitos e sub-representa amplas parcelas das populações urbanas"*¹⁹².

¹⁹⁰Manifesto do PSDB, pg. 19.

¹⁹¹*idem*.

¹⁹²A Social-Democracia e a Crise Brasileira - Diretório Regional de São Paulo, Abril de 1.991.

O modelo de sistema político proposto pelo PSDB para superação das crises políticas e para a consolidação da democracia estaria próximo dos sistemas políticos europeus, onde o parlamento é constituído de um rol limitado de opções políticas que, por sua vez, definem mais claramente os espaços possíveis de alianças e a possibilidade da execução de reformas.

Nesse sentido, tais propostas apresentam um ideário democrático mas, ao mesmo tempo, limitado, de contorno reformista mas pouco inovador e preso aos mesmos imperativos eleitorais impostos à social-democracia europeia, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

3.3.2. - Crise Fiscal e Econômica

A crise econômica tem no seu centro a crise financeira, detonada em começo dos anos 80, a partir do esgotamento do padrão de financiamento do Estado brasileiro, com a elevação das dívidas externa e interna e a geração da espiral inflacionária.

Na avaliação do PSDB, o baixo desempenho da economia brasileira na última década deve ser entendido a partir da crise do financiamento público,

*"provocada pelas dívidas interna e externa, a inflação e suas consequências (incertezas para os investimentos privados, erosão das receitas fiscais, políticas de corte da demanda e juros exorbitantes), a fraca absorção de tecnologia moderna, o atraso competitivo da economia brasileira"*¹⁹³.

O PSDB aponta como fundamental a retomada do controle sobre as contas públicas como condicionante da retomada do desenvolvimento. Para isso, impõe-se

*"controlar os gastos públicos para diminuir a pressão sobre o tesouro e, portanto, a pressão de mais endividamento e juros altos; aumentar a receita tributária líquida pelo corte de subsídios e incentivos e reduzir drasticamente o endividamento público interno e externo"*¹⁹⁴.

Esse controle garantiria a retomada posterior da capacidade fiscal do Estado e, por sua vez, das condições para a execução de políticas sociais.

¹⁹³Os Desafios do Brasil e o PSDB (síntese), pg. 14.

¹⁹⁴*idem*.

O esgotamento do financiamento público tem na dívida externa um de seus principais pontos de estrangulamento, dado o atual nível de exigência quanto às transferências externas. A redução do montante da dívida externa é apontado como imperativo para a retomada do crescimento, não só do Brasil mas de todo o continente. Nesse sentido, o PSDB afirma sua convicção de lutar pela limitação das transferências externas, inclusive com medidas unilaterais. *"o nível atual de transferência da dívida é incompatível com a estabilização da economia e com o desenvolvimento do país. Sua redução é impostergável"*¹⁹⁵.

O PSDB defende que *"as alternativas possíveis vão de uma eventual moratória até as formas de securitização da dívida, sem deixar de lado as chamadas "soluções globais", que impliquem na utilização de fundos internacionais para aliviar a carga dos países devedores"*¹⁹⁶.

Sem a resolução do problema das dívidas externa e interna é impossível pensar na retomada dos investimentos privados e estatais, e no controle da espiral inflacionária.

*"O equacionamento da dívida externa é, ele mesmo, uma condição crítica para o controle da inflação. Medidas corajosas têm de ser tomadas em pelo menos três frentes: o reequilíbrio das condições de financiamento do setor público, uma reforma do sistema financeiro acompanhada de políticas monetárias apropriadas, e uma adequada administração dos preços fundamentais da economia"*¹⁹⁷.

Do ponto de vista global, a resolução da crise econômica que assola o Brasil exige, além da resolução do problema da dívida pública, um novo padrão de financiamento estatal e de novas formas de relacionamento entre o setor privado e estatal da economia.

O PSDB defende a adoção de uma política econômica de estabilização associada com o fim da drenagem de recursos públicos, à redução dos pagamentos externos, à diminuição das taxas de juros, à abertura "seletiva" da economia e ao reforço dos investimentos internos.

A estabilização econômica e o controle das contas públicas são fundamentais, mas não suficientes para a retomada do crescimento. Assim, o PSDB propõe uma política de modernização da economia, objetivando a inserção do Brasil num cenário

¹⁹⁵*idem*, pg. 15.

¹⁹⁶*idem*, pg. 15.

¹⁹⁷Manifesto, pg. 22.

internacional transformado pela adoção de novas tecnologias e formas de gerenciamento.

Nesse sentido, o PSDB propõe que *"junto com o equacionamento da crise fiscal e da questão da dívida externa, a retomada do crescimento econômico sustentado requer uma nova articulação da economia brasileira com o mercado externo"*¹⁹⁸.

Para efetivar esta nova articulação, este "reposicionamento do Brasil no mercado internacional", é necessário uma política de abertura econômica e um novo relacionamento entre a ação do Estado e do capital privado, que permita o incremento no processo de modernização e atualização de nosso parque produtivo.

No entanto, o PSDB quer se diferenciar do que ele chama de "liberalismo ingênuo" na questão de abertura econômica pois, *"uma política de abertura imediata e absoluta teria efeitos desastrosos sobre a estrutura produtiva e o balanço de pagamentos do país"*.

Assim, propõe uma política de curto prazo que estabeleça *"metas cuidadosas de redução do protecionismo, de modo a estimular maior eficiência e permitir a eliminação dos subsídios às exportações, sem destruir o parque industrial existente a pretexto de um "liberalismo ingênuo"*¹⁹⁹.

Num segundo momento, esta nova articulação exigiria do Estado um estímulo para uma *"maior incorporação do progresso técnico pelo reforço da infra-estrutura da ciência e tecnologia e organizar o financiamento da reestruturação industrial, estimulando as exportações e fortalecendo a indústria nacional"*²⁰⁰.

Dentro dessa perspectiva, o PSDB espera superar a recessão e os baixos índices de crescimento, implementando uma política que rompa com a *"dicotomia mercado interno com distribuição de renda/mercado externo à base de mão de obra barata que deve perder vigência e dar lugar a um estilo de desenvolvimento que supõe maior intercâmbio com o exterior e crescimento do mercado interno, à base de investimentos que permitam gerar renda e emprego com salários crescentes"*²⁰¹.

¹⁹⁸Os Desafios do Brasil e o PSDB (síntese), pg. 16.

¹⁹⁹*idem*.

²⁰⁰*idem*.

²⁰¹*idem*.

Isto significa que a superação da crise passa por duas articulações envolvendo a ação estatal; uma que regule os padrões de inserção do Estado na economia, destacando seu papel em incrementar o desenvolvimento econômico e outra que insira o Brasil num novo padrão de relacionamento econômico a nível internacional, com a integração científica e tecnológica.

Essas articulações seriam os principais elementos que permitiriam a superação da crise econômica e a recuperação dos níveis de emprego e salários, a partir da retomada do crescimento econômico.

A política de desenvolvimento do PSDB está alicerçada na idéia de modernização do perfil do parque produtivo brasileiro, no incremento do desenvolvimento tecnológico, na reciclagem da mão de obra e na competitividade das empresas nacionais.

Para implementar esse novo modelo econômico é necessário, no entendimento do PSDB, criar uma política industrial que reestruture o parque produtivo. No entanto, essa *"reestruturação industrial requer aumento da poupança interna do setor público e do investimento doméstico. Cabe ao Estado um papel importante nesse processo como agente financeiro, canalizando recursos substanciais de múltiplas origens para o BNDES e instituições equivalentes, buscando novas formas de financiamento adequadas à natureza dos investimentos a serem realizados, inclusive, aqueles necessários ao desenvolvimento tecnológico"*²⁰².

Como o eixo do raciocínio do PSDB, em relação ao modelo de desenvolvimento econômico, está ancorado na idéia de modernização, tendo como base o avanço tecnológico e as implicações deste na competitividade das empresas, o PSDB defende a criação de parques tecnológicos e a integração das universidades com as empresas.

Há, portanto, uma preocupação explícita com o investimento em produção técnico-científica, o que significa a reversão do atual quadro das universidades, dotando-as de condições materiais para a pesquisa e ligando-as a centro privados de produção tecnológica.

Este tópico remete à discussão sobre as políticas de captação de recursos para este projeto. Além do controle dos gastos públicos e da retomada da capacidade

²⁰²idem, pg. 21.

fiscal, o PSDB acredita ser fundamental a participação do capital estrangeiro nesse processo.

Para o PSDB, o capital estrangeiro é, hoje, *"instrumento de integração e crescimento da economia mundial"*. Portanto, sua participação na economia do país deve ser ampliada, desde que ao investimento estrangeiro imprima-se o mesmo direcionamento, a partir das políticas industrial, tecnológica, comercial, cambial, etc.

3.3.3. - Crise Social e Políticas Sociais

Lugar comum em todas as análises partidárias no Brasil, a crise social ocupa, em geral, boa parte dos programas, da retórica e das energias dos partidos. No PSDB não é diferente. No entanto, dada a opção política reformista e a imagem social-democrata postulada por este partido, a análise da crise social e as saídas apontadas merecem destaque pois podem configurar o modelo de política social e de um possível welfare state adequado às condições do país.

A chamada "dívida social" é vista pelo PSDB numa relação direta com o modelo de desenvolvimento adotado, particularmente nas últimas 3 décadas. O aprofundamento da crise social é reflexo do esgotamento do modelo econômico, muito embora ele não oferecesse saídas ao problema social. Ou seja, o crescimento econômico verificado não teve sua contrapartida redistributiva, agudizando as desigualdades sociais. Assim, as saídas para o caos social instalado, embora emergenciais em alguns aspectos, devem ser vistas globalmente, dentro de um projeto de mudança no modelo de desenvolvimento econômico.

O ataque à dívida social requer a execução de uma política de redistribuição de renda, de expansão do nível de empregos, de facilitação do acesso à bens e serviços e da implementação de políticas sociais.

Na concepção do PSDB, uma política de distribuição de renda requer a elevação dos patamares salariais, o que exige, em primeiro lugar, instituições sindicais fortes e representativas.

A redistribuição de renda só pode ser efetivada se se garantir a estabilidade econômica e a proteção do poder de compra dos salários. *"A redução das desigualdades e a elevação do patamar básico de bem-estar da sociedade brasileira requer uma política de aumento relativo maior do piso nacional de salários. A velocidade desse processo dependerá do êxito obtido na taxa de crescimento da economia e, notadamente, na*

***modernização da indústria, no aumento da oferta de bens de salários e na expansão do emprego*"²⁰³.**

Ao longo dos textos programáticos e nos artigos produzidos individualmente por dirigentes do PSDB, fica patente o contraponto feito por este partido com o que chama genericamente de "políticas populistas". Tais políticas são co-responsáveis pela crise social na América Latina, pois ***"desconsideram que o aumento das despesas públicas deve ter como contrapartida receitas extraídas da sociedade, e que os aumentos de salários, para não serem apenas nominais, devem ser acompanhados de investimentos e de aumento da produtividade para aumentar a oferta de bens e serviços, especialmente os consumidos pelas classes populares"***²⁰⁴.

Nesse sentido, as políticas de redistribuição de renda só serão eficazes se for preservada a capacidade de compra dos salários e a continuidade dessas políticas. Para isso é fundamental a manutenção e ampliação dos investimentos, do progresso técnico, do intercâmbio, juntamente com as pressões distributivas da sociedade.

A expansão do nível de emprego também é fator condicionado e condicionante do crescimento econômico; portanto, a consolidação de postos de trabalho só será alcançada com a execução global dessa política. Para a ampliação do número de empregos no curto prazo, o PSDB propõe a reforma agrária e uma política que absorva, descentralizadamente, as populações mais carentes a partir da execução de obras públicas.

O atendimento da população, a partir de políticas sociais diversas, é um outro item de resgate da "dívida social". ***"O PSDB dará ênfase à universalização do atendimento dos diferentes programas sociais. A ênfase será, portanto, nos direitos, em contraposição aos privilégios"***²⁰⁵.

O discurso em torno da universalização dos direitos ataca, novamente, os chamados "interesses corporativos". Esses são vistos como um entrave à ampliação das políticas sociais. ***"Na América Latina, dadas as enormes desigualdades não só entre ricos e pobres, entre capitalistas e assalariados, mas entre setores sociais organizados (que incluem segmentos importantes das classes trabalhadoras e das classes médias) e setores não organizados (não só marginais à produção, mas idem ibidem das classes trabalhadoras e médias), as pressões corporativas constituem***

²⁰³idem, pg. 17.

²⁰⁴idem.

²⁰⁵idem, pg. 18.

***empecilhos para a universalização das conquistas sociais. É assim com o salário, com a previdência, com os benefícios de aposentadoria, com o acesso à educação e à saúde, etc.*"²⁰⁶.**

Para proceder-se à execução de políticas sociais de "caráter universal", além de combate aos interesses corporativos, o PSDB considera necessário realizar mudanças na burocracia, desprivatizando-a e qualificando-a para a prestação desses serviços, sob controle público, embora não se especifique como; ***"e, sobretudo, com o desatrelamento da política clientelístico-partidária são essenciais para que as ações do governo nessa área ajudem a criar um autêntico Estado de Bem Estar Social"***²⁰⁷.

Há três áreas de ação social que o PSDB entende como prioritárias e onde tais princípios necessitam concretizar-se: a saúde, a previdência social e a educação.

Em linhas gerais, a política do PSDB na área de saúde propõe uma maior inversão de recursos, uma vez que o Brasil tem gasto nessa área menos do que vários países da América Latina, e a efetivação de uma reforma sanitária, que faça com que a medicina transforme-se em preventiva ao invés da curativa e emergencial, hoje predominante. Além disso, o PSDB propõe mudar o relacionamento existente entre a saúde pública e as empresas de medicina privada, o qual contribui para o atual caos no sistema público de saúde.

Os princípios aprovados na Constituição de 1.988 na área da Saúde, que criaram o SUS, Sistema Único de Saúde, possibilitam a realização da Reforma Sanitária. Assim, o PSDB buscará garantir a regulamentação em Lei, necessária à efetivação dessa reforma e dos princípios de descentralização presentes na Constituição.

A Previdência Social é considerada um dos pontos centrais da política de Seguridade Social. Para o PSDB, os princípios consagrados na Constituição de 1.988 são corretos e baseiam-se em princípios de atendimento universalizado de caráter distributivo, garantindo, inclusive, a gestão participativa. Isto aproxima nossa Previdência Social ao que há de mais avançado no mundo na área.

Assim, a proposta do PSDB é de aperfeiçoamento do sistema proposto na Constituição. Para isso, estabelecem-se três objetivos a serem conquistados: ***"1. garantir a aprovação das leis complementares que tornarão efetivas as mudanças previdenciárias no prazo mais curto possível; 2) zelar pela integridade e gestão austera dos recursos previdenciários para***

²⁰⁶Cardoso, Fernando Henrique - *Op. Cit.*, pg. 40.

²⁰⁷Os Desafios do Brasil e o PSDB (síntese), pg. 19.

*assegurar a viabilidade financeira do pagamento dos novos benefícios"; e 3) modernizar os sistemas administrativos e alterar os padrões de gerência da Previdência Social, inclusive abrindo-os à participação efetiva dos representantes dos trabalhadores e empresários"*²⁰⁸.

Dentro da concepção de Previdência do PSDB, o sistema pode desenvolver-se em dois sentidos: um, de filiação obrigatória e financiado por contribuições que recaiam por toda a sociedade e, outro, complementar, financiado exclusivamente pelo segurado, de forma a propiciar um aumento de seus rendimentos quando aposentado. De certa forma, combinam-se elementos da previdência pública e privada, buscando recuperar a capacidade de atendimento da Previdência Social e contendo as empresas de previdência privada que buscam desestruturar, através de lobbies, o sistema público.

A educação para o PSDB, embora não seja apresentado como um item específico das políticas públicas, merece um status diferenciado no conjunto de suas propostas, pois possui um caráter estratégico e que têm no Estado seu agente preferencial.

*"No entendimento da social-democracia, isso implica no reconhecimento da educação como uma das áreas nas quais é decisiva a presença do Estado, em suas várias instâncias, não apenas como mediador e articulador das demandas educacionais, mas também como gestor do sistema"*²⁰⁹.

A educação é apresentada como parte integrante de um processo maior de modernização, espinha dorsal do novo modelo de desenvolvimento econômico, que o Brasil deve buscar. Isto significa dizer, no caso da educação, que se objetivará, além dos investimentos maciços no ensino fundamental, instituir um amplo programa de capacitação e reciclagem no ensino superior, com o aumento do número de bolsistas no exterior e a integração de nossos centros de pesquisa com instituições estrangeiras. O objetivo é que, a exemplo do Japão e de outros países asiáticos, capacitemo-nos para o salto tecnológico. A universidade deve, portanto, articular-se com a iniciativa privada para a criação de centros de pesquisas e pólos tecnológicos, além de intensificar sua função de ensino e extensão, principalmente com a capacitação de docentes para o ensino fundamental.

²⁰⁸Os Desafios do Brasil e o PSDB, pg. 40.

²⁰⁹idem, pg. 28.

Os documentos programáticos do PSDB não têm o objetivo de apresentar uma proposta completa de consolidação de um Estado de Bem Estar Social nos moldes clássicos da social-democracia européia. Apresentam apenas diretrizes para a instituição de um novo modelo de atendimento às demandas sociais.

As diretrizes indicadas são de mudança qualitativa nos serviços prestados, aprofundando seu raio de ação social e universalizando-o.

Quanto à uma política de pleno emprego, a proposta do PSDB aproxima-se das reivindicações históricas do movimento operário reformista, base da social-democracia. No entanto, deslocada para a realidade brasileira, uma política de expansão dos postos de trabalho não deve ser vista como atributo exclusivo de uma proposta social-democrata.

No tocante às políticas sociais, o modelo estatal defendido no programa guarda proximidade com as políticas de bem-estar instituídas pela social democracia. No entanto, elas aproximam-se em função da consolidação de uma estrutura estatal de atendimento às demandas sociais e não, propriamente, por seu conteúdo.

4. - Avaliações

O PSDB, desde que surgiu, suscita um conjunto de indagações sobre seu projeto, sua inserção social, sua estratégia, enfim, sobre seu perfil ideológico e doutrinário.

Uma primeira avaliação em relação à proposta do PSDB está ligada aos primeiros documentos do partido, onde recuperam-se as bandeiras do antigo MDB, através do discurso da continuidade da luta por reformas democráticas. Podemos dizer que sua identidade constrói-se em oposição ao PMDB e ao governo Sarney, em defesa da democracia e da ética na vida política. Assim, sua identidade social-democrática é algo que pretende se consolidar após a demarcação de terreno com aqueles que optaram por continuar no PMDB e compactuar com a política da Nova República.

O programa do PSDB procura aliar três componentes básicos: a luta pela consolidação da democracia, a proposta de um novo modelo de desenvolvimento e a constituição de uma rede de atendimentos sociais que caracterizariam um modelo de Estado de Bem-Estar Social.

Esses componentes se complementam à medida em que um novo desenvolvimento econômico, só pode ser eficaz se houver mecanismos distributivos capazes de garantir os dividendos do crescimento econômico a toda sociedade. Nesse

sentido, a democracia é o principal instrumento de controle sobre o Estado para que suas políticas não se percam nos trâmites burocráticos e nos corporativismos, além de se constituir em importante mecanismo de pressão distributiva.

A ênfase no desenvolvimento econômico demonstra uma crença, embora não explícita, na economia de mercado, enquanto agente distributivo do bem-estar social, já que o Estado, sua ação produtiva e sua rede de serviços sociais funcionam como complemento às atividades privadas. O mercado competitivo, o aumento da produtividade das empresas brasileiras, a qualificação profissional do trabalhador brasileiro, a busca de instrumentos tecnológicos mais capazes, a privatização do setor público etc., são as principais preocupações do programa de desenvolvimento econômico do PSDB. O Estado e seus mecanismos de correção e regulação, embora anunciados, são elementos subsidiários desse desenvolvimento que é, essencialmente, privado.

O "desenvolvimentismo" do PSDB demonstra uma preocupação em recuperar o esforço desenvolvimentista dos anos 50, destacando sua contribuição para o avanço industrial brasileiro; e, ao mesmo tempo, apontar a necessidade de romper com o círculo da recessão, retomando o crescimento econômico num patamar diferente do experimentado durante o regime militar. Em outras palavras, o "desenvolvimentismo" do PSDB coloca como fundamental para qualquer política reformista, um crescimento econômico que eleve a capacidade fiscal do Estado e seja adequado às transformações tecnológicas e organizacionais em curso.

Essa proposta, adequa uma política social-democrata, de cunho distributivo, às condições latino-americanas. Uma política salarial e social sem a contrapartida produtiva é, na opinião do PSDB, base do populismo. Daí, que qualquer política que queira ser eficaz no campo social e político deve ajustar esta equação.

A relação do PSDB com a social-democracia dá-se no nível da proximidade das propostas quanto ao reformismo social e à criação de estruturas estatais de bem-estar social. O PSDB incorpora, ainda, algumas reflexões teóricas sobre problemas surgidos no interior dos partidos e dos países governados pela social-democracia européia, como a crítica ao "corporativismo", a superação do discurso classista e socialista, a recuperação de certos pressupostos liberais, como a eficiência do mercado na alocação de recursos, as privatizações no setor público, a busca da competitividade internacional etc.

Assim, a relação entre a proposta social-democrática e as classes sociais, estruturadas historicamente na Europa, é vista no PSDB como algo superado, uma vez

que o seu desenvolvimento baseou-se no marxismo e numa classe operária forte e coesa e não é esta a situação que se põe para o Brasil²¹⁰.

Na visão do PSDB, a efetivação de um programa social-democrata no Brasil depende de uma coalizão política acima das classes, superando os corporativismos e, em certa medida, a própria experiência européia.

Esta relação justifica a existência de vários grupos na formação do PSDB, os quais não se identificam com a herança do marxismo e do socialismo, mas convergem quanto à necessidade de mudanças na sociedade brasileira. Além disso, a conceitualização da social-democracia acima das classes, embora os documentos partidários indiquem o compromisso com os trabalhadores, resolve a questão da base social de apoio da proposta peessedebista.

Percebe-se no PSDB uma preocupação em apresentar uma proposta que não se identifique com uma camada ou classe social específica, mas paire acima delas. Assim, o fato do PSDB não possuir uma base sindical expressiva (preocupação central no PDT) ou inserção em outro movimento de massas não constitui-se especificamente num problema.

Há, no entanto, uma aproximação do PSDB com o eleitorado urbano pertencente às classes médias, em função, basicamente, de componentes éticos, conciliador e modernizador de sua proposta política, que encontra apoio nesses setores. Em certa medida, tais ligações ainda não se comprovaram sólidas, seja pelo pouco tempo de existência do partido²¹¹, seja por identidades partidárias já anteriormente consolidadas nessas camadas.

No entanto, persiste o problema de como pensar um projeto social-democrata sem uma forte base operária e popular.

Após sua fundação, em 1988, e a derrota nas eleições de 1989 o PSDB viu-se diante da aplicação de um modelo de política econômica contrário aos pressupostos anunciados em seu programa, o "neoliberalismo". Fernando Collor de Mello pôs em prática uma política de desregulamentação da economia, de privatização do

²¹⁰Entrevista com Franco Montoro.

²¹¹ Desde a fundação do PSDB em 1988 até o presente momento foram realizadas duas eleições presidenciais, duas para cargos majoritários e proporcionais à nível estadual e federal, e uma para cargos municipais, prefeitos e vereadores. A segunda eleição presidencial em 1994, vencida pelo PSDB, não nos permite afirmar a consolidação do partido em nenhuma camada ou classe social específica, por ter sido realizada em condições excepcionais: uma aliança do PSDB com o PFL e a plena vigência de um plano econômico que reduzia drasticamente a inflação, articulado pelo próprio candidato à presidência Fernando Henrique Cardoso.

complexo produtivo estatal e dos serviços, de cortes em gastos sociais e com o funcionalismo federal, além da abertura para as importações.

O PSDB, embora com um programa crítico aos princípios liberais, aproximou-se de Collor e de sua política e, ao longo de dois anos, prestou apoio político ao governo, distanciando-se dele quando do avanço do processo de *impeachment*.

O processo de aproximação de Collor com o PSDB não foi retilíneo, correspondendo às necessidades que o eminente isolamento o forçava. O desenvolvimento da crise econômica e os resultados negativos alcançados pelos planos elaborados pela equipe econômica do governo obrigava-o a buscar apoios fora da sua base parlamentar.

O PSDB, por sua composição orgânica, apresentava-se como um interlocutor preferencial, até porque poderia contribuir com importantes quadros partidários na administração federal, o que seduzia o governo.

As ligações começaram já em fins de 1990, onde alguns membros do PSDB passam a defender a aproximação com o governo. Em 1991 é o próprio governo que sinaliza sua intenção de contar com o PSDB na viabilização de um "entendimento nacional". Vários membros do partido apóiam esta aproximação como Artur Virgílio Neto, prefeito de Manaus, e o sociólogo Hélio Jaguaribe, que abandonará o PSDB para participar efetivamente do governo em abril de 1992.

No entanto, a participação dos "tucanos" no governo Collor não se concretiza em 1991, em função das resistências de importantes membros do PSDB, como Mário Covas, e das articulações para as eleições municipais que já estavam em curso.

Em 1992, novamente a direção do partido aproxima-se de Collor, que agora sinaliza com ministérios para o PSDB²¹², mas as resistências internas e as denúncias de corrupção envolvendo o presidente impedem um apoio mais substancial.

Este episódio indica que Collor compreendia que o PSDB poderia ser um importante aliado para dar maior credibilidade ideológica e ética a seu governo²¹³, ao mesmo tempo que para o PSDB poderia significar a conquista de espaços concretos para a execução de um programa mínimo, o que sua direção nacional defendia junto à Collor.

²¹²Os principais nomes cotados para ministérios eram de Tasso Jereissati, José Serra e Fernando Henrique Cardoso.

²¹³"O que ele queria eram lantejoulas, para enfeitar seu social-liberalismo com 'toques' de social-democracia". Fernandes, Florestan - O PSDB e o Governo - "Folha de São Paulo", 20.04.1992.

Além disso, a questão que se coloca é até que ponto tal aproximação correspondeu apenas à arranjos políticos conjunturais, ou se obedeceu à determinações programáticas?

Pelo que foi analisado, encontramos estes dois elementos presentes nesta aproximação, uma vez que os pressupostos básicos de reforma do Estado, de privatização do parque produtivo estatal, com correspondente abertura dos monopólios estatais, de desregulamentação da economia e de crença no desenvolvimento do setor privado como instrumento de justiça social, está presente tanto no discurso oficial de Collor como nos documentos programáticos do PSDB.

Tal aproximação é caracterizada da seguinte forma por Hélio Jaguaribe:

*"A direita moderna é representada por um neoliberalismo com consciência social, que constata a indispensabilidade de uma prudente intervenção do Estado para evitar crises cíclicas de mercado e a formação de abusivas desigualdades sociais. A esquerda moderna é representada pela social-democracia, que reconhece a indispensabilidade de uma economia de mercado, baseada na agilidade e criatividade da empresa privada, mas proclama a necessidade de prudente regulação social da economia, precisamente para evitar crises cíclicas, as grandes desigualdades sociais e o desamparo dos setores carentes. O intervalo que separa o moderno do arcaico é muito superior ao que separa a esquerda moderna da direita moderna"*²¹⁴.

Vista dessa perspectiva, esta aproximação revela-nos um certo grau de inconsistência doutrinária na prática política do PSDB em relação a um ideário de tipo social-democrata, haja visto o significado das políticas adotadas por Collor, de linha neoliberal, e aquelas defendidas pelo programa do partido. Ainda que, como dissemos, as políticas da social-democracia européia cederam às pressões privatistas na Europa, isto não significa um abandono completo dos princípios das políticas de bem-estar, mas em muitos casos, um conjuntural rearranjo de forças.

Ligada à questão anterior, verificamos que a estratégia e a tática política, adotadas pelo PSDB desde sua fundação, particularmente em seu relacionamento com o governo de Fernando Collor de Mello (1990/92)²¹⁵ e sua aproximação com

²¹⁴Jaguaribe, Hélio - O PSDB e a situação nacional in "Jornal do Brasil", 16.10.90.

²¹⁵Para procedermos à esta avaliação não consideraremos o governo Itamar Franco, que sucede Collor após o *impeachment*, em função da composição política deste, que incorpora elementos conflitantes em relação à política econômica vigente no período anterior.

partidos que tradicionalmente emprestaram base de apoio a esses governos, como o PFL e o PTB, indicam uma certa continuidade das opções do antigo PMDB. Praticamente não se verificam, nos vários pleitos eleitorais de 1988 em diante, alianças entre o PSDB e o PDT ou mesmo o PT, - que em tese comporiam um campo fértil de reformas - indicando uma proximidade maior deste partido com as alternativas conservadoras e liberais, reforçando a compreensão de que seu programa guarda parentesco com estas propostas.

De outro lado, esta pretensa identidade com a social-democracia presente no PSDB, além dos componentes programáticos analisados acima, observamos a tentativa de aproximação com a Internacional Socialista, solicitando, inclusive, sua entrada enquanto membro observador .

Desse modo, o PSDB pretende vincular sua ação política à experiência social-democrática, ainda que com as ressalvas críticas levantadas acima. No entanto, alguns membros do PSDB rejeitam esta aproximação como uma limitação programática, afirmando ser apenas de ordem política, do mesmo modo que o partido tem-se aproximado dos partidos democratas-cristãos²¹⁶.

De qualquer forma, a necessidade de se apresentar no cenário político como novidade, obrigou o PSDB a buscar uma linguagem e um discurso alternativos ao consenso liberal, mas que confrontado com sua prática cotidiana cria pontos significativos de conflito entre a teoria e a prática partidária.

²¹⁶Entrevista com Franco Montoro.

V. CONCLUSÃO

Ao discutir a social-democracia, hoje, devemos considerar toda sua evolução histórica e política, assim como acompanhar as principais opções ideológicas realizadas. Tal avaliação obriga-nos a um olhar crítico sobre o legado histórico dessa corrente, a fim de compreender o papel destinado à social-democracia na atual quadra do capitalismo mundial.

A crise do capitalismo nos anos 70 começou a minar as bases sobre as quais havia se erigido a experiência social-democrática dos *Welfare States* e isso, de uma maneira geral, contribuiu para o começo da erosão do pacto social-democrático na Europa Ocidental. No entanto, assim como nos primeiros anos do pós guerra, a social-democracia ainda buscava se viabilizar como alternativa ao estatismo de tipo soviético e ao liberalismo radical, associado diretamente à Margareth Thatcher e Ronald Reagan no começo dos anos 80.

Tal situação permitiu à social-democracia alcançar importantes vitórias eleitorais, principalmente na Europa. Governos, partidos e movimentos nacionalistas ou revolucionários representativos buscavam aproximação com a Internacional Socialista, seja por interesse político imediato ou por identidade ideológica. Assim, a IS manteve-se, apesar dos desgastes políticos dos *Welfare States* promovidos pela crise econômica, posição de destaque no cenário político internacional.

Note-se que a aglutinação de partidos em torno da Internacional Socialista não se deu de forma homogênea e, mesmo na Europa, verificou-se importantes distinções entre os partidos, notadamente entre os partidos alemães, franceses e os da península ibérica.

É neste contexto, de destaque internacional e dificuldades nacionais, que se dá a aproximação entre a Internacional Socialista e alguns partidos políticos brasileiros.

O avanço neoliberal na Europa atingiu o esforço social-democrata em consolidar uma estrutura sólida para o capitalismo baseada no compromisso entre Estado, empresários e trabalhadores. Esta situação que permitiu a consolidação de uma hegemonia política social-democrata no pós guerra começava a ruir, em função das dificuldades de manutenção de um Estado cada vez mais oneroso, num momento em que o capitalismo europeu se via premido pela concorrência americana e asiática que forçavam aumentos na taxa de lucro e sua expansão para outras partes do mundo.

Não bastassem as dificuldades oriundas da crise econômica, política e de legitimação dos *Welfares*, a opção social-democrata viu sua razão de ser desmoronar e, com ela, parte de sua legitimidade. A chamada "crise do leste europeu" agravou sobremaneira a crise da social-democracia, ainda que, num primeiro momento a IS aumentasse sua influência nos países daquela região européia.

O equilíbrio político oriundo da bipolaridade permitiu à social-democracia estabelecer-se numa situação pretensamente intermediária. Ou seja, buscava-se conservar a estrutura econômica capitalista e suas relações sociais correspondentes ao mesmo tempo que se traçava, a partir da ação do Estado, políticas que compensassem as distorções e "injustiças" da economia de mercado.

Em certa medida, a bipolaridade garantia os níveis de eficácia das políticas sociais da social-democracia, arrefecendo os níveis de reivindicação dos trabalhadores e garantindo os investimentos privados.

Com a queda do Leste europeu, a partir de 1989, o "perigo" que representava a experiência de tipo "soviético" não mais se punha, limitando indiretamente os gastos sociais nos *welfare*. Poder-se-ia objetar que o fim da bipolaridade oferecia um cenário de maior tranquilidade para o desenvolvimento do capitalismo, com o fim dos gastos militares (OTAN) e administrativos, mas isso não se apresentou. Pelo contrário, os países do ex-bloco soviético, imersos na crise, contribuíram com elevadas levas de imigrantes para o ocidente em busca de emprego e freqüentes pedidos de "ajuda humanitária", colapsando os sistemas de atendimentos sociais estruturados pela social-democracia. O muro de Berlin caiu pesadamente sobre as cabeças dos social-democratas europeus...

O programa político e econômico que a social-democracia consolidou, como consequência de seu afastamento dos pressupostos marxistas em princípio do século, previa a utilização do Estado como instrumento de correção das distorções econômicas do capitalismo e de atendimentos sociais. O Estado intervinha numa economia capitalista no sentido de garantir, a partir da arrecadação de impostos, a realização de vários serviços sociais, ao mesmo tempo que contribuía com o capital privado através de políticas estatais que o beneficiassem, com o planejamento econômico, a política externa etc. Tudo isso, é certo, acomodado aos pressupostos da democracia liberal.

Apesar de seu relativo sucesso nos 30 anos posteriores à segunda guerra, este acordo entre o capital privado, o Estado e os trabalhadores mostrou-se instável e precário. O Estado, enquanto mantenedor dessa estrutura, gastava somas cada vez maiores na manutenção de seus programas, na sua burocracia e na sua legitimação,

ao mesmo tempo que dependia dos investimentos privados e da manutenção da produtividade para seu próprio financiamento. Ou seja, a social-democracia nunca conseguiu um grau de autonomia em relação ao capital privado, pois seu sucesso depende dele. Podemos dizer que a social-democracia, apesar de forte apelo eleitoral e de um grande esforço teórico-ideológico para consolidar um caminho alternativo, precisou do consentimento político da burguesia ocidental para implementar seu programa.

Este consentimento era submetido à duas lógicas: o crescimento contínuo do capitalismo, com suas consequências positivas para o capital; e a instauração de um sistema social capaz de minorar as reivindicações econômicas, sociais e políticas dos trabalhadores.

Na medida em que o Leste europeu não mais apresenta uma ameaça imediata e o pensamento neoliberal tem hegemonia, com seus argumentos privatistas e concorrenciais, a relação que sustentou o pacto social-democrata passa a ser revista e os contornos das reivindicações dos três setores se alteram.

Nesta nova composição de forças políticas, a partir da década de 80, a social-democracia ainda reserva, do ponto de vista ideológico, um importante campo para reflexões, seja em torno de sua proposta programática, seja em relação ao papel destinado para o Estado num momento de ofensiva privatista.

Assim, ainda que a prática social-democrata ao longo do século 20 tenha consolidado experiências limitadas quanto às alterações no capitalismo e sujeitas às imperfeições das mais variadas ordens, a social-democracia se apresenta como um campo fértil para análise das transformações ocorridas no escopo teórico dos partidos que a compõem, assim como das opções políticas que se formulam.

1 - O problema no Brasil

Como vimos, a aproximação orgânica entre os partidos brasileiros e a social-democracia é relativamente recente e mantém grandes contradições em torno do tipo de relação estruturada.

No entanto, a partir do material analisado, podemos estabelecer alguns pontos de reflexão sobre o problema, a fim de compreendermos quais os limites e dificuldades que a implantação de uma proposta de tipo "social-democrata" guarda

para um país como o Brasil. Aliás, este debate implica também indicar os limites das políticas sociais efetivadas no Brasil ao longo deste século e discutir se é suficiente estabelecer uma política de reformas sociais para se identificar com o projeto da social-democracia.

De início, devemos considerar que as questões colocadas acima, envolvendo os dilemas da social-democracia européia permanecem válidas na discussão do problema no Brasil, muito embora as condições nacionais sejam importantes elementos complicadores.

Um dos pontos que merece destaque, se observarmos o histórico da social-democracia européia, é o papel desempenhado pela classe operária na consolidação de um regime social-democrata. Embora, como vimos, nem todos os *Welfare States* tenham sido obra exclusiva da social-democracia, a experiência em questão está associada diretamente aos governos dirigidos por partidos de linha "social-democrata", amparados sobre movimentos sindicais fortemente estruturados, os quais não apenas canalizaram suas reivindicações para o interior do Estado, como contribuíram no estabelecimento de um "acordo" entre Estado, empresários e trabalhadores.

No Brasil, como se mostrou, esta questão aparece estruturada de outra forma. Os dois partidos analisados não possuem base social organizada e, mesmo a base eleitoral aparece num sem-número de identidades e reivindicações. Longe, portanto, de estabelecer um programa claro e definido de propostas oriundas dos setores e classes organizadas da sociedade.

Tais setores organizados, no atual sistema partidário, identificam-se mais claramente em torno do PT que, como vimos, não associa seu projeto ao ideário social-democrata, embora existam controvérsias quanto a sua real identidade ideológica.

Este não é um problema exclusivo da classe operária, ou dos trabalhadores, de uma maneira geral; manifesta-se também em torno das classes dominantes, cujo projeto está longe de ser consensual, apesar da existência de um modelo hegemônico em torno dos pressupostos do neoliberalismo. Desse modo, a própria articulação de um acordo tripartite²¹⁷, apresenta dificuldades não apenas quanto à representação e as reivindicações populares, mas, principalmente, quanto ao projeto e a disposição das classes dominantes em estabelecer saídas alternativas ao modelo altamente concentracionista e conservador de nossa economia²¹⁸. Em outras palavras, o

²¹⁷À exemplo do funcionamento das chamadas "câmaras setoriais" durante o governo Itamar Franco.

²¹⁸O Brasil detém a pior taxa distribuição de renda do mundo.

consentimento, por parte do capital privado, em torno de um Estado que articule um "acordo" e distribua dividendos e serviços sociais, apresenta mais dificuldade que a estruturação de uma forte base operária em torno dos projetos e programas do PDT e PSDB.

As classes, sua representação e seu papel na articulação de um programa de tipo "social-democrata" não são as únicas dificuldades que se apresentam. O próprio modelo econômico implementado produziu dificuldades estruturais para o desenvolvimento de políticas sociais e econômicas compensatórias. O grau de exclusão que marca a sociedade brasileira potencializa as dificuldades em torno da resolução dos problemas sociais no país. Em certa medida, a convivência, num todo único e contraditório, de um país com uma economia dinâmica e moderna ao lado de estruturas arcaicas e excludentes problematiza a raiz de qualquer debate em torno de políticas sociais, sejam elas identificadas com a social-democracia ou não.

Ou seja, o ponto de partida de qualquer projeto reformista que se pretenda eficaz, deve ser em torno do tipo de capitalismo implementado no Brasil e das transformações necessárias para a sua superação. Tal debate não é apenas econômico, mas fundamentalmente político, pois envolve os interesses das classes dominantes, ligados umbilicalmente ao modelo implementado.

Nesse sentido, dos programas analisados, o do PDT toca mais diretamente no assunto, indicando, ao menos, uma predisposição para o debate em torno da raiz do problema.

Ligado à questão do modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, encontra-se a situação do Estado. Se a ação positiva do Estado na execução de políticas sociais é condição necessária, embora não suficiente, à implementação de um programa de tipo "social-democrata", a crise dos mecanismos de financiamento do Estado brasileiro, detonada pela "crise da dívida" em princípio dos anos 80, dificulta, senão inviabiliza, a implantação de um programa reformista.

Neste caso, qualquer proposta deste tipo deve buscar o ataque aos mecanismos de remessa de capital para o exterior, marcadamente àqueles referentes aos juros e amortizações da dívida externa. Fenômeno análogo presente no mercado interno deve ser combatido, como pressuposto para a recuperação das finanças e da capacidade de investimento estatal. Novamente aqui a lógica não é contábil, mas política e implica nos debates em torno das relações internacionais e de como o Estado se relaciona com o capital privado internamente.

Como veremos adiante, o PDT possui compreensão diferenciada do PSDB acerca desses princípios, ainda que ambos façam menção aos mecanismos que limitam as atividades estatais, destacando a necessidade de reverter tal situação.

Aliás, a problemática do financiamento das atividades estatais, ainda que não seja exclusiva dos países de "capitalismo tardio", como o Brasil, encontra-se potencializada nesses países em função das relações internacionais estabelecidas, caracterizada por uma submissão dos interesses nacionais ao capital internacional. Em outras palavras, pensar uma alternativa do tipo "social-democrata" em países pobres pressupõe uma reversão das relações internacionais, privilegiando um novo tipo de desenvolvimento econômico e social, estancando o atual sentido das trocas internacionais. Desse modo, assim como foi assinalado acima, o sentido do debate é político e não técnico.

Há, no entanto, uma tendência, que não é apenas nacional, em despolitizar o debate em torno destes temas, minando projetos de cunho mais reformistas. Tal tendência aumenta as dificuldades encontradas pelos partidos em estabelecer uma análise e um discurso que englobe o atual estágio da luta de classes, suas reivindicações e seus projetos de longo prazo.

Observe-se que aqui encontram-se dificuldades ainda maiores, dada a correlação de forças nacionais e internacionais e, mesmo, as decorrências do refluxo do movimento socialista. No entanto, reside o desafio, pois qualquer projeto que se pretenda alternativo ao capitalismo deve buscar compreender as articulações em torno das estruturas de classe sob o atual estágio do capitalismo, suas reivindicações, e as possibilidades de consolidação de uma hegemonia alternativa.

Qualquer esforço desvinculado das determinações políticas derivadas das relações sociais dominantes sob o capitalismo, encontrar-se-á limitado na sua origem.

2 - O papel dos partidos

Como vimos, são pouco sólidas as estruturas partidárias brasileiras ao longo de sua história, como foram frágeis os próprios sistemas partidários.

O esforço em consolidar partidos com identidade ideológica consistente não é recente, haja visto o papel dos comunistas e dos trabalhistas entre 1946-64. No entanto, o atual experimento democrático permitiu novas tentativas de consolidação

de estruturas partidárias estáveis, ainda que convivendo ao lado de legendas sem expressão doutrinária.

Nesse sentido, o esforço empreendido neste trabalho foi o de mostrar que no conjunto dos partidos que compõem o atual sistema convivem agremiações com características ideológicas próprias e com uma certa identidade política, ao contrário de uma idéia bastante em voga²¹⁹ de que o sistema partidário brasileiro existe em função do acomodamento de interesses pessoais, privados e personalistas. Daí, o descrédito dos partidos e o visceamento de teses conservadoras, que visam, no fundamental, a limitação, em lei, do número de partidos.

Assim como buscamos mostrar as particularidades do PDT e, em menor grau, do PSDB entendemos que subsistem partidos, da direita à esquerda do espectro partidário, com fisionomias políticas e ideológicas definidas e que sua afirmação como alternativas de poder só poderão se concretizar com a liberdade de organização partidária, ainda que isso signifique o convívio com agremiações sem nenhuma substância teórica ou consistência ideológica.

2.1 - PDT

O PDT apresentou-se no cenário político com um programa moderno aliado à experiência do antigo PTB. Aliou a crítica ao modelo de desenvolvimento econômico do regime militar à necessidade de se estabelecer um projeto alternativo, baseado nas experiências da social-democracia européia adaptado à realidade brasileira.

Em certa medida, os parâmetros apresentados pelo PDT para a estruturação de sua ação política são uma combinação do projeto de "reformas de base" do antigo PTB com inovações políticas oriundas da aproximação com a Internacional Socialista, apesar desta mistura variar de acordo com a conjuntura.

O programa conserva a preocupação social e nacionalista do projeto do antigo PTB e do varguismo, caracterizado pela ação de Leonel Brizola.

Como este traço varguista se impõe desde a fundação do PDT, o componente nacional tem a preferência no discurso pedetista e em sua demarcação de terreno com outros partidos.

²¹⁹Alimentada sobretudo pela grande imprensa.

O discurso pedetista, para tentar definir sua base de apoio em termos mais objetivos, associa ao passado trabalhista o componente nacionalista do segundo governo Vargas, recuperado pela ação dos pedetistas. Assim, apesar de buscar consolidar-se nos trabalhadores, de um modo geral, a partir da recuperação do trabalhismo varguista, o PDT têm no nacionalismo um artifício ideológico que se supõe acima das classes sociais, estando, portanto, a base social dispersa em toda a sociedade, mas coesa na defesa da nação e das "reformas de base".

Estes elementos, como vimos, aparecem articulados desde a Carta Testamento de Vargas, onde este define os campos políticos e as bases de apoio de seu projeto.

No entanto, de um ponto de vista global, a proposta pedetista encerra limites intransponíveis, já que sua "social-democracia" não aponta para a superação das dificuldades encontradas por seus companheiros de IS. Em outras palavras, a questão do Estado como articulador de um acordo entre empresários e trabalhadores, sua carga fiscal, a inserção numa base social definida e a dependência em relação ao capital privado, aparece superficialmente na sua proposta, apesar de tratar outros pontos importantes com maior destaque.

Há, portanto, limites políticos na proposta do PDT que devem ser analisados. O debate em torno da base social, como assinalamos anteriormente, é fator limitante da ação pedetista no sentido da viabilização de um projeto alternativo. As bases pedetistas encontram-se concentradas em alguns estados e isso dificulta qualquer articulação visando um compromisso mais duradouro.

As bases pedetistas estão alicerçadas na experiência histórica do PTB e de Brizola, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, o que fortalece o componente populista da política pedetista, como veremos adiante. As experiências dos governos de Brizola nesses dois estados consolidaram as bases de apoio, principalmente, nas populações preferencialmente assistidas em seus governos. Desse modo, o espectro classista dessa relação apresenta-se muito plural, devido, inclusive, ao tempo que separa estas duas experiências.

Uma das bases expressivas do apoio do PDT, no sul, encontra-se no campo, em função das experiências dos condomínios agrários implementados por Brizola; enquanto no Rio de Janeiro as populações pobres urbanas foram assistidas por vários programas sociais como os CIEP's, Projeto de urbanização de favelas, ocupação de terras etc.

Sem entrarmos na avaliação em profundidade dessas políticas, podemos observar que o PDT estrutura seu apoio num discurso acima das classes sociais, mas

com o forte componente mobilizador da ideologia nacionalista. Esta adequação contribui para a síntese entre os componentes históricos e políticos presentes no programa do PDT.

Ainda em termos dos limites políticos da proposta pedetista, não há uma preocupação em romper com a estruturação do poder, uma vez que, apesar da afirmação em torno da descentralização administrativa, as opções políticas apresentam-se em torno do presidencialismo. A opção presidencialista é um artifício, não apenas para a viabilização política de Brizola, que materializa a possibilidade de implementar um projeto reformista numa sociedade pouco organizada, legitimado, em última instância, pelos "interesses nacionais".

Há os outros limites verificados na proposta que encontram-se, no pressuposto de que a transformação do modelo econômico pode ser realizada com a colaboração da classe dominante sem contradições e na não avaliação da dependência em relação ao capital privado.

No entanto, há pontos que, apesar de contraditórios, representam uma tentativa válida na compreensão dos problemas brasileiros e na busca de suas resoluções. Nesse sentido, o debate e a ação política do PDT em torno da questão nacional, da relação com os credores externos, da busca de uma nova inserção do Brasil no cenário internacional, do papel da ciência e tecnologia, da defesa do patrimônio produtivo estatal indicam-nos uma tentativa prática na reversão de um quadro que nos é desfavorável, ao mesmo tempo em que se articula um projeto alternativo.

Este esforço, que se completa com a análise das propostas e da prática em torno da educação, sintetiza um pouco da singularidade do PDT no quadro partidário brasileiro.

Esta singularidade é reforçada pela unicidade, coerência e organicidade que as bancadas parlamentares do PDT têm mantido nas questões fundamentais, programáticas. Nesse sentido, o PDT tem contribuído, junto com outros partidos, para a consolidação de um sistema partidário mais coeso e ideologicamente definido.

Ainda em relação aos limites que a ação pedetista encerra, a relação entre o populismo e o PDT indica um nível de problemas que estão além da questão programática. Na verdade, como vimos, a relação entre Brizola e o PDT mostrou-se não sem contradições. Tais conflitos indicam a existência de tensões entre o programa, que se pretende moderno e eficiente, e a viabilização político-eleitoral do líder e fundador do partido.

Estes conflitos revestem-se de um caráter eleitoral, mas as alianças consolidadas por Brizola em todo o país visando romper o regionalismo que marca suas votações indicam uma sobreposição de interesses que tem relegado à segundo plano o componente ideológico.

Como se afirmou, Brizola é, ao mesmo tempo, o problema e a solução para a implantação definitiva do PDT enquanto partido nacionalmente estruturado e viável eleitoralmente. Se o PDT vai consolidar, junto com outros partidos, um bloco alternativo ao projeto dominante, ou se vai continuar buscando alianças sem forte cunho ideológico é algo que só o futuro pode responder. Ao que tudo indica, este conflito permanecerá ainda por muito tempo.

2.2 - PSDB

O PSDB enquanto alternativa social-democrata, deve ser analisado sob outro prisma. Como procuramos mostrar, o PSDB constituiu-se num partido que passa por um amplo processo de mudanças, apesar de seu pouco tempo de existência. Tais transformações relacionam-se, entre outras coisas, com o próprio exercício do governo federal, materializado na eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, e com o conjunto de forças que participaram da coalizão que o elegeu.

Tal situação obrigou-nos analisá-lo numa perspectiva diferente daquela do PDT, onde os documentos programáticos ganham, praticamente, a totalidade da pesquisa. O resultado, portanto, é provisório, atendo-se apenas a uma parte da questão.

Mas, mesmo diante dessa dificuldade, o estudo sobre o PSDB também mostrou-nos características importantes dentro do cenário político nacional.

De um modo geral, os documentos que fundam a identidade dos "tucanos" apontam, inicialmente, para uma tentativa de renovar a base programática do PMDB, dotando-o de um programa mais moderno e vinculado à experiência social-democrata, ainda que tangencialmente.

O programa do PSDB parte de uma dada situação conjuntural de conflito com o PMDB, que permitiu a aglutinação em torno de um novo partido. Daí, que as reflexões iniciais são profundamente marcadas pelo rompimento com o antigo partido, destacando a "recuperação de valores morais e éticos", que o PMDB havia perdido, e o resgate da dívida social, antiga bandeira emedebista perdida no governo

Sarney. Assim, a identidade social-democrática do PSDB relaciona-se, num primeiro momento, com uma conjuntura social preocupante e com um partido majoritário tomado pelo "fisiologismo" e pela "corrupção".

Apesar da preocupação em torno das questões sociais, já mostrados nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, o programa avança pouco no terreno das inovações políticas partilhando alguns limites com o PDT e criando outros que lhe são próprios.

Antes de analisarmos as características programáticas do PSDB, mas já introduzindo um dos temas preferenciais desse debate, vamos recorrer à discussão em torno das suas bases sociais.

O PSDB não perseguiu sua inserção numa base social definida, optando, diferente do PDT, por um discurso também pluriclassista, mas alicerçado numa lógica que encontra seu apoio indistinto em toda a sociedade: modernidade com justiça social.

Este binômio substitui o debate em torno dos interesses e projetos classistas por um pretenso "consenso" em torno da "modernização" da economia, do Estado e da sociedade, que no fundamental caracteriza-se pelo desenvolvimento econômico com justiça social²²⁰.

O PSDB parte da idéia de que o modelo de desenvolvimento econômico, com seu respectivo padrão de financiamento, está esgotado, tornando-se necessário o estabelecimento de um novo padrão de desenvolvimento baseado na "modernização" da economia e numa nova inserção internacional do Brasil.

Apesar de guardar certa proximidade com as formulações do PDT, os remédios previstos são diametralmente opostos. O PSDB partilha a idéia de "modernização" com os setores neoliberais, entendendo-a como reestruturação da produção, privatização do setor produtivo estatal, desregulamentação da economia e "enxugamento" do Estado.

Os problemas de ordem social necessitam de amparo do Estado, mas sua resolução, de modo eficaz e permanente, se dará com o crescimento do setor privado. O Estado, assim, deve atuar apenas subsidiariamente.

A saída do Estado do setor produtivo está ancorada na idéia de que se deve recuperar a capacidade de investimentos para prestar serviços sociais essenciais de qualidade e em quantidade, "desprivatizando" os serviços atuais. Ou seja, o

²²⁰Ao longo da Campanha presidencial Fernando Henrique Cardoso insistia na tese de o "Brasil não é um país subdesenvolvido e, sim, uma sociedade injusta".

Estado, enquanto planejador e prestador de serviços, aparece com peso diferenciado no PSDB e no PDT.

Decorrente disso, podemos afirmar que o PSDB inova muito pouco em termos teóricos sobre o papel e atribuições do Estado. Apesar de afirmar que seu programa incorpora uma visão crítica sobre as experiências européias, ele pouco se diferencia do credo neoliberal.

Os pontos que guardam alguma referência ao ideário social-democrata referem-se à questão ética onde balizam sua ação explicitamente na moralização da ação política e na "modernização" da representação política; também no debate em torno das políticas sociais, as quais aparecem dependentes do aumento da produtividade geral da sociedade, contrapondo-se aos chamados "interesses corporativos".

Visto dessa perspectiva, a aproximação entre o PSDB e Collor, ou mesmo a configuração da aliança que elegeu Fernando Henrique Cardoso obedeceu à determinantes políticos mas também ideológicos.

O componente fundamental é que "social-democracia" é vista como uma corrente política "moderna", inovadora e socialmente justa. Daí, a adequação do programa partidário aos pressupostos básicos da social-democracia.

Apesar de possuir quadros com certa bagagem intelectual e com compromissos sociais, o PSDB não marcou sua ação política pela inovação institucional mas mostrou-se preso às formas tradicionais da política nacional, alimentando-se das opções postas pelo ideário neoliberal.

Em termos programáticos, esta visão "modernizadora" materializa-se na defesa de um novo "desenvolvimentismo" adequado à atual fase do capitalismo. Este novo desenvolvimento, cujo eixo passa por nossa capacitação tecnológica, não é suficiente para credenciar a proposta do PSDB como social-democrata, pois apenas indica caminhos para a superação do modelo esgotado.

O rol de opções em torno de um novo projeto é variado, vide o próprio PDT. O PSDB optou por caracterizá-lo como social-democrata por associar essa nova vaga de desenvolvimento à execução de políticas sociais capazes de garantir o crescimento com distribuição simultânea de seus dividendos.

Para garantir o crescimento requerido, o PSDB insiste na necessidade de investimentos externos no setor produtivo, daí seu esforço em torno da abertura de mercado no Brasil, assim como a aceitação de políticas nas áreas de patentes, objetivando a atração desses investimentos.

Em relação às políticas sociais, o PSDB indica a necessidade de estruturá-las visando ampliar e qualificar tais políticas. No entanto, novamente o papel do capital

privado aparece com destaque, indicando que o debate em torno da "desmercadorização" proposto, no início, por Sping-Andersen passa longe do programa "tucano". Ou seja, o aprisionamento em relação aos valores concorrenciais do mercado está presente mesmo neste tópico sobre políticas sociais.

No entanto, devemos considerar o PSDB, assim como o PDT, como um campo aberto de opções políticas, não apenas por seus poucos anos de vida, mas, principalmente, pela sua viabilidade eleitoral que catalizou um grande número de lideranças de outros partidos, que podem, em pouco tempo, modificar o perfil ideológico do PSDB. Os rumos que terá este perfil em construção apontam para uma tendência conservadora do partido, mas que podem ser contrabalançados pela própria experiência no poder.

3 - Contraponto

Ao analisarmos os programas desses dois partidos, em que pesem os ajustes conjunturais presentes em cada um deles, deparamo-nos com esforços teóricos importantes, no sentido de compreender as principais questões que se colocam para a superação dos problemas nacionais.

Os programas do PDT e do PSDB buscam, além desse esforço, solucionar tais problemas dentro de um referencial específico, a social-democracia. Isto, por si só, coloca-nos a necessidade de compará-los, ainda que superficialmente.

Como vimos, em relação aos programas partidários evidenciam-se diferenças substanciais. O PDT adequa a continuidade das "reformas de base" do antigo PTB às condições atuais. Mantém sua índole nacionalista e busca consolidar uma proposta social-democrata, baseada no fortalecimento do Estado - tanto na esfera produtiva como ao nível do atendimento social -, no desenvolvimento econômico e na defesa da soberania nacional.

O PSDB destaca a necessidade de se empreender um novo padrão de desenvolvimento econômico e industrial, ancorado numa nova inserção do Brasil no cenário internacional, buscando no avanço tecnológico as condições efetivas para esta integração.

O crescimento econômico, a expansão do nível de empregos, a execução de políticas de capacitação, o aperfeiçoamento dos instrumentos de políticas sociais configuram um quadro para uma política social-democrata para o Brasil, segundo o PSDB. Tais mudanças aparecem alicerçadas em transformações também na política,

principalmente com o parlamentarismo e com a adoção de modificações no sistema eleitoral e partidário.

Note-se que ambos partidos partilham da análise em torno do esgotamento do modelo e da necessidade de empreendermos esforços no sentido de superar o atual estágio. Estes esforços - recuperação do Estado, investimentos em tecnologia etc - ganham peso diferenciado em cada programa, configurando alternativas distintas em cada um deles. O papel destinado ao Estado, seu relacionamento com a iniciativa privada e com a sociedade de uma maneira geral é uma dessas diferenças.

Uma primeira avaliação é a de que, apesar do reconhecimento da importância dos mecanismos estatais enquanto reguladores das distorções advindas do mercado, o Estado aparece com um peso diferenciado em cada uma das propostas.

Para o PDT, o Estado deve atuar, inclusive, como empresário, administrando e gerindo um parque produtivo estatal, principalmente relacionado a setores estratégicos, como energia, subsolo etc. O Estado deve, ainda, prover a sociedade de uma ampla rede de serviços sociais de modo a constituir-se um verdadeiro Estado de Bem-Estar Social.

O PSDB avalia que o modelo de intervenção estatal adotado no Brasil, desde a década de 50, está esgotado, tanto em sua função como em seus mecanismos de financiamento. O Estado deve passar por uma profunda reforma, de modo a recuperar a qualidade e aumentar a quantidade dos serviços públicos que devem ser "desprivatizados", adquirindo um caráter universalista de atendimento.

As empresas estatais devem ser privatizadas para pôr fim à burocracia e ineficiência que tomam conta do setor público, resguardando apenas aquelas de caráter estratégico como a Petrobrás²²¹. Para o PSDB, o Estado, além de buscar criar mecanismos compensatórios mais eficazes, deve funcionar mais como planejador do que executor do desenvolvimento econômico.

O PDT apresenta-se mais nacionalista que o PSDB, tanto na discussão em torno do tamanho do Estado e de seu parque produtivo - vide a ação pedetista em defesa das estatais - , como em relação à política internacional, onde postula a necessidade da defesa dos "interesses nacionais" em contraposição às exigências dos países ricos e dos grupos monopolistas.

Com relação às políticas sociais propostas pelos dois partidos, observamos uma proximidade entre eles, embora o PSDB explicita a participação da iniciativa

²²¹Quando da redação final deste trabalho, o Congresso Nacional aprovou, com apoio quase unânime da bancada do PSDB, a quebra do monopólio estatal do petróleo.

privada em alguns desses serviços, assim como sua realização somente nos marcos de um aumento de produtividade global da sociedade brasileira. Ao passo que o PDT apresenta uma visão mais global do papel das políticas sociais onde o Estado, novamente, é o agente principal.

Ao verificarmos tais diferenças devemos considerar que elas estão solidificadas na história de cada partido. Assim é impensável um programa inspirado nos pressupostos neoliberais no PDT, como também o é um programa nacionalista e defensor do presidencialismo no PSDB. Ou seja, além da compreensão histórica e dos arranjos teóricos na tentativa de resolver as grandes questões nacionais, as origens e os condicionantes conjunturais também se apresentam determinantes das opções partidária.

4 - Considerações finais

A social-democracia, como vimos, transitou de um programa de orientação marxista à um de inspiração keynesiana, onde as críticas aos problemas oriundos do capitalismo foram substituídas pelas possibilidades de administração eficaz, democrática e com preocupação social que o próprio sistema permitia.

Assim, esta transição consolidou uma alternativa política que se pretendia intermediária entre o capitalismo e o socialismo. Em certa medida, a social-democracia abandonou não apenas o referencial marxista mas o próprio sonho socialista; ou, como afirma Perry Anderson, que : "*a social-democracia descobriu o rea-*

lismo. Não só deixou de acreditar na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo. E ao invés de abandonar a via parlamentar, abandonou o socialismo"²²².

Definido este campo de alternativas, as propostas social-democratas limitaram sua ação na administração do capitalismo, circunscrevendo suas críticas à irracionalidade econômica e social do próprio sistema.

Assim, a social-democracia apresenta-se, necessariamente, como uma tendência em constante mutação, adequando seu discurso, ainda que dentro de alguns princípios, às próprias transformações sofridas pelo capitalismo. Assim, o modelo "social-democrata" permite alternativas variadas e distintas.

A adequação desses princípios aos países da América Latina impõe limites, em função dos níveis de desigualdades sociais presentes nestas sociedades. Qualquer

²²² Anderson, Perry - As antinômias da social-democracia, in Jornal "Em Tempo", fev. 1990.

programa de cunho reformista, na esteira da social-democracia, para ser aplicado no Brasil deve, necessariamente, ir além dos consensos keynesianos e atacar as raízes dessas desigualdades que, no fundamental, relacionam-se diretamente ao padrão de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Portanto, ampliar programas sociais, democratizar a sociedade, publicizar as decisões do Estado, imprimir padrões éticos à administração pública, ampliar a educação básica, investir em ciência e tecnologia, defender a soberania nacional etc, são questões necessárias e urgentes, mas insuficientes para a execução de transformações substanciais na reordenação da sociedade.

O PDT, apesar de seus limites, busca uma alternativa mais transformadora e original, vinculando seu discurso à social-democracia mas incorporando um importante componente nacional. De outro lado, o PSDB mostrou-se mais preso à esquemas teóricos tradicionais, limitando-se à "modernização" como sua principal bandeira teórica.

O sistema partidário brasileiro aponta para uma maior definição em torno dos programas partidários, apesar da manutenção de estruturas clientelistas e fisiológicas presentes mesmo dentro de partidos que se pretendem alternativos.

De tudo que foi visto, podemos afirmar que a necessidade colocada para a social-democracia de criar mecanismos corretivos para as distorções do capitalismo indica o próprio limite dessa alternativa, qual seja, a administração social da exploração, de caráter estrutural do sistema capitalista. Assim, se se pretende uma alternativa ao sistema vigente deve-se considerar algo que supere tais limitações e construa novas relações sociais, capazes de compatibilizar graus cada vez maiores de igualdade social, política, econômica e cultural com desenvolvimento material da sociedade.

VI. ANEXOS

1 - A Carta de Lisboa

Reconhecendo que é urgente a tarefa de libertação do nosso povo, nós, brasileiros que optamos por uma solução Trabalhista, nos encontramos em Lisboa. E se o fizemos fora do País, é porque o exílio arbitrário e desumano impediu este encontro no lugar mais adequado: a Pátria brasileira.

A tarefa de organizar com o nosso povo um Partido verdadeiramente nacional, popular e democrático é cada vez mais premente. Não desconhecemos as permanentes tentativas das forças autoritárias de esmagar os movimentos dos trabalhadores. Mas o repositório de coragem e dignidade dos trabalhadores faz com que eles não se dobrem nem se iludam. E com eles estamos nós, Trabalhistas.

Não podemos deixar de salientar também, que aqueles que defendem uma posição de paciência, assim como a inoportunidade de luta contra a opressão, não são exatamente os que se encontram em condições de sofrimento e perseguição, mas ao contrário, navegam nas águas de abundância e privilégios.

Invoca-se, por outro lado, que a restauração da vida democrática e o ressurgimento de partidos autênticos dependem do sistema e de suas fórmulas jurídicas e legais. Consideramos, todavia, um ato de incompetência política e deslealdade para com nosso povo, aguardar as providências dos juristas do regime, de cujas fórmulas, somente por ingenuidade ou má fé, pode se esperar algo diferente da vontade de institucionalizar a espoliação de nossa gente e a manutenção de uma estrutura política e econômica inaceitável para o povo brasileiro.

O fato novo mais importante da conjuntura brasileira não é nem a crise do regime, nem o fracasso de todos os seus projetos e promessas. O novo, importante e fundamental, é a emergência do povo trabalhador na vida política do país. Não de um povo amedrontado depois de 15 anos de opressão, mas de um povo que se organiza sob as mais variadas formas - nos sindicatos, em associações, em comunidades, em movimentos e organizações profissionais - com o mesmo objetivo: o de lutar por seus direitos, pela democracia. Como parte desta emergência se deve destacar as conquistas do movimento estudantil, e a luta agora vitoriosa pela reorganização da UNE.

A experiência nos ensina, de um lado, que nenhum partido pode chegar a se manter no governo sem contar com o povo organizado e, de outro, que as organizações populares não podem realizar suas aspirações sem partidos que as transformem em realidade através do poder do estado. A falta de respaldo popular organizado pode levar a situações dramáticas, como aquela que conduziu o Presidente Getúlio Vargas a dar um tiro em seu próprio peito.

Partidos e Povo organizados constituem, por conseguinte, as duas condições fundamentais para a construção de uma sociedade democrática.

Analisando a conjuntura brasileira concluímos pela necessidade de assumirmos a responsabilidade que exige o momento histórico e de convocarmos todas as forças comprometidas com os interesses dos oprimidos, dos marginalizados, de todos os trabalhadores brasileiros, para que nos somemos na tarefa da construção de um Partido Popular, Nacional e Democrático, o nosso novo PTB. Tarefa que não se improvisa, que não se impõe por decisão de minorias, mas que nasce do encontro do povo organizado com a iniciativa dos líderes identificados com a causa popular.

Nós, trabalhistas, assumimos a responsabilidade desta convocatória, porque acreditamos que só através de um amplo debate, com a participação de todos, poderemos encontrar nosso caminho para a construção no Brasil de uma sociedade socialista, fraterna e solidária, em Democracia e em Liberdade.

Nós, Trabalhistas, queremos representar para o povo brasileiro o espírito da tolerância e da fraternidade. Nós, Trabalhistas, participaremos ao lado do nosso povo em todas as suas lutas, e porque o nosso projeto é profundamente democrático, procuraremos alianças com todas as outras forças também democráticas e progressistas do nosso país.

Nós, Trabalhistas, militaremos ativamente em todas as frentes e, porque o nosso projeto é pluralista, não pretendemos absorver ou manipular os sindicatos ou organizações populares das mais diversas origens.

Entendemos que a necessidade de um intenso debate para o desenvolvimento constante da Democracia e, nós, Trabalhistas, estaremos sempre empenhados em discutir com todas as forças políticas e

democráticas do nosso país. É por isso que favoreceremos o surgimento de outras organizações, que auspiciamos o aparecimento de outros partidos e que, nas nossas lutas, respeitaremos os seus princípios.

A consecução destes objetivos exige, como requisito prévio e fundamental no campo do pensamento e da cultura, a conquista da plena liberdade de criação intelectual, de expressão e de imprensa. Neste sentido, torna-se indispensável a revogação de todas as formas de censura.

O grande desafio que nós, Trabalhistas, nos defrontamos hoje é o de nos situarmos no quadro político brasileiro para exercer o papel renovador que desempenhávamos antes de 1964 e em razão do qual fomos proscritos. Com efeito, apesar de termos tido numerosas deficiências, não foi por elas que caímos. Fomos derrubados, isto sim, em virtude das bandeiras que levantamos. A velha classe dominante brasileira e os agentes internos do imperialismo, não nos podendo vencer pelo voto, nos excluíram pelo golpe.

A verdade afinal se fez evidente (depois de copiosamente comprovada) é que o governo do Presidente João Goulart foi derrubado por uma ação conjunta. Os latifundiários temiam a lei da Reforma Agrária que, com a nossa presença no Congresso Nacional, seria inevitável. Por sua vez, o governo norte-americano de então planejou e coordenou o golpe para evitar a aplicação da lei de Remessa de Lucros que poria termo à espoliação do Brasil pelas empresas multinacionais.

O desafio com que nos defrontamos é, por conseguinte, o de retomar as bandeiras daquela tentativa generosa de emprender legalmente as reformas institucionais indispensáveis para libertar as energias do povo brasileiro. Especialmente uma reforma agrária que dê terra a quem nela trabalha, em milhões de glebas de vinte e cem hectares, em lugar de entregá-las em província de meio, de um e até de mais de dois milhões de hectares na forma de superlatifúndios, subsidiados com recursos públicos. E teremos também de levantar a bandeira da luta pela regulamentação do capital estrangeiro, para por fim à apropriação das riquezas nacionais e ao domínio das próprias empresas brasileiras pelas organizações internacionais.

O regime militar que sucedeu ao governo institucional, sendo regressivo no plano histórico, se fez repressivo no plano político e em consequência, totalmente infecundo e despótico. Apesar de contar com todo o poderio do arbítrio, legislando a nível constitucional da forma mais discriminatória, só fez acumular mais riquezas nas mãos dos mais ricos e mais regalias no colo dos mais privilegiados. O bolo que tão reiteradamente prometeram repartir quando crescesse, agora o sabemos, é uma dívida externa gigantesca que montava a 3 bilhões de dólares em 1964 e hoje supera os 50 bilhões.

Nestas circunstâncias, o nosso **primeiro** compromisso é o de reconduzir o Brasil a uma institucionalidade democrática em que todo o poder emane do povo e seja por ele periodicamente controlado através de eleições livres e diretas, nas quais todos os brasileiros de maior idade sejam eleitores e elegíveis. O Brasil democrático pelo qual lutamos será uma república realmente federativa, com progressiva descentralização do poder, onde o voto terá que ser proporcional, para que havendo a mais ampla representação das diversas forças políticas, não seja escamoteada a vontade popular. A república a que aspiramos há de estar defendida contra todo o intento de golpismo e contra toda e qualquer manifestação de despotismo e repressão, para assegurar permanentemente ao povo brasileiro o direito elementar de viver sem medo e sem fome.

Nosso **segundo** compromisso é o de levantar as bandeiras do Trabalho para reimplantar a liberdade sindical e o direito de greve, como os instrumentos fundamentais da luta de todos os que dependem do salário para viver. É dever também dos Trabalhistas lutar contra a brutal concentração de renda que corresponde inclusive pelo achatamento salarial, fixados em índices falsificados e sempre inferiores ao aumento das taxas reais do custo de vida.

Será também preocupação primordial dos Trabalhistas a elaboração de uma nova legislação do trabalho que recupere as conquistas subtraídas pela ditadura e que permita a ampliação constante dos direitos dos trabalhadores.

Nosso **terceiro** Compromisso é o de reverter as diretrizes da política econômica, com o objetivo de afirmar, em lugar do primado do lucro, a prioridade de dar satisfação às necessidades vitais do povo, especificamente as de alimentação, saúde, moradia, vestuário e educação. O resultado da orientação economicista até agora vigente é este contraste espantoso entre a superprosperidade das empresas- especialmente as estrangeiras e o empobrecimento do povo brasileiro. Nos últimos anos, trabalhadores do campo se viram convertidos majoritariamente em bóias-frias que perambulam sem trabalho permanente, e trabalhadores nas cidades se viram transformados em massas marginalizadas que se concentram na porta das fábricas. Estas imensas multidões vivem em condições tão extremas de carência alimentar que já têm sua sobrevivência biológica e sua saúde mental afetadas.

Por tudo isto é que devemos definir prontamente as formas de ação política e os procedimentos legais mais adequados para mobilizar o nosso povo numa campanha de salvação nacional. Através dela, nós, Trabalhistas, buscaremos dar solução, dentro de prazo o mais breve possível, ao problema máximo de nossa Pátria, que é o da marginalidade. Com efeito, um dos aspectos mais desumanos da política econômica da ditadura é a conversão da força de trabalho nacional num exército de excedentes. Nem a singela aspiração de um emprego permanente em que se ganhe um salário mínimo para a sobrevivência, o sistema pode assegurar. O drama social pungente destas massas marginalizadas, que humilha e envergonha a Nação brasileira, afeta, especialmente, a quatro categorias de pessoas cujos problemas estão a exigir a atenção prioritária dos trabalhistas.

Primeiro, o de salvar os milhões de crianças abandonadas e famintas, que estão condenadas à delinqüência: bem como meio milhão de jovens que, anualmente, alcançam os dezoito anos de idade analfabetos e descrentes de sua Pátria.

Segundo, o de buscar as formas mais eficazes de fazer justiça aos negros e aos índios que, além, da exploração geral de classe, sofrem uma discriminação racial e ética, tanto mais injusta e dolorosa, porque sabemos que foi com suas energias e com seus corpos que se construiu a nacionalidade brasileira.

Terceiro, o de dar a mais séria atenção às reivindicações da mulher brasileira, que jamais viu reconhecidos e equiparados seus direitos de pessoas humana, de cidadã e de trabalhadora, e que além de ser vítima de exploração representada pela dupla jornada de trabalho, se vê submetida a toda sorte de vexames sempre que procura fazer valer seus direitos.

Quarto, o de fazer com que todos os brasileiros, assumam a causa do povo trabalhador do norte e do nordeste, espoliado tanto pela economia local obsoleta, como por um colonialismo interno exercido de forma escorchante pelas unidades mais ricas da Federação e pelo próprio Governo Federal, que propicia sua exploração entregando às grandes empresas, na forma de subsídios para aumentar seus lucros, os recursos que deviam ser destinados àquelas populações extremamente carentes.

No plano da ação política, duas tarefas se impõem com maior urgência a todos os brasileiros.

Em primeiro lugar, a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita de todos os patriotas brasileiros perseguidos por sua resistência à ditadura. Este é o requisito indispensável à reunificação da comunidade nacional para a retomada do esforço conjunto para fazer do Brasil uma Pátria solidária de cidadãos livres, emancipados, do medo, da ignorância e da penúria.

Em segundo lugar, a luta pelo retorno à normalidade democrática que só se efetivará no Brasil quando, após a reimplantação da liberdade de organização partidária, o nosso povo eleger a Assembléia Nacional Constituinte.

Reconhecemos as dificuldades para que o nosso povo tenha uma participação efetiva. E por participação efetiva entendemos crítica viva e permanente e não atuação eleitoral episódica e simplesmente a adesão a propostas impostas verticalmente.

A proposta do novo *Partido Trabalhista* a ser discutida pelo nosso povo e formulada em território brasileiro, despida de soluções importadas, tem que levar em conta a necessidade de criar um Partido que expresse os anseios e seja dirigido pelas classes populares. A nova proposta começa com a repulsa àqueles que vêem no ressurgimento do PTB uma sigla de fácil curso eleitoral. A nossa proposta tem um sentido claro de opção pelos oprimidos e marginalizados.

Neste particular, e dentro de um horizonte que não é absolutamente cristão, mas marcado por um capitalismo impiedoso, impõe-se a nossa defesa constante dos pobres contra os ricos, ao lado dos oprimidos, contra os poderosos.

Na luta a favor da justiça contra a opressão se insere a questão da atual ideologia de segurança nacional, que tem servido para justificar as violações dos direitos humanos. Tal doutrina gerou no País a mais completa insegurança para os cidadãos comuns, ensejando a expansão da brutalidade, da denúncia e da tortura, tanto contra os presos políticos, como contra as lideranças sindicais e, sobretudo com incidência cruel, sobre as camadas mais pobres da população.

Porque damos importância central ao nosso povo como sujeito criador do seu próprio futuro, sublinhamos o caráter coletivo comunitário e não individualista da visão Trabalhista.

A partir deste momento devemos concentrar todos os nossos esforços na preparação e organização do Congresso Nacional da organização do novo PTB a realizar-se no Rio de Janeiro, no dia 19 de abril de 1980.

No Congresso recolheremos, através de nossas bandeiras, as grandes aspirações e definições da vontade popular.

Com o Congresso continuaremos firmemente, sob a inspiração da Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas, a caminhada junto ao povo que nos levará à emancipação da Pátria.

Lisboa, 17 de junho de 1979.

2 - Lista dos Parlamentares Constituintes do PDT

Adhemar de Barros Filho (SP)

Adroaldo Steck (RS)

Amauri Müller (RS)

Brandão Monteiro (RJ)

Bocayuva Cunha (RJ)

Carlos Alberto de Oliveira (RJ)

Carlos Cardinal (RS)

Cesar Maia (RJ)

Edésio Frias (RJ)

Feres Nader (RJ)

Florian Paixão (RS)

Francisco Humberto (MG)

José Maurício (RJ)

José de Oliveria Fernandes (AM)

Juarez Antunes (RJ)

Luis Salomão (RJ)

Lysâneas Maciel (RJ)

Mario Maia (AC)

Maurício Corrêa (DF) *

Moema Santiago (CE) **

Nelson Aguiar (ES)

Nelson Seixas (SP)

Noel C. Neto (RJ)

Roberto D'Ávila (RJ)

Vivaldo Barbosa (RJ)

* Senador

** Saiu do PDT para fundar o PSDB

3 - Lista dos parlamentares que fundam o PSDB

Senadores	Partido de origem
Afonso Arinos (RJ)	PFL
Chagas Rodrigues (PI)	PMDB
Fernando Henrique Cardoso (SP)	PMDB
José Richa (PR)	PMDB
José Ignácio Ferreira (ES)	PMDB
Mário Covas (SP)	PMDB
Pompeu de Souza (DF)	PMDB
Deputados	Partido de origem
Anna Maria Rattes (RJ)	PMDB
Antonio Perosa (SP)	PMDB
Arthur da Távora (RJ)	PMDB
Beth Azize (AM)	PSB
Caio Pompeu de Toledo (SP)	PMDB
Carlos Cotta (MG)	PMDB
Carlos Mosconi (MG)	PMDB
Célio de Castro (MG)	PMDB
Cristina Tavares (PE)	PMDB
Dirce Tutu Quadros (SP)	PTB
Euclides Scalco (PR)	PMDB
Fábio Feldman (SP)	PMDB
Francisco Kuster (SC)	PMDB
Geraldo Alkmin (SP)	PFL
Jaime Santana (MA)	PMDB
José Carlos Grecco (SP)	PMDB
José Costa (AL)	PMDB
José Guedes (RO)	PMDB
José Serra (SP)	PMDB
Koyu Iha (SP)	PMDB
Maria de Lourdes Abadia (DF)	PFL
Mauro Campos (MG)	PMDB
Moema São Thiago (CE)	PDT
Neltons Friedrich (PR)	PMDB
Otávio Eliseo (MG)	PMDB
Paulo Silva (PI)	PMDB
Pimenta da Veiga (MG)	PMDB
Renan Calheiros (AL)	PMDB
Robson Marinho (SP)	PMDB
Ronaldo Cesar Coelho (RJ)	PMDB
Rose de Freitas (ES)	PMDB
Sigmaringa Seixas (DF)	PMDB
Saulo Queiroz (MS)	PFL
Sílvio de Abreu (MG)	PMDB
Vasco Alves (ES)	PMDB
Vilson de Souza (SC)	PMDB
Ziza Valadares (MG)	PMDB

VII. BIBLIOGRAFIA

- ABENDROTH, Wolfgang** - A história social do movimento trabalhista europeu, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1.977.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio R.** - Social-Democracia e ideologia nacional, Revista São Paulo em Perspectiva n. 5, São Paulo, outubro/dezembro de 1.991.
- ALMEIDA, Maria Hermínia T.** - Reformismo democrático em tempos de crise, Revista Lua Nova n.22, São Paulo, CEDEC/Marco Zero, dezembro de 1.990.
- ALMEIDA, Márcio Wohlers** - Privatização: O leviatã sufocado, Instituto Alberto Pasqualini, Rio de Janeiro, 1993.
- _____ - Um exame crítico das privatizações no primeiro mundo, Instituto Alberto Pasqualini, Rio de Janeiro, 1993.
- ANDERSON, Perry** - Antinomias da social-democracia, Jornal Em Tempo, fevereiro de 1.990.
- _____ - Considerações sobre o marxismo ocidental, Lisboa, Ed. Afrontamento, 1.976.
- _____ - A crise da crise do marxismo, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1.986.
- BANDEIRA, Moniz** - Trabalhismo e Socialismo no Brasil: A Internacional Socialista e a América Latina, São Paulo, Ed. Global, 1.985.
- BARBOSA, Vivaldo** - Por um modelo industrial: a democratização das estatais, Instituto Alberto Pasqualini, Rio de Janeiro, 1993.
- BENEVIDES, Maria Victória** - O PTB e o trabalhismo, São Paulo, CEDEC/Brasiliense, 1.989.
- BERNSTEIN, Eduard** - O socialismo evolucionário, Rio de Janeiro, Zahar, 1.964.
- BRIZOLA, Leonel** - CSN: Omissão criminosa, Instituto Alberto Pasqualini, Rio de Janeiro, 1993.
- BOTTOMORE, Tom (Org.)** - Dicionário do Pensamento Marxista, Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1.988.
- BUCI-GLUCKSMAN, Christine & THERBORN, Göran** - Le défi social démocrate, Paris, Ed. Maspero, 1.980.
- CARDOSO, Fernando Henrique** - A América Latina e a questão do socialismo na década de 80, in O Novo Socialismo Francês e a América Latina, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1.982.
- _____ - A democracia necessária, Campinas, Ed. Papirus, 1.985.
- _____ - Desafios da social-democracia na América Latina, Revista Novos Estudos Cebrap, n. 28, São Paulo, outubro de 1.990.

- _____ - Discursos sobre a ordem mundial, Senado Federal, Brasília, 1.991.
- _____ - Entrevistas à Lourenço Dantas Mota, Senado Federal, Brasília, 1.985.
- _____ - "O PSDB e as eleições" *in*: Folha de São Paulo, 11.07.1.990.
- _____ - "O PSDB na modernização do Brasil" *in*: Folha de São Paulo, 25.07.1.990.
- _____ - "Post-scriptum: e depois das eleições" *in*: Folha de São Paulo, 03.08.1990.
- _____ - Social-Democracia: o que é, o que propõe para o Brasil, São Paulo, março 1.990.
- _____ & **SERRA, José** - Parlamentarismo no Brasil: como, por que. Brasília, Senado Federal, setembro de 1.991.
- CARONE, Edgar** - Os Congresso da II Internacional, Revista Princípios n. 20, Ed. Anita Garibaldi, São Paulo, março de 1.991
- CASTAÑEDA, JORGE** - A Utopia Desarmada, São Paulo, Ed. Cia. das Letras, 1.994.
- CLARK, Simon** - Crise do fordismo ou crise da social-democracia?, Revista Lua Nova n. 24, São Paulo, CEDEC/Marco Zero, setembro de 1.991.
- COVAS, Mário** - O Desafio de ser presidente: compromisso com a democracia, a justiça e o desenvolvimento, Brasília, Senado Federal, 1.989.
- _____ - "Eleições, pobreza e São Paulo" *in*: Folha de São Paulo, 02.10.1.990.
- _____ - "Governar São Paulo" *in*: Folha de São Paulo, 20.07.1.990.
- _____ - "Pelo florescimento da sociedade brasileira" *in*: Folha de São Paulo, 23.04.1.989.
- DAVID, Maurício Dias (Org.)** - A social-democracia hoje, Rio de Janeiro, Fundação Teotônio Vilela, 1.990.
- _____ - Esperança, utopia e realidade na dinâmica política, Revista Novos Estudos Cebrap n. 10, São Paulo, outubro de 1.984.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves** - PTB: do getulismo ao reformismo, São Paulo, Ed. Marco Zero, 1.989.
- DIAP (Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar)** - Quem foi quem na Constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores, São Paulo, Ed. Cortez/Oboré, 1.988.
- _____ - A Cabeça do Congresso - Quem é quem na Revisão Constitucional, São Paulo, Ed. Oboré, 1993.

DRAIBE, Sônia & HENRIQUE, Wilnês - Welfare State, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional, Revista Brasileira de Ciências Sociais n. 6, vol. 3, fevereiro de 1.988.

DUARTE, Antônio & MIRANDA, Orlando - Trabalhismo e social-democracia, São Paulo, Ed. Global, 1.985.

DUVERGER, Maurice - Os partidos políticos, Brasília, Ed. UnB, 1.980.

FARIAS, Orlando - Quatro visões sobre a Internacional Socialista, Revista Socialismo & Democracia, São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, janeiro/março de 1.985.

FERNANDES, Florestan - "As perspectivas do PMDB" *in*: Folha de São Paulo, 26.06.87.

_____ - "O novo partido" *in*: Folha de São Paulo, julho de 1.988.

FUCS, José - O que foi o Encontro da Internacional Socialista no Rio, Revista Socialismo & Democracia, São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, outubro/dezembro de 1.984.

GARCIA, Marco Aurélio - A social-democracia e o PT, Revista Teoria e Debate n. 12, D.N.P.T., novembro de 1.990.

_____ - Trabalhadores e eleições, Revista Trabalhadores, Campinas, Sec. Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, 1.990.

GUIMARÃES, César & CERQUEIRA, Marcelo - O governo Brizola à procura de identidade, Revista Novos Estudos Cebrap n. 10, São Paulo, outubro de 1.984.

HALL, Michael & PINHEIRO, Paulo Sérgio - A Classe Operária no Brasil, Ed. Alfa-Ômega, São Paulo, 1.979.

HOBBSBAWN, Eric J. - A era dos impérios, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1.988.

JAGUARIBE, Hélio (Org.) - A proposta social-democrata, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1.988.

_____ - Social-Democracia alemã e o trabalhismo inglês (seminário), Brasília, Ed. UnB, 1.982.

_____ - "A problemática brasileira" *in*: Folha de São Paulo, 07.01.1.990.

_____ - "O PSDB e a situação nacional" *in*: Jornal do Brasil, 16.10.1.990.

_____ - "O PSDB e a nau do estado" *in*: Jornal do Brasil, 03.02.1.991.

KINZO, Maria D'Alva Gil - O quadro partidário e a constituinte, São Paulo, Coleção de Textos IDESP, 1.988.

_____ - Radiografia do quadro partidário, São Paulo, Konrad-Adenauer Stiftung, 1993.

LAMOUNIER, Bolívar - Partidos e utopias, São Paulo, Ed. Loyola, 1.989.

_____ - O Congresso Nacional e as Reformas - Relatório de Pesquisa, São Paulo, Idesp, 1995.

- _____ & **SOUZA, Amaury de** - O Congresso Nacional e a crise brasileira, Relatório de Pesquisa, São Paulo, Idesp, 1991.
- LAMOUNIER, Bolívar & MENEGUELLO, Rachel** - Partidos políticos e consolidação democrática, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1.986.
- LÊNIN, V. I.** - O esquerdismo, doença infantil do comunismo, São Paulo, Ed. Global, 1.984.
- _____ - O estado e a revolução, São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1.988.
- _____ - O renegado Kautsky e a revolução proletária, São Paulo, Ed. Global, 1.984.
- LUXEMBURG, Rosa** - Reforma ou revolução, São Paulo, Ed. Global, 1.987.
- MACIEL, Lisâneas** - "O PMDB, a crise de identidade e os covardes" *in*: Folha de São Paulo, 19.10.87.
- MARTINS, Luciano** - A liberalização do regime autoritário no Brasil *in* As transições do regime autoritário na América Latina, São Paulo, Ed. Vértice, 1.988.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich** - Obras escolhidas, vol.1, São Paulo, Ed. Alfa-Ômega.
- MAUROY, Pierre** - A luta pela liberdade, Cadernos do Terceiro Mundo n. 157, Rio de Janeiro, Ed. Terceiro Mundo, janeiro de 1.993.
- MAYER, Thomas** - Socialismo democrático: uma introdução, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra/Friedrich Ebert Stiftung, 1.983.
- MENEGUELLO, Rachel** - PT: A formação de um partido, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1.989.
- MICHELS, Robert** - Sociologia dos Partidos Políticos, Brasília, Ed. UnB, 1982.
- MILIBAND, R. & SAVILLE, J.** - Socialist Register, 1985/86.
- MONTEIRO, Brandão & OLIVEIRA, Carlos Alberto** - Os partidos políticos, São Paulo, Ed. Global, 1.989.
- MONTORO, André Franco** - O que é a social-democracia, Coleção Tucano, vol.II, Brasília, 1.990.
- MORAES, Evaristo (Org.)** - O Socialismo Brasileiro, Brasília, Ed. UnB.
- MOREIRA, Neiva** - A rosa vermelha do socialismo, Cadernos do Terceiro Mundo n.157, Rio de Janeiro, Ed. Terceiro Mundo, janeiro de 1.993.
- MOTTA, Carlos Guilherme** - "Na terra dos tucanos" *in*: Jornal do Brasil, 07.88.
- MOTTA, Sérgio** - "O Futuro do PSDB" *in*: Folha de São Paulo, 10.01.89
- NEPP (Núcleo de Estudos em Políticas Públicas - Unicamp)** - Brasil 1.987, Relatório Sobre a Situação Social do País, Campinas, Ed. Unicamp, 1.988.

NEGT, Oskar - O marxismo e a teoria da revolução no último Engels *in* História do Marxismo vol. 2, pg.160, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1.982.

OFFE, Claus - Problemas estruturais do estado capitalista, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1.984.

PDT (Partido Democrático Trabalhista) - Carta de Lisboa, junho de 1.979.

_____ - Carta de Mendes, Rio de Janeiro, 1.983.

_____ - Curso de Iniciação Política, Instituto Alberto Pasqualini, Rio de Janeiro.

_____ - Estatuto, Rio de Janeiro, 1.980.

_____ - História da Sociedade Brasileira, Instituto Alberto Pasqualini, Rio de Janeiro.

_____ - Manifesto, Rio de Janeiro, 1.980.

_____ - Movimento e ação sindical, Secretaria Sindical do PDT-RJ.

_____ - Programa, Rio de Janeiro, 1.980.

_____ - Projeto Brasil 94, Rio de Janeiro, setembro de 1.993.

PT (Partido dos Trabalhadores) - Resoluções do 1o. Congresso do PT.

PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira) - A social-democracia e a crise brasileira, Diretório Regional de São Paulo, Abril de 1.991.

_____ - Considerações a respeito do estado, Instituto de Formação Política, S.P., 1.990.

_____ - Manifesto, Comissão Diretora Nacional Provisória, Brasília, 1.989.

_____ - Os Desafios do Brasil e o PSDB, Comissão Diretora Nacional Provisória, Brasília, 1.989.

_____ - Política e partidos políticos, Instituto de Formação Política, S.P., 1.990.

_____ - Programa, CNDP, Brasília, 1.989.

_____ - Social-Democracia brasileira: a construção de uma nova força, C.N.D.P., Col. documentos partidários, vol. IV, Brasília, 1.989.

PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA DA ALEMANHA - Programa Básico, Lisboa, Fundação Friedrich Ebert, 1.991.

_____ - Programa Fundamental, Bonn, 1.959.

PORTELLI, Hugues & ARCADIAS, Yves (Org.) - L'Internationale Socialiste, Paris, Les Editions Ouvrieres, 1.983.

POULAIN, J. (org) - A Social-democracia hoje, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1.980.

RATTES, Ana Maria - "A viabilidade dos tucanos" *in*: Folha de São Paulo, 28.07.88.

RICHA, José - "O futuro do PMDB" *in*: Folha de São Paulo 30.07.87.

_____ - "PSDB: alternativa contra o populismo" *in*: Folha de São Paulo, 26.07.88.

- PRZEWORSKI, Adam** - Capitalismo e social-democracia, São Paulo, Ed. Cia. das Letras, 1.988.
- REIS, Fábio Wanderley** - Partidos, ideologia e consolidação democrática *in* A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas, São Paulo, Ed. Vértice, 1.988.
- RODRIGUES, Leôncio Martins** - Quem é quem na Constituinte: Uma análise sócio-política dos partidos e deputados, São Paulo, Ed. Maltese/OESP, 1.988.
- _____ - A composição social da liderança do PT, 1.989, mimeo.
- RODRIGUES, Newton** - "Novo partido, vocações e necessidades políticas" *in*: Folha de São Paulo, 15.06.88.
- SALOMÃO, Luiz Alfredo** - "O encontro das águas" *in*: Jornal do Brasil, 03.09.91.
- _____ - "Ainda há tempo para o bom senso" *in*: Jornal do Brasil, 20.10.91.
- SANTAYANA, Mauro** - "A corrida para o poder e a cautela do PSDB" *in*: Gazeta Mercantil, 15.12.88.
- SANTOS, Theotônio** - O caminho brasileiro para o socialismo, Petrópolis, Ed. Vozes, 1.985.
- SARTORI, Giovanni** - Partidos e sistemas partidários, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1.982.
- SCALCO, Euclides** - "Vamos amputar o PMDB" *in*: Revista Veja, 10.02.88.
- SCHUCH, Lauro** - Para onde vai Brizola?, Rio de Janeiro, Ed. Mandarino, 1.983.
- SPING-ANDERSEN, Gösta** - As três economias políticas do Welfare State, Revista Lua Nova n. 24, São Paulo, CEDEC/Marco Zero, 1.991.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello** - Estado e partidos políticos no Brasil, São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1.976.
- STEPAN, A. (Org.)** - Redescobrimdo o Brasil, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1.989.
- TAYLOR-GOOBY, Peter** - Welfare, hierarquia e a "nova direita" na era Thatcher, Revista Lua Nova n. 24, São Paulo, CEDEC/Marco Zero, setembro de 1.991.
- UNGER, Roberto Mangabeira** - "A opção partidária dos socialistas brasileiros" *in*: Folha de São Paulo, 19.03.1.985.
- _____ - A Alternativa Transformadora, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan, 1.990.
- WEFFORT, Francisco Correia** - O Populismo na Política Brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1.980.
- WILLIAMS, Felicity** - La Internacional Socialista y América Latina, Azcapotcalco, México, Ed. Universidad Autonoma del México, 1.984.